TOMADA DE PREÇOS
Nº 001/2017
Processo nº 266/2017

Execução de Obra de Complementação da Quadra Poliesportiva na Localidade de Campina dos Maia, Piên/PR Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

Órgão requisitante:	**Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer**
Nº requerimento:	**001/2017**
Data:	**19/01/2017**

Descrição do objeto a ser comprado/contratado (Especificações técnicas - quantidades, tamanhos, cores, metragem, peso, capacidade, modelo, demais características):

Obra de complementação de quadra poliesportiva, na localidade de Campina dos Maia, incluindo os serviços preliminares, drenagem do talude, piso ao redor de quadra e arquibancada em concreto armado e alvenaria.

Todos os serviços devem ser executados de acordo com as especificações que seguem e em conformidade com as Normas Técnicas da ABNT pertinentes.

O valor máximo disponível para a obra é um total de R$ R$ 62.440,36 (sessenta e dois mil, quatrocentos e quarenta reais e trinta e seis centavos).

Descrever a justificativa/motivação (apresentar as razões de interesse público que justificam a compra/contratação pretendida, apontando explicitamente a finalidade pública a ser alcançada com a licitação):

Esta solicitação visa atender a reprogramação ao Contrato de Repasse nº 1.000.809-26/2012, celebrado com o Ministério do Esporte, através da Caixa Econômica Federal, conforme anexos.

Dentre as prioridades do Executivo Municipal, que incluem Saúde, Educação, Assistência Social, entre outras, está o Esporte, sendo assim, em parceria com Ministério do Esporte e com a Caixa Econômica Federal, o Município está investindo em infraestrutura esportiva, como a construção da Quadra Poliesportiva na comunidade de Campina dos Maia, obra esta já concluída, logo, considerando o saldo remanescente de recursos federais, o Município solicitou uma reprogramação deste valor junto à CAIXA, com vistas à realização de melhorias ao objeto inicialmente pactuado, desta forma, conseguiremos melhorar a infraestrutura já existente, adequando a mesma às necessidades da comunidade, fortalecendo o desenvolvimento do Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer, disponibilizando melhores instalações para os atletas, crianças, jovens e para toda a população pienense, ficando evidente o interesse público nesta ação.

Compra/Contratação é para atendimento de ordem judicial? ( ) Sim (X) Não
Em caso afirmativo descrever qual:

Compra/Contratação exige solicitação de documentos/laudos específicos? ( ) Sim (X) Não
Em caso afirmativo descrever quais as exigências:

Dotação Orçamentária:

09.002.27.812.0015.2024-44.90.51.00.00

Recursos (X) Próprios (X) Federais ( )Estaduais
Caso os recursos sejam oriundos de repasses Federais ou Estaduais descrever quais e anexar a esta requisição os documentos pertinentes ao repasse.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

Local de entrega/prestação ou execução do serviço/obra:	**Horários:**	**Prazo para entrega/prestação ou execução do serviço/obra:**
Estrada Municipal, KO-402, Campina Dos Maia, Piên/PR (Anexo à Escola Municipal Frei Demétrio)	NÃO SE APLICA	90 (noventa) dias corridos

Indicação do responsável por recebimento e fiscalização da execução do objeto:

Engenheiro Simon Schneider

Há licitação em curso para o objeto pretendido? **( ) Sim (X) Não**

Em caso afirmativo informar:

a) **Nº do processo licitatório** _____
b) **Nº do contrato/ata de registro de preços vigente**_____
c) **Data de vencimento do contrato/ata de registro de preços**_____

OBS: A informação acima pode ser verificada no Cronograma de Renovação de Licitações disponibilizado pelo Depto. de Licitações e Compras.

Informações Adicionais:

Arquivos em anexo: Ofício nº 3201/2016/GIGOV/CT; Contrato de Repasse nº 1.000.809-26/2012/ME/CAIXA; Extrato da proposta nº 025583/2012/SICONV.

Informamos ainda que o Projeto Básico, juntamente com a Planilha de Orçamento Base e o Cronograma foram encaminhados ao e-mail patricia@pien.pr.gov.br

Livino Tureck
Prefeito Municipal

Protocolo Depto. Licitações e Compras:

Licitações e Compras
Folha nº 026
02/08/2017

CAIXA

Grau de Sigilo
#PÚBLICO

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Gerência Executiva de Governo Curitiba/PR
Rua Conselheiro Laurindo, 280 – 6° andar.
80060-100 – Curitiba – PR

Ofício n° 3201 / 2016 / GIGOV/CT

CURITIBA, 9 de Dezembro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Gilberto Dranka
Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal de Piên
Pca do Expedicionario -140 -
CEP: 83860-000 – Piên – PR

Assunto:
Ref.: **Contrato de Repasse OGU n° 778457/2012 - Operação 1000809-26 - Programa Esporte e Grandes Eventos Esportivos - Construção de quadra coberta**

Senhor Prefeito Municipal,

1. Em análise a documentação protocolada pelo Município de Piên através do Of 295/2016/Gabinete, com documentos para conclusão da análise de reprogramação contratual, solicitados através do Of 2300/2016/GIGOVCT, concluímos haver condições favoráveis ao pleito do Município sem objeções sob os aspectos técnicos de engenharia.

2. Assim sendo, os novos valores da composição do investimento são os seguintes, em conformidade com o QCI apresentado:

Valor de Investimento - R$ 300.591,19

Repasse: R$ 292.500,00

Contrapartida: R$ 8.091,19

3. O Município deverá providenciar, para o primeiro desbloqueio de recursos, após a nova licitação:

3.1 Cópia da Ordem de Serviço para a empresa vencedora da nova licitação.

3.2 ART de execução do responsável técnico da empresa vencedora da nova licitação.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474 – **Ouvidoria de Governo** 0800 200 2222
ouvidoriadegoverno@caixa.gov.br
caixa.gov.br

CAIXA

4 Encaminhamos, em anexo, guia para recolhimento da tarifa de análise extraordinária, solicitamos nos disponibilizar uma via autenticada.

Respeitosamente,

ELIER CATARIN
Supervisor de Filial
Gerência Executiva de Governo Curitiba/PR

FABIO DANTAS CASSALI
Coordenador de Filial
Gerência Executiva de Governo Curitiba/PR

CELIO AMÉRICO ALVES IZIDORO
Gerente de Filial
Gerência Executiva de Governo Curitiba/PR

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474 – **Ouvidoria de Governo** 0800 200 2222
ouvidoriadegoverno@caixa.gov.br
caixa.gov.br

CAIXA **Contrato de Repasse**

Grau de sigilo
#05

CONTRATO DE REPASSE Nº 1.000.809-26/2012/ME/CAIXA
PROCESSO Nº 778457/2012

CONTRATO DE REPASSE QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE, REPRESENTADA PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E O MUNICÍPIO DE PIÊN, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO PROGRAMA ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS.

Por este Instrumento Particular, as partes abaixo nominadas e qualificadas, têm, entre si, justo e acordado o Contrato de Repasse de recursos orçamentários da União, em conformidade com os Anexos a este Contrato de Repasse e com a seguinte regulamentação, Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e suas alterações, Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e suas alterações, Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, Diretrizes Operacionais do Concedente para o exercício, Contrato de Prestação de Serviços (CPS) firmado entre o Concedente e a Caixa Econômica Federal e demais normas que regulamentam a espécie, as quais os contratantes se sujeitam, desde já, na forma ajustada a seguir:

SIGNATÁRIOS
I – CONTRATANTE – A União Federal, por intermédio do Concedente Ministério do Esporte, representada pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969 e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 6 de março de 1970, regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.473, de 5 de junho de 2008, e suas alterações, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, Brasília-DF, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 00.360.305/0001-04, na qualidade de Agente Operador, nos termos dos instrumentos supracitados, neste ato representada por FÁBIO CARNELÓS, RG nº 2.122.204-6 SSP-PR , CPF nº 236.745.041-20, residente e domiciliado à Rua Valentim Bokowski nº 74, Guabirotuba, Curitiba/PR, conforme procuração lavrada em notas do 2 º ofício de Notas e Protesto de Brasília/DF , no livro 2964 fls 037 , em 07/08/2012, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE.
II – CONTRATADO – Município de Piên/PR, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 76.002.666/0001-40, neste ato *representado pelo respectivo Prefeito, Sr. Gilberto Dranka, portador do RG nº 5396234-3/SSP/PR e CPF nº* 017.768.369-44, residente e domiciliado à Rua Espírito Santo, s/nº, Centro, Piên/PR, doravante denominado simplesmente CONTRATADO.

OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE
Construcao de quadra coberta.

MUNICÍPIO BENEFICIÁRIO
PIEN - PR.

CONDIÇÃO SUSPENSIVA
Documentação a ser apresentada: 1) Projeto Básico constituído por desenhos, memoriais descritivos, especificações técnicas, orçamento, cronograma e demais elementos técnicos necessários e suficientes à precisa caracterização da obra a ser executada e atendimento às Normas de Acessibilidade; 2) Titularidade da área de intervenção; 3) Manifestação do órgão ambiental, solicitado no check list.
Prazo para entrega da documentação pelo CONTRATADO: 08 (oito) meses.
Prazo para análise pela CAIXA após apresentação da documentação: 01(um) mês.

DESCRIÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA
Recursos do Repasse da União: R$ 292.500,00 (duzentos e noventa e dois mil, quinhentos reais).
Recursos da Contrapartida aportada pelo CONTRATADO: R$ 7.500,00 (sete mil, quinhentos reais).
Recursos do Investimento (Repasse + Contrapartida) R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).
Nota de Empenho nº 2012NE800925, emitida em 07/12/2012, no valor de R$ 292.500,00 (duzentos e noventa e dois *mil, quinhentos reais), Unidade Gestora 180006, Gestão 00001*
Programa de Trabalho: 27812203554500388.
Natureza da Despesa: 444042.
Conta Corrente Vinculada do CONTRATADO: 2864.006.00647063-0.

CAIXA **Contrato de Repasse**

PRAZOS Data da Assinatura do Contrato de Repasse e Anexos: 28 de dezembro de 2012. Término da Vigência Contratual: 30 de novembro de 2014. Prestação de Contas: 60 (sessenta) dias após o término da vigência contratual ou conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro. Arquivamento: 20 anos contados da aprovação da prestação de contas pela CONTRATANTE ou da instauração da tomada de contas especial, se for o caso.
FORO Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Paraná.
ENDEREÇOS Endereço para entrega de correspondências ao CONTRATADO: Praça do Expedicionário nº 104 -Piên/PR – CEP: 83.860-000. Endereço para entrega de correspondências à CONTRATANTE: Curitiba Oeste, Rua José Loureiro, 295 - 6º Andar-Curitiba – CEP: 80.010-000.

Curitiba, 28 de dezembro de 2012

Assinatura do Contratante
Nome: Fábio Carnelós
CPF: 236.745.041-20

Fábio Carnelós
Superintendente Regional
SR Curitiba Oeste/PR

Assinatura do Contratado
Nome: Gilberto Dranka
CPF: 017.768.369-44

Testemunhas

Nome: Rosana Maria Grossl
CPF: 008.918.679-94

Nome: José Luiz Barros
CPF: 068.029.778-26

CAIXA Anexo ao Contrato de Repasse – Condições Gerais – Setor Público

Grau de sigilo
#05

Pelo presente Anexo as partes nominadas no Contrato de Repasse, pactuam as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS ANEXOS E DA SUSPENSIVA

1 – São partes integrantes do Contrato de Repasse, independente de transcrição:
a) o Anexo ao Contrato de Repasse – Condições Gerais;
b) o Anexo ao Contrato de Repasse – Condições Complementares, específicas de cada Concedente, se for o caso;
c) o Plano de Trabalho aprovado no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV).

1.1 – A eficácia deste Instrumento, caso haja itens inseridos em condição suspensiva, está condicionada à apresentação pelo CONTRATADO de toda a documentação no prazo fixado no Contrato de Repasse e à análise favorável pela CONTRATANTE.

1.1.1 – O prazo fixado para atendimento da condição suspensiva poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, nos termos de ato regulamentar do Concedente.

1.1.2 – O CONTRATADO, desde já e por este Instrumento, reconhece e dá sua anuência que o não atendimento das exigências no prazo fixado ou a não aprovação da documentação pela CONTRATANTE implicará a rescisão de pleno direito do presente Contrato de Repasse, independente de notificação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2 – Como forma mútua de cooperação na execução do objeto do Contrato de Repasse, são obrigações das partes:

2.1 – DA CONTRATANTE

I. analisar e aprovar a documentação técnica, institucional e jurídica das propostas selecionadas;
II. celebrar o Contrato de Repasse, após atendimento dos requisitos pelo CONTRATADO, e publicar seu extrato, no Diário Oficial da União (DOU), e respectivas alterações, se for o caso;
III. acompanhar e atestar a execução físico-financeira do objeto previsto no Plano de Trabalho, com os correspondentes registros nos sistemas da União, utilizando-se para tanto dos recursos humanos e tecnológicos da CONTRATANTE;
IV. transferir ao CONTRATADO os recursos financeiros, na forma do cronograma de desembolso aprovado, observado o disposto na Cláusula Quinta deste Instrumento;
V. comunicar a assinatura e liberação de recursos ao Poder Legislativo na forma disposta na legislação;
VI. analisar eventuais solicitações de reformulação dos Projetos Técnicos, submetendo-as, quando for o caso, ao Concedente;
VII. fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas ao Contrato de Repasse independente de autorização judicial;
VIII. receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pelo CONTRATADO, bem como notificá-lo quando da sua não apresentação no prazo fixado e ainda quando constatada a má aplicação dos recursos, instaurando, se for o caso, a correspondente Tomada de Contas Especial.

2.2 – DO CONTRATADO

I. consignar no Orçamento do exercício corrente ou, em lei que autorize sua inclusão, os recursos necessários para executar o objeto do Contrato de Repasse e, no caso de investimento que extrapole o exercício, consignar no Plano Plurianual os recursos para atender às despesas em exercícios futuros que, anualmente constarão do seu Orçamento;
II. observar as condições para recebimento de recursos da União e para inscrição em restos a pagar estabelecidas pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
III. comprometer-se, nos casos em que couber a instituição da contribuição de melhoria, nos termos do Código Tributário Nacional, a não efetuar cobrança que resulte em montante superior à contrapartida aportada ao Contrato de Repasse;
IV. adotar o disposto nas Leis nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e no Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, relativamente à promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência física ou com mobilidade reduzida;
V. selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Concedente, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando à CONTRATANTE sempre que houver alterações;

VI. elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado e apresentar toda documentação jurídica, técnica e institucional necessária à celebração do Contrato de Repasse, de acordo com os normativos do programa, bem como apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, nos termos da legislação aplicável;

VII. compatibilizar o objeto do Contrato de Repasse com normas e procedimentos de preservação ambiental municipal, estadual ou federal, conforme o caso;

VIII. executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Contrato de Repasse, observando prazos e custos, designando profissional habilitado no local da intervenção com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);

IX. assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela CONTRATANTE ou pelos órgãos de controle;

X. definir o regime de execução, direto ou indireto, do objeto do Contrato de Repasse;

XI. realizar o processo licitatório, sob sua inteira responsabilidade, quando optar pelo regime de execução indireta, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e demais normas pertinentes à matéria, assegurando a correção dos procedimentos legais, a suficiência do projeto básico, da planilha orçamentária discriminativa do percentual de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) utilizado e o respectivo detalhamento de sua composição;

XII. utilizar, para aquisição de bens e serviços comuns, a modalidade pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do regulamento previsto no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, preferencialmente a sua forma eletrônica, devendo ser justificada pelo CONTRATADO a impossibilidade de sua utilização;

XIII. apresentar declaração expressa firmada por representante legal do CONTRATADO, ou registro no SICONV que a substitua, atestando o atendimento das disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório;

XIV. apresentar declaração expressa ou fornecer declaração emitida pela empresa vencedora da licitação, atestando que esta não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de inteira responsabilidade do Contratado a fiscalização dessa vedação;

XV. prever no edital de licitação e no Contrato de Execução ou Fornecimento (CTEF) que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado e exercer a fiscalização sobre o CTEF;

XVI. registrar no SICONV o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com o seu respectivo CNPJ, o termo de homologação e adjudicação, o extrato do CTEF e seus respectivos aditivos, a ART dos projetos, dos executores e da fiscalização de obras, e os boletins de medições;

XVII. registrar no SICONV as atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades;

XVIII. inserir, quando da celebração de contratos com terceiros para execução do objeto do Contrato de Repasse, cláusula que obrigue o terceiro a permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis;

XIX. atestar, por meio do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, em atendimento ao disposto na Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2010;

XX. instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do CTEF ou gestão financeira do Contrato de Repasse, comunicando tal fato à CONTRATANTE;

XXI. apresentar à CONTRATANTE relatórios de execução físico-financeira relativos ao Contrato de Repasse, bem como da integralização da contrapartida, em periodicidade compatível com o cronograma de execução estabelecido;

XXII. responsabilizar-se pela conclusão do empreendimento quando o objeto do Contrato de Repasse prever apenas sua execução parcial e for etapa de empreendimento maior, a fim de assegurar sua funcionalidade;

XXIII. estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do Contrato de Repasse, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;

XXIV. notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no município ou Distrito Federal quando ocorrer a liberação de recursos financeiros pela CONTRATANTE, em conformidade com a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;

XXV. fornecer à CONTRATANTE, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;

XXVI. divulgar, em qualquer ação promocional relacionada ao objeto e/ou objetivo do Contrato de Repasse, o nome do Programa, a origem do recurso, o valor do financiamento e o nome do CONTRATANTE e do Concedente, como entes participantes, obrigando-se o CONTRATADO a comunicar expressamente à CAIXA a data, forma e local onde ocorrerá a ação promocional, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;

XXVII. comprometer-se a utilizar a assinatura do Concedente acompanhada da marca do Governo Federal nas publicações decorrentes do Contrato de Repasse, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;

XXVIII. realizar tempestivamente no SICONV os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, licitação, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial do Contrato de Repasse e registrar no SICONV os atos que por sua natureza não possam ser realizados nesse Sistema;

XXIX. prestar contas dos recursos transferidos pela CONTRATANTE destinados à consecução do objeto no prazo fixado no Contrato de Repasse;

XXX. operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Contrato de Repasse, após sua execução, de forma a possibilitar a sua funcionalidade;

XXXI. responder solidariamente, os entes consorciados, no caso da execução do objeto contratual por consórcios públicos;

XXXII. tomar outras providências necessárias à boa execução do objeto do Contrato de Repasse.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3 – A CONTRATANTE transferirá, ao CONTRATADO, até o limite do valor dos Recursos de Repasse fixado no Contrato de Repasse de acordo com o cronograma de desembolso e com o plano de aplicação constantes do Plano de Trabalho.

3.1 – O CONTRATADO aportará, ao Contrato de Repasse, o valor dos Recursos de Contrapartida fixado no Contrato de Repasse de acordo com o cronograma de desembolso e com o plano de aplicação constantes do Plano de Trabalho à conta de recursos alocados em seu orçamento.

3.2 – Os recursos transferidos pela União e os recursos do CONTRATADO destinados ao Contrato de Repasse, figurarão no Orçamento do CONTRATADO, obedecendo ao desdobramento por fontes de recursos e elementos de despesa.

3.3 – Recursos adicionais necessários à consecução do objeto do Contrato de Repasse terão o seu aporte sob responsabilidade exclusiva do CONTRATADO.

3.4 – Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, na conta específica vinculada ao Contrato de Repasse, em agência da CAIXA, isenta à cobrança de tarifas bancárias.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DO OBJETO

4 – O CONTRATADO, por meio deste Instrumento, manifesta sua expressa concordância em aguardar a autorização escrita da CONTRATANTE para o início da execução do objeto deste Contrato de Repasse.

4.1 – A autorização ocorrerá após a finalização do processo de análise pós-contratual e o crédito de recursos de repasse na conta vinculada, este se for o caso.

4.2 – Eventual execução do objeto realizada antes da autorização da CONTRATANTE não será objeto de medição para liberação de recursos até a emissão da autorização acima disposta.

4.3 – Caso a contratação seja efetuada no período pré-eleitoral, o CONTRATADO declara estar ciente de que a autorização de início de objeto e a liberação dos recursos somente ocorrerá após finalizado o processo eleitoral a se realizar no mês de outubro, considerada, inclusive, a eventual ocorrência de segundo turno, em atendimento ao artigo 73, inciso VI, alínea "a" da Lei nº 9.504/97.

CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO E DO DESBLOQUEIO DOS RECURSOS

5 – A liberação dos recursos financeiros obedecerá ao cronograma de desembolso de acordo com as metas e fases ou etapas de execução do objeto e será realizada sob bloqueio, após eficácia contratual, respeitando a disponibilidade financeira do Concedente e atendidas as exigências cadastrais vigentes.

5.1 – A autorização de saque dos recursos creditados na conta vinculada será feita em parcelas, de acordo com o *cronograma de desembolso, após a autorização para início do objeto, depois de atestada*, pela CONTRATANTE, a execução física e a comprovação do aporte da contrapartida da etapa correspondente e posteriormente a comprovação financeira da etapa anterior pelo CONTRATADO.

5.1.1 – No caso de execução do objeto contratual por regime de execução direta, a liberação dos recursos relativos à primeira parcela será antecipada na forma do cronograma de desembolso aprovado, ficando a liberação da segunda parcela e seguintes, condicionada à aprovação pela CONTRATANTE de relatório de execução com comprovação da aplicação dos recursos da última parcela liberada.

5.2 – No caso de obras e serviços de engenharia de pequeno valor, cujo valor de repasse da União seja inferior a R$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), a liberação dos recursos pelo Concedente na conta vinculada, ocorrerá de acordo com o cronograma de desembolso aprovado, em no máximo três parcelas correspondentes a 50% (cinquenta por cento), 30% (trinta por cento) e 20% (vinte por cento) do valor de repasse da União.

5.2.1 – Nesse caso, o desbloqueio dos recursos ocorrerá após apresentação do relatório de execução de cada etapa do objeto do contrato de repasse devidamente atestada pela fiscalização do CONTRATADO.

CLÁUSULA SEXTA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS

6 – As despesas com a execução do Contrato de Repasse correrão à conta de recursos alocados nos respectivos orçamentos dos contratantes.

6.1 – A emissão do empenho plurianual, quando for o caso, ocorrerá de acordo com determinação específica do Concedente, com incorporação ao Contrato de Repasse mediante Apostilamento.

6.2 – A eficácia deste Instrumento está condicionada à validade dos empenhos, que é determinada por instrumento legal, findo o qual, sem a total liberação dos recursos, o Contrato de Repasse fica automaticamente extinto.

6.2.1 – No caso de perda da validade dos empenhos por motivo de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo físico-financeiro poderá ser reduzido até a etapa do objeto contratado que apresente funcionalidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

7 – Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, nas hipóteses previstas em lei ou na Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste Instrumento.

7.1 – A programação e a execução financeira deverão ser realizadas em separado, de acordo com a natureza e a fonte de recursos, se for o caso.

7.2 – Antes da realização de cada pagamento, o CONTRATADO incluirá no SICONV, no mínimo, as seguintes informações:
I - a destinação do recurso;
II - o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
III - o contrato a que se refere o pagamento realizado;
IV - a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento;
V - a comprovação do recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante inclusão no Sistema das notas fiscais ou documentos contábeis.

7.3 – Os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, facultada a dispensa deste procedimento nos casos citados abaixo, em que o crédito poderá ser realizado em conta bancária de titularidade do próprio CONTRATADO, devendo ser registrado no SICONV o beneficiário final da despesa:
a) por ato da autoridade máxima do Concedente;
b) na execução do objeto pelo CONTRATADO por regime direto;
c) no ressarcimento ao CONTRATADO por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo Concedente e em valores além da contrapartida pactuada.

7.3.1 – Excepcionalmente, poderá ser realizado, uma única vez no decorrer da vigência do Contrato de Repasse, pagamento a pessoa física que não possua conta bancária, desde que permitida a identificação do beneficiário pela CONTRATANTE, e observado o limite de R$ 800,00 (oitocentos reais) por fornecedor ou prestador de serviços.

7.4 – Os recursos transferidos pela CONTRATANTE não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência do Contrato de Repasse, permitido o pagamento de despesas posteriormente desde que comprovadamente realizadas na vigência do Contrato de Repasse e se expressamente autorizado pelo Concedente.

7.5 – Os recursos transferidos, enquanto não utilizados, serão aplicados em caderneta de poupança se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, quando a sua utilização estiver prevista para prazo menor que um mês.

7.5.1 – Fica a CONTRATANTE autorizada a promover as aplicações dos recursos creditados na conta bancária vinculada ao Contrato de Repasse nas hipóteses e segundo as modalidades de aplicação previstas nesta Cláusula.

7.5.1.1 – O CONTRATADO deve reaplicar os recursos desbloqueados que não forem utilizados no prazo aprovado no cronograma de desembolso, nas hipóteses e segundo as modalidades de aplicação previstas nesta Cláusula.

7.5.2 – Os rendimentos provenientes da aplicação dos recursos serão computados a crédito do Contrato de Repasse para consecução do seu objeto, salvo na exceção abaixo disposta, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas, vedada a sua utilização como contrapartida.

7.5.2.1 – Todos os rendimentos provenientes da aplicação dos recursos das contas correntes, no caso de obras e serviços de engenharia de pequeno valor, cujo valor de repasse seja inferior a R$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), devem ser devolvidos à conta única do Tesouro ao final da execução do objeto contratado.

7.5.2.2 – Na ocorrência de perdas financeiras decorrentes da aplicação dos recursos, que comprometam a execução do objeto contratual, fica o CONTRATADO obrigado ao aporte adicional de contrapartida.

7.6 – Eventuais saldos financeiros verificados quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Contrato de Repasse, inclusive os provenientes das receitas auferidas em aplicações financeiras, deverão ser restituídos à UNIÃO FEDERAL, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, na forma indicada pela CONTRATANTE na época da restituição, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável.

7.6.1 – A devolução prevista acima será realizada observando-se a proporcionalidade dos recursos transferidos e da contrapartida prevista, independente da época em que foram aportados, devendo, nos casos em que incida exclusivamente sobre o repasse ou a contrapartida, ser devolvido apenas ao ente titular do valor remunerado.

7.7 – Deverão ser restituídos, ainda, todos os valores transferidos, acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente, a partir da data do recebimento, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, nos seguintes casos:
a) quando não for executado o objeto pactuado neste Instrumento;
b) quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a respectiva prestação de contas;
c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Instrumento;
d) quando houver utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com o pactuado;
e) quando houver impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições do termo celebrado ou da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011.

7.7.1 – O CONTRATADO, nas hipóteses previstas anteriormente, será notificado para que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação, restitua os valores dos repasses acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente.

7.7.1.1 – Vencido o prazo previsto no item anterior sem que o CONTRATADO proceda a restituição dos valores, fica a CONTRATANTE autorizada, caso haja recursos disponíveis na conta vinculada, a proceder aos débitos dos valores respectivos e repassá-los à União.

7.7.1.1.1 – Na hipótese prevista no item anterior, não havendo recursos suficientes para se proceder a completa restituição, deverá ser instaurada a imediata Tomada de Contas Especial, providenciada pela CONTRATANTE.

7.8 – Os casos fortuitos ou de força maior que impeçam o CONTRATADO de prestar contas dos recursos recebidos e aplicados ensejarão a juntada de documentos e justificativas, a serem entregues à CONTRATANTE, para análise e manifestação do Concedente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS BENS REMANESCENTES AO TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

8 – Os bens remanescentes decorrentes do Contrato de Repasse serão de propriedade do CONTRATADO, quando da sua extinção, desde que vinculados à finalidade a que se destinam.

CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS

9 – O Concedente é a autoridade competente para coordenar e definir as diretrizes do Programa, cabendo à CONTRATANTE o acompanhamento e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho.

9.1 – Sempre que julgar conveniente, o Concedente poderá promover visitas *in loco* com o propósito do acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas em razão do Contrato de Repasse, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes ao assunto.

9.2 – É prerrogativa da União, por intermédio do Concedente e da CONTRATANTE, promover a fiscalização físico-financeira das atividades referentes ao Contrato de Repasse, bem como, conservar, em qualquer hipótese, a faculdade

de assumir ou transferir a responsabilidade da execução do objeto, no caso de sua paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DOCUMENTOS E DA CONTABILIZAÇÃO

10 – Obriga-se o CONTRATADO a registrar, em sua contabilidade analítica, em conta específica do grupo vinculado ao ativo financeiro, os recursos recebidos da CONTRATANTE, tendo como contrapartida conta adequada no passivo financeiro, com subcontas identificando o Contrato de Repasse e a especificação da despesa, nos termos do Artigo 54, parágrafo primeiro, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

10.1 – As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do CONTRATADO, devidamente identificados com o nome do Programa e o número do Contrato de Repasse, e mantidos em arquivo, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo fixado no Contrato de Repasse.

10.1.1 – O CONTRATADO deverá encaminhar cópias dos comprovantes de despesas ou de outros documentos à CONTRATANTE sempre que houver solicitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11 – A Prestação de Contas referente aos recursos financeiros deverá ser apresentada à CONTRATANTE nas condições fixadas no Contrato de Repasse.

11.1 – Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo fixado, a CONTRATANTE estabelecerá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

11.2 – Caso o CONTRATADO não apresente a prestação de contas nem devolva os recursos nos termos do item anterior, ao término do prazo estabelecido, a CONTRATANTE registrará a inadimplência no SICONV por omissão do *dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica, para fins de instauração de Tomada de* Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

11.3 – Cabe ao prefeito e ao governador sucessores prestar contas dos recursos provenientes dos Contratos de Repasse firmado pelo seu antecessor.

11.3.1 – Na impossibilidade dessa prestação de contas, deve apresentar, à CONTRATANTE, e inserir no SICONV documento com justificativas que demonstrem o impedimento e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio público.

11.3.2 – Quando a impossibilidade de prestar contas decorrer de ação ou omissão do antecessor, o novo administrador solicitará a instauração de tomada de contas especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REEMBOLSO DE DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS

12 – O CONTRATADO é responsável pelas despesas extraordinárias incorridas pela CONTRATANTE, quando solicitar:
a) reanálise de enquadramento de Plano de Trabalho e de projetos de engenharia e de trabalho social, quando houver;
b) vistoria de etapas de obras não previstas originalmente;
c) publicação de extrato no Diário Oficial da União decorrente de alteração contratual de responsabilidade do CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA AUDITORIA

13 – Os serviços de auditoria serão realizados pelos órgãos de controle interno e externo da União, sem elidir a competência dos órgãos de controle interno e externo do CONTRATADO, em conformidade com o Capítulo VI do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

13.1 – É livre o acesso, a qualquer tempo, de servidores do Sistema de Controle Interno ao qual esteja subordinada a CONTRATANTE e do Tribunal de Contas da União a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o Instrumento pactuado, bem como aos locais de execução das obras, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA IDENTIFICAÇÃO DAS OBRAS E DAS AÇÕES PROMOCIONAIS

14 – É obrigatória a identificação do empreendimento com placa segundo modelo fornecido pela CONTRATANTE, durante o período de duração da obra, devendo ser afixada no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da autorização da CONTRATANTE para o início dos trabalhos, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

14.1 – Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do Contrato de Repasse será obrigatoriamente destacada a participação da CONTRATANTE, do Concedente, bem como o objeto de aplicação dos recursos, observado o disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

15 – A vigência deste Instrumento iniciar-se-á na data de sua assinatura e encerrar-se-á ao término de sua vigência, constantes no Contrato de Repasse, possibilitada a sua prorrogação mediante Termo Aditivo e aprovação da CONTRATANTE, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução do objeto no prazo acordado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

16 – O Contrato de Repasse poderá ser denunciado por qualquer das partes e rescindido a qualquer tempo, ficando os contratantes responsáveis pelas obrigações assumidas na sua vigência, creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período, aplicando, no que couber, a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011 e demais normas pertinentes à matéria.

16.1 – Constitui motivo para rescisão do Contrato de Repasse o descumprimento de qualquer das Cláusulas pactuadas, *particularmente quando constatada pela CONTRATANTE a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de* Trabalho ou a falsidade ou incorreção de informação de documento apresentado e ainda a verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

16.1.1 – A rescisão do Contrato de Repasse, na forma acima prevista e sem que tenham sido os valores restituídos à União Federal, ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO

17 – A alteração deste Instrumento, no caso da necessidade de ajustamento da sua programação de execução física e financeira, inclusive a alteração do prazo de vigência fixado no Contrato de Repasse, será feita por meio de Termo Aditivo e será provocada pelo CONTRATADO, mediante apresentação das respectivas justificativas, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias que antecedem o término da sua vigência, sendo necessária, para sua implementação, a aprovação da CONTRATANTE.

17.1 – A alteração do prazo de vigência do Contrato de Repasse, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do Concedente, será promovida "de ofício" pela CONTRATANTE, limitada ao período do atraso verificado, fazendo disso imediato comunicado ao CONTRATADO.

17.2 – A alteração contratual referente ao valor do Contrato de Repasse será feita por meio de Termo Aditivo, ficando a majoração dos recursos de repasse sob decisão unilateral exclusiva do Concedente.

17.3 – É vedada a alteração do objeto do Contrato de Repasse, exceto para a ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto contratado, desde que devidamente justificado e aprovado pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS E DAS COMUNICAÇÕES

18 – Os documentos instrutórios ou comprobatórios relativos à execução do Contrato de Repasse deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.

18.1 – As comunicações de fatos ou ocorrências relativas ao Contrato serão consideradas como regularmente feitas se entregues por carta protocolada, telegrama ou fax, nos endereços descritos no Contrato de Repasse.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19 – Fica eleito o foro descrito no Contrato de Repasse para dirimir os conflitos decorrentes deste Instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e pactuados firmam este Instrumento, que será assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele, sendo extraídas as respectivas cópias, que *terão o mesmo valor do original.*

Curitiba, 28 de dezembro de 2012

Fábio Carnelós
Superintendente Regional
SR Curitiba Oeste/PR

Assinatura do Contratante
Nome: Fábio Carnelós
CPF: 236.745.041-20

Assinatura do Contratado
Nome: Gilberto Dranka
CPF: 017.768.369-44

Testemunhas

Nome: Rosana Maria Grossi
CPF: 003.818.679-94

Nome: José Luiz Barros
CPF: 068.023.778-26

CAIXA Anexo ao Contrato de Repasse - Condições Complementares

Grau de sigilo
#05

MINISTÉRIO DO ESPORTE

1 – No caso de contratação de operações no âmbito do Ministério do Esporte, o CONTRATADO deve:
a) comprometer-se a realizar o empreendimento em local próximo à instituição beneficiada, com fácil acesso aos usuários, com destinação do espaço esportivo ao atendimento de alunos do ensino fundamental, médio e superior, em consonância com os objetivos e a finalidade estabelecidos para o Programa Segundo Tempo, no caso de operações de Implantação de Infraestrutura para o Desenvolvimento do Esporte Educacional, cuja localização do empreendimento *seja fora da área física da escola ou entidade parceira*;
b) cumprir o disposto no art. 217, inciso II, da Constituição Federal, que versa sobre o dever do Estado de fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observada a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento.

Curitiba, 28 de dezembro de 2012.

Assinatura do Contratante
Nome: Fábio Carnelós
CPF: 236.745.041-20

Fábio Carnelós
Superintendente Regional
SR Curitiba Oeste/PR

Assinatura do Contratado
Nome: Gilberto Dranka
CPF: 017.768.369-44

Testemunhas

Nome: Rosana Maria Grossi
CPF: 003.816.679-94

Nome: José Luiz Barros
CPF: 068.029.778-26

Nº / ANO DA PROPOSTA:
025583/2012

DADOS DO CONCEDENTE

OBJETO:

Construção de quadra coberta

JUSTIFICATIVA:

Piên situa-se na região sudeste do estado do Paraná, com extensão territorial de 284,49 km² Perímetro urbano: 3,02 km² Perímetro rural: 281,47 km² . Dentre as prioridades do Executivo Municipal, que incluem Saúde, Educação, Assistência Social e Infra-estrutura, está o Esporte, porém, faltam-nos recursos financeiros suficientes para investir em obras, um dos pontos valorizados pela atual gestão é o esporte. Nosso interesse é atender uma das várias localidades que ainda não dispõem de nenhum espaço esportivo, com isso, ainda ofereceríamos oportunidade aos moradores de um pouco de lazer. Ressalta-se ainda que o recurso refere-se a emenda do Deputado João Arruda.

FUNDAMENTO LEGAL:

Decreto 6170/07

CONCEDENTE: 51000	**NOME DO ÓRGÃO/ÓRGÃO SUBORDINADO OU UG:** MINISTERIO DO ESPORTE		
CIDADE:	**UF:**	**CÓDIGO DO MUNICÍPIO:**	**CEP:**
CPF DO RESPONSÁVEL PELO CONCEDENTE: 16412150463		**NOME DO RESPONSÁVEL:** JOSE ALDO REBELO FIGUEIREDO	
ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL PELO CONCEDENTE: SQN 302 Bloco I Apartamento 302		**C.E.P DO RESPONSÁVEL PELO CONCEDENTE:** 70723-090	

2 - DADOS DO PROPONENTE

PROPONENTE: 76002666000140					
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE: MUNICIPIO DE PIEN					
ENDEREÇO JURÍDICO DO PROPONENTE: Praça do Expedicionário, 104					
CIDADE: PIEN	**UF:** PR	**CÓDIGO MUNICÍPIO:** 7761	**CEP:** 83860-000	**E.A.:** Administração Pública Municipal	**DDD/TELEFONE:** 041/3632/1136/2
BANCO: 104 - CAIXA ECONOMICA	**AGÊNCIA:** 2864-9		**CONTA CORRENTE:** 0066470630		
CPF DO RESPONSÁVEL PELO PROPONENTE: 01776836944			**NOME DO RESPONSÁVEL:** GILBERTO DRANKA		
ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL PELO PROPONENTE: Rua Amazonas, 373 - Centro					

VALOR GLOBAL:	R$ 298.469,39	
VALOR DA CONTRAPARTIDA:	R$ 5.969,39	
VALOR DOS REPASSES:	Ano	Valor
	2012	R$ 292.500,00
VALOR DA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA:	R$ 5.969,39	
VALOR DA CONTRAPARTIDA EM BENS E SERVIÇOS:	R$ 0,00	
VALOR DA RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO:	R$ 0,00	
INÍCIO DE VIGÊNCIA:	28/12/2012	
FIM DE VIGÊNCIA:	30/05/2017	
VIGÊNCIA DO CONVÊNIO:	2017	

Meta nº: 1

Especificação: Construção de Quadra Poliesportiva com Cobertura Metálica			
UNIDADE DE MEDIDA: UN	**QUANTIDADE:** 1.0		
Valor: R$ 298.469,39 **Valor Global:** R$ 298.469,39	**Início** 01/06/2013	**Término Previsto:** 30/08/2016	
Município: PIEN	**Sigla UF:** PR	**Cód.** 7761	**CEP:** 83860-000
Endereço: Estrada Municipal KO-402, SN, Campina dos Maias, Piên-PR			
Etapa/Fase nº: 1			
Especificação: Construção de Quadra Coberta Poliesportiva com Cobertura Metálica			

Quantidade:	Valor:	Início Previsto:	Término
1.0	R$ 298.469,39	01/06/2013	30/08/2016

6 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
MINISTERIO DO ESPORTE

MÊS DESEMBOLSO: Março	**ANO:** 2014
META Nº: 1 DESCRIÇÃO: Construção de Quadra Poliesportiva com Cobertura Metálica	VALOR DA META: R$ 146.250,00
VALOR DO REPASSE: R$ 146.250,00	**PARCELA Nº:** 1
MÊS DESEMBOLSO: Novembro	**ANO:** 2014
META Nº: 1 DESCRIÇÃO: Construção de Quadra Poliesportiva com Cobertura Metálica	VALOR DA META: R$ 87.750,00
VALOR DO REPASSE: R$ 87.750,00	**PARCELA Nº:** 2
MÊS DESEMBOLSO: Fevereiro	**ANO:** 2015
META Nº: 1 DESCRIÇÃO: Construção de Quadra Poliesportiva com Cobertura Metálica	VALOR DA META: R$ 58.500,00
VALOR DO REPASSE: R$ 58.500,00	**PARCELA Nº:** 3

7 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
MUNICIPIO DE PIEN

MÊS DESEMBOLSO: Junho	**ANO:** 2015
META Nº: 1 DESCRIÇÃO: Construção de Quadra Poliesportiva com Cobertura Metálica	VALOR DA META: R$ 2.018,59
VALOR DO REPASSE: R$ 2.018,59	**PARCELA Nº:** 1

MÊS DESEMBOLSO: Agosto	**ANO:** 2015
META Nº: 1 DESCRIÇÃO: Construção de Quadra Poliesportiva com Cobertura Metálica	VALOR DA META: R$ 1.966,68
VALOR DO REPASSE: R$ 1.966,68	**PARCELA Nº:**2
MÊS DESEMBOLSO: Fevereiro	**ANO:** 2016
META Nº: 1 DESCRIÇÃO: Construção de Quadra Poliesportiva com Cobertura Metálica	VALOR DA META: R$ 543,00
VALOR DO REPASSE: R$ 543,00	**PARCELA Nº:**3
MÊS DESEMBOLSO: Abril	**ANO:** 2016
META Nº: 1 DESCRIÇÃO: Construção de Quadra Poliesportiva com Cobertura Metálica	VALOR DA META: R$ 1.441,12
VALOR DO REPASSE: R$ 1.441,12	**PARCELA Nº:**4

022

8 - PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO

DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Construção de Quadra Coberta			
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Convênio		**NATUREZA DA DESPESA:** 449051	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Estrada Municipal KO-402, SN, Campina dos Maias, Piên-PR			
CEP: 83860-000	**UF:** PR	**CÓDIGO DO MUNICÍPIO:** 7761	**MUNICÍPIO:** PIEN
UNIDADE: UN	**QUANTIDADE:** 1,00	**V. UNITÁRIO:** R$ 298.469,39	**V.TOTAL:** R$ 298.469,39
OBSERVAÇÃO:			

9 - PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO

NATUREZA DA DESPESA				
Código	**Total**	**Recursos**	**Contrapartida Bens e Serviços**	**Rendimento de Aplicação**
449051	R$ 298.469,39	R$ 298.469,39	R$ 0,00	R$ 0,00
TOTAL GERAL: R$ 298.469,39				

10 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao _____ para efeitos e sob as penas da Lei, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos da dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste plano de trabalho.

Pede Deferimento,

Local e Data

Proponente

11 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE DO PLANO DE TRABALHO

Aprovado

Local e Data

Concedente
(Representante legal do Órgão ou Entidade

12 - ANEXOS

NOME: 001.jpg

DESCRIÇÃO: Ofício do Deputado João Arruda, referente a priorização do município

FORMULÁRIO LICITAÇÕES EXCLUSIVAS MP/EPP

Informações gerais:

1) O pedido da(s) Secretaria(s) requisitante(s), refere-se, no presente caso, à compra, contratação de obra ou serviço:

( ) sem divisão de itens
(x) por item ou total até R$ 80.000,00
( ) por item ou objeto com cota(s) reservada(s)
( ) com exigência de subcontratação de ME, EPP ou MEI
( ) impossibilidade de licitação exclusiva (itens acima de R$ 80.000,00)
( ) impossibilidade de licitação com cota 25% (itens não divisíveis).
Motivo:_____)

2) Existe no cadastro de fornecedores, ou demonstrado nos autos do processo, a existência de, no mínimo, 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados no regime de ME ou EPP, instalados no Município de Piên ou na região?

(X) sim
( ) não

3) Há no processo, demonstração quanto a não vantajosidade para a Administração Pública ou prejuízo para o conjunto ou complexo no caso de promover a licitação diferenciada:

( ) sim
(x) não

Informações gerais no caso de obras ou serviços, inclusive de engenharia:

4) Há no objeto a ser licitado, conforme projeto básico ou termo de referência, previsão de licitação com compromisso de subcontratação?

( ) sim, qual percentual: _____%
( ) não
(x) não se aplica

Sendo a resposta positiva, justificar quanto à inexistência de prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto em sua vantajosidade:

Informação final e conclusiva:

5) Diante das informações prestadas e documentos juntados ao processo, recomenda-se a licitação diferenciada?

(x) sim
( ) não

6) Sendo a resposta positiva, justificar de que modo:

(x) licitação destinados à participação exclusiva de ME, EPP ou MEI
( ) licitação com cota reservada
( ) licitação com exigência de subcontratação de ME, EPP ou MEI

Patricia Aparecida Trojanovski
Presidente da Comissão de Licitações (Decreto nº 003/2017)
Pregoeiro (Decreto nº 004/2017)
Piên/PR, 07/07/2017

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS PARA ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO OU CONTRATAÇÃO DIRETA

1. Interessado: Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer.
2. Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de complementação da quadra poliesportiva na localidade de Campina dos Maia, Piên/PR, incluindo os serviços preliminares, drenagem do talude, piso ao redor de quadra e arquibancada em concreto armado e alvenaria
3. Valor Máximo Estimado: R$ 62.440,36 (sessenta e dois mil, quatrocentos e quarenta reais e trinta e seis centavos)
4. Dotação Orçamentária:

Dotação	Cód. Reduzido	ID USO	Grupo	Fonte
09.002.27.812.0015.2024-4490510000				

(X) Há Dotação Orçamentária (X) Há Saldo Orçamentário
( ) Não há Saldo Orçamentário
( ) Não há Dotação Orçamentária
Obs: _____

07/02/2017

SIDENEY DO NASCIMENTO MIORINE
Contador - Departamento de Finanças, Receitas e Contabilidade

5. Recursos Financeiros:
(✓) Há recursos financeiros
( ) Não há recursos financeiros
Condições de Pagamento: _____

07/02/2017

CRISTIANO QUADROS
Secretário de Administração e Finanças

6. Despacho do PREFEITO MUNICIPAL:
(X) Autorizo a abertura de procedimento licitatório ou a contratação direta com estrita observância aos ditames legais.
( ) Não autorizo a abertura do procedimento licitatório ou a contratação direta.

Obs: _____

07/02/2017

LIVINO TURECK
Prefeito Municipal

7. Indicação de modalidade licitatória ou contratação direta feita pela Comissão de Licitações e encaminhamento para análise jurídica:

( ) Convite
( ) Pregão Presencial
( ) Pregão Eletrônico
(X) Tomada de Preços
( ) Concorrência
( ) Concurso
( ) Dispensa de Licitação
( ) Inexigibilidade de Licitação

8. Considerações:

Pretende Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer a Contratação de empresa para execução de obra de complementação da quadra poliesportiva na localidade de Campina dos Maia, Piên/PR, incluindo os serviços preliminares, drenagem do talude, piso ao redor de quadra e arquibancada em concreto armado e alvenaria.

Considerando que o objeto solicitado pela Secretaria trata-se de serviços de engenharia civil para execução de obra e que não há possibilidade de utilização de Pregão para este tipo de objeto, entendemos que a contração deva ser efetuada através de licitação na modalidade Tomada de Preços.

Encaminha-se à Assessoria Jurídica o presente processo para análise quanto à adequação da escolha da modalidade ao caso em apreço e para aprovação da minuta do instrumento convocatório e da respectiva ata de registro de preços que segue em anexo, para cumprimento do art. 38 da Lei nº 8.666/93.

07/02/2017

PATRICIA APARECIDA TROJANOVSKI
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Publique-se e registre-se.

CRISTIANO QUADROS
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Douglas Lietz
Código Identificador:62B80159

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 003/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 66, IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o que dispõe o art. 51 da Lei nº 8.666/93,

DECRETA:
Art. 1º Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados para constituir a Comissão Permanente de Licitação, a qual terá a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017:

Função	Nome	RG	CPF
Presidente	Patrícia Aparecida Trojanovski	10.376.658-3/PR	093.196.739-26
Secretária	Márcia Zigovski	10.339.824-0/PR	071.766.249-76
Membro	Doroti de Fátima Pieckocz	4.376.894-8/PR	601.575.509-15
Membro	Simon Schneider	6.268.104-7/PR	021.904.219-50
Suplente	Sideney do Nascimento Miorine	5.417.001-7/PR	856.970.879-34
Suplente	Adriano Roberto de Oliveira	6.612.903-9/PR	029.123.799-11
Suplente	Ingrid Rubiane de Bassi	9.795.293-0/PR	060.676.659-64
Suplente	Claudinei de Siqueira	9.C 3.270.269-SC	003.410.909-99
Suplente	Noili Fortescki Gassner	8.059.291-4/PR	031.909.409-08

Art. 2º Fica delegado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação ou, na sua falta, à Secretária, a atribuição de assinar todos os editais elaborados pelo Município.

Art. 3º Fica autorizada a Comissão Permanente de Licitação a realizar todos os procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes de interesse do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Piên – PIÊNPREV.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Piên PR, 02 de janeiro de 2017.

LIVINO TURECK
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

CRISTIANO QUADROS
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Douglas Lietz
Código Identificador:0FFD51BA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 004/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 66, IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o que dispõe os arts. 8º a 10 do Decreto Municipal nº 002/2006.
DECRETA:

Art. 1º Fica designada **PATRÍCIA APARECIDA TROJANOVSKI**, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe do Departamento de Licitações e Compras, portadora do RG nº 10.376.658-3/PR, inscrita no CPF sob nº 093.196.739-26, para exercer a função de PREGOEIRA nos processos licitatórios realizados no Município de Piên, sob a modalidade PREGÃO, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º Ficam designados os servidores abaixo relacionados para constituir a sua EQUIPE DE APOIO:

Nome	RG	CPF
DOROTI DE FÁTIMA PIECKOCZ	4.376.894-8/PR	601.575.509-15
SIMON SCHNEIDER	6.268.104-7/PR	021.904.219-50
ADRIANO ROBERTO DE OLIVEIRA	6.612.903-9/PR	029.123.799-11
INGRID RUBIANE DE BASSI	9.795.293-0/PR	060.676.659-64
SIDENEY DO NASCIMENTO MIORINE	5.417.001-7/PR	856.970.879-34
NOILI FORTESCKI GASSNER	8.059.291-4/PR	031.909.409-08
MÁRCIA ZIGOVSKI	10.339.824-0/PR	071.766.249-76

Art. 3º Fica delegado à Pregoeira a atribuição de assinar todos os editais de Pregão elaborados pelo Município.

Art. 4º Ficam autorizados a Pregoeira e os membros da equipe de apoio a realizar os procedimentos licitatórios sob a modalidade Pregão nos processos de aquisição de bens e contratação de serviços de interesse do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Piên – PIÊNPREV.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 02 de janeiro de 2017.

LIVINO TURECK
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

CRISTIANO QUADROS
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Douglas Lietz
Código Identificador:B49E8201

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 001/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA CRISTIANO QUADROS PARA EXERCER o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Municipal 1.151/2013, de 30 de janeiro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor **Cristiano Quadros**, portador da cédula de identidade civil RG nº 8.485.032-2/PR, para exercer o cargo de provimento em comissão de **Secretário de Administração e Finanças,** a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 02 de janeiro de 2017.

LIVINO TURECK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Douglas Lietz
Código Identificador:027EEC0B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 005/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017

PROCESSO Nº 266/2017

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA TODOS OS ITENS DO ANEXO I DESTE EDITAL (nos moldes da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.)

O Município de Piên, Estado do Paraná, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Decreto nº 003/2017, torna público que fará realizar às **14:00 horas do dia 02 de março de 2017**, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Amazonas, nº 373 – Centro, Piên/PR, fone (41) 3632-1136, licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tipo **MENOR PREÇO - EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, para execução de obra de complementação da quadra poliesportiva na localidade de Campina dos Maia, Piên/PR, incluindo os serviços preliminares, drenagem do talude, piso ao redor de quadra e arquibancada em concreto armado e alvenaria. O valor máximo total é R$ 62.440,36 (sessenta e dois mil, quatrocentos e quarenta reais e trinta e seis centavos), com prazo de execução de 90 (noventa) dias corridos.

O edital completo poderá ser adquirido na Secretaria de Administração e Finanças de 10 de fevereiro a 02 de março de 2017. As empresas interessadas em participar da licitação devem entrar em contato com o Departamento de Licitações e Compras, até o terceiro dia anterior à abertura das propostas para cadastro.

Piên/PR, 07 de fevereiro de 2017.

PATRICIA APARECIDA TROJANOVSKI
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017

PROCESSO Nº 266/2017

INDÍCE GERAL

1. PREÂMBULO
2. OBJETO
3. VALORES MÁXIMOS E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
5. DA ENTREGA E DO CONTEÚDO DOS ENVELOPES
6. DO RECEBIMENTO E QUALIFICAÇÃO
7. DO ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
8. DO ENVELOPE Nº 02 "PROPOSTA DE PREÇOS"
9. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
10. DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS
11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO
12. DA PUBLICIDADE DOS ATOS
13. DO PRAZO DOS RECURSOS
14. DA GARANTIA DA PROPOSTA
15. DO CONTRATO
16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO
17. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
18. DO ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO
19. DAS PENALIDADES E MULTAS
20. DA RESCISÃO
21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
22. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO
23. DA DOCUMENTAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS
24. RELAÇÃO DE ANEXOS
25. ELEMENTOS BASES NECESSÁRIOS À ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017
PROCESSO Nº 266/2017

1. PREÂMBULO:

1.1. PATRICIA APARECIDA TROJANOVSKI, Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Município de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, concedidas pelo Decreto nº 003/2017, **TORNA PÚBLICO** para conhecimento de interessados, que fará realizar no dia **02 de março de 2017, às 14:00 horas**, em sua sede administrativa, estabelecida na Rua Amazonas, nº 373 - Centro, Piên/PR, fone (41) 3632-1136, na sala de reuniões da Prefeitura, procedimento licitatório na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, tipo **MENOR PREÇO – EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94, pela Lei Complementar nº 123/06, Lei Complementar Municipal nº 1/2015 Inciso II do § 1º do artigo 34, e pelas disposições deste edital, fazendo-se a classificação pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

1.2. Para o recebimento dos envelopes "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA DE PREÇOS", fica determinado o dia **02 de março de 2017, às 14:00 horas**, os quais deverão ser protocolados junto à Comissão Permanente de Licitações, no endereço acima mencionado.

2. OBJETO:

2.1. O objeto do presente procedimento licitatório é a execução de obra de complementação da quadra poliesportiva na localidade de Campina dos Maia, Piên/PR, incluindo os serviços preliminares, drenagem do talude, piso ao redor de quadra e arquibancada em concreto armado e alvenaria. O prazo de execução será de 90 (noventa) dias corridos.

2.2. Todos os serviços devem ser executados de acordo com as especificações que seguem nos projetos básicos (em anexo) e em conformidade com as Normas Técnicas da ABNT pertinentes e demais especificações constantes do Projeto Básico.

3. VALORES MÁXIMOS E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

3.1. O valor máximo total é R$ 62.440,36 (sessenta e dois mil, quatrocentos e quarenta reais e trinta e seis centavos), os quais são oriundos do Ministério do Esporte, decorrentes da reprogramação do Contrato de repasse nº 1.000.609-26/2012– processo nº 778457/2012, cujas despesas correrão por conta da dotação orçamentária abaixo:

SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER
Dotações: 09.002.27.812.0015.2024-4490510000.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

4.1. Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014 e do art. 34, § 1º, III da Lei Complementar Municipal nº 1/15, a presente licitação é destinada à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que sejam do ramo pertinente ao objeto desta licitação, e atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, estabelecidas neste Edital e seus anexos.

4.2 Consideram-se Micro e Pequenas Empresas aptas à participação no certame aquelas que preenchem os requisitos do art. 3.º da lei Complementar n.º 123/2006 e que não se enquadrem em nenhuma das situações descritas no parágrafo 4.º do referido art. 3.º.

4.3 Para fins de comprovação da condição de Microempresa ou Empresas de Pequeno Porte, assim definidas aquelas que se enquadram na classificação descritas no art. 3.º da Lei Complementar n.º 123/2006, as licitantes deverão apresentar comprovação de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a qual poderá se feita através da declaração conforme Modelo de declaração de enquadramento como Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte (ANEXO III).

4.4 Poderão participar da presente Tomada de Preços EXCLUSIVAMENTE Micro Empresas e/ou Empresas de Pequeno Porte, cuja atividade tenha pertinência com o objeto da licitação, sendo vedada a participação em forma de consórcio.

4.5. Não será permitida a participação, direta ou indiretamente, na licitação:
a) de servidores ou dirigentes de órgão do Município de Piên ou de pessoas jurídicas cujos sócios sejam servidores ou dirigentes de órgão do Município de Piên;
b) de empresas estrangeiras que não funcionem no País;
c) de interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução e liquidação, de consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
d) de empresas com participação societária entre si e empresas do mesmo grupo econômico de direito e/ou de fato, exceto para propostas para itens ou lotes distintos;
e) de empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

f) também estão abrangidos pela proibição aqueles que tenham sido punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município de Piên, ou declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme o art. 87, III e IV da Lei nº 8.666/93.

5. DA ENTREGA E DO CONTEÚDO DOS ENVELOPES

5.1. A representação por mandatário será feita mediante Procuração no Credenciamento. O representante da proponente deverá apresentar documento que o credencie para participar do aludido procedimento (original e cópia), respondendo por sua autenticidade e legitimidade.

5.1.1. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do contrato social ou outro instrumento constitutivo da proponente, onde seja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

5.1.2. O sócio ou o representante da proponente, por ocasião de sua participação no certame, deverá entregar, juntamente com os demais documentos no credenciamento, cópia de sua carteira de identidade, ou outro documento de identificação com fotografia, podendo para tanto apresentar cópia simples, não sendo necessária cópia autenticada.

5.1.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto/Contrato Social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5.1.4. A documentação apresentada para fins de credenciamento (procuração pública ou particular ou contrato/estatuto social e cópia do documento de identificação do sócio ou representante) será anexada aos autos do processo, não sendo permitida a sua devolução.

5.1.5. É admitido somente um representante por proponente.

5.1.6. Não será admitido o credenciamento de uma única pessoa para representar mais de uma proponente, exceto nos casos em que se tratar de licitação por itens ou lotes, em que comprovadamente as proponentes estejam apresentando propostas para itens ou lotes distintos.

5.2. Caso a empresa interessada não queira mandar representante para a reunião de abertura, poderá entregar seus envelopes no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital.

5.3. Os envelopes **"DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA DE PREÇOS"** deverão ser entregues no local, dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, em envelopes distintos, de forma inviolável, fechados, colados e rubricados no local de seu fechamento, contendo as seguintes inscrições:

a) Envelope nº 01 "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO"
Firma ou razão social e endereço completo do licitante
Destinatário: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
AT: Comissão Permanente de Licitação
Tomada de Preços nº 001/2017

b) Envelope nº 02 "PROPOSTA DE PREÇOS"
Firma ou razão social e endereço completo do licitante
Destinatário: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
AT: Comissão Permanente de Licitação
Tomada de Preços nº 001/2017

6. DO RECEBIMENTO E QUALIFICAÇÃO

6.1. No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, a Presidente da Comissão de Licitação convocará os representantes legais a apresentarem seus respectivos credenciamentos ou Procuração, acompanhados da Cédula de Identidade ou documento equivalente, bem como para apresentarem a **DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (ANEXO III).** Depois de verificada a veracidade dos mesmos, serão recebidos os envelopes contendo a **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** e **PROPOSTA DE PREÇOS**, devidamente fechados, colados e rubricados pelos proponentes licitantes.

6.2. Após a Presidente da Comissão de Licitação ter declarado encerrado o prazo do recebimento dos envelopes, nenhum outro será aceito, e tampouco será permitido que se façam adendos, acréscimos ou esclarecimentos aos mesmos.

6.3. Os documentos retirados do Envelope **"DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO"** serão rubricados pela Comissão de Licitação e pelos licitantes, facultando-os aos interessados o exame dos mesmos.

6.4. Caso a Comissão de Licitação julgue necessário, a seu critério, poderá suspender a reunião, convidando os licitantes para em nova data e/ou horário para análise dos documentos, e apresentação do resultado da habilitação.

6.5. Ocorrendo a hipótese prevista no item 6.4, a Comissão de Licitação e os representantes das empresas participantes, deverão rubricar os documentos apresentados, ficando os envelopes das **PROPOSTAS DE PREÇOS** devidamente colados e rubricados, em poder da Comissão Permanente de Licitação.

6.6. O não comparecimento após regular convocação de qualquer dos participantes a nova reunião de que trata o item 6.4, não impedirá que ela se realize, não cabendo ao ausente o direito a reclamação de qualquer natureza, salvo os recursos cabíveis.

6.7. Caso haja algum recurso decorrente da primeira fase (abertura do envelope nº 01 - **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**), que importe em efeito suspensivo, as propostas de preços dos licitantes habilitados só serão abertas depois de cumpridas as exigências legais, ou seja, quando tiverem sido esgotadas todas as vias recursais dos trabalhos da fase de habilitação, quando será marcado o dia, horário e local previamente acertado com os participantes para a segunda fase.

6.8. Do recebimento da declaração de enquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte:

6.8.1. A etapa/fase para recebimento da DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, será levada a efeito tão logo se encerre da fase de CREDENCIAMENTO.

6.8.2. A DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE não deve integrar os ENVELOPES DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 01) e PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 02), constituindo-se em DOCUMENTO a ser fornecido separadamente.

6.8.3. Iniciada esta etapa/fase, a Presidente da Comissão de Licitação receberá e examinará a DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

6.8.4. A ausência da referida declaração ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente nesta TOMADA DE PREÇOS, impossibilitando, em consequência, o recebimento dos ENVELOPES DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 01) e de PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 02).

6.8.5. O atendimento desta exigência é condição para que a proponente continue participando da TOMADA DE PREÇOS, devendo proceder, em seguida, à entrega dos ENVELOPES DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 01) e de PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 02).

6.8.6. Na hipótese de não apresentação desta declaração ou de sua apresentação em desconformidade com a exigência do edital, a proponente poderá firmá-la ou corrigi-la na própria sessão, desde que possua representante legal com poderes para fazê-lo presente a sessão.

7. DO ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

7.1. O envelope nº 01 "**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**", deverá ser apresentado de forma inviolável, fechado, colado e rubricado, com os documentos exigidos em cópia autenticada por cartório competente ou conferida por servidor da Administração, devendo neste caso, o licitante apresentar **os originais** durante a sessão para a devida conferência, **com exceção** dos documentos exigidos nas letras ***b***, ***h***, ***j*** e ***m***, os quais deverão ser apresentados em via original.

7.2. Os documentos obtidos por meio eletrônico ficam dispensados da apresentação do original ou da autenticação por cartório competente, e só terão validade depois de conferida sua autenticidade pelo Órgão licitante, nos termos do art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93 e demais regulamentos.

7.3. Deverá constar do envelope nº 01 "**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**":

a) Certificado de Cadastro da Prefeitura de Piên;

b) Declaração, nos moldes do ANEXO IV deste edital, sob as penas da Lei:

1. Não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal n.º 9854, de 27.10.99, que altera a Lei n.º 8666/93;
2. Nenhum de nossos sócios é servidor(a) ou dirigente de órgão do Município de Piên;
3. Não estamos suspensos temporariamente de participar em licitação ou impedidos de contratar com a Administração;
4. Não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer e suas esferas;
5. Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
6. Somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou de origem nativa de procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal

aprovados por órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), com autorização de transporte concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA, tendo ciência que o não atendimento da presente exigência na fase de execução do contrato poderá acarretar as sanções administrativas previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal 8.666/93, e no artigo 72, 8º, inciso V da Lei Federal 9.605/98, sem prejuízo das implicações de ordem criminal contempladas na referida Lei.

d) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (que abrange inclusive as contribuições sociais);

d) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais;

e) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais (Caso a sede da proponente seja em outra cidade, a mesma deverá apresentar a CDN da Fazenda Municipal de sua sede e também a CND relativa aos Débitos Municipais da cidade de Piên);

IMPORTANTE: As empresas interessadas em participar da licitação que ainda não possuam a CND Municipal da cidade de Piên, devem entrar em contato com o Departamento de Tributação da Prefeitura Municipal para efetuar seu cadastro e obter a certidão. O contato deverá ser feito através do e-mail tributos@pien.pr.gov.br e a solicitante deverá encaminhar a cópia do cartão CNPJ e a Declaração de Optante pelo Simples Nacional, quando for o caso.

f) Certificado de Regularidade do FGTS;

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

h) Comprovante de que a empresa se enquadra em regime de tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

1. Para as **empresas optantes** pelo Sistema Simples de Tributação através do comprovante extraído do *site* da Secretaria da Receita Federal, através do site: *http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATBHE/ConsultaOptantes.app/ConsultarOpcao.aspx*, ou,

2. Para **empresas não optantes** pelo Sistema Simples de Tributação, através de Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado ou declaração prestada para a Junta Comercial do Estado, atestando a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

i) Certidão de Registro e regularidade de Pessoa Jurídica no CREA ou CAU;

j) Declaração de Responsabilidade Técnica, indicando o engenheiro ou arquiteto responsável pela execução (modelo ANEXO V);

k) Certidão de Registro e regularidade do engenheiro responsável no CREA ou arquiteto responsável no CAU;

l) Comprovante do vínculo do responsável técnico com a empresa proponente, podendo ser feito através da apresentação de cópia da Carteira de Trabalho, cópia do contrato de prestação de serviços ou da apresentação do contrato social (no caso de proprietário);

m) Atestado de visita expedido pelo licitador (modelo ANEXO VI). A proponente, quando da visita ao local da obra, deve obter, por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária para o preparo de sua proposta.

n) Comprovação da capacidade técnico operacional, que poderá ser da empresa ou do profissional técnico vinculado à mesma, para desempenho de atividade, pertinente e compatível em características com o objeto desta licitação, através da apresentação de atestados fornecidos por pessoas de direito público ou privado, em que figure o nome da empresa ou de profissional técnico vinculado a mesma na condição de contratado, **comprovados através de Certificado de Acervo Técnico - ATP emitido(s) pelo "Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo- CAU;**

o) Certidão negativa de falências e concordatas.

7.4. Tendo em vista tratar-se de execução de obras no âmbito do Estado do Paraná, os registros no CREA ou CAU exigidos neste Edital deverão ser vistados pelo CREA/PR ou CAU, caso a licitante tenha sua inscrição no CREA ou CAU de outro Estado. **Esta exigência somente deverá ser atendida pela proponente vencedora da licitação para fins de assinatura do contrato**.

7.5. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, **deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição**.

7.5.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às mesmas o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.5.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 7.3.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.6. As certidões ou documentos exigidos neste Edital que não apresentem expressamente o prazo de validade deverão ter sido expedidos até 90 (noventa) dias anteriores a data de abertura do Certame.

7.7. Em nenhuma hipótese, será concedido prazo para apresentação de documentos ("Documentos de Habilitação") exigidos neste Edital e não trazidos à sessão destinada à Habilitação, no respectivo envelope, salvo na hipótese constante do art. 48, § 3º, da Lei nº 8.666/93 e item 7.2.1.

7.8. Serão consideradas habilitadas as empresas licitantes que atenderem satisfatoriamente as disposições deste item.

7.9. Os envelopes contendo as Propostas de Preços das empresas inabilitadas serão devolvidos devidamente lacrados aos representantes das empresas licitantes.

7.10. Se todas as empresas habilitadas e/ou inabilitadas manifestarem desistência expressa de interpor recurso, intenção esta que será consignada em Termo de Renúncia (conforme modelo constante do ANEXO IX) ou Ata, a ser lavrada, assinada por todos os licitantes presentes, ou após o julgamento dos recursos caso venham a ser interpostos, proceder-se-á a imediata abertura das Propostas de Preços, sendo as mesmas rubricadas, folha por folha, por todas as licitantes na presença da Comissão, que as autenticará com suas rubricas.

7.11. A empresa que inserir certidões tidas como falsas serão remetidas aos Ministérios Públicos respectivos, para as providências cabíveis.

7.12. Ocorrendo dificuldade de acesso por meio eletrônico, a licitação prosseguirá na fase de habilitação, decidida esta, quando efetivada a comprovação da autenticidade do documento pelo sistema.

7.13. Do resultado do julgamento da habilitação caberá recurso na forma definida no art. 109, I, da Lei nº 8.666/93, com alterações introduzidas pela Lei 8.883/94.

7.14. A não apresentação ou incorreção do documento de credenciamento, não inabilitará a licitante, mas impedirá o seu representante de se manifestar e responder pela mesma, salvo as vias recursais.

7.15. Fica facultado ao Contratante proceder à diligências para sanar quaisquer dúvidas quanto a veracidade das informações prestadas.

8. DO ENVELOPE Nº 02 "PROPOSTA DE PREÇOS"

8.1. O envelope nº 02 - **"PROPOSTA DE PREÇOS"** será apresentado de forma inviolável, fechado, colado e rubricado no local de seu fechamento, devendo conter a Proposta de Preços, preferencialmente, digitada ou equivalente em papel timbrado da empresa, redigida em idioma nacional, de forma clara e detalhada, isentas de emendas ou rasuras, com todas as suas folhas rubricadas e a última assinada pelo seu responsável, constando:

a) Especificação clara do objeto desta Licitação, de acordo com o estabelecido nesta TOMADA DE PREÇOS e Especificações e Normas Técnicas;

b) Preço total do lote objeto deste edital, fixo e irreajustável, expresso em moeda corrente nacional, apurado à data da apresentação da proposta, sem a inclusão de encargos financeiros ou previsão inflacionária;

c) Declaração, emitida pela licitante, de pleno conhecimento das condições locais das obras/dos serviços e todas as dificuldades porventura existentes para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, bem como do recebimento da documentação e informações pertinentes à execução da obra;

d) Planilha orçamentária, que deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa licitante, seguindo as discriminações fornecidas no **ANEXO X**. A licitante fica responsável pela execução dos mesmos em sua totalidade, tendo em vista que a contratação se dará por preço certo e global;

e) Cronograma Físico-Financeiro (**ANEXO XI**) devidamente preenchido, com o respectivo equilíbrio físico-financeiro, constando o nome, número do registro no CREA ou CAU e assinatura do profissional habilitado e o nome, número do RG e assinatura do responsável legal pela empresa;

f) Os preços só poderão conter 02 (dois) dígitos após a vírgula, relativo aos centavos;

g) Fazer menção a TOMADA DE PREÇOS nº 001/2017 e conter a razão social do licitante, o CNPJ, número de telefone e de fax e e-mail, se houver, além do respectivo endereço e a **indicação do banco e agência e respectivos códigos e número da conta para efeito de emissão de nota de empenho e posterior pagamento** (sem que a ausência gere desclassificação).

h) apresentar o prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos a contar da data de sua apresentação, sendo que a omissão do prazo de validade na proposta de preços da licitante importará no cumprimento da validade mínima de 60 (sessenta) dias;

i) incluir nos preços propostos, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto da TOMADA DE PREÇOS nº 001/2017, envolvendo, entre outras despesas, **deslocamentos**, tributos de qualquer natureza, manutenção, encargos sociais e comerciais, etc., garantindo-se este durante toda a vigência do Contrato, exceto quanto aos preços nas hipóteses de desequilíbrio econômico-financeiro previsto na legislação incidental;

j) conter a declaração expressa de que a proponente se enquadra no regime tributário de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP), desde que atenda aos preceitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, podendo para tanto utilizar o modelo do ANEXO III deste edital.

8.2. Não serão levadas em consideração as Propostas apresentadas por telex, telegrama, fax ou internet.

8.3. A entrega das propostas significará que o proponente estará de acordo com o edital de Tomada de Preços e seus anexos.

8.4. Poderão, a critério da Comissão, serem relevados erros ou omissões formais dos quais não modifiquem as Propostas e nem resultarem prejuízos para o julgamento das mesmas, ou para o Município de Piên.

8.5. Os preços unitários, parciais, totais e globais cotados pelos licitantes obrigatoriamente contemplarão todas as despesas com materiais, fretes, mão-de-obra, equipamentos, leis sociais, fiscais, benefícios, despesas indiretas, lucro e demais despesas necessárias para a total execução da obra.

8.6. Deverá constar na Proposta data e assinatura do responsável pela Empresa e rubrica em todas as vias. Na omissão, a Comissão autorizará, perante os licitantes presentes, a assinatura e rubrica por seu responsável, convalidando a exigência, não acarretando desclassificação.

8.7. As Propostas serão examinadas e rubricadas pela Comissão de Licitação, bem como pelas proponentes ou seus representantes presentes, e será procedida a leitura dos preços e condições oferecidas.

8.8. Desta fase será lavrado a Ata circunstanciada a respeito, que deverá ser assinada pelos representantes presentes e pela Comissão de Licitação, devendo toda e qualquer declaração constar obrigatoriamente da mesma.

9. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DAS OBRAS E DOS SERVIÇOS

9.1. O prazo de execução para o lote será de **90 (noventa)** dias corridos a contar da assinatura do contrato.

9.2. O prazo de início, de etapa de execução, de conclusão e de entrega das obras poderá ser prorrogado desde que seja solicitado com as devidas justificativas ao Departamento de Obras e Edificações e que estas sejam julgadas aceitáveis pelo Departamento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

10. DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

10.1. O prazo de validade das propostas será de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de entrega da mesma.

11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO

11.1. **Da Abertura dos envelopes "Documentos de Habilitação"**

11.1.1. No dia, hora e local designados no preâmbulo deste instrumento, serão abertos os envelopes contendo a documentação que será devidamente rubricada pela Comissão e pelos proponentes. Após o exame da documentação feito pela Comissão Julgadora, esta proclamará os habilitados e, lavrar-se-á Ata assinada pelos integrantes da Comissão e representantes dos licitantes presentes.

11.1.2. Caso haja licitante não habilitada e que venha a apresentar recurso, observar-se-á o prazo do item 13.1, deste edital, ficando suspensa, a classificação e julgamento até decisão do recurso.

11.1.3. Proclamados os habilitados, se todos os licitantes desistirem dos recursos, os quais serão consignados em Termo de Renúncia (conforme modelo constante do ANEXO IX) ou Ata, será procedido o julgamento dos preços, o mesmo ocorrendo para as demais fases.

11.1.4. A inabilitação do licitante e a renúncia de recurso importam preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes. Após a fase de habilitação, não caberá desistência de proposta.

11.1.5. Quando todos forem inabilitados, poderá a Administração fixar o prazo de **08 (oito)** dias úteis para a apresentação de nova documentação cujos documentos devem estar com sua validade regular na data da nova habilitação.

11.2. **Da Abertura dos Envelopes "Proposta de Preços"**

11.2.1. Os envelopes "**Proposta de Preços**" de proponentes habilitados serão abertos a seguir, no mesmo local, pela Comissão de Licitação, desde que haja renúncia expressa dos proponentes da interposição de recursos, de que trata o artigo 109, I, "a" da Lei Federal nº 8.666/93, a qual será devidamente consignada em Ata. Caso contrário, a data de abertura será comunicada às proponentes, através de ofício, após julgado o recurso interposto, ou decorrido o prazo de interposição.

11.2.2. Uma vez abertos os envelopes, as Propostas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões que as ofertas apresentarem em relação às exigências e formalidades previstas nesta Tomada de Preços, com exceção do previsto nos subitens 8.4 e 11.2.3, salvo a possibilidade de diligências.

11.2.3. As Propostas que apresentarem erros de cálculos no global terão os valores corrigidos automaticamente pela Comissão de Licitação, devendo prevalecer para participação do certame licitatório a Proposta devidamente retificada.

11.2.4. As Propostas serão examinadas e rubricadas pela Comissão de Licitação, bem como pelas proponentes ou seus representantes presentes, e será procedida a leitura dos preços e condições oferecidas.

11.2.5. Desta fase, será lavrado a Ata circunstanciada a respeito, que deverá ser assinada pelos representantes presentes e pela Comissão de Licitação, devendo toda e qualquer declaração constar obrigatoriamente da mesma.

11.3. **Dos Critérios para Julgamento**

11.3.1. **Da Desclassificação**

11.3.1.1. Serão desclassificadas as Propostas que:

a) Não obedecerem às condições estabelecidas no Edital, Planilha Orçamentária, Especificações e Normas Técnicas e minuta do Contrato, vinculados a este procedimento;

b) Cotarem parcialmente a execução dos serviços;

c) Deixarem de apresentar a Planilha Orçamentária fornecida pelo Município de Piên (**ANEXO X**), da qual deverão constar obrigatoriamente os quantitativos e preços individuais e totais de material e mão-de-obra **separadamente**, bem como os percentuais adotados para os encargos sociais e BDI (Bonificação e Despesas Indiretas);

d) Apresentarem preços **manifestamente inexequíveis ou excessivos**. Poderá a Administração, nessa hipótese, solicitar justificativa para avaliação da capacidade de realização, através de documentação que comprove que os custos de insumos são coerentes com os do mercado, inclusive orçamentos e composição de preços unitários. Consideram-se manifestadamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

d.1) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% do valor orçado pela administração, ou

d.2) valor orçado pela administração.

e) Tenham evidentes erros de impressão de que inviabilizem o julgamento das propostas;

f) Tenham seus preços cotados em qualquer padrão monetário diferente do nacional;

g) Apresentarem preços ou quaisquer outras condições baseadas em cotação de outra licitante;

h) Deixarem de apresentar todas as planilhas orçamentárias.

i) apresentar item com preço simbólico ou de valor zero

j) apresentar item com preço superior ao máximo estimado pela Administração.

11.3.1.2. **Caso haja necessidade a Comissão de Licitação poderá solicitar:**

a) Composição de Encargos Sociais constantes de todos os itens que compõem, com seus respectivos percentuais;

b) Composição do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) contratante de todos os itens que a compõem;

c) Composição dos custos unitários dos itens da planilha orçamentária.

11.3.1.3. Se todas as Propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos Licitantes o prazo de **08 (oito) dias úteis** para apresentação de outra, escoimadas das causas que ensejaram a desclassificação.

11.3.1.4. As cláusulas obrigatórias do edital inadmitem modificação volitiva em suas propostas pelos licitantes, sendo que estas devem conter apenas o exigido na Tomada de Preços e em seus anexos.

11.3.1.5. Ocorrendo discordância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros, sempre que a eles se precisar recorrer.

11.3.1.6. Ocorrendo discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.3.2. **Da Classificação**

11.3.2.1. As Propostas consideradas aceitáveis serão analisadas pela Comissão, que fará a classificação pelo **menor preço global** do objeto licitado, orientando-se pelo tipo de licitação de **menor preço**, e aos requisitos contidos no Edital e seus Anexos, cujos preços forem compatíveis com os de mercado.

11.3.2.1.1. O CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE do preço global, da proposta cotada pelos licitantes, será **de no máximo, o valor estimado para o objeto,** o qual corresponde ao valor orçado pela Administração.

11.3.2.1.2. O Valor do subtotal da planilha orçamentária, para cada grande item, deverá respeitar o percentual pré-estabelecido na planilha orçamentária estabelecida no **ANEXO X**, admitindo uma margem de variação para mais em até 20%. O valor que exceder esse percentual será pago junto com a última parcela do cronograma físico-financeiro.

11.3.2.3. No caso de empate entre duas ou mais propostas proceder-se-á ao sorteio, conforme disposto no § 2° e no § 3° do art. 45 da Lei n° 8.666, de 1993.

11.4. **Da Adjudicação e Homologação**

11.4.1. A Comissão Permanente de Licitação encaminhará os autos ao Prefeito Municipal, para fins de deliberação quanto à homologação da Licitação e adjudicação do objeto.

12. DA PUBLICIDADE DOS ATOS

12.1. A intimação da inabilitação e julgamento das propostas se fará por comunicação direta, no ato em que foi adotada a decisão, desde que presentes os representantes das empresas licitantes. Caso contrário ocorrerá publicação no veículo oficial de imprensa do Município de Piên, pelo site www.diariomunicipal.com.br/amp e também no site oficial do Município de Piên, endereço www.pien.pr.gov.br

13. DO PRAZO DE RECURSOS

13.1. A interposição de recursos obedecerá ao que estabelece o art. 109 da Lei nº 8.666/93, podendo o licitante inconformado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, recorrer da decisão da Comissão de Licitação, contados da comunicação da decisão lavrado em Ata, se presentes todos os licitantes, ou da publicação no veículo oficial de imprensa do Município de Piên.

13.2. Os recursos interpostos deverão ser dirigidos à Presidente da Comissão Permanente de Licitação, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado ao Prefeito Municipal, onde este decidirá em 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do Recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

13.3. Se todos os Licitantes desistirem dos recursos, os quais serão consignados em Termo de Renúncia (conforme modelo constante do ANEXO IX) ou Ata, deverá a Comissão de Licitação prosseguir a efetivação do procedimento nas fases respectivas.

13.4. Os recursos relativos ao julgamento das fases de Habilitação e Propostas terão efeito suspensivo conforme o art. 109, § 2º da Lei 8.666/93, sendo os mesmos admitidos dentro do prazo legal.

13.5. Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos do Edital, o licitante que tenha aceitado sem objeção ou deixe de apontar falhas ou irregularidades até o segundo dia útil que anteceder à abertura do envelope com as propostas, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

13.6. O recorrente deverá fazer acompanhar de seu recurso ou impugnação todas as provas admitidas em direito que julgar necessárias para comprovação de suas alegações.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Licitação excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento. Se este recair em dia sem expediente normal no Órgão, o término do prazo ocorrerá no primeiro dia útil subsequente.

14. DA GARANTIA DA PROPOSTA

14.1. Não se exigirá prestação de garantia da proposta neste procedimento.

15. DO CONTRATO

15.1. **Das Condições**

15.1.1. O Contrato decorrente da presente licitação, bem como suas alterações, ficará subordinado à Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como as normas do Código Civil Brasileiro, no que couber, de acordo com a minuta anexa ao presente.

15.1.2. O adjudicatário será convocado a aceitar e **assinar o Contrato e prestar a garantia contratual** ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do comunicado expedido pelo Departamento de Licitações e Compras, **ressaltando que somente poderá assinar o contrato a proponente vencedora que estiver regularmente inscrita no CREA ou CAU do estado do Paraná, inclusive quanto ao engenheiro ou arquiteto indicado para atuar como responsável técnico**.

15.1.3. O prazo concedido para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município.

15.1.4. A Administração poderá, quando a convocada deixar de assinar o Contrato no prazo estabelecido, convidar as demais proponentes classificadas, segundo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive de preços, ou revogar a licitação, independentemente da cominação do artigo 81 da Lei nº 8.666/93.

15.1.5. A autoridade competente poderá, até a assinatura do Contrato, desclassificar o licitante vencedor por despacho fundamentado sem direito a indenização e ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, quando o Município de Piên tiver notícia de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da presente licitação, que desabone a idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa da licitante, assegurada a ampla defesa, nos termos do art. 48 da Lei 8.666/93.

15.2. **Dos Prazos de vigência do contrato**

15.2.1. O prazo de **vigência do contrato** será de **400 (quatrocentos) dias**, a contar da data da assinatura do contrato, que poderá ser prorrogado desde que devidamente justificado o motivo e aceito pela Administração, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

15.2.2. O prazo para **recebimento provisório** dos serviços será de até **10 (dez) dias,** a contar da comunicação escrita do Contratado da conclusão dos serviços.

15.2.3. O prazo para **recebimento definitivo** dos serviços será de até **15 (quinze) dias,** a contar do recebimento provisório.

15.3. **Da Medição dos Serviços**

15.3.1. As medições dos serviços deverão ocorrer a cada 30 (trinta) dias, contados a partir da data de seu início, conforme cronograma físico-financeiro a ser fornecido pelo CONTRATADO.

15.3.2. O CONTRATADO deverá efetuar a medição dos serviços executados e entregar à Contratante, que terá o prazo máximo de 10 (dez) dias para confirmar o aceite e processar a mesma.

15.3.3. No caso de não aceitação da medição realizada, a Contratante devolverá ao CONTRATADO para retificação, devendo emitir nova medição no prazo de 05 (cinco) dias.

15.3.4. O servidor responsável pela fiscalização do serviço manterá constante avaliação quantitativa e qualitativa do andamento da obra, inclusive ratificando junto aos fornecedores as aquisições do CONTRATADO.

15.4. **Das Obrigações do Contratado e do Contratante**

15.4.1. Conforme especificadas na Minuta do Contrato, anexo à presente TOMADA DE PREÇOS.

16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

16.1. Para assinatura do contrato decorrente desta licitação, a adjudicatária deverá prestar garantia de execução da obra, cujo valor será obtido pela aplicação de 5% (cinco por cento) sobre o valor de sua proposta.

16.2. O recolhimento da garantia de execução poderá ser efetuado nas modalidades indicadas no art. 56 da Lei nº 8.666/93.

16.3. O CONTRATADO perderá a garantia de execução quando:

16.3.1. Da inadimplência das obrigações e/ou rescisão do termo de contrato de empreitada;

16.3.2. Do não recebimento provisório e definitivo e/ou não aceitação pela Prefeitura da obra.

16.4. A devolução da garantia de execução ou o valor que dela restar, dar-se-á mediante:

16.4.1. Aceitação pela Prefeitura do objeto contratual e o termo de recebimento definitivo;

16.4.2. Comprovantes, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e/ou energia elétrica. As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto do lote, são de inteira responsabilidade do CONTRATADO.

17. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1. OS PAGAMENTOS SERÃO EFETUADOS MENSALMENTE, EM CONFORMIDADE COM AS MEDIÇÕES MENSAIS de serviços efetivamente realizados e aprovados pela fiscalização da contratante.

17.1.1. Após as medições o CONTRATADO será autorizada a emitir a nota fiscal para cobrança.

17.2. Na Nota Fiscal deverá vir discriminado o valor da mão de obra e de material, para efeito de retenção do valor do INSS, na forma da Lei nº 9.711/98, o número da licitação, o número do contrato, o destaque do valor e alíquota do ISS que será retido na prefeitura.

17.3. O prazo de pagamento é de até **30 (trinta) dias**, após a data de protocolização da nota fiscal.

17.4. Junto à nota fiscal, o CONTRATADO deverá anexar a Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (que abrange inclusive as contribuições sociais), o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, previstas neste Edital, bem como a Relação dos Trabalhadores Constantes no Arquivo SEFIP.

17.5. A 1ª parcela do pagamento só será efetuada após a apresentação da matrícula da obra no INSS, com a base de cálculo por parte do INSS do valor da obra, além da ficha de registro dos empregados vinculados à execução dos serviços contratados.

17.6. As parcelas subsequentes somente serão quitadas após apresentação de GPS e GFIP quitadas.

17.7. A última parcela somente será efetuada após a baixa da obra no INSS e apresentação da CND da obra, acompanhada do Termo de Conclusão.

18. DO ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO

18.1. O objeto contratado poderá ser **aumentado ou reduzido em até 25%** (vinte e cinco por cento) sobre o valor inicial atualizado do Contrato, mediante o interesse público, a necessidade de serviços e a conveniência administrativa, nos termos do art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93, e, no caso particular de reforma de edifício, até o limite de 50%, em seus acréscimos, salvo a exceção prevista no § 2º do art. 65 do mesmo diploma legal, consoante a redação dada pela Lei nº 9.648/98.

19. DAS PENALIDADES E MULTAS

19.1. Pela inexecução total ou parcial dos compromissos firmados na presente licitação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as sanções previstas nos art. 86 e 87 da lei 8.666/93, conforme segue:

19.1.1. ADVERTÊNCIA: no caso de descumprimento de obrigação contratual de menor gravidade, que não traga prejuízos econômicos e funcionais para a Secretaria requisitante.

19.1.2. MULTA:

a) Pelo atraso injustificado da execução da obra (início, etapa, conclusão), o contratado ficará sujeito à penalidade de **multa de mora**, a ser aplicada a partir do 1º dia útil posterior ao vencimento do prazo devido, a ser calculada pela seguinte equação:

M=V.F.N

Onde:

M=valor da multa

V=valor correspondente à parcela do serviço em atraso

F=fator percentual correspondente a 0,33% por dia de atraso

N=período de atraso em dias corridos

b) **Multa compensatória** de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, a critério da Administração Municipal de Piên, que avaliará a gravidade da falta cometida e os prejuízos sofridos pela Administração, nos seguintes casos, entre outros:

b.1) reincidência dos motivos determinantes da aplicação da penalidade de advertência;

b.2) quando houver atraso injustificado da execução da obra (início, etapa, conclusão) por prazo superior a 30 (trinta) dias ou que impossibilite o atendimento de prazos à que a Administração se sujeite;

b.3) descumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

b.4) interrupção da execução sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

b.5) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, não autorizada pela Administração;

b.6) desatendimento injustificado das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar o Contrato;

b.7) cometimento reiterado de faltas na vigência do Contrato;

b.8) recusa injustificada do adjudicatário em aceitar e assinar o Contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis após a válida convocação, ou pela rescisão não amigável do contrato por iniciativa do Contratado.

19.1.3. SUSPENSÃO temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, devendo, também, ser descredenciado, pelo mesmo prazo estabelecido anteriormente, do respectivo sistema de cadastramento de fornecedor.

19.1.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, no caso de o licitante agir de má fé ou fraudulentamente, configurando ilícito penal e, no caso de inexecução dolosa do contrato, será declarada a inidoneidade do licitante ou contratado para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19.2. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra. O valor da multa aplicada será descontado da garantia do respectivo contrato e dos créditos devidos ao Contratado. Caso o valor da multa seja superior aos créditos referidos neste item, será cobrada administrativamente pela municipalidade, ou ainda judicialmente.

19.3. As multas e sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

19.4. Independentemente da aplicação das penalidades indicadas no item 19.1, a proponente ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência.

19.5. **A inadimplência total ou parcial do contrato poderá ensejar, além da aplicação das penalidades descritas no item 19.1, a rescisão contratual, constituindo motivo para tanto as hipóteses especificadas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93**. Fica reconhecido o direito da Administração, em caso de rescisão administrativa.

19.6. Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada. Tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

20. DA RESCISÃO

20.1. O Contrato Administrativo decorrente desta licitação poderá ser rescindido:

20.1.1. Unilateralmente, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei Federal nº 8.666/93.

20.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

20.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação processual.

20.2. No caso de rescisão contratual, devidamente justificada nos autos do processo, terá o Contratante no prazo de 05 (cinco dias) úteis contados da notificação, assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa.

20.3. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as devidas consequências contratuais.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. O presente Edital se submete integralmente ao disposto nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, estabelecendo-se, para o presente certame a licitação exclusiva para participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

21.2. As normas disciplinadoras desta TOMADA DE PREÇOS serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público, da finalidade e da segurança do Contrato.

21.3. Quaisquer esclarecimentos adicionais ao edital desta TOMADA DE PREÇOS poderão ser obtidos pelo fone/fax (41) 3632-1136 e pelo *e-mail* patricia@pien.pr.gov.br até o segundo dia útil que anteceder a data marcada para a sessão destinada ao recebimento dos envelopes "Documentação de Habilitação" e "Propostas de Preços".

21.3.1. Não o fazendo neste prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apreciação das propostas, não cabendo aos licitantes direito a qualquer reclamação posterior.

21.4. A Comissão Permanente de Licitação poderá convocar servidores do Órgão para oferecer suporte técnico e/ou jurídico às decisões da Comissão de Licitação.

21.5. O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital, pois a simples apresentação da proposta subentende o conhecimento integral do objeto da licitação, incondicional ao presente instrumento convocatório, não sendo aceitas alegações posteriores de desconhecimento de qualquer pormenor.

21.6. O Município de Piên reserva-se no direito de revogar, anular, suspender ou adiar a presente licitação, no exercício de seu poder de autotutela, por razões de interesse público ou por decorrência de fato superveniente comprovado, e anular no todo ou em parte, resguardando-se o direito de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, consoante prevê o artigo 109, inciso I da Lei nº 8.666/93, bem como, transferir a data de abertura, sem que caiba à licitante direito a indenização, seja a que título for.

21.7. As irregularidades sanáveis que venham a surgir no processo licitatório só importarão na modificação volitiva do instrumento convocatório em caso de impugnações que sejam consideradas procedentes.

21.8. As modificações ocorridas neste Edital obedecerão ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/93.

21.9. Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão de Licitação, com fundamento nas disposições da legislação em vigor.

21.10. Fica estabelecido que todas e quaisquer informações, esclarecimentos ou dados, fornecidos verbalmente por elementos do Município, não serão considerados como argumento para impugnações, reclamações, reivindicações e outros por parte dos proponentes.

29.11. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta TOMADA DE PREÇOS, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

29.11.1. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

29.11.2. Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato/fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local estabelecidos neste EDITAL, desde que não haja comunicação da Presidente da Comissão de Licitação em sentido contrário.

29.12. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.

29.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da proponente, desde que possíveis à exata compreensão de sua proposta e a aferição da sua qualificação, durante a realização da sessão pública da TOMADA DE PREÇOS.

29.14. A proponente assume o custo para a preparação e apresentação de sua proposta, sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por esta despesa, independentemente da condução ou do resultado da TOMADA DE PREÇOS.

29.15. Em qualquer fase da TOMADA DE PREÇOS, caberá ao representante da licitante comprovar a exequibilidade da proposta, durante a própria sessão, implicando em desclassificação da proposta quando, inquirido, não comprovar por qualquer meio de prova admitida em direito.

29.16. A apresentação da proposta de preços implicará na aceitação, por parte da proponente, das condições previstas neste Edital e seus Anexos.

29.19. A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase da TOMADA DE PREÇOS.

29.20. A proponente se obriga a manter, durante todo o prazo de vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

29.21. Este Edital e seus Anexos, bem como as propostas das proponentes beneficiárias, farão parte integrante do Contrato, independentemente de transcrição.

22. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

22.1. Dentre as prioridades do Executivo Municipal, as quais incluem Saúde, Educação, Assistência Social, entre outras, está o Esporte, sendo assim, em parceria com o Ministério do Esporte e com a Caixa Econômica Federal, o Município está investindo em infraestrutura esportiva, como a construção da Quadra Poliesportiva, na Comunidade de Campina dos Maia. A referida obra esta já encontra-se concluída, logo considerando o saldo remanescente de Recursos Federais, o Município solicitou uma reprogramação deste valor junto à CAIXA, com vistas à realização de melhorias ao objeto inicialmente pactuado. Desta forma, conseguiremos melhorar a infraestrutura já existente, adequando a mesma às necessidades da Comunidade, fortalecendo o desenvolvimento do Esporte Educacional, recreativo e

de lazer, disponibilizando melhores instalações para os atletas, crianças, jovens e para toda a população Pienense, ficando evidente o interesse público nesta ação.

23. DA DOCUMENTAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS

23.1. Por ocasião da contratação o CONTRATADO deverá apresentar, no prazo de 03 (três) dias, a seguinte documentação individual relativa aos funcionários que prestarão os serviços nas dependências da CONTRATANTE:

a) Cópia da CTPS,
b) Cópia da Ficha de Registro, e
c) Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (Último Ano-base).

23.2. Havendo troca de funcionários na prestação dos serviços deverá o contratado reapresentar a documentação acima.

24. RELAÇÃO DE ANEXOS

22.1. Integram o presente edital de TOMADA DE PREÇOS:

ANEXO I	Projeto
ANEXO II	Minuta do Contrato
ANEXO III	Modelo de declaração de enquadramento como Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte
ANEXO IV	Modelo de declarações
ANEXO V	Modelo de declaração de responsabilidade técnica
ANEXO VI	Modelo de atestado de visita técnica
ANEXO VII	Modelo de carta-credencial
ANEXO VIII	Modelo de proposta de preços
ANEXO IX	Modelo de termo de renúncia do prazo recursal
ANEXO X	Planilha Orçamentária
ANEXO XI	Cronograma Físico-Financeiro

23. ELEMENTOS BASES NECESSÁRIOS À ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

23.1. O edital completo ficará à disposição dos interessados e as dúvidas poderão ser esclarecidas na Prefeitura Municipal de Piên, no Departamento de Licitações e Compras.

Piên/PR, 07 de fevereiro de 2017.

PATRICIA APARECIDA TROJANOVSKI
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ...../2017
REFERENTE À TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017

CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN/PR E .....

Pelo presente instrumento particular que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE PIÊN, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.002.666/0001-40, com sede à Rua Amazonas nº 373, Centro, Piên/PR, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Sr. **LIVINO TURECK**, brasileiro, casado, empresário, portador da CI nº 3.969.153-1/PR e inscrito no CPF sob nº 450.964.229-68, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro ....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº ....., Inscrição Estadual nº ....., Inscrição Municipal nº ....., CREA/PR – CAU nº ....., com endereço na ....., fone ....., neste ato representado pelo Sr. ....., inscrito no CPF sob nº ....., doravante denominado simplesmente CONTRATADO, têm entre si justo e contratado a empreitada, nos termos da Lei nº 8.666/93 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS (Art. 55, I, Lei 8.666/93).

Cláusula Primeira: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para execução de obra de complementação da quadra poliesportiva na localidade de Campina dos Maia, Piên/PR, incluindo os serviços preliminares, drenagem do talude, piso ao redor de quadra e arquibancada em concreto armado e alvenaria.

DO REGIME DE EXECUÇÃO (Art. 55, II, Lei 8.666/93).

Cláusula Segunda: A obra deverá ser executada de acordo com as especificações que seguem no Projeto Básico e em conformidade com as Normas Técnicas da ABNT, de acordo com a planilha orçamentária, vinculados ao procedimento licitatório Tomada de Preços nº 001/2017, com supervisão do engenheiro civil da Administração.

DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES PAGAMENTO (Art. 55, III, Lei 8.666/93).

Cláusula Terceira: Fica ajustado o valor total do presente contrato em R$ ..... a serem pagos conforme medições mensais devidamente vistoriada e aprovadas pela fiscalização da Contratante, em até 30 (trinta) dias após a protocolização da Nota Fiscal/Fatura respectiva, onde deverão vir discriminados os valores da mão-de-obra e dos materiais, e comprovantes de regularidade perante a Receita Federal, FGTS e a CNDT, bem como a Relação dos Trabalhadores Constantes no Arquivo SEFIP. A tesouraria depositará o pagamento em conta corrente bancária do contratado, por ele fornecida.

Cláusula Quarta: O preço pelo qual será contratado o objeto não será reajustado, conforme Leis nº 8.880/94 e 9.069/95.

Cláusula Quinta: Os pagamentos obedecerão às seguintes exigências:
a) A 1ª parcela do pagamento só será efetuada após a apresentação da matrícula da obra no INSS, com a base de cálculo por parte do INSS do valor da obra, além da ficha de registro dos empregados vinculados à execução dos serviços contratados;
b) As parcelas subsequentes somente serão efetuadas após medições e apresentação de GPS e GFIP quitadas.
c) A última parcela somente será efetuada após a baixa da obra no INSS e apresentação da CND da obra, acompanhada do Termo de Conclusão.
d) Na Nota Fiscal deverá vir discriminado o valor da mão de obra e de material, para efeito de retenção do valor do INSS, na forma da Lei nº 9.711/98, o número da licitação, o número do contrato, o destaque do valor e alíquota do ISS que será retido na prefeitura.
e) Junto à nota fiscal, o CONTRATADO deverá anexar o comprovante de regularidade perante o FGTS e a certidão negativa previdenciária e trabalhista, comprovando que mantém as condições de habilitação durante a vigência contratual, bem como cópias autenticadas das folhas de pagamento dos empregados, bem como a Relação dos Trabalhadores Constantes no Arquivo SEFIP.

DO PRAZO DE INÍCIO, DE CONCLUSÃO E DE RECEBIMENTO (Art. 55, IV, Lei 8.666/93).

Cláusula Sexta: O prazo para execução da obra será de **90 (noventa) dias corridos**, a contar da assinatura do contrato.

Cláusula Sétima: O prazo para **recebimento provisório** dos serviços será de até **10 (dez) dias,** a contar da comunicação escrita do Contratado da conclusão dos serviços.

Cláusula Oitava: O prazo para **recebimento definitivo** dos serviços será de até **15 (quinze) dias,** a contar do recebimento provisório.

Cláusula Nona: O prazo de **vigência do contrato 400 (quatrocentos) dias corridos**, a contar da data da assinatura do contrato.

Parágrafo Único: Os prazos de execução e vigência deverão ser contados com início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

Cláusula Décima: Os prazos de início, de etapa de execução, de conclusão e de entrega das obras, bem como o prazo de vigência dos contratos poderão ser prorrogados, desde que devidamente justificado o motivo e aceito pela Administração nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS (Art. 55, V, Lei 8.666/93).

Cláusula Décima Primeira: Os valores destinados a esta contratação são oriundos do Ministério do Esporte, decorrentes da reprogramação do Contrato de repasse nº 1.000.609-26/2012– processo nº 778457/2012, cujas despesas correrão por conta da dotação orçamentária abaixo:

SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER
Dotações: 09.002.27.812.0015.2024-4490510000.

DA GARANTIA (Art. 55, VI, Lei 8.666/93).

Cláusula Décima Segunda: Para assinatura do presente contrato, a adjudicatária deverá prestar garantia de execução da obra, cujo valor será obtido pela aplicação de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual, no mesmo prazo para a assinatura do contrato.

Parágrafo Primeiro: O recolhimento da garantia de execução poderá ser efetuado nas modalidades indicadas no art. 56 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Segundo: O CONTRATADO perderá a garantia de execução quando:

a) Da inadimplência das obrigações e/ou rescisão do termo de contrato de empreitada;
b) Do não recebimento provisório e definitivo e/ou não aceitação pela Prefeitura da obra.

Parágrafo Terceiro: A devolução da garantia de execução ou o valor que dela restar, dar-se-á mediante:

a) Aceitação pela Prefeitura do objeto contratual e o termo de recebimento definitivo;
b) Apresentação de comprovantes, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e/ou energia elétrica. As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto do lote, são de inteira responsabilidade do CONTRATADO.

DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES (Art. 55, VII, Lei nº 8.666/93)

Cláusula Décima Terceira: Sem que a isto limite sua responsabilidade, será o **CONTRATANTE** responsável pelos seguintes itens:

a) Prestar ao **CONTRATADO** todos os esclarecimentos necessários à execução da obra/serviço.

b) Elaborar as planilhas de apontamento de obra/serviços, para fins de processamento dos serviços executados, bem como efetuar os pagamentos devidos nos prazos determinados, após medição do engenheiro civil do **CONTRATANTE** devidamente aprovado pela Autoridade competente.

c) Exercer a fiscalização e acompanhamento dos serviços de execução da obra/serviço, **a qual ficará a cargo do engenheiro civil Simon Schneider**, devendo anotar em livro de ocorrências as irregularidades porventura havidas, dando conhecimento formal por relatório à autoridade superior, sob pena de responsabilidade do agente fiscalizador.

d) Notificar formalmente o **CONTRATADO** pela ocorrência de irregularidades que a fiscalização identificar na execução da obra/serviço, até para que possa a empresa proceder a reparos, a menos que o livro de ocorrência esteja na obra/serviço.

e) Efetuar o pagamento nas condições estabelecidas neste instrumento.

Cláusula Décima Quarta: Sem que a isto limite sua responsabilidade, será o **CONTRATADO** responsável pelos seguintes itens:

a) Executar a obra/serviço de acordo com as especificações determinadas na TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017, bem como aos anexos que se vinculam a este instrumento.

b) Observar todas as normas ambientais e do Código de Postura do Município, durante a execução da obra/serviço.

c) Cumprir as normas práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos, Normas da ABNT e do INMETRO, inclusive as normas de concessionárias de serviços públicos, do corpo de bombeiros e as Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA/CAU.

d) Providenciar junto ao CREA/PR – CAU as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei n.º 6.496/77 e apresentá-la ao Contratante por ocasião do início da execução da obra. Os responsáveis técnicos pelos serviços a serem desenvolvidos deverão ter vínculo formal com o **CONTRATADO.**

e) Manter, na direção da obra/serviço, profissional legalmente habilitado pelo CREA/PR ou pelo CAU, que será seu preposto, vinculando-se às condições de habilitação.

f) Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, objeto deste contrato, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o contrato, no prazo determinado.

g) Conduzir os serviços em estrita observância com as normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

h) Manter no local dos serviços o Livro de Ocorrências e, para uso exclusivo da Administração, um jogo completo de todos os documentos técnicos, notificando formalmente o **CONTRATANTE**, das irregularidades ou ilegalidades cometidas pelo mesmo, após anotação regular no livro de Registro de Ocorrências.

i) Refazer, às suas expensas, os serviços executados em desacordo com estabelecido no contrato, e os que apresentarem defeitos, vício, incorreções ou falhas graves que afetem a solidez e segurança da edificação, de acordo com a legislação aplicada.

j) Cumprir todas as solicitações e exigências feitas pela Administração no Livro de Ocorrências, independente de cominações legais.

k) Ser responsável pela guarda e manutenção da obra/serviço, equipamentos e materiais até o recebimento provisório das mesmas.

l) Manter-se, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Outrossim, deverá o **CONTRATADO** manter sua capacidade econômico-financeiro compatível com as obrigações assumidas.

m) Fornecer os materiais previstos nas especificações anexas ao instrumento convocatório.

n) Empregar na obra/serviço todos os materiais novos e comprovadamente de primeira qualidade. O **CONTRATADO** só poderá usar qualquer material depois de submetê-lo à aprovação da FISCALIZAÇÃO ou Comissão de Construção a ser designada, a qual caberá impugnar o seu emprego quando em desacordo com as normas aqui estabelecidas.

o) Conservar no canteiro da obra/serviço até o fim dos trabalhos as amostras dos materiais, depois de convenientemente aprovadas pela FISCALIZAÇÃO ou Comissão de Construção, à vista do construtor, de forma a facilitar, a qualquer tempo, a verificação de sua perfeita correspondência aos materiais empregados.

p) Tomar providências junto às concessionárias de energia elétrica, saneamento e telecomunicações para ligações definitivas, no que couber.

q) Arcar com todos os encargos e obrigações de natureza social, trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrente da execução objeto desta licitação, inclusive, em caso de inadimplência de encargos e obrigações de o **CONTRATADO**, tais responsabilidades não se transferem para o **CONTRATANTE**, consoante previsão do art. 71 e seu parágrafo 1º, Lei nº 8.666/93.

r) Apresentar a relação dos fornecedores e empresas que fornecerem, durante o contrato, material, equipamentos e bens necessários à execução da obra/serviço.

s) Comunicar ao **CONTRATANTE** quaisquer eventos que possam comprometer a execução do contrato, tais como: dissolução da sociedade ou o falecimento do **CONTRATADO**, decretação de falência ou recuperação judicial, débitos previdenciárias, de FGTS e Sociais e outras situações, que afetem a estabilidade econômico-financeira da Empresa, com repercussões no contrato.

t) Responder civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, independente de dolo ou culpa, no cumprimento do contrato, venha direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados à Administração ou a terceiros.

u) Garantir que somente executem os serviços, objetos deste instrumento, os funcionários cuja documentação tenha sido entregue em conformidade com o item 24 do Edital referente à TOMADA DE PREÇOS nº 001/2017.

v) É responsabilidade do CONTRATADO fornecer à seus funcionários todos os equipamentos de proteção individual – EPIs necessários à execução dos serviços, bem como cobrar destes a utilização dos mesmos.

x) Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à Saúde e Segurança do Trabalho, emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e outros órgãos competentes.

x) Garantir a correta sinalização do local onde estejam sendo realizados os serviços.

y) O CONTRATADO se obriga a permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes bem como dos órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis.

Parágrafo Primeiro: O **CONTRATADO** não poderá, sob nenhum pretexto ou hipótese, subcontratar todos os serviços objeto do contrato.

Parágrafo Segundo: O **CONTRATADO** somente poderá subcontratar parte dos serviços se a subcontratação for aprovada prévia e expressamente pelo **CONTRATANTE.**

Parágrafo Terceiro: Se autorizada a efetuar a subcontratação de parte dos serviços, o **CONTRATADO** realizará a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responderá perante o **CONTRATANTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

Cláusula Décima Quinta: A responsabilidade do **CONTRATADO** pela qualidade, correção e segurança dos trabalhos subsistirá, na forma da lei vigente, mesmo após o recebimento definitivo da obra/serviço licitada, nos termos dos arts. 69 e 70 e § 2º do art. 73 da Lei nº 8.666/93.

DAS PENALIDADES E DO VALOR DA MULTA (Art. 55, VII, Lei 8.666/93).

Cláusula Décima Sexta: Pela inexecução total ou parcial dos compromissos firmados no presente Contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as sanções previstas nos art. 86 e 87 da lei 8.666/93, conforme segue:

1. ADVERTÊNCIA

a) Advertência, no caso de descumprimento de obrigação contratual de menor gravidade, que não traga prejuízos econômicos e funcionais para a Secretaria requisitante.

2. MULTA

a) Pelo atraso injustificado da execução da obra (início, etapa, conclusão), o contratado ficará sujeito à penalidade de **multa de mora**, a ser aplicada a partir do 1º dia útil posterior ao vencimento do prazo devido, a ser calculada pela seguinte equação:

M=V.F.N

Onde:

M=valor da multa

V=valor correspondente à parcela do serviço em atraso

F=fator percentual correspondente a 0,33% por dia de atraso

N=período de atraso em dias corridos

b) **Multa compensatória** de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, a critério da Administração Municipal de Piên, que avaliará a gravidade da falta cometida e os prejuízos sofridos pela Administração, nos seguintes casos, entre outros:

b.1) reincidência dos motivos determinantes da aplicação da penalidade de advertência;

b.2) quando houver atraso injustificado da execução da obra (início, etapa, conclusão) por prazo superior a 30 (trinta) dias ou que impossibilite o atendimento de prazos à que a Administração se sujeite;

b.3) descumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

b.4) interrupção da execução sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

b.5) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, não autorizada pela Administração;

b.6) desatendimento injustificado das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar o Contrato;

b.7) cometimento reiterado de faltas na vigência do Contrato;

b.8) recusa injustificada do adjudicatário em aceitar e assinar o Contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis após a válida convocação, ou pela rescisão não amigável do contrato por iniciativa do Contratado.

3. SUSPENSÃO temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, devendo, também, ser descredenciado, pelo mesmo prazo estabelecido anteriormente, do respectivo sistema de cadastramento de fornecedor.

4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, no caso de o licitante agir de má fé ou fraudulentamente, configurando ilícito penal e, no caso de inexecução dolosa do contrato, será declarada a inidoneidade do licitante ou contratado para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Primeiro: As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra. O valor da multa aplicada será descontado da garantia do respectivo contrato e dos créditos devidos ao Contratado. Caso o valor da multa seja superior aos créditos referidos neste item, será cobrada administrativamente pela municipalidade, ou ainda judicialmente.

Parágrafo Segundo: As multas e sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo Terceiro: Independentemente da aplicação das penalidades indicadas nesta cláusula, a proponente ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência.

Parágrafo Quarto: **A inadimplência total ou parcial do contrato poderá ensejar, além da aplicação das penalidades descritas nesta cláusula, a rescisão contratual, constituindo motivo para tanto as hipóteses especificadas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93.** Fica reconhecido o direito da Administração, em caso de rescisão administrativa.

Parágrafo Quinto: Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

DOS CASOS DE RESCISÃO E DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO (Art. 55, VIII e IX, Lei 8.666/93).

Cláusula Décima Sétima: O presente contrato poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:
I - Unilateralmente, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei Federal nº 8.666/93.
II - Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração.
III - Judicialmente, nos termos da legislação processual.

Parágrafo Único: No caso de rescisão Contratual, devidamente justificada nos autos do Processo, terá o Contratante no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação, assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa.

DOS SERVIÇOS NÃO PREVISTOS.

Cláusula Decima Oitava: O objeto contratado poderá ser **aumentado ou reduzido em até 25%** (vinte e cinco por cento) sobre o valor inicial atualizado do Contrato, mediante o interesse público, a necessidade de serviços e a conveniência administrativa, nos termos do art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93, e, no caso particular de reforma de edifício, até o limite de 50%, em seus acréscimos, salvo a exceção prevista no § 2º do art. 65 do mesmo diploma legal, consoante a redação dada pela Lei nº 9.648/98.

DA VINCULAÇÃO AO EDITAL (Art. 55, XI, Lei 8.666/93).

Cláusula Décima Nona: O presente contrato está vinculado à TOMADA DE PREÇOS nº 001/2017.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL (Art. 55, XII, Lei 8.666/93).

Cláusula Vigésima: O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93, suas alterações e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos, as disposições de Direito Privado, a Lei Orgânica e demais normas aplicáveis à espécie do Município de Piên/PR.

Cláusula Vigésima Primeira: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direitos.

DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula Vigésima Segunda: A fiscalização da obra/serviço, desde o início dos trabalhos até seu recebimento definitivo, atuará no interesse exclusivo do **CONTRATANTE**, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade do **CONTRATADO**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade.

Cláusula Vigésima Terceira: A fiscalização e acompanhamento deste contrato **ficará a cargo do engenheiro civil Simon Schneider**.

DA GARANTIA DO OBJETO

Cláusula Vigésima Quarta: O **CONTRATADO** se responsabiliza pela perfeita execução deste contrato, obrigando-se a executá-lo com a observância de todas as normas legais, regulamentos, técnicas e com **garantia de 05 (cinco) anos**, a contar do recebimento definitivo do objeto deste contrato.

Cláusula Vigésima Quinta: O **CONTRATADO** se responsabiliza, no período **de 01 (um) ano**, fora do prazo de garantia, pelos vícios ocultos redibitórios, denunciados pelo **CONTRATANTE**.

DO FORO (Art. 55, § 2º, Lei 8.666/93).

Cláusula Vigésima Sexta: Concorda o CONTRATADO quanto ao foro privilegiado atribuído ao CONTRATANTE, qual seja o Foro da Comarca de Rio Negro/PR, para dirimir eventuais questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Piên/PR, ... de ..... de 2017.

LIVINO TURECK	.....
PREFEITO MUNICIPAL DE PIÊN	.....
CONTRATANTE	CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: CRISTIANO QUADROS Assinatura: _____

Nome: INGRID RUBIANE DE BASSI Assinatura:_____

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

À Presidente da Comissão Permanente de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

DECLARAÇÃO

....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., por intermédio de seu Representante Legal, Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º....., inscrito no CPF/MF sob o n.o....., DECLARA, para fins do disposto no Edital de **TOMADA DE PREÇOS Nº ___/2017**, sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

OBS: Assinalar com um "X" a condição da empresa.

1. ( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

2. ( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

DECLARA ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....

(local e data)

.....

(Nome e Assinatura do Representante Legal)

Importante:

1) A DECLARAÇÃO de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderá ser objeto de diligência para confirmação da veracidade da mesma e implicará no tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n.º 123/2006.

2) A DECLARAÇÃO de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte falsa ou inverídica sujeitará a licitante às penalidades previstas neste Edital, bem como, às demais sanções penais cabíveis.

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÕES

TOMADA DE PREÇOS Nº ...../2017

Declaramos para os fins de direito, e sob as penas da lei, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório em epígrafe, instaurado por este município, que:

1. Não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal n.º 9854, de 27.10.99, que altera a Lei n.º 8666/93;
2. Nenhum de nossos sócios é servidor(a) ou dirigente de órgão do Município de Piên;
3. Não estamos suspensos temporariamente de participar em licitação ou impedidos de contratar com a Administração;
4. Não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer e suas esferas;
5. Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
6. Somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou de origem nativa de procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal aprovados por órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), com autorização de transporte concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA, tendo ciência que o não atendimento da presente exigência na fase de execução do contrato poderá acarretar as sanções administrativas previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal 8.666/93, e no artigo 72, 8º, inciso V da Lei Federal 9.605/98, sem prejuízo das implicações de ordem criminal contempladas na referida Lei.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de 2017.

(Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente).

(apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos).

OBS.: Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Ref.: Edital de TOMADA DE PREÇOS Nº __/_____

Conforme o disposto no Edital em epígrafe e de acordo com a Resolução nº 218 de 29/06/73 e nº 317, de 31/10/86, do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura, e Agronomia, declaramos que o responsável técnico pelo serviço, caso venhamos a vencer a referida licitação, é:

nº	Nome	Especialidade	CREA/CAU nº	Data do registro	Assinatura

Declaramos, outrossim, que o(s) profissional(ais) acima relacionado(s) pertence(m) ao nosso quadro técnico de profissionais.

Local, __ de ___ de 2017.

_____

(*Nome, RG nº e assinatura do responsável legal*)

OBS.: Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO VI

ATESTADO DE VISITA

Ref.: Edital de TOMADA DE PREÇOS Nº __/_____

Declaramos que o Sr. (***inserir o nome completo)***, representante da empresa ***(inserir o nome da proponente)***, devidamente credenciado, visitou o local da execução do serviço, objeto da Tomada de Preços em epígrafe.

Local, __ de ___ de 20__.

_____

(*Nome, RG n° e assinatura do responsável pelo licitador*)

_____

(*Nome, RG n° e assinatura do responsável da proponente*)

ANEXO VII

CARTA-CREDENCIAL

Local, __ de ___ de 2017.

À Comissão Permanente de Licitação

Ref.: Edital de Tomada de Preços nº __/_____

Prezados Senhores,

O abaixo assinado, ***(inserir o nome completo)***, carteira de identidade ***(inserir o número e órgão emissor)***, na qualidade de responsável legal pela proponente ***(inserir nome da proponente)***, vem, pela presente, informar a V. Sªs que o senhor ***(inserir o nome completo)***, carteira de identidade ***(inserir o número e órgão emissor)***, é a pessoa designada por nós para acompanhar a sessão de abertura e recebimento da documentação de habilitação e propostas de preços, para assinar as atas e demais documentos com poderes para renunciar prazos recursais a que se referir a licitação em epígrafe.

Atenciosamente,

(*nome, RG nº e assinatura do responsável legal*)

ANEXO VIII

(*razão social, endereço, telefone, "fac-simile" e CNPJ*)

PROPOSTA DE PREÇOS

Local, __ de ___ de 20__.

À Comissão Permanente de Licitações
Ref.: Edital de Tomada de Preços nº ____/___

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sªs nossa proposta de preços, a preços fixos e sem reajuste, relativa à execução de ____, da licitação em epígrafe.

O preço global proposto para execução da obra referente a ____ objeto da licitação supramencionada é de R$ ***(inserir o valor da proposta)*** ***(inserir o valor por extenso)***.

O prazo de execução do objeto é de ***(inserir o prazo de execução)*** (***(inserir o prazo de execução por extenso)***) dias contados a partir do recebimento da Requisição de Empenho.

Declaramos que temos pleno conhecimento das condições locais dos serviços e todas as dificuldades porventura existentes para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, bem como, que recebemos a documentação e informações pertinentes à execução da obra.

Atenciosamente,

(*Nome, RG nº e assinatura do responsável legal*)

ANEXO IX

(*razão social, endereço, telefone, "fac-simile" e CNPJ*)

TERMO DE RENÚNCIA

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
Prefeitura Municipal de Piên

O proponente abaixo assinado, participante da licitação modalidade TOMADA DE PREÇOS nº ___/_____, por seu representante legal, declara, na forma e sob as penas impostas pela Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, obrigando a entidade que representa, que não irá recorrer da decisão da Comissão de Licitação, que julgou os documentos para habilitação, renunciando, assim, expressamente, ao direito de recurso e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, passando-se à abertura das propostas de preços.

Local, __ de ___ de 20__.

_____

(*Nome, RG nº e assinatura do responsável legal*)

Lote	Serviço	Unidade	Qtde Estimada	WI	CATOH	PREF. PIÊN VALOR ATUAL. INPC	Preço Máximo Unitário
1	Hora técnica para manutenção e calibração de equipamentos médicos.	hora	40	R$ 90,00	R$ 200,00		R$ 145,00
2	Hora técnica para manutenção e calibração de equipamentos odontológicos.	hora	80	R$ 83,00	R$ 190,00	R$ 142,23	R$ 138,41

Prefeitura Municipal de Piên

Rua Amazonas nº 373 - Centro - Piên - Paraná - CEP 83.860-000

PROJETO BÁSICO OBRA DE COMPLEMENTAÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA CAMPINA DOS MAIAS, PIÊN-PR

OBRA:
COMPLEMENTAÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA CAMPINA DOS MAIAS, PIÊN-PR

OBJETO:	Obra de complementação de quadra poliesportiva, na localidade de Campina dos Maias, incluindo os serviços preliminares, drenagem do talude, piso ao redor de quadra e arquibancada em concreto armado e alvenaria. Todos os serviços devem ser executados de acordo com as especificações que seguem e em conformidade com as Normas Técnicas da ABNT pertinentes.
Obra:	COMPLEMENTAÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA
Localização:	ESTRADA MUNICIPAL, KO-402, CAMPINA DOS MAIAS, PIÊN-PR,
Coordenadas:	Latitude 26° 8'52.21"S Longitude 49°25'42.15"O
Proprietário:	Prefeitura Municipal de Piên
Medida de referência:	225,80m2 de piso de concreto.
Prazo de Execução:	90 dias corridos.
Valor máximo Previsto:	R$ 62.440,36

I. Considerações Gerais

I.1 - O presente memorial é valido, no todo ou em partes, no que couber para a presente obra.

A definição da implantação da presente obra será feita pelo Departamento de Planejamento, Obras e Urbanismo da Prefeitura Municipal de Piên.

I.2 - Componentes do projeto básico:

Memorial descritivo, estimativa de custos, cronograma físico-financeiro, projeto arquitetônico e projeto estrutural.

II. Especificações

1 – SERVIÇOS PRELIMINARES:

Os serviços preliminares são compostos dos seguintes itens:

- PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO;

2 – DRENAGEM DO TALUDE:

Os serviços de drenagem do talude são compostos dos seguintes itens:

- ESCAVACAO MANUAL EM SOLO-PROF. ATE 1,50 M;
- REGULARIZACAO E COMPACTACAO MANUAL DE TERRENO COM SOQUETE;
- CAIXA DE PASSGEM 50X50X60 FUNDO BRITA C/ TAMPA;
- TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014_P;
- REATERRO DE VALA COM COMPACTAÇÃO MANUAL;
- PLANTIO DE GRAMA SAO CARLOS EM LEIVAS;
- CALHA EM CONCRETO SIMPLES, MEIA CANA DE CONCRETO, DIAMETRO 300 MM;
- ENROCAMENTO COM PEDRA ARGAMASSADA TRAÇO 1:4 COM PEDRA DE MÃO;

3 – PISO AO REDOR DA QUADRA EXISTENTE:

Os serviços do piso ao redor da quadra existente são compostos dos seguintes itens:

- REGULARIZACAO E COMPACTACAO MANUAL DE TERRENO COM SOQUETE;
- LASTRO DE BRITA;
- PISO EM CONCRETO 20 MPA PREPARO MECANICO, ESPESSURA 7CM, INCLUSO SELANTE ELASTICO A BASE DE POLIURETANO;

4 – ARQUIBANCADA:

Os serviço da arquibancada é composto dos seguintes itens:

- CORTE E DOBRA DE AÇO CA-60, DIÂMETRO DE 5.0 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS, EXCETO LAJES. AF_12/2015;
- CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 8.0 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS, EXCETO LAJES. AF_12/2015;
- CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 10.0 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS, EXCETO LAJES. AF_12/2015;
- CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 12.5 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS, EXCETO LAJES. AF_12/2015;
- FORMA TÁBUAS MADEIRA 3A P/ PEÇAS CONCRETO ARM, REAPR 2X, INCL MONTAGEM E DESMONTAGEM;
- CONCRETO FCK=20MPA, VIRADO EM BETONEIRA, SEM LANCAMENTO;
- LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_12/2015;
- ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 9X19X39CM (ESPESSURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M² COM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_06/2014;
- CHAPISCO APLICADO TANTO EM PILARES E VIGAS DE CONCRETO COMO EM ALVENARIAS DE PAREDES INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014;
- EMBOÇO, PARA RECEBIMENTO DE CERÂMICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADO MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES DE AMBIENTES COM ÁREA MAIOR QUE 10M2, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014;
- ALVENARIA DE EMBASAMENTO EM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS 5X10X20CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA);
- APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014;
- PINTURA ACRÍLICA EM PISO CIMENTADO DUAS DEMÃOS;

5 – RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Sobre a obra devem ser obedecidas as seguintes recomendações:

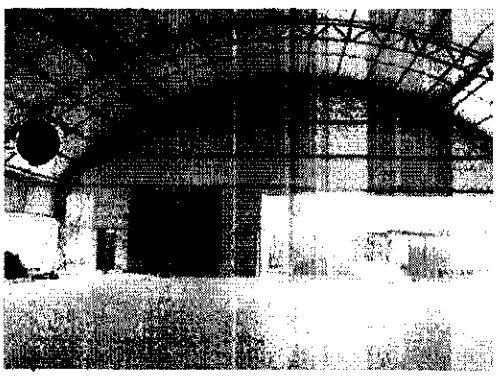
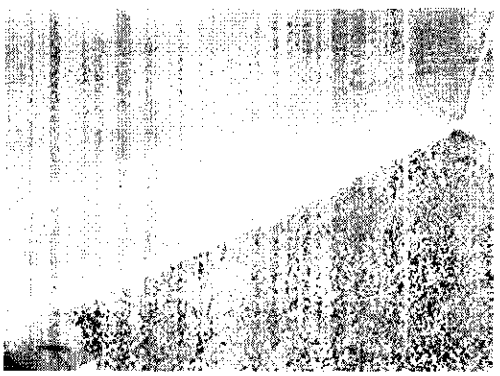
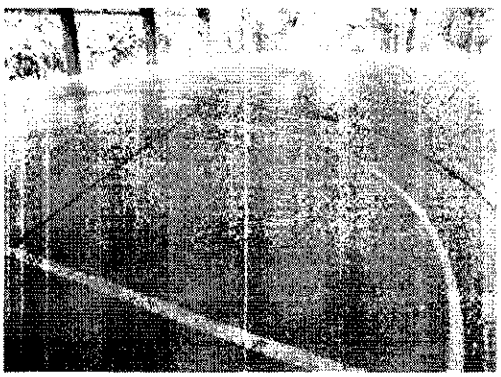
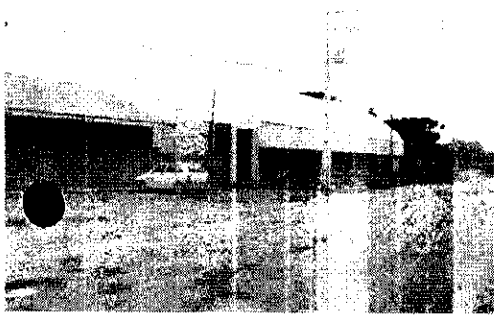
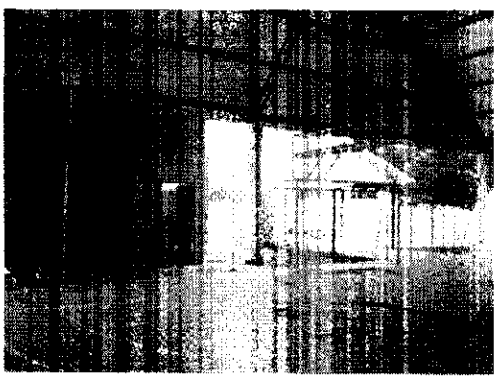
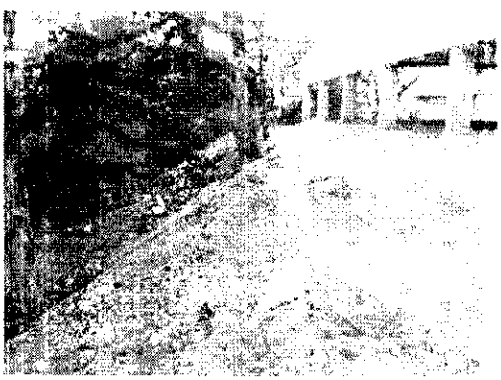
- A obra deverá ser mantida limpa durante toda sua execução. Ao término da obra, será feita uma limpeza geral,
- Os funcionários deverão estar em dia com os seus pagamentos e possuírem boas condições de alojamento, transporte e refeições,
- Os projetos e ART's devem ser mantidos no local obra,
- Deverá ser feito um acompanhamento diário dos serviços executados para ser elaborado o boletim de medição,

- Qualquer alteração ou dúvida na execução da obra entrar em contato com o responsável pela fiscalização da mesma.

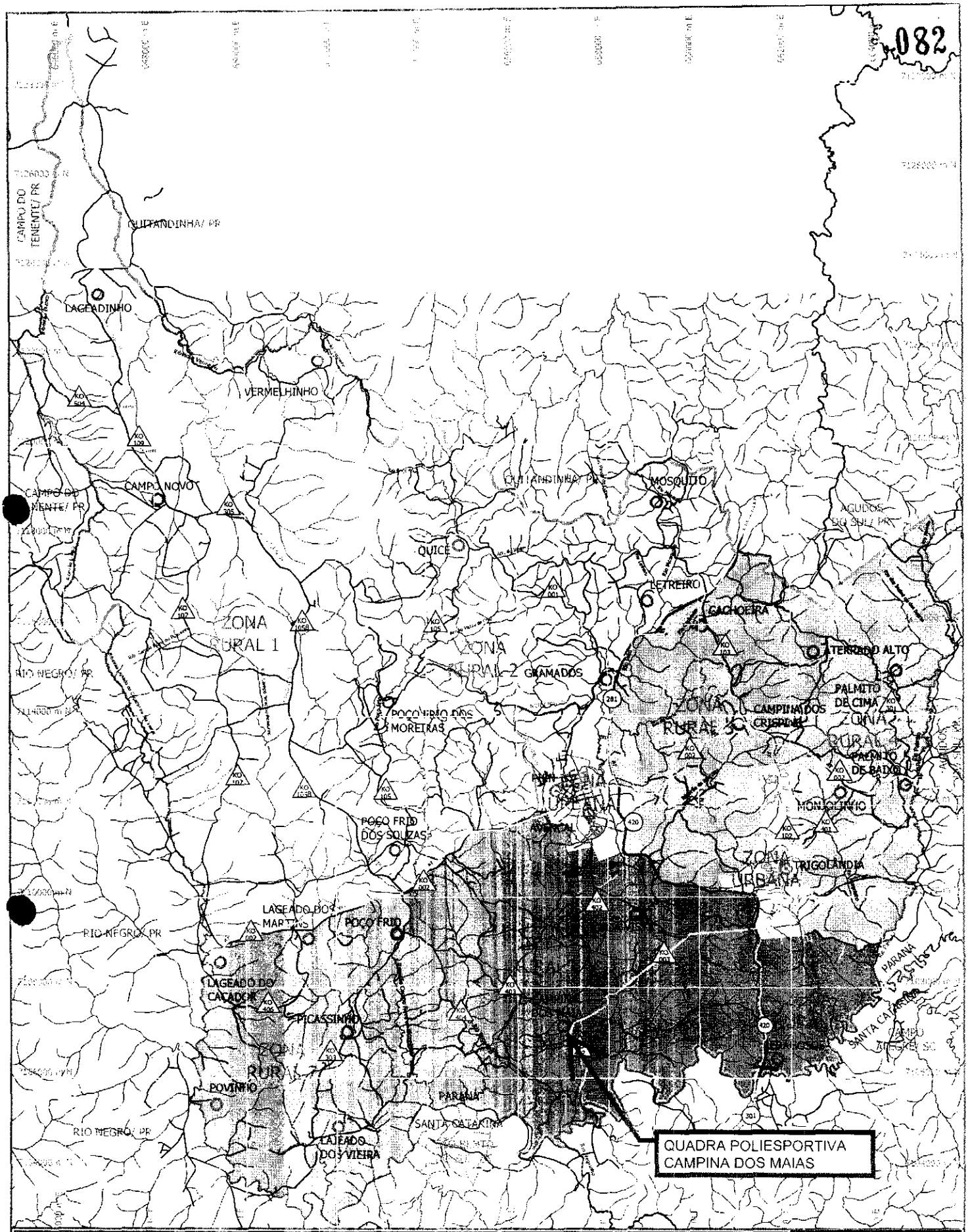
Piên, 15 de Julho de 2016,

Simon Schneider
Prefeitura Municipal de Piên-PR
Engenheiro Civil
CREA PR VISTO 70380

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO
QUADRA POLIESPORTIVA COM COBERTURA. CAMPINA DOS MAIAS, PIÊN-PR
JULHO DE 2016

SIMON SCHNEIDER
ENGENHEIRO CIVIL



CONVENÇÕES

- DIVISA ESTADUAL
- DIVISAS MUNICIPAIS
- PERÍMETRO MUNICIPAL DE PIÊN
- PERÍMETRO URBANO (SEDE)
- PERÍMETRO URBANO (TRIGOLÂNDIA)
- PERÍMETRO DISTRITO INDUSTRIAL
- HIDROGRAFIA (RIOS, RIACHOS, ETC.)
- DIVISOR DE BACIAS
- RODOVIAS ESTADUAIS
- RODOVIAS MUNICIPAIS PRINCIPAIS
- RODOVIAS MUNICIPAIS SECUNDÁRIAS
- LOCALIDADES RURAIS
- ÁREA URBANA DA SEDE
- ÁREA URBANA DE TRIGOLÂNDIA
- LINHA DE ALTA TENSÃO

LEGENDA

FONTES:

N

SEDU

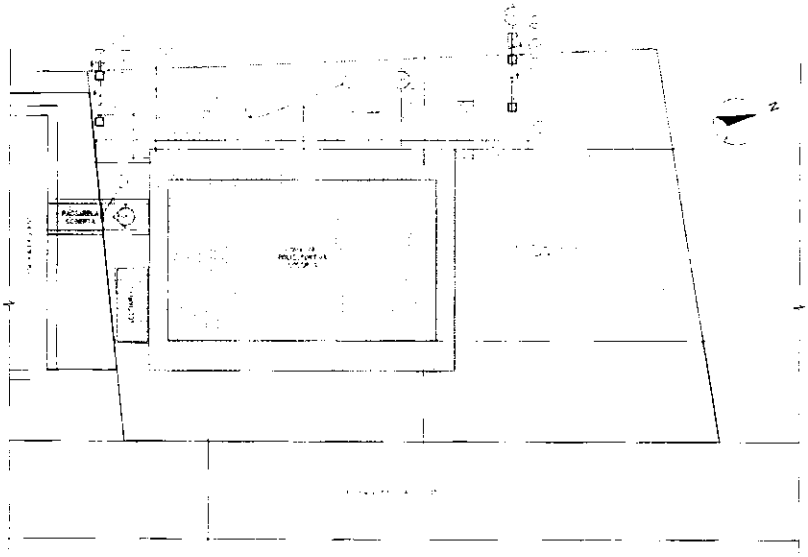
Município: Piên

PLANO DIRETOR DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO MUNICIPAL

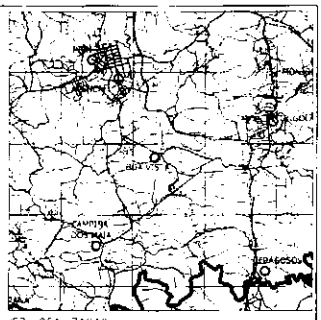
Mapa: Zoneamento e Sistema Viário Municipal

Data: 11/04/2005 Prancha: 04a

Responsável Técnico: Constança Lacerda Camargo



1 IMPLANTAÇÃO - SERVIÇOS COMPLEMENTARES

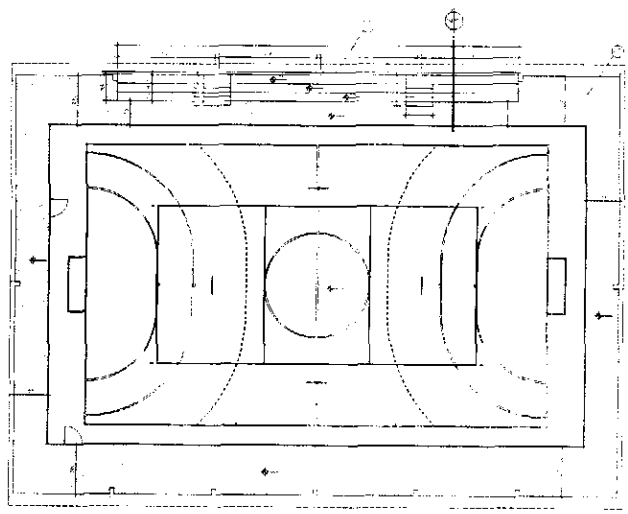


2 LOCALIZAÇÃO

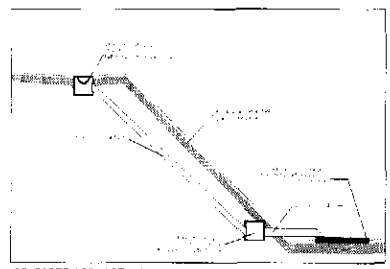
ESTATÍSTICA

Prefeitura Municipal de Piên

ARQUITETÔNICO 01 02

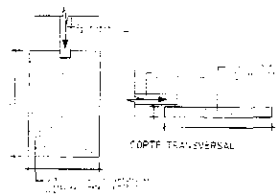


1 PLANTA BAIXA DA QUADRA - SERVIÇOS COMPLEMENTARES



5 CORTE DRENAGEM 2

LEGENDA DOS SERVIÇOS COMPLEMENTARES



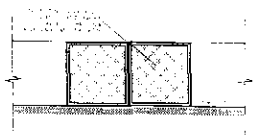
PLANTA BAIXA

CORTE TRANSVERSAL

6 DETALHE DA BACIA DE DISSIPAÇÃO

ESTATÍSTICA

Prefeitura Municipal de Pião



2 DETALHE DO PORTÃO DE AÇO

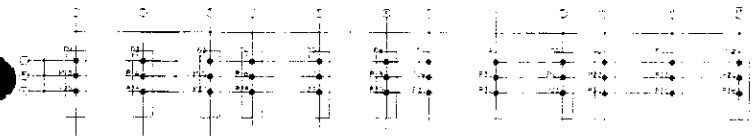


3 CORTE DA ARQUIBANCADA

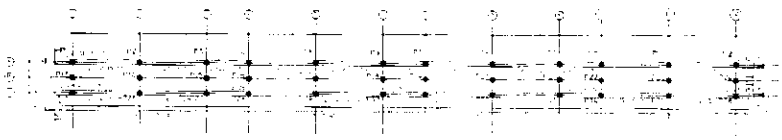


4 CORTE DRENAGEM 1

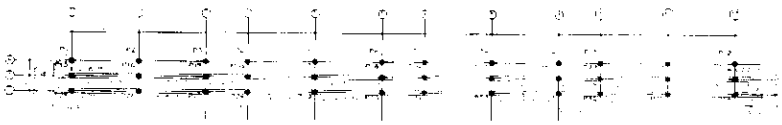
ARQUITETÔNICO 02 02



1 PLANTA DE FORMAS - NIVEL 0



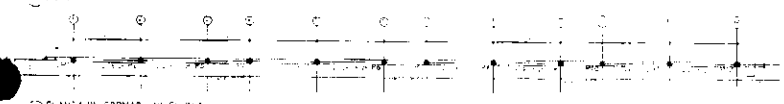
2 PLANTA DE FORMAS - NIVEL 4,5



3 PLANTA DE FORMAS - NIVEL 9,0



4 PLANTA DE FORMAS - NIVEL 11,5



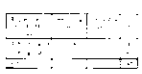
5 PLANTA DE FORMAS - NIVEL 20,1



6 DETALHE DA PISCINA



7 DETALHE DOS PILARES



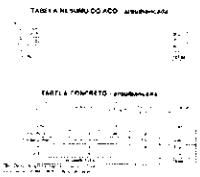


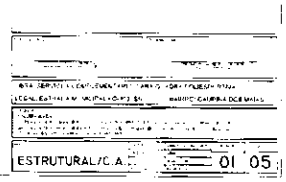
TABELA DE DOBRAMENTO DE AÇO

TABELA CONCRETO

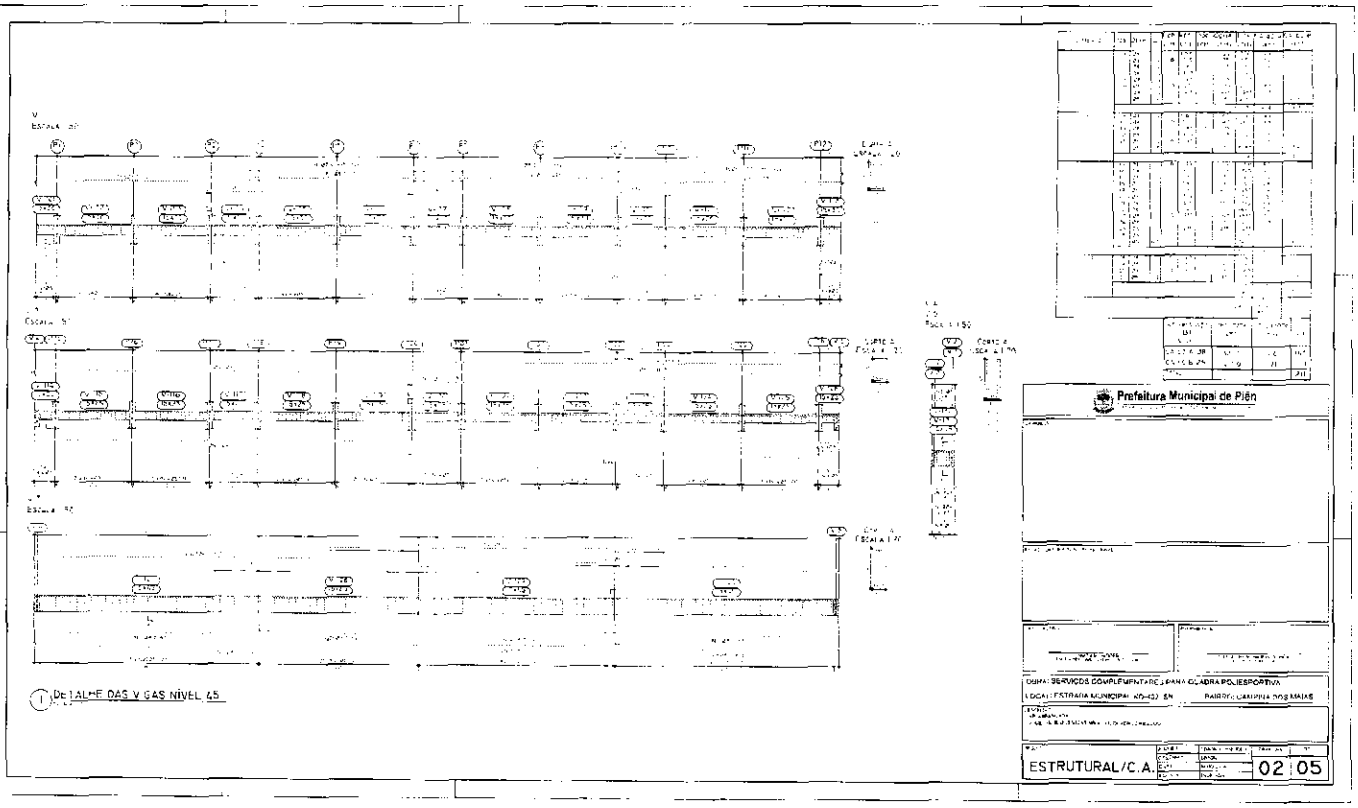


Prefeitura Municipal de Pilão





ESTRUTURAL/C.A. 01 05



1 DETALHE DAS V GAS NÍVEL 45

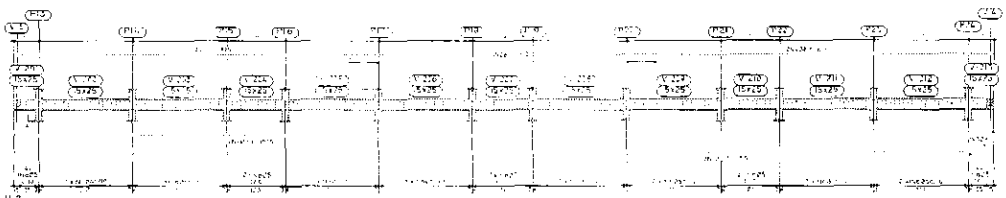
Prefeitura Municipal de Pião

OBRA: SERVIÇOS COMPLEMENTARES PARA QUADRA POLIESPORTIVA

LOCAL: ESTRADA MUNICIPAL KM-40 SN BAIRRO: CAMPINA DOS MAIAS

ESTRUTURAL/C.A. 02 05

V 1
ESCALA 1:50



CORTE A
ESCALA 1:20



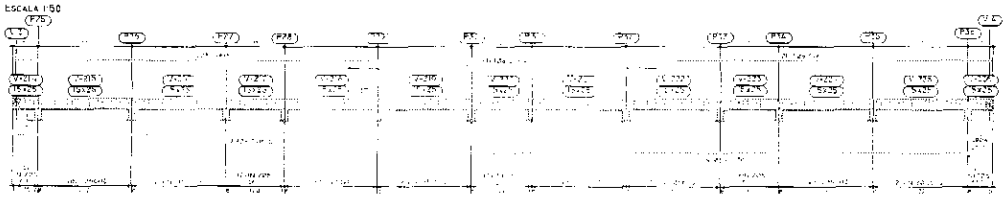
V 3
V 4
ESCALA 1:50



CORTE A
ESCALA 1:20



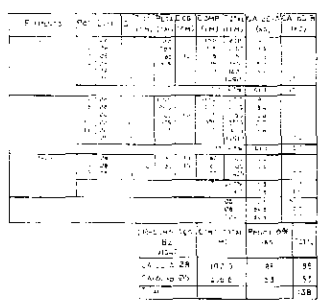
V 2
ESCALA 1:50



CORTE A
ESCALA 1:20



1 DETALHE DAS VIGAS NÍVEL 90

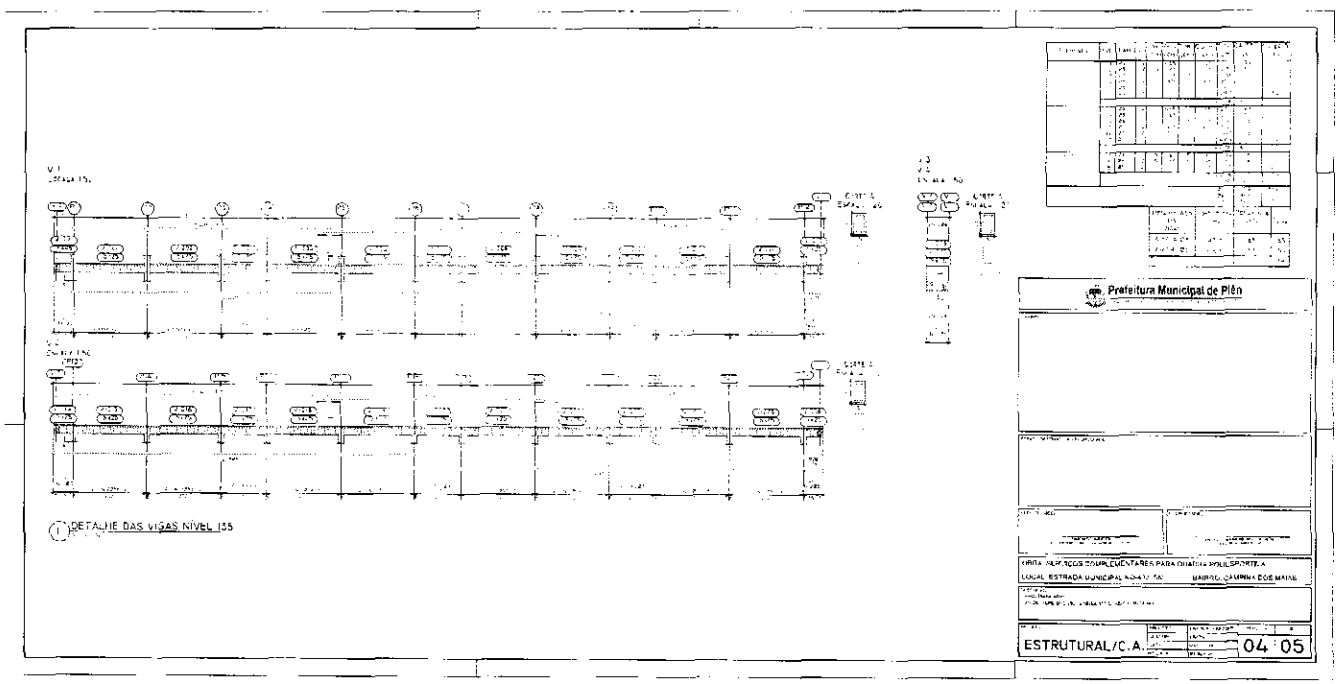


Prefeitura Municipal de Piên

OBRA: SERVIÇOS COMPLEMENTARES PARA QUADRA POLIESPORTIVA

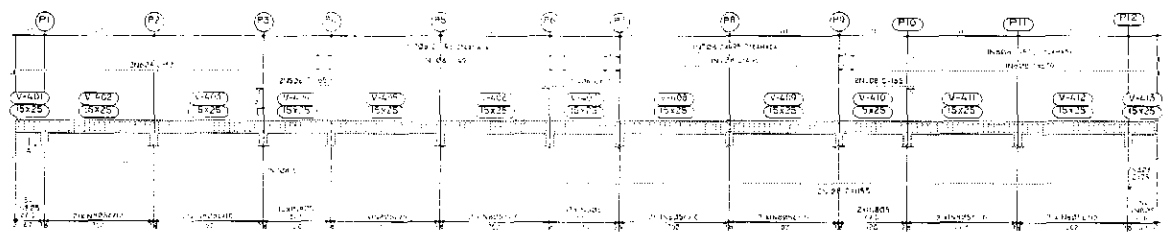
LOCAL: ESTRADA MUNICIPAL KO4C2, SN BAIRRO: CAMPINA DOS MAIAS

ESTRUTURAL/C.A. 03 05



1 DETALHE DAS VIGAS NÍVEL 135

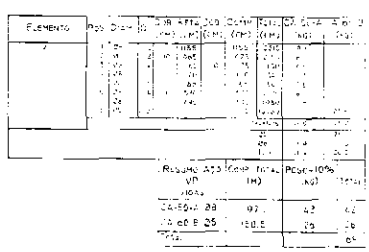
V 1
ESCALA 1:50



CORTE A
ESCALA 1:20



1 DETALHE DAS VIGAS NÍVEL 260



Prefeitura Municipal de Piên

OBRA: SERVIÇOS COMPLEMENTARES PARA QUADRA POLIESPORTIVA

LOCAL: ESTRADA MUNICIPAL KO-402, SN BAIRRO: CAMPINA DOS MAIAS

DESCRIÇÃO:
ARQUIVO LOCADA.
01- DETALHE DAS VIGAS NÍVEL 260 QUADROS RESUMO.

ESTRUTURAL/C.A.

PROJETO	SIMON SCHNEIDER
DESENHO	SIMON
DATA	MAIO/2016
ESCALA	INDICADA

PRANCHA 05 DE 05

Prefeitura Municipal de Piên

PLANILHA DE SERVIÇOS
VALOR MÁXIMO

PLANILHA DE ORÇAMENTO BASE
Obra: SERVIÇOS COMPLEMENTARES NA GUARDA POLICIAL DE PIÊN, NA AV. FREDERICO [illegible]
BDI: 22,40% (Fornecimento pelos preços unitários (ver memorial de BDI))
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PREÇOS DA MÃO DE OBRA: 74,11% (Horista)
Data Base: ABRIL / 2016
Fonte de referência: Planilhas SINAPI - CEF (Caixa Econômica Federal) e Orçamento de Obras de [illegible] (Caixa Econômica Federal)
Elaborado: Simon Schneider Engenheiro Civil CREA PR VISTO [illegible]

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE	UNID	R$ unit mão de obra	Total mão de obra	R$ unit material	Total material	TOTAL UNIT	TOTAL	COMPLEMENTAÇÃO DA DESCRIÇÃO	(%)	CÓDIGO REF. SINAPI/ORSE
1	SERVIÇOS PRELIMINARES								1.273,32		2,04%	
1.1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	3,60	m2	70,74	254,66	282,66	1.018,66	353,70	1.273,32	Placa obra 2,40x1,50m cnp galv pnt c/brita autom	2,04%	74209/001
2	DRENAGEM DO TALUDE								6.686,46		10,68%	
2.1	ESCAVAÇAO MANUAL EM SOLO PROF. ATÉ 1,50M	10,13	m3	35,24	356,98	3,92	39,71	39,16	396,69	Escavações para meia cana, tubuleção e cabas	0,64%	79517/001
2.2	REGULARIZAÇAO E COMPACTAÇAO MANUAL DE TERRENO COM SOQUETE	36,75	m2	5,81	213,52	0,65	23,86	6,46	237,41	Regularização para plantio de grama e meia-cana	0,38%	5022
2.3	CAIXA DE PASSAGEM 50X50X80 FUNDO BRITA C. TAMPA	4,00	un	86,15	344,60	201,02	804,08	287,17	1.148,68	Caixas de passagem de drenagem	1,84%	83448
2.4	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AEREO DE ESGOTO SANITARIO. AF_12/2014_P	16,00	m	15,23	243,68	35,53	568,48	50,76	812,16	Tubo coletor de drenagem	1,30%	89849
2.5	REATERRO DE VALA COM COMPACTAÇAO MANUAL	5,75	m3	30,98	178,14	5,87	22,01	59,75	220,31	Reaterro elementos drenagem	0,35%	73964/006
2.6	PLANTIO DE GRAMA SAO CARLOS EM LE VAS	245,00	m2	2,23	546,35	6,69	1.639,05	8,92	2.185,40	Plantio de grama em volta da meia-cana conforme projeto	3,50%	85179
2.7	CALHA EM CONCRETO SIMPLES, MEIA CANA DE CONCRETO, DIAMETRO 300 MM	46,00	m	7,66	353,26	23,09	1.060,30	30,73	1.413,56	Meia cana de concreto com argamassa conforme projeto	2,26%	73862/002
2.8	ENROCAMENTO COM PEDRA ARGAMASSADA TRAÇO 1:4 COM PEDRA DE MÃO	0,60	m3	168,16	100,90	252,23	151,34	420,39	252,23	Bacia de dissipação com rachão argamassada	0,40%	73611
3	PISO AO REDOR DA QUADRA EXISTENTE								14.678,09		23,35%	
3.1	REGULARIZAÇAO E COMPACTAÇAO MANUAL DE TERRENO COM SOQUETE	225,00	m2	5,81	1.307,25	0,85	146,25	6,46	1.453,50	Nivelamento em terra ao redor da quadra	2,33%	5022
3.2	LASTRO DE BRITA	6,75	m3	21,01	141,82	63,04	425,52	84,06	567,34	Lastro de brita 3cm para piso	0,91%	74164/004
3.3	PISO EM CONCRETO 20 MPA PREPARO MECAL. CO. ESPESSURA 7CM. INCLUSO SELANTE ELASTICO A BASE DE POLIURETANO.	225,00	m2	19,53	4.394,25	36,78	8.163,00	55,81	12.557,25	Piso de concreto desempenado ao redor da quadra, acabamento acerrado	20,11%	88325
4	ARQUIBANCADA								39.922,49		63,94%	
4.1	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-60, DIAMETRO DE 5,0 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS, EXCETO LAJES. AF_12/2015	268,80	kg	3,29	887,64	6,12	1.651,18	9,41	2.538,82	Aço para estrutura de concreto armado para arquibancada	4,07%	92791
4.2	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIAMETRO DE 8,0 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS, EXCETO LAJES. AF_12/2015	352,00	kg	3,16	1.112,32	5,86	2.062,72	9,02	3.175,04	Aço para estrutura de concreto armado para arquibancada	5,08%	92793
4.3	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIAMETRO DE 10,0 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS, EXCETO LAJES. AF_12/2015	422,00	kg	2,56	1.088,76	4,76	2.017,16	7,32	3.105,92	Aço para estrutura de concreto armado para arquibancada	4,97%	92794
4.4	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIAMETRO DE 12,5 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS, EXCETO LAJES. AF_12/2015	144,00	kg	2,11	303,84	3,81	563,04	6,07	866,88	Aço para estrutura de concreto armado para arquibancada	1,39%	92795
4.5	FORMA TABUAS MADEIRA SERRADA P/ PEÇAS CONCRETO ARM. REAPR 2X. INCL MONTAGEM E DESMONTAGEM.	155,00	m2	22,50	3.487,50	42,33	6.561,15	65,13	10.099,15	Formas para estrutura de concreto armado	16,17%	5970
4.6	CONCRETO FCK=20MPA, VIRADO EM BETONEIRA, SEM LANÇAMENTO	15,69	m3	143,57	2.253,24	296,73	4.654,52	410,31	6.437,76	Todas as peças de concreto armado (sapatas, vigas, pilares, lajes)	10,31%	73972/002
4.7	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_12/2015	15,69	m3	71,80	1.126,54	133,34	2.092,10	205,14	3.218,65	Lançamento de concreto armado	5,15%	92873
4.8	ALVENARIA DE VEDAÇAO DE BLOCOS CERAMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 9X19X39CM (ESPESSURA 9CM) DE PAREDES COM AREA LIQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M² COM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_06/2014	46,71	m2	14,45	675,02	26,73	1.249,03	41,14	1.921,65	Alvenaria de fechamentos da arquibancada	3,08%	87480
4.9	ALVENARIAS DE PAREDES INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:1 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	161,39	m2	1,28	203,35	2,35	379,27	3,61	582,62	Chapisco em todas as faces da arquibancada	0,93%	87879
4.10	EMBOÇO, PARA RECEBIMENTO DE CERAMICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADO MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES DE AMBIENTES COM AREA MAIOR QUE 10M2, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	161,39	m2	9,95	1.605,83	18,48	2.982,49	28,43	4.588,32	Reboco com areia fina em todas as faces da arquibancada	7,35%	87536
4.11	ALVENARIA DE EMBASAMENTO EM TIJOLOS CERAMICOS MACIÇOS 5X10X20CM ASSENTADO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, CIMENTO, CAL E AREIA.	0,57	m3	230,45	131,36	427,64	243,95	658,43	375,31	Alvenaria maciça para degraus da arquibancada	0,60%	6110
4.12	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRILICO EM PAREDES, UMA DEMAO. AF_06/2014	161,39	m2	0,83	133,96	1,54	248,54	2,37	382,49	Pintura com fundo selador em todas as faces da arquibancada	0,61%	88485
4.13	PINTURA ACRILICA EM PISO CIMENTADO DUAS DE MÃOS	161,39	m2	5,71	921,54	10,61	1.712,39	16,32	2.633,93	Pintura com tinta acrílica piso em todas as faces da arquibancada	4,22%	74245/1
	TOTAL DO ORÇAMENTO								62.440,36		100,00%	
					22.436,58		40.009,78					
					TOTAL MÃO DE OBRA		TOTAL MATERIAL					

Piên, 20 de Setembro de 2016.

Simon Schneider
Prefeitura Municipal de Piên-PR
Engenheiro Civil
CREA PR VISTO 70380

Prefeitura Municipal de Piên

Rua Amazonas n. 175 - Centro - Piên - Paraná - CEP 83.960-000

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
Obra: SERVIÇOS COMPLEMENTARES DA QUADRA POLIESPORTIVA NA E.M. FREI DEMÉTRICO, CAMPINA DOS MAIAS, PIÊN-PR
BDI: 20,43% - já incormporado aos preços unitários (ver composição do BDI)
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PREÇOS DA MÃO-DE-OBRA: 74,17%(HORA)
Data Base: ABRIL / 2016
Fonte de referência: Planilhas SINAPI - COM DESONARAÇÃO, ORSE - Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe, orçamentos, valores de mercado obtidos através das licitações.
Elaboração: Simon Schneider, Engenheiro Civil, CREA PR VISTO 70380

ITEM	DESCRIÇÃO ETAPA	Medição 01		Medição 02		Medição 03		FINAL	
		FÍSICO (%)	FINANC (R$)	FÍSICO (%)	FINANC (R$)	FÍSICO (%)	FINANC (R$)	FÍSICO (%)	FINANC (R$)
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	100%	1.273,32		-		-	100%	1.273,32
2	DRENAGEM DO TALUDE	100%	6.666,46		-		-	100%	6.666,46
3	PISO AO REDOR DA QUADRA EXISTENTE		-		-	100%	14.578,09	100%	14.578,09
4	ARQUIBANCADA		-	70%	27.945,74	30%	11.976,75	100%	39.922,49
	TOTAL POR MEDIÇÃO	13%	7.939,78	45%	27.945,74	56%	26.554,84	100%	**62.440,36**
	TOTAL ACUMULADO POR MEDIÇÃO	13%	7.939,78	58%	35.885,52	101%	62.440,36		

Piên, 20 de Setembro de 2016.

Simon Schneider
Prefeitura Municipal de Piên-PR
Engenheiro Civil
CREA PR VISTO 70380

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
Obra: SERVIÇOS COMPLEMENTARES DA QUADRA POLIESPORTIVA NA E.M. FREI DEMÉTRICO, CAMPINA DOS MAIAS, PIÊN-PR
BDI: 20,43% - já incormporado aos preços unitários (ver composição do BDI)
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PREÇOS DA MÃO-DE-OBRA: 74,17%(HORA)
Data Base: ABRIL / 2016
Fonte de referência: Planilhas SINAPI - COM DESONARAÇÃO, ORSE - Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe, orçamentos, valores de mercado obtidos através das licitações.
Elaboração: Simon Schneider, Engenheiro Civil, CREA PR VISTO 70380

ITEM	DESCRIÇÃO ETAPA	Medição 01		Medição 02		Medição 03		FINAL	
		FÍSICO (%)	FINANC (R$)	FÍSICO (%)	FINANC (R$)	FÍSICO (%)	FINANC (R$)	FÍSICO (%)	FINANC (R$)
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	100%	1.273,32		-		-	100%	1.273,32
2	DRENAGEM DO TALUDE	100%	6.666,46		-		-	100%	6.666,46
3	PISO AO REDOR DA QUADRA EXISTENTE		-		-	100%	14.578,09	100%	14.578,09
4	ARQUIBANCADA		-	70%	27.945,74	30%	11.976,75	100%	39.922,49
	TOTAL POR MEDIÇÃO	13%	7.939,78	45%	27.945,74	43%	26.554,84	100%	**62.440,36**
	TOTAL ACUMULADO POR MEDIÇÃO	13%	7.939,78	58%	35.885,52	101%	62.440,36		

Piên, 20 de Setembro de 2016.

Simon Schneider
Prefeitura Municipal de Piên-PR
Engenheiro Civil
CREA PR VISTO 70380

PLANILHA DE ORÇAMENTO BASE
Obra: SERVIÇOS COMPLEMENTARES DA QUADRA POLIESPORTIVA NA E.M. FREI DEMÉTRICO, CAMPINA DOS MAIAS, PIÊN-PR
BDI: 20,43% - já incomporado aos preços unitários (ver composição do BDI)
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PREÇOS DA MÃO-DE-OBRA: 74,17%(HORA)
Data Base: ABRIL / 2016
Fonte de referência: Planilhas SINAPI - COM DESONARAÇÃO, ORSE - Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe, orçamentos, valores de mercado obtidos através das licitações.
Elaboração: Simon Schneider, Engenheiro Civil CREA PR VISTO 70380

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE	UNID	R$ unit mão de obra	Total mão de obra	R$ unit material	Total material	TOTAL UNIT	TOTAL	COMPLEMENTAÇÃO DA DESCRIÇÃO	(%)	CÓDIGO REF. SINAPI/ORSE
1	SERVIÇOS PRELIMINARES								1.273,32		2,04%	
1.1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	3,60	m2	70,74	254,66	282,96	1.018,66	353,70	1.273,32	Placa obra 2,40x1,50m chp galv pnl.c/tinta autom.	2,04%	74209/001
2	DRENAGEM DO TALUDE			-	-	-	-		6.666,46		10,68%	
2.1	ESCAVACAO MANUAL EM SOLO-PROF. ATE 1,50 M	10,13	m3	35,24	356,98	3,92	39,71	39,16	396,69	Escavações para meia-cana, tubulação e caixas	0,64%	79517/001
2.2	REGULARIZACAO E COMPACTACAO MANUAL DE TERRENO COM SOQUETE	36,75	m2	5,81	213,52	0,65	23,89	6,46	237,41	Regularização para plantio de grama e meia-cana	0,38%	5622
2.3	CAIXA DE PASSGEM 50X50X60 FUNDO BRITA C/ TAMPA	4,00	um	86,15	344,60	201,02	804,08	287,17	1.148,68	Caixas de passagem de drenagem	1,84%	83448
2.4	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AEREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF 12/2014 P	16,00	m	15,23	243,68	35,53	568,48	50,76	812,16	Tubo coletor de drenagem	1,30%	89849
2.5	REATERRO DE VALA COM COMPACTAÇÃO MANUAL	3,75	m3	52,88	198,30	5,87	22,01	58,75	220,31	Reaterro elementos drenagem	0,35%	73964/006
2.6	PLANTIO DE GRAMA SAO CARLOS EM LEIVAS	245,00	m2	2,23	546,35	6,69	1.639,05	8,92	2.185,40	Plantio de grama em volta da meia cana conforme projeto	3,50%	85179
2.7	CALHA EM CONCRETO SIMPLES, MEIA CANA DE CONCRETO, DIAMETRO 300 MM	46,00	m	7,68	353,28	23,05	1.060,30	30,73	1.413,58	Meia cana de concreto com argamassa conforme projeto	2,26%	73882/002
2.8	ENROCAMENTO COM PEDRA ARGAMASSADA TRAÇO 1:4 COM PEDRA DE MÃO	0,60	m3	168,16	100,90	252,23	151,34	420,39	252,23	Bacia de dissipação com rachão argamassada	0,40%	73611
3	PISO AO REDOR DA QUADRA EXISTENTE			-	-	-	-		14.578,09		23,35%	
3.1	REGULARIZACAO E COMPACTACAO MANUAL DE TERRENO COM SOQUETE	225,00	m2	5,81	1.307,25	0,65	146,25	6,46	1.453,50	Nivelamento em terra ao redor da quadra	2,33%	5622
3.2	LASTRO DE BRITA	6,75	m3	21,01	141,82	63,04	425,52	84,05	567,34	Lastro de brita 3cm para piso	0,91%	74164/004
3.3	PISO EM CONCRETO 20 MPA PREPARO MECANICO, ESPESSURA 7CM, INCLUSO SELANTE ELASTICO A BASE DE POLIURETANO	225,00	m2	19,53	4.394,25	36,28	8.163,00	55,81	12.557,25	Piso de concreto desempenado ao redor da quadra acabamento acetinado	20,11%	68325
4	ARQUIBANCADA			-	-	-	-		39.922,49		63,94%	
4.1	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-60, DIÂMETRO DE 5,0 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS, EXCETO LAJES. AF 12/2015	269,80	kg	3,29	887,64	6,12	1.651,18	9,41	2.538,82	Aço para estrutura de concreto armado para arquibancada	4,07%	92791
4.2	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 8,0 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS, EXCETO LAJES. AF 12/2015	352,00	kg	3,16	1.112,32	5,86	2.062,72	9,02	3.175,04	Aço para estrutura de concreto armado para arquibancada	5,08%	92793
4.3	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 10,0 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS, EXCETO LAJES. AF 12/2015	422,00	kg	2,58	1.088,76	4,78	2.017,16	7,36	3.105,92	Aço para estrutura de concreto armado para arquibancada	4,97%	92794
4.4	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 12,5 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS, EXCETO LAJES. AF 12/2015	144,00	kg	2,11	303,84	3,91	563,04	6,02	866,88	Aço para estrutura de concreto armado para arquibancada	1,39%	92795
4.5	FORMA TÁBUAS MADEIRA 3A P/ PEÇAS CONCRETO ARM, REAPR 2X, INCL MONTAGEM E DESMONTAGEM.	155,00	m2	22,80	3.534,00	42,33	6.561,15	65,13	10.095,15	Formas para estrutura de concreto aramdo	16,17%	5970
4.6	CONCRETO FCK=20MPA, VIRADO EM BETONEIRA, SEM LANCAMENTO	15,69	m3	143,61	2.253,24	266,70	4.184,52	410,31	6.437,76	Todas as peças de concreto armado (sapatas, vigas, pilaretes, laje)	10,31%	73972/002
4.7	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF 12/2015	15,69	m3	71,80	1.126,54	133,34	2.092,10	205,14	3.218,65	Lançamento do concreto armado	5,15%	92873
4.8	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 9X19X39CM (ESPESSURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M² COM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF 06/2014	46,71	m2	14,40	672,62	26,74	1.249,03	41,14	1.921,65	Alvenaria de fechamentos da arquibancada	3,08%	87489
4.9	CHAPISCO APLICADO TANTO EM PILARES E VIGAS DE CONCRETO COMO EM ALVENARIAS DE PAREDES INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF 06/2014	161,39	m2	1,26	203,35	2,35	379,27	3,61	582,62	Chapisco em todas as faces da arquibancada	0,93%	87879
4.10	EMBOÇO, PARA RECEBIMENTO DE CERÂMICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADO MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES DE AMBIENTES COM ÁREA MAIOR QUE 10M2, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF 06/2014	161,39	m2	9,95	1.605,83	18,48	2.982,49	28,43	4.588,32	Reboco com areia fina em todas as faces da arquibancada	7,35%	87536
4.11	ALVENARIA DE EMBASAMENTO EM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS 5X10X20CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA)	0,57	m3	230,45	131,36	427,98	243,95	658,43	375,31	Alvenaria maciça para degraus da arquibancada	0,60%	6110
4.12	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014	161,39	m2	0,83	133,95	1,54	248,54	2,37	382,49	Pintura com fundo selador em todas as faces da arquibancada	0,61%	88485
4.13	PINTURA ACRÍLICA EM PISO CIMENTADO DUAS DEMÃOS	161,39	m2	5,71	921,54	10,61	1.712,35	16,32	2.633,88	Pintura com tinta acrílica piso em todas as faces da arquibancada	4,22%	74245/1
	TOTAL DO ORÇAMENTO								**62.440,36**		**100,00%**	
					22.430,58		40.009,78					
					TOTAL MÃO DE OBRA		TOTAL MATERIAL					

Piên, 20 de Setembro de 2016

093

Simon Schneider
Prefeitura Municipal de Piên-PR
Engenheiro Civil
CREA PR VISTO 70380

PROCURADORIA JURÍDICA

PARECER JURÍDICO INICIAL

Processo administrativo nº: **266/2017**
Interessado: **Departamento de Licitações e Compras/Comissão Permanente de Licitação**
Assunto: **Aprovação jurídica da abertura de licitação na modalidade Tomada de Preços e aprovação da minuta do edital.**

Recebe esta Procuradoria Jurídica, pedido de parecer encaminhado pela Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Município de Piên, relativo ao processo administrativo nº 266/2017, o qual trata da abertura de licitação para execução de obra de complementação da quadra poliesportiva na localidade de Campina dos Maia, Piên/PR, incluindo os serviços preliminares, drenagem do talude, piso ao redor de quadra e arquibancada em concreto armado e alvenaria, em atendimento à Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer.

Consulta-nos sobre a adequação da modalidade licitatória adotada para o processo em questão, qual seja Tomada de Preços, e solicita aprovação jurídica das minutas do instrumento convocatório e do respectivo contrato, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei de Licitações.

1. Do relatório:

O processo teve início com a requisição formulada pela Secretaria interessada, onde foi descrita a necessidade de adquirir o referido objeto, informando que se trata de ação a ser custeada com recursos **oriundos do Ministério do Esporte, decorrentes da reprogramação do Contrato de repasse nº 1.000.609-26/2012– processo nº 778457/2012.**

A requisição foi protocolada pelo Departamento de Licitações e Compras, que na sequência instruiu o processo com as informações preliminares pertinentes a toda e qualquer contratação pública, independentemente de efetivarem-se na via licitatória ou através de contratação direta.

Nessa esteira, constam dos autos: a indicação, pelo contador responsável, das dotações orçamentárias por onde correrão as despesas; a existência de previsão dos recursos financeiros necessários para o custeio das despesas, confirmada pela Secretaria responsável, e a autorização do Prefeito Municipal para que seja dada continuidade ao processo.

A Presidente da Comissão de Licitação sugeriu que o processo ocorresse através de licitação na modalidade Tomada de Preços, considerando o valor do objeto que fica abaixo do limite estabelecido no art. 23, II, "b" da Lei de Licitações.

Há ainda que se considerar que esta modalidade proporciona maior publicidade na divulgação do edital, de maneira que haverá maiores chances de que se alcancem melhores propostas para o fornecimento do objeto.

No que tange a licitação ser destinada à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, tal exclusividade encontra respaldo no disposto no inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem como está amparada pelo que disciplina o inciso III do § 1º do art. 34 da Lei Complementar Municipal nº 1/15, ambos transcritos abaixo:

> LC nº 123/06:
> Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:
> I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
> (...)
>
> Lei Complementar Municipal nº 1/15:
>
> Art. 34. Nas contratações públicas será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.
>
> § 1º Para o cumprimento do disposto neste artigo a Administração Pública adotará as regras previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, constantes dos artigos 42 a 49 e nos artigos seguintes desta lei, bem como em normas regulamentares que prevejam tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, especialmente:
>
> (...)
>
> III - realização obrigatória de licitação destinada exclusivamente à participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nas contratações cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
>
> (...)

Foi finalizada a minuta do edital e do respectivo contrato na modalidade Tomada de Preços, para atendimento do requerimento da Secretaria solicitante, as quais ora são submetidas à apreciação da Procuradoria Jurídica.

2. Da análise da escolha da modalidade:

Verificamos pelos documentos constantes dos autos que os procedimentos iniciais para abertura de procedimento licitatório foram corretamente observados.

Quanto à adoção da modalidade Tomada de Preços para atender ao interesse da Secretaria, há que se registrar algumas considerações.

Ao nos depararmos com uma requisição de licitação para execução de serviços de engenharia, devemos nos ater a certas observâncias mínimas, visando garantir a real possibilidade de conclusão da mesma.

A Lei de Licitações expressamente elenca alguns requisitos que devem ser observados antes da instauração de licitação com o objetivo de contratar empresa para execução de serviços no seu art. 7ª, § 2°:

> § 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:
> I - houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;
> II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
> III - houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
> IV - o produto dela esperado estiver contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual de que trata o art. 165 da Constituição Federal, quando for o caso.

Para contratar a execução de serviços de engenharia, a Lei nº 8.666, de 1993, prevê, em seu artigo 23, I, que esta contratação deverá ser precedida de licitação, nas modalidades Convite, Tomada de Preços e Concorrência.

A Tomada de Preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

Em conformidade com a Lei Federal de Licitações 8.666/1993, esta modalidade será utilizada para: obras e serviços de engenharia cujos contratos tenham valores estimados até R$ 1.500.000,00; e aquisições de bens e demais serviços cujos contratos estiverem estimados até R$ 650.000,00.

Desta forma, constatamos que o presente processo preenche estes requisitos legais mínimos, podendo assim, ser autorizada a instauração de licitação para contratar o objeto pretendido.

Sendo assim, esta Procuradoria Jurídica entende que o presente processo preenche estes requisitos legais mínimos, podendo ser autorizada a instauração de licitação para contratar o objeto pretendido, orientando apenas para que durante a condução do processo sejam cumpridas as determinações legais da Lei nº 8.666, de 1993, no que for aplicável, sob pena de invalidade do certame, em especial, quanto à forma e os meios de publicidade dos atos contidos no art. 21 da Lei de Licitações, o interstício mínimo de 15 (quinze) dias entre a publicação do último aviso de licitação e a data da abertura dos envelopes, bem como o prazo de publicação no Mural de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná de no mínimo 07 (sete) dias úteis.

3. Da análise da minuta do edital:

Passamos a análise dos elementos abordados na minuta do edital e sua concordância com as imposições do art. 40 da Lei de Licitações.

Traz o referido mandamento a obrigatoriedade de abordagem dos seguintes elementos nos editais de licitação, podendo estes ser suprimidos ou acrescidos, conforme o caso:

> Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:
> I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;
> II - prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta Lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação;
> III - sanções para o caso de inadimplemento;
> IV - local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico;
> V - se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido;
> VI - condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta Lei, e forma de apresentação das propostas;
> VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;
> VIII - locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto;
> IX - condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais;
> X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48;
> XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;
> XII - (VETADO)
> XIII - limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou serviços que serão obrigatoriamente previstos em separado das demais parcelas, etapas ou tarefas;
> XIV - condições de pagamento, prevendo:
> a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;
> b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;
> c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;
> d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;
> e) exigência de seguros, quando for o caso;
> XV - instruções e normas para os recursos previstos nesta Lei;
> XVI - condições de recebimento do objeto da licitação;
> XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação.

Após análise do instrumento apresentado, constatou-se que o edital foi elaborado em harmonia com os ditames do art. 40 da Lei nº 8.666, de 1993, destacando-se a clareza e objetividade do objeto da licitação, a previsão de requisitos pertinentes ao objeto do certame como condição de habilitação, fixação de critério objetivo para julgamento das propostas, prazos legais respeitados para impugnação ao edital, abertura das propostas e julgamento de recursos, pelo que esta Procuradoria não tem nenhuma recomendação a ser feita.

4. Da análise da minuta do contrato:

Passamos à análise dos elementos abordados na minuta do contrato e sua concordância com as imposições do art. 55 da Lei de Licitações.

Traz o referido mandamento a obrigatoriedade de abordagem das seguintes cláusulas nos contratos administrativos, podendo estas ser suprimidas ou acrescidas, conforme o caso:

> Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:
> I - o objeto e seus elementos característicos;
> II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
> III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
> IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
> V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
> VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
> VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
> VIII - os casos de rescisão;
> IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
> X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
> XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
> XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
> XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Da análise da minuta do contrato vinculado ao instrumento convocatório apresentado, constatamos que esta observa os requisitos mínimos exigidos pelo art. 55 da Lei de Licitações, tendo em vista que contém todas as cláusulas pertinentes a esta contratação, não sendo necessária nenhuma correção.

5. Da conclusão:

Por todo o exposto, opina esta Procuradoria pela regularidade da escolha da modalidade Tomada de Preços para o desenvolvimento da licitação que se inicia e pela aprovação da minuta do instrumento convocatório e do respectivo contrato, não existindo óbice para o prosseguimento dos trabalhos.

Contudo, alerta esta Procuradoria, que devem ser atendidas as orientações descritas no item 2 deste parecer, *in fine*.

Ressalte-se, ainda, que os critérios e a análise de mérito (oportunidade e conveniência do pedido) constituem análise técnica da Secretaria solicitante, bem como a verificação das dotações orçamentárias e especificidade ou cumulação do objeto do procedimento licitatório, pelo que o presente opinativo cinge-se exclusivamente aos contornos jurídicos formais do caso em comento.

É o parecer.

Piên/PR, 07 de fevereiro de 2017.

Veiviane Alves Domingos
OAB/PR 75.274

REQUERIMENTO DE DESISTÊNCIA

Eu, **Leonice Zimmer,** convocada pelo Edital nº 002/2017, residente e domiciliada na Rua Principal, Poço Frio, s/n, Piên/PR, portadora da cédula de identidade civil com **RG nº 9.878.307-5/PR**, venho mui respeitosamente requerer desistência da vaga de **PROFESSOR** conforme classificação obtida no Teste Seletivo 001/2015.

LEONICE ZIMMER

Publicado por:
Luciana Lubke
Código Identificador:FC363A09

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
REQUERIMENTO DE DESISTÊNCIA

Piên/PR, 09 de fevereiro de 2017.

REQUERIMENTO DE DESISTÊNCIA

Eu, **Girlene Maria Barboza,** convocada pelo Edital nº 002/2017, residente e domiciliada na Rua Condomínio Bem Viver, nº 09, Avencal, Piên-PR, portadora da cédula de identidade civil com **RG nº 5.913.352-7/PR**, venho mui respeitosamente requerer desistência da vaga de **PROFESSOR** conforme classificação obtida no Teste Seletivo 001/2015.

GIRLENE MARIA BARBOZA

Publicado por:
Luciana Lubke
Código Identificador:160669C4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 003/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 003/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Concede férias para servidores públicos.

O Senhor Cristiano Quadros, Secretário de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 001/2017, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, para os servidores abaixo relacionados:

Matrícula	Nome	Cargo	Período de férias
010198-1	Ani Marla Machado	Auxiliar Administrativo	02/01 a 31/01/2017
001074-1	Antonio Carlos Padilha	Encanador	02/01 a 21/01/2017
00744-1	Claudinei de Siqueira	Contador	09/01 a 20/01/2017
000671-1	Doroti de Fátima Pieckocz	Auxiliar Administrativo	02/01 a 13/01/2017
010107-1	Eleandro Junior Taborda	Auxiliar Administrativo	02/01 a 06/01/2017
010108-1	Ingrid Rubiane de Bassi	Auxiliar Administrativo	02/01 a 13/01/2017
00485-1	Iris Quandt	Auxiliar Administrativo	02/01 a 20/01/2017
002356-1	Jacqueline Niezer Marques	Contador	02/01 a 27/01/2017
010212-1	João Pedro First	Auxiliar Administrativo	02/01 a 20/01/2017
00515-1	Joel Cavalheiro	Auxiliar Administrativo	02/01 a 31/01/2017
010499-1	Jonatan Bueno da Silva	Auxiliar Administrativo	02/01 a 06/01/2017
035076-1	José Luiz de Barros	Contador	09/01 a 20/01/2017
002186-1	José Osnir Alves Domingos	Motorista	02/01 a 31/01/2017
00647-1	José Vieira dos Santos	Agente de Serviços Gerais	02/01 a 31/01/2017
023558-1	Kátia Rejane Nenevê	Advogada	02/01 a 20/01/2017
038695-1	Lenita de Lima Honório	Agente de Serviços Gerais	02/01 a 31/01/2017
001086-1	Luciana Lübke	Assistente Administrativo	02/01 a 06/01/2017
010106-1	Márcia Zigovski	Auxiliar Administrativo	02/01 a 06/01/2017
00663-1	Marina R. Pasierpski Marinho	Técnica em RH	09/01 a 20/01/2017
00531-1	Nelson Silvano Simões	Auxiliar Administrativo	02/01 a 31/01/2017
00434-1	Nelson Vaz de Siqueira	Auxiliar Administrativo	02/01 a 31/01/2017
010146-1	Olga Wajda Schumacher	Auxiliar Administrativo	09/01 a 07/02/2017
001082-1	Ovande Gomes	Agente de Serviços Gerais	02/01 a 31/01/2017
015006-2	Sidenev do Nascimento Miorine	Contador	02/01 a 20/01/2017
00469-1	Zilda Aparecida Gomes	Assistente Administrativo	02/01 a 31/01/2017
00523-1	Wilson Busch	Motorista	02/01 a 31/01/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor de acordo com as datas de concessão de férias.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 02 de janeiro de 2017.

Registre-se e
Publique-se.

CRISTIANO QUADROS
Secretário de Administração e Finanças

Republicado por incorreção 10/02/2017

Publicado por:
Luciana Lubke
Código Identificador:228B4E14

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017
PROCESSO Nº 266/2017
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA TODOS OS ITENS DO ANEXO I DESTE EDITAL (nos moldes da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.)

O Município de Piên, Estado do Paraná, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Decreto nº 003/2017, torna público que fará realizar às **14:00 horas do dia 02 de março de 2017**, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Amazonas, nº 373 Centro, Piên/PR, fone (41) 3632-1136, licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tipo **MENOR PREÇO - EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, para execução de obra de complementação da quadra poliesportiva na localidade de Campina dos Maia, Piên/PR, incluindo os serviços preliminares, drenagem do talude, piso ao redor de quadra e arquibancada em concreto armado e alvenaria. O valor máximo total é R$ 62.440,36 (sessenta e dois mil, quatrocentos e quarenta reais e trinta e seis centavos), com prazo de execução de 90 (noventa) dias corridos.
O edital completo poderá ser adquirido na Secretaria de Administração e Finanças de 10 de fevereiro a 02 de março de 2017. As empresas interessadas em participar da licitação devem entrar em contato com o Departamento de Licitações e Compras, até o terceiro dia anterior à abertura das propostas para cadastro.

Piên/PR, 07 de fevereiro de 2017.

PATRICIA APARECIDA TROJANOVSKI
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Publicado por:
Doroti de Fatima Pieckocz
Código Identificador:B73046B3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2017
PROCESSO Nº 287/2017
TIPO: MENOR PREÇO – POR LOTE

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA TODOS OS ITENS DO ANEXO I DESTE EDITAL (Nos moldes da Lei Complementar nº 123, de 14

Prefeitura de
Piên



INICIAL

HOME

CONHEÇA PIÊN

DADOS GERAIS

HISTÓRIA

LOCALIZAÇÃO

SIMBOLOS MUNCIPAIS

A PREFEITURA

COLETA DE LIXO

DADOS SECRETARIAS

FALE CONOSCO

FOTOS

NOTÍCIAS

SECRETARIAS

AÇÃO SOCIAL

ADMINISTRAÇÃO

AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CULTURA

EDUCAÇÃO

ESPORTES

OBRAS/RODOVIÁRIO

PROCURADORIA JURÍDICA

SAÚDE

PUBLICAÇÕES

ATAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

CISNORDESTE

CONCURSO PÚBLICO 2015

CONCURSOS PÚBLICO

CONTRATOS

DIÁRIO OFICIAL

ELEIÇÃO CONSELHO TUTELAR 2015

ELEIÇÃO CONSELHO TUTELAR 2016

LEIS E DECRETOS MUNICIPAIS

LICITAÇÕES

Licitações

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017 PROCESSO Nº 266/2017 TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL LICITAÇÃO DIFERENCIADA – EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA TODOS OS ITENS DO ANEXO I DESTE EDITAL (nos moldes da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.) O Município de Piên, Estado do Paraná, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Decreto nº 003/2017, torna público que fará realizar às 14:00 horas do dia 02 de março de 2017, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Amazonas, nº 373 – Centro, Piên/PR, fone (41) 3632-1136, licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO - EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, para execução de obra de complementação da quadra poliesportiva na localidade de Campina dos Maia, Piên/PR, incluindo os serviços preliminares, drenagem do talude, piso ao redor de quadra e arquibancada em concreto armado e alvenaria. O valor máximo total é R$ 62.440,36 (sessenta e dois mil, quatrocentos e quarenta reais e trinta e seis centavos), com prazo de execução de 90 (noventa) dias corridos. O edital completo poderá ser adquirido na Secretaria de Administração e Finanças de 10 de fevereiro a 02 de março de 2017. As empresas interessadas em participar da licitação devem entrar em contato com o Departamento de Licitações e Compras, até o terceiro dia anterior à abertura das propostas para cadastro. Piên/PR, 07 de fevereiro de 2017. PATRICIA APARECIDA TROJANOVSKI Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Solicite o edital completo desta licitação, mande um email para doroti@pien.pr.gov.br e informe o numero e ano do processo

Imprimir

Voltar

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
ESTADO DO PARANÁ

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017

PROCESSO Nº 266/2017

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA TODOS OS ITENS DO ANEXO I DESTE EDITAL (nos moldes da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.)

O Município de Piên, Estado do Paraná, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Decreto nº 003/2017, torna público que fará realizar às **14:00 horas do dia 02 de março de 2017**, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Amazonas, nº 373 – Centro, Piên/PR, fone (41) 3632-1136, licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tipo **MENOR PREÇO - EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, para execução de obra de complementação da quadra poliesportiva na localidade de Campina dos Maia, Piên/PR, incluindo os serviços preliminares, drenagem do talude, piso ao redor de quadra e arquibancada em concreto armado e alvenaria. O valor máximo total é R$ 62.440,36 (sessenta e dois mil, quatrocentos e quarenta reais e trinta e seis centavos), com prazo de execução de 90 (noventa) dias corridos.

O edital completo poderá ser adquirido na Secretaria de Administração e Finanças de 10 de fevereiro a 02 de março de 2017. As empresas interessadas em participar da licitação devem entrar em contato com o Departamento de Licitações e Compras, até o terceiro dia anterior à abertura das propostas para cadastro.

Piên/PR, 07 de fevereiro de 2017.

PATRICIA APARECIDA TROJANOVSKI
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PUBLICAÇÃO
Certifico para os devidos fins que este Edital foi publicado no quadro de editais da Prefeitura de Piên.
Piên 10 de 02 de 2017
.....
Funcionário Responsável

ONDE SE LÊ: FICA ADIADO para o dia **22/02/2016, às 10h00min**

LEIA – SE: FICA ADIADO para o dia **22/02/2017, às 10h00min**

Paço Municipal Prefeito Raul Ferreira Messias, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete.

AMARILDO CARNEIRO DE CARVALHO
Pregoeiro

10211/2017

Mercedes

MUNICÍPIO DE MERCEDES – PR
EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS N.º 3/2017
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME's E/OU EPP's
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de materiais e execução de instalações para finalização do Pavilhão Comunitário existente na localidade de Novo Rio do Sul, interior do Município de Mercedes.
PREÇO MÁXIMO: Lote A: R$ 5.559,10 (cinco mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e dez centavos); Lote B: R$ 4.903,80 (quatro mil, novecentos e três reais e oitenta centavos); Lote C: R$ 50.916,12 (cinquenta mil, novecentos e dezesseis reais e doze centavos); Lote D: R$ 9.114,52 (nove mil, cento e catorze reais e cinquenta e dois centavos); Lote E: R$ 17.340,84 (dezessete mil, trezentos e quarenta reais e oitenta e quatro centavos); Lote F: R$ 3.153,60 (três mil, cento e cinquenta e três reais e sessenta centavos); Lote G: R$ 1.083,56 (um mil, oitenta e três reais e cinquenta e seis centavos); Lote H: R$ 4.115,31 (quatro mil, cento e quinze reais e trinta e um centavos); Lote I: R$ 40.375,82 (quarenta mil, trezentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos)
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 06 de março de 2017, às 09:00h, na sala de Licitações do Paço Municipal, na Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555, Centro.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital completo encontra-se no site www.mercedes.pr.gov.br. Demais informações encontram-se à disposição dos interessados, na Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças, na Prefeitura do Município de Mercedes, de segunda a sexta feira, no horário de atendimento ao público: 8:00 às 12:00h e 13:30h às 17:30h. Telefone: (45)3256-8000.

Mercedes – PR, 09 de fevereiro de 2017.
Cleci M. Rambo Loffi
Prefeita

10033/2017

Nova Esperança

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Nova Esperança, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, sob o nº. 009/2017-PMNE, do tipo menor preço por item, conforme especificado no Edital.
Do Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL(GASOLINA COMUM), conforme Convênio nº 0144/2013 SEDS/FEAS/PR - PAIF, através da Secretaria Municipal de Assistência Social.
Do recebimento e abertura dos envelopes: Os envelopes serão recebidos até as 08h45min do dia 24 de fevereiro de 2017, sendo que a sessão pública para abertura e julgamento será no mesmo dia, às 09 horas, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal. Mais informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Unidade de Compras e Licitações, no horário de expediente, de segunda a sexta feira, das 08h às 11h30min, e das 13h30min às 17h, na Avenida Rocha Pombo, 1453, telefone (44-3252 4545), fax 44-3252 4545 ou "email" licitacao@novaesperanca.pr.gov.br.
Nova Esperança, 09 de fevereiro de 2017.
Moacir Olivatti
Prefeito Municipal

10089/2017

Nova Santa Bárbara

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 6 2017 - SRP
Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de emulsão asfáltica.
Tipo: Menor Preço, Por item.
Recebimento dos Envelopes: **Até às 09:30 horas do dia 23/02/2017.**
Início do Pregão: **Dia 23/02/2017, às 10:00 horas.**
Preço máximo: **R$ 15.000,00 (quinze mil reais).**
Informações Complementares: poderão ser obtidas em horário de expediente na Prefeitura Municipal de Nova Santa Bárbara, sito à Rua Walfredo Bittencourt de Moraes nº 222, pelo fone: 43-3266-8100, por Email: licitacao@nsb.pr.gov.br ou pelo site www.nsb.pr.gov.br
Nova Santa Bárbara, 08/02/2017.
Fabio Henrique Gomes
Pregoeiro
Portaria nº 016/2017

10226/2017

Paranaguá

AVISO DE PREGÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017
REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017

OBJETO: Contratação de Empresa para Locação de Palco, Pirâmides, Grades, Geradores, Piso, Trio Elétrico, Arquibancada, Mesas, Cadeiras, Sanitários Químicos Móveis, Sonorização e Iluminação, em atendimento ao Calendário de Eventos do Município.
TIPO: Menor Preço Por Lote
PERÍODO: 12 (doze) meses
DATA DA ABERTURA: 23/02/2017 HORÁRIO: 09:00H
VALOR ESTIMADO: R$ 6.405.465,80 (seis milhões quatrocentos e cinco mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e oitenta centavos)
ENDEREÇO: www.paranagua.pr.gov.br.
Legislação Aplicável: Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006 e o Decreto Municipal nº 678/2005. Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pela Pregoeira, Rua Júlia da Costa, 322, Centro, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00h ou pelo telefone nº (41) 3420-6003.

PARANAGUÁ, 08 DE FEVEREIRO DE 2017
AMANDA DOS SANTOS DOMARESKI FRANCO
PREGOEIRA

10097/2017

Paranapoema

EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO FRACIONADA TOTAL OU PARCIAL, PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS A – Z PELA TABELA INDITEC, (PARA FARMCIA LOCAL).
ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ 08:30 HORAS DE 22/02/2017 **DATA ABERTURA:** ÁS 09:00 HORAS, DO DIA 22/02/2017.
Mais informações através do telefone (44) 3342-1133.
PARANAPOEMA, 09 DE FEVEREIRO DE 2017
LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO - PREFEITA -

9609/2017

Piên

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN ESTADO DO PARANÁ

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017

PROCESSO Nº 266/2017

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL – POR LOTE
LICITAÇÃO DIFERENCIADA – EXCLUSIVA PARA ME EPP

O Município de Piên, Estado do Paraná, através Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Decreto nº 003 2017, torna público que fará realizar às **14:00 horas do dia 02 de março de 2017**, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Amazonas, 373 – Centro, Piên/PR, fone (41) 3632-1136, licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO - EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, para execução de obra de complementação de quadra poliesportiva na localidade de Campina dos Maia, Piên/PR, incluindo os serviços preliminares, drenagem do talude, piso ao redor de quadra e arquibancada em concreto armado e alvenaria. O valor máximo total é R$ 62.440,36 (sessenta e dois mil, quatrocentos e quarenta reais e trinta e seis centavos), com prazo de execução de 90 (noventa) dias corridos.

O edital completo poderá ser adquirido na Secretaria de Administração de 10 de fevereiro a 02 de março de 2017. As empresas interessadas em participar da licitação devem entrar em contato com o Departamento de Licitações e Compras, até o terceiro dia anterior à abertura das propostas, para cadastro.

Piên/PR, 07 de fevereiro de 2017.

PATRICIA APARECIDA TROJANOVSKI
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

9778/2017

19 - EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO: 20 dias) - PROCEDIMENTO SUMÁRIO - 0046000-83.2013.8.16.0001 - REGINA MARIA HENCK ZATYCKO X GODOFREDO VARELLA - A Dra. Julia Maria Tesseroli de Paula Rezende, Juíza de Direito, no uso de suas atribuições legais, manda citar GODOFREDO VARELLA, portador do RG 501117 SSP/PR e do CPF 005.060.609-34; para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos articulados na inicial (artigo 344, do CPC). ADV - GRAZIEL PEDROZO DE ABREU - OAB/PR 52352.

EDITAL DE COBRANÇA DO REPASSE DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Pelo presente edital, o Sintitel – Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias e Empresas de Instalações Telefônicas do Estado do Paraná, CNPJ: 81.131.136/0001-21, com base territorial em todo o Estado do Parana, comunica as Empresas de Instalação, Manutenção, Construção aérea e subterrânea , Projetos de Engenharia em Telecomunicação, Empresas de Transmissão de Dados em Telecomunicação, Empresas Prestadoras de Telefonia e Telecomunicações, Empresas de Engenharia e Construção de Rede Telefônica, Fibra Ótica aéreo e subterrâneo, Rede Metálica aéreo e subterrâneo, Empresas e Empreiteiras Prestadoras de serviços de Telecomunicações em geral, reitera e da conhecimento da obrigação do desconto em folha de pagamento de seus empregados relativa ao mês de março de 2017, a CONTRIBUIÇÃO SINDICAL devida pelos empregados, tendo como base todos os ganhos refere a um dia de trabalho da respectiva remuneração, recolhendo em estabelecimento bancario (CEF) em conta especifica do sindicato ate o dia 30 do mes de abril de 2017, de acordo com o Art.582 CLT. As guias de recolhimento da CONTRIBUIÇÃO SINDICAL será enviada para as Empresas, via correio por A.R. apos a quitação das verbas referente a CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, as empresas deveram encaminhar a esse sindicato as (GRCS) devidamente quitadas, assim como a lista dos empregados contribuintes, indicando a função e remuneraçao, para calculo do valor descontado/ recolhido, de acordo com os termos do paragrafo 2ºdo Art.583 da CLT e portaria Nº3.233 de 29/12/1983 do Ministério do Trabalho.

Curitiba, 08 de fevereiro de 2017

JOILSON GRAMINHO
Diretor Presidente SINTIITEL

A ZN COATINGS REVESTIMENTO TECNICOS LTDA ME, torna público que irá requerer à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Pinhais, a Renovação da Licença Ambiental Municipal Simplificada para Serviços de usinagem, solda, tratamento e revestimento em metais com linha de galvanoplastia implantada na Rua Nova Esperança, 939 - Emiliano Perneta - Pinhais - Paraná.

LAVRA INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCAREO E PEDRA BRITA LTDA,TORNA PUBLICO QUE REQUEREU AO IAP RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO N 6937 PARA O EMPREENDIMENTO INDUSTRIAL NA PRODUÇÃO DE CALCAREO (BRITAGEM E MOAGEM) NA RODOVIA DOS MINERIOS KM 16,2 MATO DENTRO ALMIRANTE TAMANDARE-PR

LAVRA INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCAREO E PEDRA BRITA LTDA,TORNA PUBLICO QUE RECEBEU DO IAP LICENÇA DE OPERAÇÃO N 6934 COM VALIDADE ATE 14/ 06/2017,PARA O EMPREENDIMENTO INDUSTRIAL NA PRODUÇÃO DE CALCAREO(BRITAGEM E MOAGEM),NA RODOVIA DOS MINERIOS KM 16,2 MATO DENTRO ALMIRANTE TAMANDARE-PR

COLOMBO
PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação
Edital – Pregão Presencial Nº. 020/2017

Objeto: Contratação de empresa através do Sistema de Registro de Preços para execução de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas no município (varrição, capina e demais serviços de jardinagem, bem como a limpeza de bueiros, valas e "bocas de lobo", coleta e destinação dos resíduos provenientes destes serviços), conforme quantidades e especificações constantes no Termo de Referência que integra o edital.
Data: 02 de março de 2017 às 09:00 horas.
Local de Abertura: Sala de Licitações, situada na Rua XV de Novembro Nº. 105, Centro, Colombo, Paraná.
Preço Máximo: Constante no edital.
Critério de Julgamento: Menor preço.
Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito à Rua XV de Novembro Nº. 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelos fones: (041) 3656-8080 ou 3656-8002 ou pelo site: www.colombo.pr.gov.br.

Colombo, 09 de fevereiro de 2017.
Izabete Cristina Pavin

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Palácio Vereador Pedro Ivanicz Pazzini

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/ 2016 - Processo Administrativo nº 108/2016. Pregão nº 15/ 2016.
Partes: Câmara Municipal de Araucária CNPJ nº 78.134.012/ 0001-04 e a Empresa Laura Rodrigues Vedan - ME, CNPJ nº 18.007.867/0001-34. **Objeto:** Futuras aquisições de material de limpeza. Valor Total Anual: R$ 15.324,30.
EXTRATO DO 1º TERMO DE ALTERAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2016 - Processo Administrativo nº 108/2016. Pregão nº 15/2016.
Partes: Câmara Municipal de Araucária CNPJ nº 78.134.012/ 0001-04 e a Empresa Laura Rodrigues Vedan - ME, CNPJ nº 18.007.867/0001-34. **Cláusula Primeira:** Fica alterada, conforme dispõe o Art. 12, do Decreto Municipal nº 16.928/02 e o item 10.5, em razão da reclassificação do fornecedor, incluindo ao presente instrumento, o item 06 - Desengordurante, da Marca Alpes, frasco contendo 500ml. **Cláusula Segunda:** Fica alterado o valor total da Ata de Registro de Preços nº 09/2016, pela inclusão do item 06, ficando de R$ 15.324,30 para R$15.646,80. **Cláusula Terceira:** Permanecem inalteradas as demais disposições da Ata original, sendo que as modificações provenientes deste Termo de Alteração entram em vigor a partir da data de publicação.
A Ata integral encontra-se disponível para consulta e impressão no Diário Eletrônico do Município de Araucária no site: www.araucaria.pr.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÉN
ESTADO DO PARANÁ
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017
PROCESSO Nº 266/2017
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL – POR LOTE
LICITAÇÃO DIFERENCIADA – EXCLUSIVA PARA ME/EPP

O Município de Piên, Estado do Paraná, através Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Decreto nº 003/2017, torna público que fará realizar às **14:00 horas do dia 02 de março de 2017**, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Amazonas, 373 – Centro, Piên/PR, fone (41) 3632-1136, licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO - EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, para execução de obra de complementação de quadra poliesportiva na localidade de Campina dos Maia, Piên/PR, incluindo os serviços preliminares, drenagem do talude, piso ao redor de quadra e arquibancada em concreto armado e alvenaria. O valor máximo total é R$ 62.440,36 (sessenta e dois mil, quatrocentos e quarenta reais e trinta e seis centavos), com prazo de execução de 90 (noventa) dias corridos.

O edital completo poderá ser adquirido na Secretaria de Administração de 10 de fevereiro a 02 de março de 2017. As empresas interessadas em participar da licitação devem entrar em contato com o Departamento de Licitações e Compras, até o terceiro dia anterior a abertura das propostas, para cadastro.

Piên/PR, 07 de fevereiro de 2017.

PATRICIA APARECIDA TROJANOVSKI
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2017

A Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul comunica que fará a abertura do EDITAL **TOMADA DE PREÇOS nº 002/2017**, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para construção de rampa de acessibilidade junto a obra 1060094 da Creche Vila São Pedro. Conforme especificações contidas no Anexo I – do Edital. **DATA, HORÁRIO E LOCAL DE ABERTURA: 06/ 03/2017 Às 8h30min.** NO SETOR DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL PR, RUA HORACY SANTOS nº 222, CENTRO. Demais informações poderão ser obtidas através do telefone (041) 3973-8048, email: licitarbs@gmail.com

Rio Branco do Sul, 09 de fevereiro de 2017.
JOZIANE DE C. S. ALBUQUERQUE
Presidente da CPL

COMESP-Consórcio Metropolitano de Saúde do Paraná

ATO DO GESTOR 28/2016

SÚMULA: Estima a Receita e fixa a Despesa do Consórcio Metropolitano de Saúde do Paraná para o corrente exercício de 2017 e da outras providências.

O Conselho Deliberativo do COMESP aprovou e Eu, Presidente, sanciono e promulgo o seguinte Ato:

Art. 1º - O Orçamento Geral do COMESP, para o Exercício financeiro de 2017, conforme o Plano de Ação Conjunta de Interesse Comum e seus anexos, em anexo, estima a Receita e fixa a Despesa em R$ 13.000.000,00 (Treze milhões de reais).

Art. 2º - A Receita será realizada de acordo com a legislação específica em vigor, segundo as seguintes estimativas:

Receitas Correntes	R$ 13.000.000,00

Art. 3º - Segundo as Categorias Econômicas a Despesas estão com as seguintes distribuições:

Despesas Correntes	R$ 10.763.800,00
Despesas de Capital	R$ 256.200,00
Pessoal e Encargos	R$ 1.980.000,00
Total	R$ 13.000.000,00

Art. 4º - O Conselho Deliberativo do COMESP, na Lei nº 4.320 de março de 1964, fica autorizado:

Abrir créditos Adicionais suplementares até o limite de 30% do total da Receita Arrecadada no exercício de 2014, utilizando como recursos para a cobertura, quaisquer formas definidas no parágrafo 1º do artigo 3º da Lei Federal 4.320/64.

Art. 5º - O Conselho Deliberativo do COMESP fica autorizado a tomar medidas necessárias para manter os dispêndios como o comportamento da receita, nos termos do Título VI, Capítulo I da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 6º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 31 de dezembro de 2016.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal de Quatro Barras - PR
Presidente do Consórcio Metropolitano de Saúde de Paraná - COMESP

CÂMARA MUNICIPAL DE PINHAIS
ESTADO DO PARANÁ

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2016

PROCESSO Nº 646/2016

Objeto:

Origem:

Contratante:

Contratada:

Fundamentação Legal:

Valor Total:

Marco Alves Pereira
Presidente da Câmara Municipal de Pinhais

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017

OBJETO: Aquisição de materiais esportivos de skate e pista de skate movel para a execução do PROJETO SKATE EM MOVIMENTO a ser realizado no Centro da Juventude do Município da Lapa/PR. PRAZO DE ENTREGA: Envelopes - proposta e documentação: até às 09:30 horas do dia 24 de fevereiro de 2017. INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA: às 09:30 horas do dia 24 de fevereiro de 2017. VALOR MÁXIMO ADMITIDO: R$33.917,98 (trinta e três mil novecentos e dezessete reais e noventa e oito centavos). O Edital poderá ser requisitado na Divisão de Licitações da Prefeitura deste Município, de segunda à sexta-feira, das 09:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas, na Rua Barão do Rio Branco, Nº 1.709 (Fundos), ou pelo site: www.lapa.pr.gov.br.

Lapa-PR, 7 de fevereiro de 2017.
REGINA MARIA BRUNATTO
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

Dispensa de Licitação nº 1/2017 - Contrato nº 5/2017. Objeto: Contratação de Empresa especializada para realizar ensaios e analises da água do Município de Laranjeiras do Sul. Contratante: Município de Laranjeiras do Sul, inscrito no CNPJ nº 76.205.970/0001-95, Laranjeiras do Sul - PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Jonatas Felisberto da Silva. Contratado: Fundação para o Desenvolvimento Cientifico e Tecnologico - FUNDETEC, inscrita no CNPJ Nº 72.229.982/0001-07, com sede na BR 277, Km 576, Trevo São João, nº s n - São João, - CEP 85.818-560 - Município de Cascavel - Paraná neste ato representado pelo Sr. João Batista Cunha Junior, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 1.562.3403/SSP-PR e inscrito no CPF sob o Nº 706.475.779-68 Valor do contrato R$ 6.870,00 (Seis mil, oitocentos e setenta reais). Vigência do contrato: 12 (doze) meses. Foro: Comarca de Laranjeiras do Sul-PR.

DESPACHO DO PREFEITO
Em 30 de janeiro de 2017

Dispensa de Licitação nº 1/2017/PMLS.

O Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base nos memorandos, justificativas e parecer jurídico e anexos. Ratifica a Dispensa nº 1/2017, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para realizar ensaios e analises da água do Município de Laranjeiras do Sul, adjudica a empresa: Fundação para o Desenvolvimento Cientifico e Tecnologico - FUNDETEC, inscrita no CNPJ sob nº 72.229.982/0001-07, pelo valor total de R$ 6.870,00.

JONATAS FELISBERTO DA SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

AVISO DE RETIFICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2017 - SRP

A Prefeitura de Manoel Ribas comunica que houve Retificação no Aviso de Adiamento - Pregão Presencial nº 4/2017 - Processo Administrativo nº 007/2017, veiculado no DOE, Seção III, edição do dia 06/02/17, a pág. 159. Onde se lê: "...fica adiado para dia 22 02 16, às 10h...", leia-se: "...fica adiado para dia 22/02/17, às 10h...".

Manoel Ribas-PR, 9 de fevereiro de 2017.
AMARILDO CARNEIRO DE CARVALHO
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 2/2017
CONCORRÊNCIA

A PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MARILANDIA DO SUL, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº011/2017, de 05/01/2017, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 20 de março de 2017, às 09:30 horas no endereço, RUA SILVIO BELIGNI, 200, MARILÂNDIA DO SUL-PR, a reunião de recebimento e abertura das documentações e proposta, conforme especificado no Edital de Licitação nº 002/2017 na modalidade Concorrência. Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível no endereço supracitado e através do e-mail: licitacaomarilandia@yahoo.com.br. Objeto da Licitação: Locação de imóvel para implantação do CREAS - Centro de Referência Especializado de assistência Social, conforme termo de Adesão do Programa de Acompanhamento Especializado a Familias e Individuos - PAEFI, com a Prefeitura Municipal de Marilândia do Sul.

Marilândia do Sul, 8 de Fevereiro 2017.
HELENA SILVA DE OLIVEIRA PROENÇA
Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA BÁRBARA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2017 - SRP

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de óleo lubrificante para manutenção dos veículos da frota municipal. Tipo: Menor Preço. Por item. Recebimento dos Envelopes: Até às 13:30 horas do dia 23/02/2017. Inicio do Pregão: Dia 23/02/2017, às 14:00 horas. Preço máximo: R$ 55.726,60 (cinquenta e cinco mil, setecentos e vinte e seis reais e sessenta centavos). Informações Complementares: poderão ser obtidas em horário de expediente na Prefeitura Municipal de Nova Santa Bárbara, sito à Rua Walfredo Bittencourt de Moraes nº 222, pelo fone: 43-3266-8100, por Email: licitacao@nsb.pr.gov.br ou pelo site www.nsb.pr.gov.br.

Nova Santa Bárbara-PR, 7 de fevereiro 2017.
FABIO HENRIQUE GOMES
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2017

Registro de Preços nº 3/2017. OBJETO: Contratacao de Empresa para Locacao de Palco, Piramides, Grades, Geradores, Piso, Trio Eletrico, Arquibancada, Mesas, Cadeiras, Sanitarios Quimicos Moveis, Sonorizacao e Iluminacao, em atendimento ao Calendario de Eventos do Municipio. TIPO: Menor Preco Por Lote. PERIODO: 12 (doze) meses. VALOR ESTIMADO: R$ 6.405.465,80 (seis milhoes quatrocentos e cinco mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e oitenta centavos). DATA DA ABERTURA: 23/02/2017 - HORARIO: 09:00 horas. ENDERECO: www.paranagua.pr.gov.br. Legislacao Aplicavel: Lei n. 10.520/2002, Lei n. 8.666/1993, Lei Complementar n. 123/2006 e o Decreto Municipal n. 678/2005. Outros esclarecimentos poderao ser fornecidos pela Pregoeira, Rua Julia da Costa, 322, Centro, no horario comercial ou atraves do telefone n. (41) 3420-6003.

Paranaguá-PR, 8 de fevereiro de 2017.
AMANDA DOS SANTOS DOMARESKI FRANCO
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2017

Processo nº 266/2017 TIPO: Menor Preço Global Licitação Diferenciada - Exclusiva Para ME/EPP O Município de Piên, Estado do Paraná, através Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Decreto nº 003/2017, torna público que fará realizar às 14:00 horas do dia 02 de março de 2017, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Amazonas, 373 - Centro, Piên/PR, fone (41) 3632-1136, licitação na modalidade Tomada de Preços, tipo Menor Preço - Empreitada Por Preço Global, para execução de obra de complementação de quadra poliesportiva na localidade de Campina dos Maia, Piên/PR, incluindo os serviços preliminares, drenagem do talude, piso ao redor de quadra e arquibancada em concreto armado e alvenaria. O valor máximo total é R$ 62.440,36 (sessenta e dois mil, quatrocentos e quarenta reais e trinta e seis centavos), com prazo de execução de 90 (noventa) dias corridos. O edital completo poderá ser adquirido na Secretaria de Administração de 10 de fevereiro a 02 de março de 2017. As empresas interessadas em participar da licitação devem entrar em contato com o Departamento de Licitações e Compras, até o terceiro dia anterior à abertura das propostas, para cadastro.

Piên-PR, 7 de fevereiro de 2017.
PATRICIA APARECIDA TROJANOVSKI
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2017- SRP

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Pinhalão, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 12/2017, de 06/01/2017, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia 23/02/2017, às 08:30 horas, no endereço, Rua Domingos Calixto, 483, PINHALÃO-PR, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação nº 6/2017-PR na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, objetivando registro de preços. Informamos que a integra do Edital poderá ser solicitada através do e-mail: licitacao@pinhalao.pr.gov.br thaldim@gmail.com. Objeto da Licitação: Seleção de pessoa (s) juridica (s) do ramo pertinente para aquisição de combustiveis (álcool e gasolina) destinados aos veículos pertencentes a todas as secretarias do município, mediante especificação constante no edital. Critério de Julgamento - Menor Preço POR ITEM.

Pinhalão-PR, 9 de fevereiro de 2017.
RODRIGO BALDIM
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017

O Município de Rancho Alegre D'Oeste - PR, comunica aos interessados, que fará realizar às 09h00min do dia 23 de Fevereiro de 2017, Licitação na Modalidade Pregão Presencial - Tipo Menor Preço Por Item, objetivando à Aquisição de Materiais de Consumo, Higiene, Limpeza, Copa e Cozinha, para atender aos departamentos da Administração Municipal por um período de 12 (Doze) Meses, conforme descrições no Termo de Referência Anexo I do Edital. DATA DA ABERTURA: 23 de Fevereiro de 2.017 às 09h00min. LOCAL: Setor de Licitações Prefeitura Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, Avenida Paraná nº 530 - Centro CEP: 87.395-000. INFORMAÇÕES: O Edital e seus respectivos modelos, anexos, poderão ser adquiridos no endereço acima mencionada no horário comercial ou e-mail licita.rancho@hotmail.com das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min. Informações dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos ao Departamento de Licitações no endereço acima mencionado, pelo telefone (44 - 35561186).

Rancho Alegre D'Oeste - PR, 8 de fevereiro de 2017.
SUELI BATISTA ALVES
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SABÁUDIA

AVISO DE LICITAÇÃ DESERTA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2017

Processo Licitatório nº 007/2017.

O Município de Sabáudia torna Público que em relação ao processo licitatório em epigrafe realizado na data de hoje, 07/02/2017 com abertura prevista as 09:00 horas não acudiram interessados, pois, não houve o comparecimento de nenhum interessado a participar da licitação supramencionada cujo objeto é: Aquisição de Uma Pá Carregadeira Nova, Referente Ao Programa Apoio Ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Contrato de Repasse OGU nº 833521/2016/MAPA/CAIXA Convênio SICONV nº 833521/2016, declarando-se, com fulcro no inc. V, do art. 24 da Lei 8.666/93, DESERTA.

Sabáudia-PR, 7 de fevereiro de 2017.
EDSON HUGO MANCEIRA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2017

Processo nº 19/2017.

O Município de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, por seu Prefeito Municipal, Senhor Moacir Fiamoncini, e o Senhorita Pregoeira, nomeada pela Portaria de nº 11.054/2017, no uso de suas atribuições legais, faz saber e TORNA PÚBLICO aos interessados, que encontra-se aberto o presente Edital de Licitação, na modalidade Pregão Presencial, tipo Menor Preço, Unitário, que será regido pela Lei Federal de nº 10.520 de 17 de julho de 2002; Decreto Municipal de nº 1.872/2009 de 17/04/2009 e subsidiariamente pela Lei nº 8666 de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações e legislação correlata, para a finalidade abaixo especificada: 1. OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de 02 enleiradores, 02 plantadeiras multiplas, 03 plataformas agrícolas basculante e 02 distribuidores de adubo, com recursos do Contrato de Repasse 833675 Processo 10333655-44 2016 - MAPA. 2. PREÇO MÁXIMO TOTAL: R$ 101.410,85 (cento e um mil quatrocentos e dez reais e oitenta e cinco centavos). Os valores individualizados dos itens estão discriminados no edital. 3. DATA DE RECEBIMENTO, PROTOCOLO E ABERTURA: No dia 06/03/2017 até às 14:30 horas. 4. LOCAL: Sala da Secretaria de Administração, Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, com a Pregoeira e Equipe de Apoio. O Edital e anexos poderão ser retirados gratuitamente e diretamente com a Pregoeira na Prefeitura Municipal, localizada à Rua Acácia, 1317, em horário de expediente, de segunda a sexta-feira. Informações sobre o edital e anexos: 46 3542 1360 e através do e-mail licitasio@gmail.com.

Santa Izabel do Oeste-PR, 7 de fevereiro de 2017.
JANETE FORNAL
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MÔNICA

AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2017

O Município de Santa Mônica-Estado do Paraná torna pública a ABERTURA, sob a égide da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiariamente pela Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, da licitação na modalidade Pregão Presencial, tipo Menor Preço Por Item, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para aquisição de móveis, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, desta municipalidade, com vigência pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, no valor máximo de R$ 11.066,00 (onze mil e sessenta e seis reais). A descrição detalhada do objeto encontra-se no termo de referência, anexo I do edital. O edital e seus anexos en-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00032017021000177

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL – BOUARD ME

[illegible] JOSIEL BOUARD brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, natural de Cerro Azul - PR, nascido em 22/07/1966, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.405.786-5/SSP/PR e do CPF/MF nº 581.305.279-87, residente e domiciliado à Travessa Souza, 176, Centro, CEP 83570-000, na cidade de Cerro Azul, Estado do Paraná e ROSILDA DE MATOS BOUARD, brasileira, casada em comunhão parcial de bens, cuidadora, natural de Cerro Azul - PR, nascida em 22/09/1970, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.345.765-1-SSP/PR, e do CPF/MF nº 031.261.859-08, residente e domiciliada à Travessa Souza, 176, Centro, CEP 83570-000, na cidade de Cerro Azul, Estado do Paraná, únicos sócios componentes da sociedade empresária **BOUARD & BOUARD CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME**, por ato constitutivo registrado na Jucepar sob NIRE nº 41206177769 em 15/04/2008, inscrita no CNPJ/MF nº 08.618.664/0001-70, com sede à Rua Mal. Floriano Peixoto, 122, Centro, CEP 83.570-000, na Cidade Município de Cerro Azul, Estado do Paraná, resolvem de pleno e comum acordo, com fulcro na Lei nº 10.406 de 2002, a presente alteração deste contrato:

1 – INCLUSÃO DE ATIVIDADES: Ficam incorporadas às atividades da empresa as seguintes: **CNAE FISCAL** 47.44-0/99 (COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL); **CNAE FISCAL** 47.44-0/01 (COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS); **CNAE FISCAL** 47.44-0/02 (COMERCIO VAREJISTA DE MADEIRAS E ARTEFATOS); **47.44-0/03** (COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRAULICOS); **47.44-0/04** (COMERCIO VAREJISTA DE CAL, AREIA, PEDRA BRITADA, TIJOLOS E TELHAS); 47.44-0/05 (COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS [illegible]).

2 – RE-RATIFICAÇÃO DA 6ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL: Fica re-ratificado o valor do capital social da empresa na referida alteração (protocolo 11/064-736-1), que é o seguinte: **R$ 120.000,00 (Cento e Vinte mil Reais)**, dividido em **120.000 (Cento e Vinte mil)** quotas no valor nominal de R$ 1,00 (Hum Real) cada, integralizado pelos sócios no ato, em moeda corrente do país da seguinte forma:

Sócio	nº de Quotas	Valor Total	%
JOSIEL BOUARD	108.000 quotas	R$ 108.000,00	90
ROSILDA DE MATOS BOUARD	12.000 quotas	R$ 12.000,00	10
Total	**120.000 quotas**	**R$ 120.000,00**	**100**

2 – RE-RATIFICAÇÃO DA 7ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL: Fica re-ratificado o valor do capital social da empresa na segunda alteração (protocolo 13/[illegible]-3), que é o seguinte: **R$ 360.000,00 (Trezentos e cinquenta mil Reais)**, dividido em **360.000 (Trezentos e Cinquenta mil)** quotas no valor nominal de R$ 1,00 (Hum Real) cada, integralizado pelos sócios no ato, em moeda corrente do país da seguinte forma:

Sócio	nº de Quotas	Valor Total	%
JOSIEL BOUARD	[illegible] quotas	R$ [illegible]	90
ROSILDA DE MATOS BOUARD	[illegible] quotas	R$ 36.000,00	10
Total	**360.000 quotas**	**R$ 360.000,00**	**100**

Face às alterações acima, os sócios resolvem **CONSOLIDAR** o contrato social, conforme segue:

BOUARD & BOUARD CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME – CNPJ 08.618.664/0001-70

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL – NIRE nº 41206177769

Pelo presente instrumento particular de contrato social, **JOSIEL BOUARD** brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, natural de Cerro Azul - PR, nascido em 22/07/1966, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.405.786-5/SSP/PR e do CPF/MF nº 581.305.279-87, residente e domiciliado à Travessa Souza, 176, Centro, CEP 83570-000, na cidade de Cerro Azul, Estado do Paraná e **ROSILDA DE MATOS BOUARD**, brasileira, casada em comunhão parcial de bens, empresária, natural de Cerro Azul - PR, nascida em

22/08/1970, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.346.786-1-SSP/PR e do CPF/MF nº 031.261.859-08, residente e domiciliado à Rua Mal. Floriano Peixoto, 122, Centro, CEP 83.570-000, na cidade de Cerro Azul, Estado do Paraná; resolvem consolidar o presente contrato social, nos termos da Lei nº 10.406 de 2002.

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Cláusula Primeira: A sociedade terá a razão social de **BOUARD & BOUARD CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME.**

Cláusula Segunda: A sociedade terá sua sede à Rua Mal. Floriano Peixoto, 122, Centro, CEP 83.570-000, na cidade de Cerro Azul, Estado do Paraná. Poderá, mediante deliberação dos sócios representando a maioria do capital social e observada disposições da legislação aplicável, abrir e encerrar filiais, sucursais, agências e escritórios em qualquer parte do território nacional.

Cláusula Terceira: A sociedade tem por objeto a atividade de:

CNAE FISCAL	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE
4120-4/00	**Construção de Edifícios.**
4321-5/00	**Instalação e Manutenção Elétrica.**
4322-3/01	**Instalações Hidráulicas, Sanitárias e de Gás.**
4322-3/03	**Instalações de sistemas de prevenção contra incêndio.**
4391-6/00	**Obras de fundações.**
4399-1/03	**Obras de alvenaria.**
4330-4/02	**Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos.**
4330-4/04	**Serviços de pintura em edifícios em geral.**
3101-2/00	**Fabricação de móveis com predominância de madeira.**
7732-2/01	**Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador.**
7732-2/02	**Aluguel de andaimes.**
47.44-0/99	**Comércio varejista de materiais de construção em geral**
47.44-0/01	**Comércio varejista de ferragens e ferramentas**
47.44-0/02	**Comércio varejista de madeiras e artefatos.**
47.44-0/03	**Comércio varejista de materiais hidráulicos**
47.44-0/04	**Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas**
47.42-3/00	**Comércio varejista de materiais elétricos.**

Cláusula Quarta: O prazo de duração da sociedade é indeterminado, iniciando suas atividades na data de arquivamento deste contrato na Junta Comercial do Paraná.

DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula Quinta: O capital social é de **R$ 350.000,00 (Trezentos e Cinquenta mil Reais)** dividido em 350.000 (Trezentos e Cinquenta mil) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (Um Real) cada, integralizado pelos sócios neste ato, em moeda corrente do país, da seguinte forma:

Sócio:	Nº de Quotas:	Valor Total:	%
JOSIEL BOUARD	315.000 quotas	R$ 315.000,00	90
ROSILDA DE MATOS BOUARD	35.000 quotas	R$ 35.000,00	10
Total	350.000 quotas	R$ 350.000,00	100

Parágrafo Primeiro: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, nos termos do Artigo 1.052, da Lei nº 10.406, de 2002.

DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula Sexta: A sociedade será administrada pelo sócio **JOSIEL BOUARD,** ao qual caberá individualmente a representação ativa e passiva da sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, sendo vedado de acordo com o Artigo 1.064, da Lei nº 10.406, de 2002, o uso da denominação social, ou da firma, em negócios estranhos aos fins propostos.

Cláusula Sétima: Fica facultada a nomeação de administradores não pertencentes ao quadro societário, desde que aprovado por dois terços dos sócios de acordo com o Artigo 1.061, da Lei nº 10.406, de 2002.

Cláusula Oitava: No exercício da administração, o administrador terá direito a uma retirada mensal a título de *pro labore*, cujo valor será convencionado de comum acordo entre os sócios.

DAS DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS

Cláusula Nona: Os sócios reunir-se-ão sempre que necessário, mediante convocação do sócio majoritário ou pelos sócios minoritários cujas quotas formem pelo menos um quinto do capital social, e suas deliberações ou decisões constarão no livro de "Atas de Reuniões na Diretoria". Para que a deliberação seja válida, será necessária a presença da maioria dos sócios; "quorum"; e, para tomada de decisões será necessária maioria simples e no caso de empate, o sócio majoritário terá direito ao segundo voto, de desempate.

Parágrafo Primeiro: Fica dispensada a formalidade da convocação, quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia, nos termos do Parágrafo 2º, Artigo 1.072 da Lei nº 10.406, de 2002.

Parágrafo Segundo: Se todos os sócios se decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto da reunião, fica dispensada a sua realização, nos termos do Parágrafo 3º, Artigo 1.072, da Lei nº 10.406, de 2002.

Cláusula Décima: Os sócios que representam, no mínimo, a três quartos do capital social, poderão promover a alteração do contrato social, independentemente do consentimento expresso ou tácito, por parte dos demais sócios, especialmente no que tange à exclusão de sócio que passe a colocar em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade.

Parágrafo Único: A exclusão de sócio somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para esse fim, estando o sócio excluído ciente em tempo hábil para permitir o seu comparecimento e o exercício do seu direito de defesa.

Cláusula Décima Primeira: As quotas de capital da sociedade são indivisíveis e não poderão ser alienadas a pessoas estranhas ao quadro social sem o prévio consentimento dos demais sócios, aos quais fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para aquisição das quotas, formalizando a alteração contratual, se realizada a cessão.

Cláusula Décima Segunda: Havendo, no sócio, o desejo de retirar-se da sociedade, deverá notificar aos demais sócios, por escrito, com antecedência mínima de 60 dias e seus haveres lhes serão pagos, após o levantamento de balanço especial levantado para esse fim, em condições e prazos negociados, no máximo em sete parcelas iguais e sucessivas, atualizada por índices oficiais acrescidos de juros de 6% ao ano.

DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

Parágrafo Único: Findo o prazo de 60 dias para o exercício da preferência, sem que os sócios tenham se manifestado ou se houver sobras, as quotas poderão ser cedidas ou alienadas a terceiros.

Cláusula Décima Terceira: O sócio que ceder suas quotas, total ou parcialmente, fica livre de quaisquer responsabilidades posteriores à data de averbação de sua saída da sociedade, após quitar todas as obrigações decorrentes do período em que o sócio retirante participava na sociedade, de conformidade com o Artigo 1.057, da Lei nº 10.406, de 2002.

DO BALANÇO PATRIMONIAL E PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS DA EMPRESA

Cláusula Décima Quarta: O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, data esta em que serão elaborados o inventário, o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico, e será efetuada a apuração do resultado com observância às disposições legais aplicáveis.

Parágrafo único: Os lucros ou prejuízos apurados serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de sua participação no capital social.

DO FALECIMENTO DE SÓCIO

Cláusula Décima Quinta: O falecimento de qualquer um dos sócios não dissolverá a sociedade, que prosseguirá com os sócios remanescentes, herdeiros e sucessores, apurando os haveres do sócio falecido em balanço especial levantado para esse fim, na data do falecimento. Se os herdeiros do sócio falecido não tiverem interesse, ou não for possível continuar na sociedade, o valor correspondente às suas quotas de capital e sua participação nos lucros líquidos serão pagos em condições e prazos negociados, no mínimo em seis parcelas iguais e sucessivas, atualizadas por índices oficiais acrescidos de juros de 6% ao ano.

DA REGÊNCIA SUPLETIVA

Cláusula Décima Sexta: A regência supletiva da sociedade limitada dar-se-á pelas normas regimentais da sociedade anônima, Lei nº 6.404, de 1976.

DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA

Cláusula Décima Sétima: Fica expresso que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais, segundo a remissão determinada pelo Artigo 1.054 ao Artigo 997, da Lei nº 10.406, de 2002.

DOS CASOS OMISSOS

Cláusula Décima Oitava: Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso dos sócios, com observância à Lei nº 10.406, de 2002 e outros dispositivos legais sujeitos ao presente tipo de sociedade.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Cláusula Décima Nona: Os sócios administradores declaram que não estarem incursos em nenhum dos impedimentos previstos no Parágrafo 1º do Artigo 1.011 da Lei nº 10.406, de 2002, que os impeçam de exercer qualquer atividade mercantil.

DO FORO

Cláusula Vigésima: Fica eleito o foro da Comarca de Cerro Azul, Estado do Paraná, para qualquer ação fundada neste contrato, com exclusão expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, lavram este instrumento em três vias de igual forma teor que serão assinadas pelos sócios, na presença de duas testemunhas.

Cerro Azul (PR), 19 de Dezembro de 2013.

JOSIEL BOUARD

ROSILDA DE MATOS BOUARD

ELABORADO POR:

Testemunhas:

Oseias da Costa Rosa
Fone: (41) 8425-0891
Téc. em Contabilidade
CRC PR 052153/O-7

WELINGTON DO NASCIMENTO PONTES

RG nº 13.509.637-0-SSP/PR.

ERON CARLOS DE MOURA E COSTA

RG nº 9.790.408-1-SSP/PR

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SEBASTIÃO MOTTA
SECRETÁRIO GERAL

Bouard & Bouard Construção Civil

Consrução e Reforma do Piso ao Teto

CNPJ: 09.519.064/0001-78

ANEXO VII

CARTA-CREDENCIAL

Cerro Azul, em 02 de Março de 2017.

À Comissão Permanente de Licitação

Ref.: Edital de Tomada de Preços nº 001/2017

Prezados Senhores,

O abaixo assinado, JOSIEL BOUARD, carteira de identidade 4.405.756-5 SSP-PR, na qualidade de responsável legal pela proponente BOUARD & BOUARD CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - ME, vem, pela presente, informar a V. Sªs que o senhor LUANA MENEGUEL DEPETRIS, carteira de identidade 9.829.747 2 SSP-PR, é a pessoa designada por nós para acompanhar a sessão de abertura e recebimento da documentação de habilitação e propostas de preços, para assinar as atas e demais documentos com poderes para renunciar prazos recursais a que se referir a licitação em epígrafe.

Atenciosamente,

CERRO AZUL - PR

JOSIEL BOUARD

R.G. 4.405.756-5

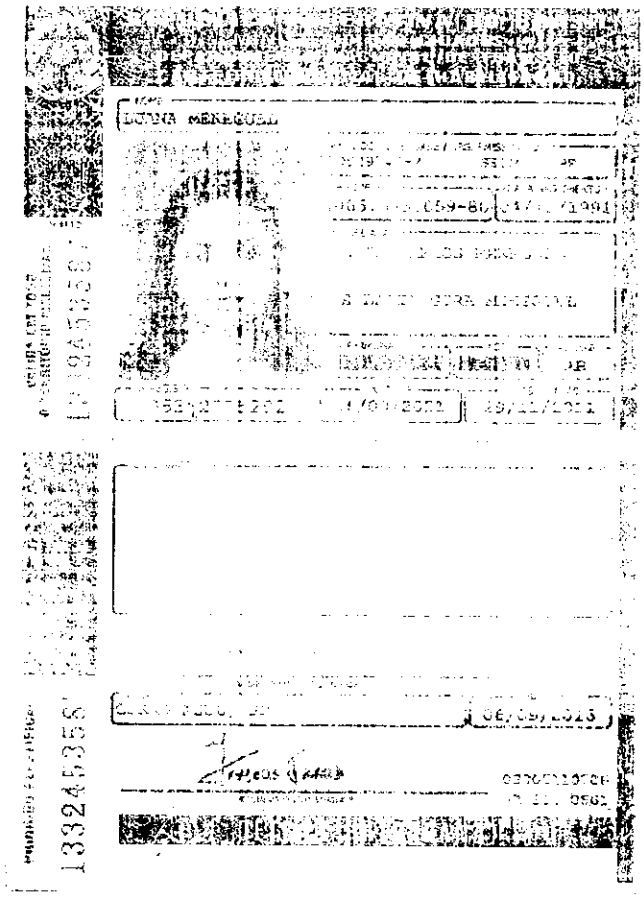
Reconheço por SEMELHANÇA a assinatura de **JOSIEL BOUARD**. Dou fé.
Em testemunho _____ da verdade.
Cerro Azul, 01 de março de 2017.

IVONETE ERAT
Escrevente

Selo Digital: q4bc6 . gsd08 . RvW46 - AEKeB . CB1S
Consulte esse selo em http://funarpen.com.br

Ivonete Erat
Escrevente Juramentada
CPF 067.725.519-80

Localização e Manutenção
R. Cel. Florindo, 122, Centro, Cerro Azul - PR, CEP 83.670-000
Fone/Fax (41) 3682-1141 e-mail: bouardconstrucaoeincorporadora@hotmail.com



ANEXO III

À Presidente da Comissão Permanente de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

DECLARAÇÃO

BOUARD & BOUARD CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.519.064/0001-78 por intermedio de seu Representante Legal, Sr. JOSIEL BOUARD, portador da Carteira de Identidade nº 4.405.756-5 inscrito no CPF/MF sob o n.º 581.205.229-87, DECLARA, para fins de dispensa no Edital de **TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017**, sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data é considerada:

1. (X) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

2. ( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

DECLARA ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

Cerro Azul, 02 de março de 2017.

JOSIEL BOUARD

Importante:

1) A DECLARAÇÃO de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderá ser objeto de diligência para comprovação de veracidade de mesma e implicará no tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

2) A DECLARAÇÃO de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte falsa ou inverídica sujeitará a licitante às penalidades previstas neste Edital, bem como, as demais sanções penais cabíveis.

Portal da Transparência - Governo Federal - http://www.portaltransparencia.gov.br

114

Você está em:
Início » **CEIS**

CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS (CEIS)

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) é um banco de informações mantido pela Controladoria-Geral da União que tem como objetivo consolidar a relação das empresas e pessoas físicas que sofreram sanções das quais decorra como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública. Saiba mais

Consulta

CPF/CNPJ:	09519064000178
Nome, Razão Social ou Nome Fantasia:	(Opcional)
Tipo de Sanção:	Todos

Quantidade de registros encontrados: 0 **Data:** 02/03/2017 14:38:59

Não foram encontrados registros que atendam ao seguinte critério de busca:

CNPJ/CPF: 09519064000178

Página 1/1

ATENÇÃO
Este cadastro visa dar publicidade às sanções administrativas aplicadas contra licitantes e fornecedores. As informações aqui veiculadas são de inteira responsabilidade das entidades que as prestaram, não podendo a União ser responsabilizada pela veracidade e/ou autenticidade de tais informações nem pelos eventuais danos diretos ou indiretos que delas resultem causados a terceiros.

* Designação do apenado, conforme informado pelo órgão sancionador (publicação no DOU; dados constantes de Ofício, etc.)

** Constatou-se que o nome informado pelo órgão sancionador diverge significativamente do constante do cadastro da Receita Federal, considerando-se o CPF/CNPJ informados. O nome constante do cadastro da Receita Federal pode ser verificado clicando-se sobre o respectivo registro. A divergência pode indicar apenas uma alteração no nome do sancionado ou uma inconsistência dos dados informados. Mais informações podem ser obtidas junto ao órgão sancionador.

115

TCEPR

Consulta de Impedidos de Licitar

Pesquisa Impedidos de Licitar

Fornecedor

Tipo documento: CNPJ ▼ Número documento: 09519064000178

Nome:

Período publicação : de até

Data de Início Impedimento: de até

Data de Fim Impedimento: de até

Pesquisar

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

116

Envelope nº 01 "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO"

BOUARD & BOUARD CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA – ME

09.519.064/0001-78

Rua Marechal Floriano Peixoto, 122, Cerro Azul, Paraná

Destinatário: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

AT: Comissão Permanente de Licitação

Tomada de Preços nº 001/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN – PARANÁ

CADASTRO DE HABILITAÇÃO PARA LICITAÇÕES

CERTIFICADO DE REGISTRO Nº 389

Nome/Razão Social: **Bouard & Bouard Construção Civil LTDA**		
Endereço: **RUA MAL. FLORIANO PEIXOTO, 122, CERRO AZUL, CURITIBA/PR - CEP: 83570-000**		
E-mail: **j.bconstrucaoemarcenaria@gmailcom**	Telefone: (41) 3662-1174	Celular (41) 98412-7199
CNPJ: **09.519.064/0001-78**	Inscrição Estadual: **90440967-70**	Inscrição Municipal: **1064**
Responsável pela Empresa: **Josiel Bouard**	RG: **4.405.756-5/SSPPR**	CPF: **581.305.279-87**
Objeto Social: **Construção de edifícios, instalação e manutenção elétrica, instalações hidráulicas, sanitárias e de gás, instalação de sistema de prevenção de incêndio, obras de fundações e de alvenaria, instalações de porta, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos, serviços de pintura, fabricação de móveis, aluguel de máquinas, equipamentos e andaimes e comércio varejista de matérias de construção, ferragens, ferramentas, madeiras artefatos, materiais hidráulicos e matérias elétricos.**		
Certificamos que a empresa acima identificada encontra-se registrada no *Cadastro de Habilitação para Licitações*, nesta Prefeitura, nos termos da Lei 8.666/93, tendo apresentado os seguintes documentos (cópia autenticada): - Contrato Social e sua última alteração; - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ (Cartão de Identificação); - Comprovante de Inscrição Estadual (CICAD) ou Ficha de Atualização Cadastral (FAC); - Comprovante de Inscrição Municipal.		

PATRICIA APARECIDA TROJANOVSKI

Presidente da Comissão de Licitação

(Decreto nº 003/2017)

Este certificado é fornecido gratuitamente, tendo validade por 01 (um) ano, a partir da data de emissão.

Emitido em: 02/03/2017.

ANEXO IV

DECLARAÇÕES

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017

Declaramos para os fins de direito, e sob as penas da lei, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório em epígrafe, instaurado por este município, que:

1. Não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal n.º 9854, de 27.10.99, que altera a Lei n.º 8666/93;
2. Nenhum de nossos sócios é servidor(a) ou dirigente de órgão do Município de Piên;
3. Não estamos suspensos temporariamente de participar em licitação ou impedidos de contratar com a Administração;
4. Não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer e suas esferas;
5. Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
6. Somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou de origem nativa de procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal aprovados por órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), com autorização de transporte concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA, tendo ciência que o não atendimento da presente exigência na fase de execução do contrato poderá acarretar as sanções administrativas previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal 8.666/93, e no artigo 72, 8º, inciso V da Lei Federal 9.605/98, sem prejuízo das implicações de ordem criminal contempladas na referida Lei.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Cerro Azul, em 02 de Março de 2017.

JOSIEL BOUARD

J.B construção e Marcenaria
R. Mal. Floriano Peixoto nº 122, Centro, Cerro Azul- Pr CEP 83570-000
Fone/Fax (41) 3662-1174 e-mail j.bconstrucaoemarcenaria@gmail.com

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: BOUARD & BOUARD CONSTRUCAO CIVIL LTDA - ME
CNPJ: 09.519.064/0001-78

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://www.receita.fazenda.gov.br> ou <http://www.pgfn.fazenda.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 11:59:26 do dia 27/02/2017 <hora e data de Brasília>.
Válida até 26/08/2017.
Código de controle da certidão: A93B.F28C.6B84.99C7
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Fazenda

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Receita do Estado

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 015530550-70

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **09.519.064/0001-78**
Nome: **BOUARD & BOUARD CONSTRUCAO CIVIL LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 14/03/2017 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Parana
PREFEITURA MUNICIPAL CERRO AZUL
SECRETARIA DE FINANÇAS

121

Data: 27/02/2017 11h09min

Número	Validade
99	29/03/2017

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

BOUARD & BOUARD CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - ME CNPJ: 09.519.064/0001-78

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à	Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos às inscrições abaixo caracterizadas.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar debitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a periodos compreendidos nesta certidão.

Código de Controle

CWNZG7YHDFXM5JY1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.
http://www.cerroazul.pr.gov.br

Cerro Azul (PR), 27 de Fevereiro de 2017

CNPJ: 76.002.666/0001-40

Prefeitura Municipal de Piên

Rua Amazonas nº 373 - Centro - Piên - Paraná - CEP 83.860-000

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

IMPORTANTE:	1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO. 2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ **25/03/2017**, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

Piên, 23 de Fevereiro de 2017

NEGATIVA Nº: 388/2017

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 9ZTMLH2QE5NX4422UP2

FINALIDADE: CONCORRÊNCIA / LICITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: BOUARD & BOUARD CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - ME

INSCRIÇÃO EMPRESA DE FORA	CNPJ/CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	ALVARÁ
58696	09.519.064/0001-78		

ENDEREÇO

RUA MAL. FLORIANO PEIXOTO, 122 - CERRO AZUL CEP: 86570000 Cerro Azul - PR

CNAE / ATIVIDADES

Não definidas

Emitido por: << Equiplano Público Web >>

CAIXA

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 09519064/0001-78
Razão Social: BOUARD E BOUARD CONSTRUCAO CIVIL LTDA ME
Nome Fantasia: JB CONSTRUCAO CIVIL
Endereço: R MARECHAL FLORIANO PEIXOTO 122 / CENTRO / CERRO AZUL / PR / 83570-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 21/02/2017 a 22/03/2017

Certificação Número: 2017022103304852101624

Informação obtida em 27/02/2017, às 11:46:13.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: BOUARD & BOUARD CONSTRUCAO CIVIL LTDA - ME (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 09.519.064/0001-78
Certidão nº: 118299942/2016
Expedição: 24/10/2016, às 08:49:32
Validade: 21/04/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **BOUARD & BOUARD CONSTRUCAO CIVIL LTDA - ME (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 09.519.064/0001-78, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

SIMPLES

Simples Nacional - Consulta Optantes

Data da consulta: 27/02/2017

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ : 09.519.064/0001-78
A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial : BOUARD & BOUARD CONSTRUCAO CIVIL LTDA - ME

Situação Atual

Situação no Simples Nacional : Optante pelo Simples Nacional desde 15/04/2008

Situação no SIMEI: NAO optante pelo SIMEI

Períodos Anteriores

Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores: Não Existem

Opções pelo SIMEI em Períodos Anteriores: Não Existem

Agendamentos (Simples Nacional)

Agendamentos no Simples Nacional: Não Existem

Eventos Futuros (Simples Nacional)

Eventos Futuros no Simples Nacional: Não Existem

Eventos Futuros (SIMEI)

Eventos Futuros no SIMEI: Não Existem

GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E ASSUNTOS DO MERCOSUL
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial
BOUARD & BOUARD CONSTRUÇAO CIVIL LTDA ME

Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede)	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
41 2 0617176-9	XXXXXXXXXXXXXX	15/04/2008	15/04/2008

Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP)
RUA MAL FLORIANO PEIXOTO, 122, CENTRO, CERRO AZUL, PR, 83.570-000

Objeto Social
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS;
INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA;
INSTALAÇÃO HIDRÁULICAS, SANITARIAS E DE GÁS;
INSTALAÇÕES DE SISTEMA DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO;
OBRAS DE FUNDAÇÕES;
OBRAS DE ALVENARIA;
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE;
INSTALAÇÃO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISÓRIAS E ARMÁRIOS EMBUTIDOS;
SERVIÇOS DE PINTURA EM EDIFÍCIOS EM GERAL;
FABRICAÇÃO DE MÓVEIS COM PREDOMINÂNCIA DE MADEIRA;
ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR;
ALUGUEL DE ANDAIMES;
COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL
COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS
COMÉRCIO VAREJISTA DE MADEIRAS E ARTEFATOS
COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRAULICOS
COMÉRCIO VAREJISTA DE CAL, AREIA, PEDRO BRITADA, TIJOLOS E TELHAS
COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS ELETRICOS

Capital	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006)	Prazo de Duração
Capital: R$ 350.000,00 (TREZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS) Capital integralizado: R$ 350.000,00 (TREZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS)	Microempresa	Indeterminado

Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato

Nome/CPF ou CNPJ	Participação no capital (R$)	Espécie de Sócio	Administrador	Término do Mandato
JOSIEL BOUARD 581.305.279-87	315.000,00	SOCIO	Administrador	XXXXXXXXXX
ROSILDA DE MATOS BOUARD 031.261.859-08	35.000,00	SOCIO		XXXXXXXXXX

CURITIBA - PR, 22 de dezembro de 2016

168255941-4

LIBERTAD BOGUS
SECRETARIA GERAL

Para verificar a autenticidade acesse www.juntacomercial.pr.gov.br e informe o número 168255941 na Consulta de Autenticidade
Consulta disponível por 30 dias

Documento Assinado Digitalmente 22/12/2016
Junta Comercial do Paraná
CNPJ 77.968.170/0001-99

Você deve instalar o certificado da JUCEPAR
www.juntacomercial.pr.gov.br/certificado

GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E ASSUNTOS DO MERCOSUL
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMACÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

127

Continuação — CERTIDÃO SIMPLIFICADA — Página: 002 / 002

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial
BOUARD & BOUARD CONSTRUÇAO CIVIL LTDA ME

Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede)	CNPJ
41 2 0617176-9	XXXXXXXXXXXXXX

Último Arquivamento
Data: 04/02/2014 Número: 20137360886
Ato: ALTERACÃO
Evento (s): ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO
RE-RATIFICACAO

Situação
REGISTRO ATIVO

Status
XXXXXXXXXXXXXXXXX

CURITIBA - PR, 22 de dezembro de 2016

16 825594-4

LIBERTAD BOGUS
SECRETARIA GERAL

Para verificar a autenticidade acesse www.juntacomercial.pr.gov.br e informe o numero 168255944 na Consulta de Autenticidade
Consulta disponível por 30 dias

128

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
E AGRONOMIA DO PARANÁ

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que a empresa encontra-se regularmente registrada nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, estando habilitada a exercer suas atividades no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Certidão nº: 18801/2017 **Validade:** 31/03/2017

Razão Social: BOUARD & BOUARD CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME
CNPJ: 09519064000178
Num. Registro: 47892 **Registrada desde :** 16/04/2009
Capital Social: R$ 350.000,00
Endereço: RUA MAL FLORIANO PEIXOTO, 122 CENTRO
Município/Estado: CERRO AZUL-PR **CEP:** 83570000
Objetivo Social:
4120-4/00 Construção de edifícios; 4321-5/00 Instalação e manutenção elétrica; 4322-3/01 Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás; 4322-3/03 Instalações de sistema de prevenção contra incêndio; 4391-6/00 Obras de fundações; 4399-1/03 Obras de alvenaria; 4399-1/99 Serviços especializados para construção não especificados anteriormente; 4330-4/02 Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos; 4330-4/04 Serviços de pintura em edifícios em geral; 3101-2/00 Fabricação de móveis com predominância de madeira; 7732-2/01 Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador; 7732-2/02 Aluguel de andaimes.
Restrição de Atividade : Atividades restritas à área de Engenharia Civil.

Encontra-se quite com a anuidade relativa ao exercício de 2016.
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Responsável(eis) Técnico(s):

1 - PAULO ROBERTO PINTO SILVA
Carteira: PR-30723/D Data de Expedição: 08/04/1998
Desde: 20/08/2012 Carga Horária: 20: H/S
Título: ENGENHEIRO CIVIL Situação: Regular
DA RESOLUCAO 218 - ARTIGO 07 do CONFEA

Quadro(s) Técnico(s):
1 - LUANA MENEGUEL DEPETRIS
Carteira: PR-138417/D Data de Expedição: 04/04/2014
Desde: 20/12/2016
Título: ENGENHEIRA CIVIL
DA RESOLUCAO 218 - ARTIGO 07 de 29/06/1973 do CONFEA

Para fins de: CADASTRO

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR

(http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 57196/2017, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

129

Emitida via Internet em 16/02/2017 20:35:01

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 002/2014.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Ref.: Edital de TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017

Conforme o disposto no Edital em epígrafe e de acordo com a Resolução nº 218 de 29/06/73 e nº 317, de 31/10/86, do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura, e Agronomia, declaramos que o responsável técnico pelo serviço, caso venhamos a vencer a referida licitação, é:

nº	Nome	Especialidade	CREA/CAU nº	Data do registro	Assinatura
1	Paulo Roberto Pinto da Silva	Engenheiro Civil -- Resp. Técnico	30.723 /D	08/04/1998	
2	Luana Meneguel Depetris	Engenheira Civil – Quadro Técnico	138.417/D	04/04/2014	Luana Meneguel

Declaramos, outrossim, que os profissionais acima relacionados pertencem ao nosso quadro técnico de profissionais.

Cerro Azul, em 02 de Março de 2017.

JOSIEL BOUARD
RG. 4.405.756--5

131

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
E AGRONOMIA DO PARANÁ

Certidão de Registro de Pessoa Física e Positiva de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: **18800/2017** Validade: 18/03/2017

Nome: PAULO ROBERTO PINTO SILVA
Carteira - CREA-PR Nº :PR-30723/D
Registro Nacional : 1702245586
Registrado(a) desde : 08/04/1998

Filiação : ALBERTO LUCAS PINTO SILVA
DORALICE MORAES DA SILVA
Data de Nascimento : 03/04/1967
Carteira de Identidade : 4.304.692-3
Naturalidade : APIAI/SP
CPF : 672415[illegible]

Título: ENGENHEIRO CIVIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Data da Colação de Grau : 06/03/1997 Diplomação : 06/03/1997
Situação : Regular
Atribuições profissionais:
DA RESOLUCAO 218 - ARTIGO 07 de 29/06/1973 do CONFEA

Responsabilidade Técnica/Quadro Técnico:
41576 - PRPS CONSTRUÇÕES METÁLICAS LTDA
Desde: 27/02/2012 Carga Horária: 20 Horas

47892 - BOUARD & BOUARD CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME
Desde: 20/08/2012 Carga Horária: 20 Horas

Encontra-se quite com a anuidade relativa ao exercício de 2016.
Possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa.

Para fins de: Cadastro

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 57193/2017.

Emitida via Internet em 16/02/2017 20:34:35

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 002/2014.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

133

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
E AGRONOMIA DO PARANÁ

Certidão de Registro de Pessoa Física e Positiva de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: **22692/2017** Validade: 29/03/2017

Nome: LUANA MENEGUEL DEPETRIS
Carteira - CREA-PR Nº :PR-138417/D
Registro Nacional : 1713112549
Registrado(a) desde : 04/04/2014
Filiação : LUIZ CARLOS MENEGUEL
EULALIA GURA MENEGUEL
Data de Nascimento : 04/12/1991
Carteira de Identidade : 05362375292 CPF : 06554305980
Naturalidade : CERRO AZUL/PR

Título: ENGENHEIRA CIVIL
UNIVERSIDADE POSITIVO
Data da Colação de Grau : 28/03/2014 Diplomação : 28/03/2014
Situação : Regular
Atribuições profissionais:
DA RESOLUCAO 218 - ARTIGO 07 de 29/06/1973 do CONFEA

Responsabilidade Técnica/Quadro Técnico:
47892 - BOUARD & BOUARD CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME
Desde: 20/12/2016 Carga Horária: 20 Horas

Possui débitos de anuidade.
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Para fins de: Cadastro

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 68297/2017.

Emitida via Internet em 27/02/2017 16:04:53

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 002/2014.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à

respectiva ação penal.

http://creaweb.crea-pr.org.br/consultas/certidao.asp?SESSAO=58mh5Opcwogz&CODREGIO=631022&NUMPROT=&ANOPROT=&CODFUNC=99999 2/2

CONTRATO PARTICULAR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado **BOUARD & BOUARD CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF n° 09.519.064/0001-78, sediada à rua Marechal Floriano Peixoto,122, Centro, município de Cerro Azul, neste ato representado por seu sócio-administrador **JOSIEL BOUARD**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.405.756-5-SSP/PR., e do CPF/MF nº 581.305.279-87, residente e domiciliado à Travessa Souza, 176 – Centro – Cerro Azul – Paraná, de ora em diante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e de outro lado **PAULO ROBERTO PINTO SILVA**, brasileiro, casado, engenheiro civil inscrito no CREA/PR sob nº 30.723/D-PR, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.804.992-3-SSP/PR., e do CPF/MF nº 672.415.739-00, inscrito no residente e domiciliado à Rua José Leal Fontoura, 576, Centro, município de Colombo, Estado do Paraná, de ora em diante denominado de **CONTRATADO**, têm entre si, como justo e contratado, a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS** deste último, como segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA:- Que o **CONTRATANTE**, por este instrumento, contrata os serviços do CONTRATADO, a partir do que este passará a ser.o RESPONSÁVEL TÉCNICO pelas obras da CONTRATANTE. Fica o CONTRATADO obrigado a cumprir uma carga horária de 20 (Horas) horas semanais.

CLÁUSULA SEGUNDA:- Que o **CONTRATADO**, pelo presente instrumento, se predispõe a efetuar os serviços a que for solicitado, com as especificações a serem especificadas oportunamente, podendo indicar as pessoas que lhe convier para trabalhar como seus auxiliares, os quais não terão nenhum vínculo com o ora **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA:- Que a **CONTRATANTE** se obriga a fornecer todo o material necessário para as obras a serem realizadas.

CLÁUSULA QUARTA:- Que o prazo de duração do presente contrato é de **04 (Quatro) anos**, tendo início em **01 de Março de 2015** e término previsto para o dia **28 de Fevereiro de 2019.**

CLÁUSULA QUINTA:- Que o valor dos serviços contratados é de **R$ 4.728,00 (Quatro mil, Setecentos e Vinte e Oito Reais)**, ou seja, **06 (seis) salários mínimos** mensais em vigência no país, que deverão ser pagos até o 5° dia útil de cada mês, em moeda corrente no país.

Parágrafo Único:- Por ocasião do aumento do salário mínimo, o salário do CONTRATADO aumentará automaticamente na mesma proporção.

CLÁUSULA SEXTA:- Caso o ora CONTRATADO esteja em desacordo quanto a qualidade do material utilizado nas obras, deverá fazer por escrito um termo de rejeição por escrito ao CONTRATANTE, para que o impasse seja solucionado.

CLÁUSULA SÉTIMA:- Fica eleito o Foro da Comarca de Cerro Azul – Estado do Paraná, para nele serem dirimidas todas as dúvidas que o presente contrato gerar.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas idôneas.

Cerro Azul, 01 de Março de 2015.

09.519.064/0001-78
BOUARD & BOUARD
CONTRUÇÃO CIVIL LTDA.
TRAVESSA SOUZA Nº 176
CENTRO - CEP 83570-000
CERRO AZUL - PR

CERRO AZUL - PR

BOUARD & BOUARD CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA
JOSIEL BOUARD
CONTRATANTE

CERRO AZUL - PR

PAULO ROBERTO PINTO SILVA
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. Edilaine dos Reis Martins

2. Rosilda de Matos Bouard

TABELIONATO DE NOTAS
Cerro Azul - Pr
Dr. Aníbal Khury

Francieli Cruz
Escrevente Juramentada
RG 9.453.705-3 PR
CPF 087.775.519-80

PREF. MUN. DE F.IEN. - PR
CONFERE COM O ORIGINAL

137

BOUARD CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - ME

LUANA MENEGUEL DEPETRIS

CLAUSULA SEGUNDA Que o presente contrato tem duração de 01 (um)

9/12/2017

CERRO AZUL - PR

CERRO AZUL - PR

Luana Meneguel Depetris

PREF. MUN. DE FIÃO - PR
CONFERE COM O ORIGINAL

ATESTADO DE VISITA

Ref.: Edital de TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2017

Declaramos que o Engenheiro Civil ***PAULO ROBERTO PINTO DA SILVA*** CREA nº ***PR 30.723/D*** da proponente ***BOUARD & BOUARD CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - ME***, devidamente credenciado, visitou o local da execução do serviço, objeto da Tomada de Preços em epígrafe.

Piên, 23 de Fevereiro de 2017.

Simon Schneider, RG 6.268.104-7 SSP-PR

Paulo Roberto Pinto da Silva, RG 4.804.992-3/SSP-PR, CREA: PR 30.723/D

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de ART Nº.: 007258/2014

ENGENHEIRO CIVIL
Requerente: PAULO ROBERTO PINTO SILVA

Nada mais consta requerido à presente data, referente à Anotação de Responsabilidade Técnica registrada sob o nº acima.

Emitida via Internet em 14/05/2014 16:38:03

OBSERVAÇÃO: A VALIDADE DA PRESENTE CERTIDÃO É POR PRAZO INDETERMINADO.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo nº 2014092353

Ressalta-se a possibilidade de esse documento ser falsificado. A falsificação deste documento constitui crime previsto no artigo 297 do Código Penal.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico com Atestado

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - CREA PR, certifica que o(a) profissional abaixo procedeu a(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART(s) referente(s) ao(s) serviço(s)/obra(s) descrito(s) nesta Certidão, integrando desta forma sua experiência profissional, conforme o Artigo 47º da Resolução nº 1025/2009, do CONFEA.

Certifica que, conforme dispõe o Artigo 2º da Lei Federal nº 6.496/77, a ART é definida para os efeitos legais os responsáveis técnicos pelo empreendimento de engenharia e agronomia.

Certifica que, cabe ao(a) profissional a responsabilidade quanto a realização e conclusão do(s) serviço(s), bem como seus quantitativos, sendo de responsabilidade deste Órgão apenas a verificação da(s) atividade(s) concorrente(s) com o registro e a(s) atribuição(ões) profissional(is), em conformidade com a Lei Federal nº 5.194/66, Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA e Instruções Normativas deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

Certifica que a capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico e varia em função da alteração dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico, conforme o Artigo 48º da Resolução 1025/2009 do CONFEA.

Certifica que, a critério do(a) profissional, esta Certidão de Acervo Técnico estará acompanhada do Atestado emitido pelo(a)(s) contratante(s) constante(s) da(s) ART(s) acervada(s), o qual será um complemento que conterá detalhamentos quanto ao(s) serviço(s)/obra(s), abrangentes aos dados desta Certidão, e que atenderá à exigência prevista no Artigo 30, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93.

Certifica que ficam cientes o(a) profissional detentor e a quem interessar possa, recebedores desta, que as informações constantes no Atestado, em desacordo com a presente Certidão de Acervo Técnico, não é(são) de responsabilidade do CREA-PR, e sim de seu(s) emitente(s), restringindo-se a presente Certidão às atividades registradas na(s) ART(s) acervada(s), conforme disposto na Lei Federal nº 6.496/77.

Certificamos, finalmente, que eventuais informações divergentes apresentadas em Atestado não se vinculam à presente Certidão, sendo o conteúdo daquele de responsabilidade do(s) seu(s) emitente(s).

ENGENHEIRO CIVIL
PAULO ROBERTO PINTO SILVA
Carteira Profissional PR 30422/D
Acervo Técnico Nº.: **6945/2013**
Selo de autenticidade: A 015.531, A 015.532, A 015.533, A 015.534

ENP Nº.: 1700245500
Protocolo Nº.: 2013/092R1553

141

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

PAULO ROBERTO PINTO SILVA
Carteira Profissional: PR-30723/D
Acervo Técnico Nº.: **6945/2013**
Selos de autenticidade: **A 015.531, A 015.532, A 015.533, A 015.534**

RNP Nº.: 1702245586
Protocolo Nº.: **2013/00281553**

ART Nº.: ..... :2013/05041869 Data de Registro:26/04/2013.....
ART Subst.: ..... :
ART Complem.: ..... :
Empresa Executora.....:BOUARD & BOUARE CONSTRUÇÃO CIVIL - EPP.....
Contratante e .....:PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ - CNPJ/CPF:
99.703.834/000-08.....
Tipo de Contrato.....:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....
Atividade Técnica.....:PROJETO E EXECUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TECNICO.....
Área de Competência.:EDIFICAÇÃO - INTERDIÇÃO CIVIL.....
Tipo de Obra/Serviço:CICLOVIA DE ESPORTE COBERTURA ÁREA.....
Período de Atividade:PROJETO ARQUITETÔNICO.....
PROJETO ESTRUTURAL.....
PROJETO HIDRAULICO.....
PROJETO ELÉTRICO.....
PROJETO DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIOS.....
EXECUÇÃO.....
Dimensão.....:980,40 M2.....Área Existente:0,00 M2.....
Área Ampliação.....:0,00 M2.....Área de Reforma:0,00 M2.....
Qtde Complementares:0,00.....
Local da Obra.....:RUA IDOR RUPPEL BRAUNE, S/Nº - CENTRO.....
Município/Estado...:TUNAS DO PARANÁ - PR.....
Data de Início.....:16/04/2013.....
Conta de Vinculação.:DECLARAÇÃO EM BRANCO.....
Tomador Pessoa Jurí.:EFETUADO A EXECUÇÃO DE ESTRUTURA , ENVOLVENDO
ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO DIFERENTES NÍVEIS DE PAVIMENTAÇÃO
CONTRA ENTERRO E ESCORAMENTO , ESTRUTURA COBERTURA EM
COLUNA EM CONCRETO E ESTRUTURA METÁLICA DE TELHADOS
COM TRAMEIRAS E MESCLADAS.....
Observação.....:O PROFISSIONAL ACIMA CITADO FOI RESPONSÁVEL PELA
EMPRESA EXECUTORA A PARTIR DE [illegible]

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DE PARANÁ
ESTADO DO PARANÁ

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa, **BOUARD & BOUARD CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**, CNPJ Nº 09.519.064/0001-78 com sede à Rua Travessa de Souza, Nº 176 CEP 83.570-000, Município de Cerro Azul, Estado do Paraná, executou para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ**, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **JOEL DO ROCIO JOSÉ BOMFIM**, portador do RG Nº 6.292.186-2 e CPF Nº 001.314.289-50 com domicílio à Rua Eros Ruppel Abdalla, Nº 229, Tunas do Paraná – PR, sob o Regime de Empreitada a Preços global a Obra de Construção de uma Quadra Coberta com Vestiário, localizada no Município de Tunas do Paraná, à Rua Eros Ruppel Abdalla, 527, conforme dados descritos abaixo:

1. Dados da Obra/Serviço

Contrato nº 021/2012

ART(s) nº20124514490

Profissional Responsável: Paulo Roberto Pinto Silva –CREA: PR-30723/D

Objeto do contrato: Construção de uma Quadra Coberta com Vestiário, em atendimento ao Termo de Compromisso PAC203500/2012/FNDE

Local de realização: Rua Eros Ruppel Abdalla, 527, Bairro Centro –Tunas do Paraná – Estado do Paraná-CEP: 83.480-000.

Período de realização: Início 16 de agosto de 2012 e Conclusão: 19 de agosto de 2013

Área da Obra: 980,40m² (novecentos e oitentavírgula quarenta metros quadrados)

Em anexo Planilha Orçamentária.

Tunas do Parana, 23 de agosto de 2013

Joel do Rocio José Bomfim
Prefeito do Município de Tunas do Paraná

Atestado registrado mediante identificação a responsável técnico
CREA/PR
A 013.531

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

PAULO ROBERTO PINTO SILVA
Carteira Profissional:PR-30723/D
Acervo Técnico Nº.:**6945/2013**
Selos de autenticidade:**A 015.531, A 015.532, A 015.533, A 015.534**

RNP Nº.:1702245586
Protocolo Nº.:**2013/00281553**

ART Nº.: 20132602810 Registrada em: 28/08/2013
ART Situação: Paga ART Vinculada:
ART Observações:
Empresa Executora: BOUARD & BOUARD CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANA - CNPJ: 77[illegible]
PARANÁ/BRASIL
Tipo de Contrato: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Atividade Técnica: PROJETO E EXECUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO
Área de Compet Ativa: EDIFICAÇÕES - CONSTRUÇÃO CIVIL
Tipo de Obra/Serviço: EDIFICAÇÕES DE SAÚDE QUALQUER ÁREA
Serviço Realizado: PROJETO ARQUITETÔNICO
PROJETO ESTRUTURAL
PROJETO HIDRÁULICO
PROJETO ELÉTRICO
PROJETO DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIOS
PROJETO TUBULAÇÕES TELEFÔNICAS
EXECUÇÃO
Dimensão: 102,20 M2 Área Existente: 102,20 M2
Área Ampliada: [illegible] M2 Área de Reforma: [illegible] M2
Dados Complementares: [illegible]
Local da Obra: RUA ERCY RUSSELL ABERNETHY, 870 - CENTRO
Município/UF: TUNAS DO PARANA/PR
Data de Início: 10/08/2013 Data de Conclusão: [illegible]
Nível de Conclusão: DECLARAÇÃO PROFISSIONAL
Outras Características: PROJETO ARQUITETÔNICO, PROJETO ESTRUTURAL, PROJETO HIDRÁULICO, PROJETO ELÉTRICO, PROJETO DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO, PROJETO DE TUBULAÇÕES TELEFÔNICAS E EXECUÇÃO.
Observações: AO PREFEITURA - PARA O PREENCHIMENTO TECNICAMENTE PELA EMPRESA EX. VISTA E ANUÊNCIA DE OBRA [illegible]

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DE PARANÁ
ESTADO DO PARANÁ

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa, **BOUARD & BOUARD CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**, CNPJ Nº 09.519.064/0001-78 com sede à Rua Travessa Souza, Nº 176 CEP 83.570-000, Município de Cerro Azul, Estado do Paraná, executou para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ**, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **IOEL DO ROCIO JOSÉ BOMFIM**, portador do RG Nº 6.292.186-2 e CPF Nº 001.314.289-50 com domicílio à Rua Eros Ruppel Abdala, Nº 229, Tunas do Paraná – PR. sob o Regime de Empreitada a Preços global a Obra de **Construção de um Polo Academia da Saúde**, localizada no Município de Tunas do Paraná, à Rua Eros Ruppel Abdalla, 570, conforme dados descritos abaixo:

1. Dados da Obra/Serviço

Contrato nº20/2012

ART(s) nº 20123172316

Profissional Responsável: Paulo Roberto Pinto Silva –CREA: PR-30723/D

Objeto do contrato: Construção de um Polo da Academia da Saúde

Local de realização: Rua Eros Ruppel Abdalla, 570, Bairro Centro –Tunas do Paraná – Estado do Paraná-CEP: 83.480-000.

Período de realização: Início 10 de agosto de 2012 e Conclusão: 03 de julho de 2013

Área da Obra: 102,20m² (cento e dois virgula vinte metros quadrados)

Em anexo Planilha Orçamentária.

Tunas do Paraná, 23 de agosto de 2013

Joel do Rocio Jose Bomfim
Prefeito do Município de Tunas do Paraná

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA - PR

CÓPIA DE PROJETO - PR
CONFERE COM O ORIGINAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

PAULO ROBERTO PINTO SILVA
Carteira Profissional:PR-30723/D
Acervo Técnico Nº.:**6945/2013**
Selos de autenticidade:**A 015.531, A 015.532, A 015.533, A 015.534**

RNP Nº.:1702245586
Protocolo Nº.:**2013/00281553**

ART Nº.: ..... Registrada em: 19/08/2013.....
ART Substituída: ..... Tipo: ..... ART Vinculada: .....
ART Complementa: ..... ART Vinculada: .....
Empresa Executora: BOJARA & EDUARDO CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME.....
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE DR. ULYSSES - UNIDADE
BÁSICA SAÚDE.....
Tipo de Contrato: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....
Atividade Técnica: PROJETO E EXECUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO.....
Área de Competência: EDIFICAÇÕES - CONSTRUÇÃO CIVIL.....
Tipo de Serviço Técnico: EDIFICAÇÕES DE SAÚDE QUALQUER ÁREA.....
Serviço Contratado: PROJETO ARQUITETÔNICO.....
PROJETO ESTRUTURA.....
PROJETO HIDRÁULICO.....
PROJETO ELÉTRICO.....
PROJETO DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIOS.....
PROJETO TUBULAÇÕES TELEFÔNICAS.....
EXECUÇÃO.....
Unidade: .....196,35 M2..... Área Existente: 0,00 M2.....
Área Ampliação: .....0,00 M2..... Área a ser Reformada: 0,00 M2.....
Qtd. Pavimentos: 0,00.....
Local da Obra: RUA 060, S/Nº, BAIRRO RIO DOURADINHO.....
Proprietário: SOUTOS MENDES LTDA.....
Data de Início: 17/08/2013..... Data de Conclusão: 14/11/2013.....
Coautoria: SEPARAÇÃO PROFISSIONAL.....
Serviço Compl. Serviço: PROJETO ARQUITETÔNICO, PROJETO ESTRUTURAL, PROJETO
HIDRÁULICO, PROJETO ELÉTRICO, PROJETO DE PREVENÇÃO
CONTRA INCÊNDIO, PROJETO DE INSTALAÇÕES TELEFÔNICAS,
EXECUÇÃO.....
Observações: O PROFISSIONAL ACIMA É RESPONSÁVEL PELA
EMPRESA EXECUTORA E SUAS FILIAIS.....

Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses
Estado do Paraná
CNPJ - 95.422.911/0001-13

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **BOUARD E BOUARD CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA** inscrita no CNPJ/MF nº 09.519.064/0001-78 estabelecida na Trav. Souza, 176, Centro, CEP 83570-000, na cidade de Cerro Azul, Estado do Paraná, prestou serviços de Construção Civil para o município de Doutor Ulysses, Estado do Paraná na seguinte obra:

UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DOS CORDEIROS:

ART EXECUÇÃO Nº: 20133373780

Área total construída: 186,35 m²

Início da obra: 17/02/2012

Fim da obra: 14/11/2012

Endereço : PR-092 S/Nº - Bairro dos Cordeiros – Doutor Ulysses – PR

Responsável Técnico pela empresa: Engenheiro Civil Paulo Roberto Pinto Silva CREA-PR 30.723/D

Atestamos ainda, que os **serviços prestados atenderam satisfatoriamente**, não existindo em nossos registros até a presente data fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Doutor Ulysses (PR), 26 de agosto de 2013.

GUILHERME JOSÉ MOLETTA
Engenheiro Civil CREA-PR 123.482/D
Sec. de Obras e Viação
Dec. Nom. 071/2013

Rua Olivio Gabriel de Oliveira, s/nº, Centro, CEP 83590-000, Doutor Ulysses, PR
Fone/Fax: (41)3664-1165 ou (41)3664-1214
Site: www.doutorulysses.pr.gov.br

147

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

PAULO ROBERTO PINTO SILVA
Carteira Profissional: PR-30723/D
Acervo Técnico Nº.: **6945/2013**
Selos de autenticidade: **A 015.531, A 015.532, A 015.533, A 015.534**

RNP Nº.: 1702245586
Protocolo Nº.: **2013/00281553**

ART Nº.....:[illegible] Registrada:28/08/2013.....
ART Substituída.....:[illegible] .....
ART Cancelada.....: ART Cancelada:[illegible].....
Empresa Executora.....:MONARO & BONARI CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME.....
Contratante.....:PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ - CNPJ: [illegible]
64.[illegible]-0.....
Tipo de Contrato.....:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....
Atividade Técnica...:EXECUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO.....
Área de Atuação.....:EDIFICAÇÕES - CONSTRUÇÃO CIVIL.....
Tipo de Obra/Serviço:EDIFICAÇÕES DE ENSINO QUALQUER ÁREA./.....
Serviço Contratado..:EXECUÇÃO.....
Dimensão.....:1564,50 M2..... Área Existente:0,00 M2.....
Área Ampliada.....:0,00 M2..... Área de Reforma:0,00 M2.....
Dados Complementares:0,00 .....
Local da Obra.....:RUA VADRINO DEPEMIAR, 2065 - TUNETRAS.....
Município/Estado....:TUNAS DO PARANÁ/PR.....
Data de Início.....:2/12/2011..... Data de Conclusão:[illegible]/2012.....
Dados do Contratante..:DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....
Termo Contrat. Serv...:CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE TIPO C (PROTENÂNCIA), NO MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ DECLINDO PROJETOS, PLANILHAS E MEMORIAIS. TRATA-SE DE ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA CORRESPONDENTE A FIGURA PARA CONCLUSÃO DA OBRA. CONFORME CONTRATO DE [illegible] DATADO [illegible]/2011.....
Observações.....:O PROFISSIONAL PASSOU A PRESTAR TECNICAMENTE À EMPRESA EXECUTORA A PARTIR DE [illegible]/2012.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DE PARANÁ
ESTADO DO PARANÁ

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa, **BOUARD & BOUARD CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**, CNPJ Nº09.519.064/0001-78, com sede à Rua Travessa Souza, Nº 176 CEP 83.570-000, Município de Cerro Azul, Estado do Paraná, executou para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ,** neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **JOEL DO ROCIO JOSÉ BOMFIM**, portador do RG Nº 6.292.186-2 e CPF Nº 001.314.289-50 com domicilio à Rua Eros Ruppel Abdala, Nº189 Tunas do Paraná – PR. sob o Regime de Empreitada a Preços global **Execução de Serviços de Continuidade da Obra Creche Proinfância**, localizada no Município de Tunas do Paraná, à Rua Marcelino Geremias, 2785, conforme dados descritos abaixo:

1. Dados da Obra/Serviço .

Contrato nº 24/2011

ART(s) nº20124542443

Profissional Responsável: Paulo Roberto Pinto Silva – CREA: PR30723/D

Objeto do contrato: Execução de Serviços de Continuidade da Obra Creche Proinfância

Local de realização: Rua Marcelino Geremias, 2785, Bairro Tuneiras –Tunas do Paraná – Estado do Paraná-CEP: 83.480-000.

Período de realização: Início 21 de dezembro de 2011 e Conclusão: 20 de agosto de 2012

Área da Obra: 564,5m² (quinhentos e sessenta e quatro, vírgula cinco metros quadrados)

Em anexo Planilha Orçamentária.

Tunas do Paraná, 23 de agosto de 2013

Joel do Rocio José Bomfim
Prefeito do Município de Tunas do Paraná

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA - PR
A 016 534

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

ENGENHEIRO CIVIL
PAULO ROBERTO PINTO SILVA
Carteira Profissional:PR-30723/D
Acervo Técnico Nº.:**6945/2013**
Selos de autenticidade:**A 015.531, A 015.532, A 015.533, A 015.534**

RNP Nº.:1702245586
Protocolo Nº.:**2013/00281553**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 2013/00281553.

Emitida via Internet em 03/09/2013 11:19:59 horas.

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme a Resolução Nº 317/86 e a Instrução de Serviço Nº 010/2002.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

150

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico com Atestado

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo procedeu a(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART(s) referente(s) ao(s) serviço(s)/obra(s) descrito(s) nesta Certidão, integrando desta forma sua experiência profissional, conforme o Artigo 47º da Resolução nº 1025/2009, do CONFEA.

Certifica que, conforme dispõe o Artigo 2º da Lei Federal n.º 6.496/77, a ART define para os efeitos legais os responsáveis técnicos pelo empreendimento de engenharia e agronomia.

Certifica que, cabe ao(a) profissional a responsabilidade quanto a realização e conclusão do(s) serviço(s), bem como seus quantitativos, sendo de responsabilidade deste Órgão apenas a verificação da(s) atividade(s) condizente(s) com o registro e a(s) atribuição(ões) profissional(is), em conformidade com a Lei Federal n.º 5.194/66, Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA e Instruções Normativas deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

Certifica que a capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico e varia em função de alteração dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico, conforme o Artigo 48º da Resolução 1025/2009 do CONFEA.

Certifica que, a critério do(a) profissional, esta Certidão de Acervo Técnico estará acompanhada do Atestado emitido pelo(a)(s) contratante(s) constante(s) da(s) ART(s) acervada(s), o qual será um complemento que conterá detalhamentos quanto ao (s) serviço(s)/obra(s), abrangentes aos dados desta Certidão, e que atenderá a exigência prevista no Artigo 30, § 1º, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Certifica que ficam cientes o(a) profissional detentor e a quem interessar possa, recebedores desta, que as informações constantes no Atestado, em desacordo com a presente Certidão de Acervo Técnico, não é(são) de responsabilidade do CREA-PR, e sim de seu(s) emitente(s), restringindo-se à presente Certidão às atividades registradas na (s) ART(s) acervada(s), conforme disposto na Lei Federal n.º 6.496/77.

Certificamos, finalmente, que quaisquer eventuais informações divergentes apresentadas em Atestado não se vinculam à presente Certidão, sendo o conteúdo daquele de responsabilidade do(s) seu(s) emitente(s).

ENGENHEIRO CIVIL
PAULO ROBERTO PINTO SILVA
Carteira Profissional: PR-30723/D
Acervo Técnico Nº.: **5424/2015**
Selos de autenticidade: **A 029.773**

RNP Nº: 1702245586
Protocolo Nº.: **2015/00332771**

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

PAULO ROBERTO PINTO SILVA
Carteira Profissional:PR 30723/D
Acervo Técnico Nº.:**5424/2015**
Selos de autenticidade:**A 029.773**

RNP Nº.:1702245586
Protocolo Nº.:**2015/00332771**

ART Nº.:.....:92448478[illegible] Registrada:17/10/2014.....
ART Original gerada:.....Art Vinculada:.....
Empresa Executora:.....:MUNIR & TOMAS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME.....
Contratante:.....:PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO DO PARANÁ - CNPJ/CPF:
[illegible].....
Tipo de Contratante.....:FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS.....
Atividade Técnica.....:PROJETO E EXECUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO.....
Área de Conhecimento.....:EDIFICAÇÕES - CONSTRUÇÃO CIVIL.....
Tipo de Obra/Serviço.....:CALÇADAS.....
Serviço Realizado.....:PROJETO.....
EXECUÇÃO.....
Dimensão.....:[illegible]392,00 M2.....Área Existente:0,00 M2.....
Área Ampliação.....:[illegible]392,00 M2.....Área de Reforma:0,00 M2.....
Coordenadas Geográficas:0,00.....
Local da Obra.....:RUA JOÃO RIBEIRO TARONDA E PURIDES TARONDA, S/N
- N.R.....
Município da Obra.....:TURVO DO PARANÁ/PR.....
Início.....:12/04/2013.....Data de Conclusão:12/11/2014.....
Situação.....:FINALIZADA.....
Valor Total da Obra.....:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE ASSENTAMENTO
DE BANCO, COLOCAÇÃO DE MEIOS FIOS E CONSTRUÇÃO DE
CAIXAS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS EM VIAS
PÚBLICAS.....
Observação.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ
ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE RECEBIMENTO DE OBRA

O **MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ, Estado do Paraná,** tendo vistoriado a Prestação de Serviços de Mão de Obra na execução do assentamento de 1.532,00 (hum mil, quinhentos e trinta e dois metros quadrados) de paver, colocação de meios-fios e construção de caixas de Captação de águas pluviais em Vias Públicas, licitada por meio do processo de **TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2014,** a cargo da empresa **BOUARD & BOUARD CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. - ME,** CNPJ/MF Nº 09.519.064/0001-78, constatou que os mesmos foram executados em conformidade com as exigências contratuais, no que concerne aos elementos visíveis, estando em condições de Recebimento.

Para o Município de Tunas do Paraná fica considerado, a partir desta data, cumprido o pacto contratual para todos os efeitos legais, permanecendo apenas os preceitos do código civil de 2002 em seu artigo 618.

LOCAL DA OBRA: Rua João Ribeiro Taborda e Rua Eurides Taborda.
PERÍODO DE EXECUÇÃO: 12/09/2014 A 22/10/2014.
ART Nº 20144242569
RESPONSÁVEL TÉCNICO: Paulo Roberto Pinto da Silva
CREA Nº - PR – 30.723/D

Tunas do Paraná, 08 de outubro de 2015.

Jalmir Brusamolin
Engenheiro Civil – CREA Nº 13753-D/PR

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA - PR
A 029.778

PREF. MUN. DE ...
CONFERE COM O ORIGINAL
PREGOEIRO

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

ENGENHEIRO CIVIL
PAULO ROBERTO PINTO SILVA
Carteira Profissional:PR-30723/D
Acervo Técnico Nº.:**5424/2015**
Selos de autenticidade:**A 029.773**

RNP Nº.:1702245586
Protocolo Nº.:**2015/00332771**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 2015/00332771.

Emitida via Internet em 21/10/2015 10:59:37 horas.

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme a Resolução Nº 317/86 e a Instrução de Serviço Nº 002/2014
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL DA COMARCA DE CERRO AZUL
ESCRIVANIA DO CRIME E DO DISTRIBUIDOR E ANEXOS

Rua Mal. Floriano Peixoto,257 , Centro – Cerro Azul/PR – CEP: 83.570-000 – Fone (41)3662-1694
Mensagejro: acbc / rlos / e-mail: acbc@tjpr.jus.br / rlos@tjpr.jus.br

CERTIDÃO NEGATIVA

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os Livros e Sistema de Distribuição Processual **CÍVEL - FALÊNCIA e RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, sob minha guarda neste cartório, verifiquei **NÃO CONSTAR** nenhum registro em andamento contra:

BOUARD & BOUARD CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

CNPJ: 09.519.064/0001-78

no período compreendido entre a presente data e os últimos 20 (vinte) anos que a antecedem.

O referido é verdade e dou fé.
Cerro Azul/PR, 15 de Fevereiro de 2017 às 14:27:48

ANDREIA CRISTINA BESTEL DE MOURA E COSTA
Técnica de Secretaria - Matrícula 10.678

CONFERE COM O ORIGINAL

155

Envelope nº 02 "PROPOSTA DE PREÇOS"

BOUARD & BOUARD CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA – ME

09.519.064/0001-78

Rua Marechal Floriano Peixoto, 122, Cerro Azul, Paraná

Destinatário: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

AT: Comissão Permanente de Licitação

Tomada de Preços nº 001/2017

Bouard & Bouard Construção Civil

Construção e Reforma do Piso ao Teto

CNPJ: 09.519.064/0001-78

BOUARD & BOUARD CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA – ME, CNPJ 09.519.064/0001-78

Rua Marechal Floriano Peixoto, 122, Cerro Azul, Paraná, 83.570-000

(41) 3662-1174 (41) 3662-1528

BANCO DO BRASIL – AG 4740-6 CC 6975-2

PROPOSTA DE PREÇOS

Cerro Azul, em 02 de Março de 2017.

À Comissão Permanente de Licitações

Ref.: Edital de Tomada de Preços nº 001/2017

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sªs nossa proposta de preços, a preços fixos e sem reajuste, relativa à execução de execução de obra de complementação da quadra poliesportiva na localidade de Campina dos Maia, Piên/PR, incluindo os serviços preliminares, drenagem do talude, piso ao redor de quadra e arquibancada em concreto armado e alvenaria, da licitação em epígrafe.

O preço global proposto para execução da obra supramencionada é de R$ 56.073,94 (cinquenta e seis mil setenta e três reais e noventa e quatro centavos), onde está incluso todos os custos, diretos e indiretos, relativos ao cumprimento integral do objeto da licitação.

O prazo de execução do objeto é de 90 (noventa) dias contados a partir do recebimento da Requisição de Empenho.

O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias corridos.

Declaramos que temos pleno conhecimento das condições locais dos serviços e todas as dificuldades porventura existentes para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, bem como, que recebemos a documentação e informações pertinentes à execução da obra.

Atenciosamente,

JOSIEL BOUARD

RG. 4.405.756-5

J.B construção e Marcenaria

R. Mal. Floriano Peixoto nº 122, Centro, Cerro Azul- Pr CEP 83570-000

Fone/Fax (41) 3662-1174 e-mail j.bconstrucaoemarcenaria@gmail.com

Bouard & Bouard Construção Civil

Construção e Refo [illegible] Piso ao Teto

CNPJ: 09.519.[illegible]01-78

BOUARD & BOUARD CONSTRUÇÃO CIVIL [illegible] – ME, CNPJ 09.519.064/0001-78

Rua Marechal Floriano Peixoto, 12[illegible] Azul, Paraná, 83.570-000

(41) 3662-117[illegible] 1528

BANCO DO BRASIL [illegible]-6 CC 6975-2

Obra: SERVIÇOS COMPLEMENTARES DA QUADRA POLIESPORTIVA NA E.M. FR[illegible]ETRICO, CAMPINA DOS MAIAS, PIÊN-PR

BDI: 20,43% - já incorporado aos preços unitários

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PREÇOS DA MÃO-DE-OBRA: 74,17%(HORA)

PLANILHA DE PREÇO E COMPOSIÇÃO

Cerro Azul, 02 de março de 2017.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE	UNID	R$ unit mão de obra	Total mão de obra	R$ unit material	Total material	TOTAL UNIT	TOTAL	COMPLEMENTAÇÃO DA DESCRIÇÃO	(%)	CÓDIGO REF. SINAPI/ORSE
1	SERVIÇOS PRELIMINARES								1.143,43		2,04%	
1.1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	3,60	m2	63,52	228,67	254,10	914,76	317,62	1.143,43	Placa obra 2,40x1,50m chp galv.pint.c/tinta autom.	2,04%	74209/001
2	DRENAGEM DO TALUDE								5.986,63		10,68%	
2.1	ESCAVACAO MANUAL EM SOLO-PROF. ATE 1,50 M	10,13	m3	31,65	320,61	3,02	35,66	35,17	356,27	Escavações para meia-cana, tubulação e caixas	0,64%	79517/001
2.2	REGULARIZACAO E COMPACTACAO MANUAL DE TERRENO COM SOQUETE	38,75	m2	5,22	191,84	0,58	21,32	5,80	213,15	Regularização para plantio de grama e meia-cana	0,38%	5622

	SOQUETE									meia-cana		
2.3	CAIXA DE PASSGEM 50X50X60 FUNDO BRITA C/ TAMPA	4,00	um	77,36	309,44	180,52	722,08	257,88	1.031,52	Caixas de passagem de drenagem	1,84%	83448
2.4	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014_P	16,00	m	13,67	218,72	31,91	510,56	45,58	729,28	Tubo coletor de drenagem	1,30%	89849
2.5	REATERRO DE VALA COM COMPACTAÇÃO MANUAL	3,75	m3	47,48	178,05	5,28	19,80	52,76	197,85	Reaterro elementos drenagem	0,35%	73964/006
2.6	PLANTIO DE GRAMA SAO CARLOS EM LEIVAS	245,00	m2	2,00	490,00	6,01	1.472,45	8,01	1.962,45	Plantio de grama em volta da meia-cana conforme projeto	3,50%	85179
2.7	CALHA EM CONCRETO SIMPLES, MEIA CANA DE CONCRETO, DIAMETRO 300 MM	46,00	m	6,90	317,40	20,70	952,20	27,60	1.269,60	Meia cana de concreto com argamassa conforme projeto	2,26%	73882/002
2.8	ENROCAMENTO COM PEDRA ARGAMASSADA TRAÇO 1:4 COM PEDRA DE MÃO	0,60	m3	151,00	90,60	226,51	135,91	377,51	226,51	Bacia de dissipação com rachão argamassada	0,40%	73611
3	**PISO AO REDOR DA QUADRA EXISTENTE**								**13.091,49**		**23,35%**	
3.1	REGULARIZACAO E COMPACTACAO MANUAL DE TERRENO COM SOQUETE	225,00	m2	5,22	1.174,50	0,58	130,50	5,80	1.305,00	Nivelamento em terra ao redor da quadra	2,33%	5622
3.2	LASTRO DE BRITA	6,75	m3	18,87	127,37	56,61	382,12	75,48	509,49	Lastro de brita 3cm para piso	0,91%	74164/004
3.3	PISO EM CONCRETO 20 MPA PREPARO MECANICO, ESPESSURA 7CM, INCLUSO SELANTE ELASTICO A BASE DE POLIURETANO	225,00	m2	17,54	3.946,50	32,58	7.330,50	50,12	11.277,00	Piso de concreto desempenado ao redor da quadra, acabamento	20,11%	68325

									acetinado			
4	ARQUIBANCADA							35.852,39		63,94%		
4.1	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-60, DIÂMETRO DE 5.0 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS, EXCETO LAJES. AF_12/2015	269,80	kg	2,96	798,61	5,49	1.481,20	8,45	2.279,81	Aço para estrutura de concreto armado para arquibancada	4,07%	92791
4.2	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 8.0 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS, EXCETO LAJES. AF_12/2015	352,00	kg	2,84	999,68	5,26	1.851,52	8,10	2.851,20	Aço para estrutura de concreto armado para arquibancada	5,08%	92793
4.3	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 10.0 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS, EXCETO LAJES. AF_12/2015	422,00	kg	2,31	974,82	4,30	1.814,60	6,61	2.789,42	Aço para estrutura de concreto armado para arquibancada	4,97%	92794
4.4	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 12.5 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS, EXCETO LAJES. AF_12/2015	144,00	kg	1,89	272,16	3,52	506,88	5,41	779,04	Aço para estrutura de concreto armado para arquibancada	1,39%	92795
4.5	FORMA TÁBUAS MADEIRA 3A P/ PEÇAS CONCRETO ARM, REAPR 2X, INCL MONTAGEM E DESMONTAGEM.	155,00	m2	20,47	3.172,85	38,02	5.893,10	58,49	9.065,95	Formas para estrutura de concreto armado	16,17%	5970
4.6	CONCRETO FCK=20MPA, VIRADO EM BETONEIRA, SEM LANCAMENTO	15,69	m3	128,96	2.023,38	239,50	3.757,76	368,46	5.781,14	Todas as peças de concreto armado (sapatas, vigas, pilaretes, lajes)	10,31%	73972/002
4.7	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_12/2015	15,69	m3	64,48	1.011,69	119,74	1.878,72	184,22	2.890,41	Lançamento do concreto armado	5,15%	92873

4.8	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 9X19X39CM (ESPESSURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M² COM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_06/2014	46,71	m2	12,93	603,96	24,01	1.121,51	36,94	1.725,47	Alvenaria de fechamentos da arquibancada	3,08%	87489
4.9	CHAPISCO APLICADO TANTO EM PILARES E VIGAS DE CONCRETO COMO EM ALVENARIAS DE PAREDES INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	161,39	m2	1,13	182,37	2,11	340,53	3,24	522,90	Chapisco em todas as faces da arquibancada	0,93%	87879
4.10	EMBOÇO, PARA RECEBIMENTO DE CERÂMICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADO MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES DE AMBIENTES COM ÁREA MAIOR QUE 10M2, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	161,39	m2	8,94	1.442,83	16,59	2.677,46	25,53	4.120,29	Reboco com areia fina em todas as faces da arquibancada	7,35%	87536
4.11	ALVENARIA DE EMBASAMENTO EM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS 5X10X20CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA)	0,57	m3	206,94	117,96	384,33	219,07	591,27	337,02	Alvenaria maciça para degraus da arquibancada	0,60%	6110
4.12	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014	161,39	m2	0,75	121,04	1,38	222,72	2,13	343,76	Pintura com fundo selador em todas as faces da arquibancada	0,61%	88485

4.13	PINTURA ACRÍLICA EM PISO CIMENTADO DUAS DEMÃOS	161,39	m2	5,13	827,93	9,53	1.538,05	14,66	2.365,98	Pintura com tinta acrílica piso em todas as faces da arquibancada	4,22%	74245/1
TOTAL DO ORÇAMENTO									56.073,94		100,00%	
					20.142,98		35.930,96					
					TOTAL MÃO DE OBRA		TOTAL MATERIAL					

JOSIEL BOUARD
RG. 4.405.756-5

PAULO ROBERTO PINTO DA SILVA
Engenheiro Civil
CREA PR 30.723/D

Bouard & Bouard Construção Civil

Construção e Reforma do Piso ao Teto

CNPJ: 09.519.064/0001-78

BOUARD & BOUARD CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA – ME, CNPJ 09.519.064/0001-78

Rua Marechal Floriano Peixoto, 122, Cerro Azul, Paraná, 83.570-000

(41) 3662-1174 (41) 3662-1528

BANCO DO BRASIL – AG 4740-6 CC 6975-2

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Cerro Azul, 02 de março de 2017.

ITEM	DESCRIÇÃO ETAPA	Medição 01		Medição 02		Medição 03		FINAL	
		FÍSICO (%)	FINANC (R$)	FÍSICO (%)	FINANC (R$)	FÍSICO (%)	FINANC (R$)	FÍSICO (%)	FINANC (R$)
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	100%	1.143,43		-		-	100%	1.143,43
2	DRENAGEM DO TALUDE	100%	5.986,63		-		-	100%	5.986,63
3	PISO AO REDOR DA QUADRA EXISTENTE		-		-	100%	13.091,49	100%	13.091,49
4	ARQUIBANCADA		-	70%	25.096,67	30%	10.755,72	100%	35.852,39
	TOTAL POR MEDIÇÃO	13%	7.130,06	45%	25.096,67	43%	23.847,21	**100%**	**56.073,94**
	TOTAL ACUMULADO POR MEDIÇÃO	13%	7.130,06	58%	32.226,73	101%	56.073,94		

JOSIEL BOUARD
RG. 4.405.756—5

PAULO ROBERTO PINTO DA SILVA
Engenheiro Civil
CREA PR 30.723/D

J.B construção e Marcenaria
R. Mal. Floriano Peixoto n° 122, Centro, Cerro Azul- Pr CEP 83570-000
Fone/Fax (41) 3662-1174 e-mail j.bconstrucaoemarcenaria@gmail.com

Bouard & Bouard Construção Civil
Construção e Reforma do Piso ao Teto
CNPJ: 09.519.064/0001-78

COMPOSIÇÃO BDI

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2017.

Item	Descrição	Taxa
1	Administração central	3%
2	Riscos	0,97%
3	Despesas Financeiras	0,59%
4	Lucro Bruto	5,72%
5	Impostos e outros	10,15%
TOTAL		**20,43%**

Cerro Azul, 02 de março de 2017.

Nome: Josiel Bouard
RG.: 4.405.756-5

Paulo Roberto Pinto Silva
Engenheiro Civil
CREA PR 30.723 / D

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE FJA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

1. VERIDIANA PEREIRA DOMINGOS, nacionalidade BRASILEIRA, DO COMÉRCIO, Casada, regime de bens Comunhao Parcial, nº do CPF 003.720.449-13, documento de identidade 3695996, SSP, SC, com domicílio / residência a RUA SÃO LEOPOLDO, número 291, bairro / distrito AVENCAL, município PIEN - PARANA, CEP 83.860-000 e

2. MAURINHO ALVES DOMINGOS, nacionalidade BRASILEIRA, MESTRE DE OBRAS, Casado, regime de bens Comunhao Parcial, nº do CPF 014.342.839-09, documento de identidade 4358965, SSP, SC, com domicílio / residência a RUA SÃO LEOPOLDO, número 291, bairro / distrito AVENCAL, município PIEN - PARANA, CEP 83.860-000.

Constituem uma sociedade empresária limitada, mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - A sociedade adotará o nome empresarial de FJA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.

Cláusula Segunda - O objeto social será CONSTRUÇÃO E REFORMA DE EDIFÍCIOS COMERCIAIS E RESIDENCIAIS;
SERVIÇOS DE PINTURA;
COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO. .

Cláusula Terceira - A sede da sociedade é na RUA SÃO LEOPOLDO, número 291, bairro / distrito AVENCAL, município PIEN - PR, CEP 83.860-000.

Cláusula Quarta - A sociedade iniciará suas atividades em 27/10/2014 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Quinta - O capital social é R$ 60.000,00 (SESSENTA MIL reais) dividido em 60.000 quotas no valor nominal R$ 1,00 (UM real)cada. Sendo 30.000 (trinta mil) quotas no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) totalmente integralizadas em moeda corrente do País e 30.000 (trinta mil) quotas no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) à integralizar em moeda corrente do País até 31/12/2015, sendo que o sócio Maurinho Alves Domingos integraliza, neste ato, 24.000 (vinte e quatro mil) quotas no valor de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) em moeda corrente do País e integralizará até 31/12/2015, 30.000 (trinta mil) quotas no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) em moeda corrente do País, e a sócia Veridiana Pereira Domingos integraliza, neste ato, 6.000 (seis mil) quotas no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais) em moeda corrente do País, fica assim distribuído entre os sócios:

NOME	Nº DE QUOTAS	VALOR R$
VERIDIANA PEREIRA DOMINGOS	6.000	6.000,00
MAURINHO ALVES DOMINGOS	54.000	54.000,00
TOTAL	60.000	60.000,00

Cláusula Sexta - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão, a alteração contratual pertinente.

Cláusula Sétima - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula Oitava - A administração da sociedade caberá à administradora/sócia VERIDIANA PEREIRA DOMINGOS ao administrador/sócio MAURINHO ALVES DOMINGOS, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

Cláusula Nona - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Cláusula Décima - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

Cláusula Décima Primeira - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual deliberada na forma da lei.

Cláusula Décima Segunda - Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Décima Terceira - Falecendo ou sendo interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Cláusula Décima Quarta - O(s) Administrador (es) declara(m), sob as penas da lei, de que não está(ão) impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Décima Quinta - Fica eleito o foro de RIO NEGRO para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, estando os sócios justos e contratados assinam o presente instrumento em 3 vias de igual forma e teor.

Piên/PR., 15 de Outubro de 2014.

VERIDIANA PEREIRA DOMINGOS
Sócio/Administrador

MAURINHO ALVES DOMINGOS
Sócio/Administrador

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 30/10/2014
SOB NÚMERO: 41207971718
Protocolo: 14/618744-0, DE 17/10/2014
FJA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA
SEBASTIÃO MOTTA
SECRETARIO GERAL

FJA Construção Civil Ltda
CNPJ: 21.368.024/0001-78
Rua São Leopoldo, 291
Avencal - Piên/Pr.
Tel.: (41) 9926-4881

CARTA-CREDENCIAL

Piên/Pr., 02 de março de 2017.

À Comissão Permanente de Licitação

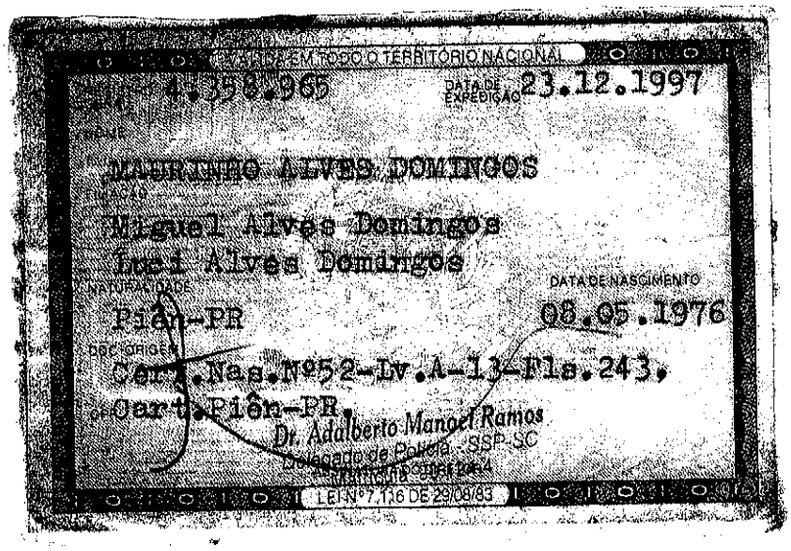
Ref.: Edital de Tomada de Preços nº 001/2017

Prezados Senhores,

O abaixo assinado, Maurinho Alves Domingos, carteira de identidade 4358965 SSP/SC., na qualidade de responsável legal pela proponente FJA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, vem, pela presente, informar a V. S^{as} que o senhor Maurinho Alves Domingos, carteira de identidade 4358965 SSP/SC., é a pessoa designada por nós para acompanhar a sessão de abertura e recebimento da documentação de habilitação e propostas de preços, para assinar as atas e demais documentos com poderes para renunciar prazos recursais a que se referir a licitação em epígrafe.

Atenciosamente,

MAURINHO ALVES DOMINGOS
RG: 4358965/SC.


VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

4.358.965 DATA DE EXPEDIÇÃO 23.12.1997

MARTINHO ALVES DOMINGOS

Miguel Alves Domingos

Inez Alves Domingos

NATURALIDADE

Pién-PR DATA DE NASCIMENTO 08.05.1976

DOC. ORIGEM

Cert.Nas.Nº52-Lv.A-13-Fls.243,

Cart.Pién-PR.

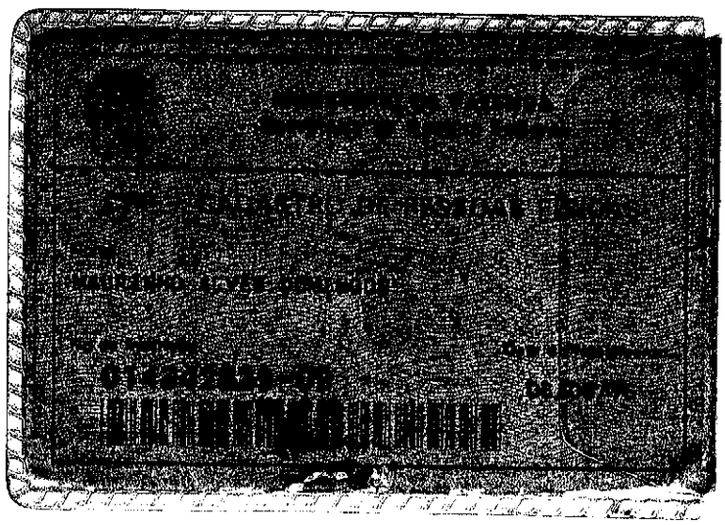
Dr. Adalberto Manoel Ramos

Delegado de Polícia - SSP-SC

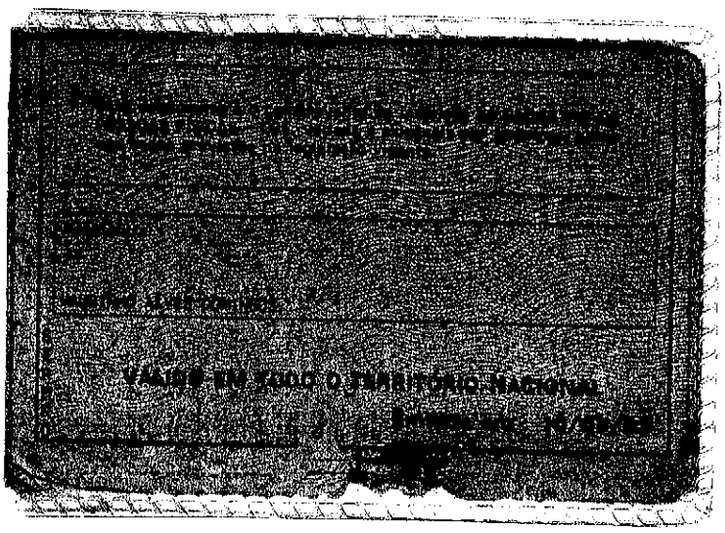
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

CONFERE COM O ORIGINAL




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO
ASSINATURA DO TITULAR
CARTEIRA DE IDENTIDADE


VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

FJA Construção Civil Ltda
CNPJ: 21.368.024/0001-78
Rua São Leopoldo, 291
Avencal - Piên/Pr.
Tel.: (41) 9926-4881

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ao

Pregoeiro Oficial da PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

DECLARAÇÃO

FJA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.368.024/0001-78, por intermédio de seu representante legal, o Sr. Maurinho Alves Domingos, portador da carteira de identidade nº 4358965 SSP/SC., inscrito no CPF/MF sob nº 014.342.839-09, DECLARA, para fins do disposto no Edital de TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017, sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

1. (X) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
2. ( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Piên/Pr., 02 de março de 2017.

MAURINHO ALVES DOMINGOS

Portal da Transparência - Governo Federal - http://www.portaltransparencia.gov.br

171

Você está em:
Início » **CEIS**

CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS (CEIS)

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) é um banco de informações mantido pela Controladoria-Geral da União que tem como objetivo consolidar a relação das empresas e pessoas físicas que sofreram sanções das quais decorra como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública. Saiba mais

Consulta

CPF/CNPJ:	21368024000178
Nome, Razão Social ou Nome Fantasia:	(Opcional)
Tipo de Sanção:	Todos

Quantidade de registros encontrados: 0 **Data:** 02/03/2017 14:37:55

Não foram encontrados registros que atendam ao seguinte critério de busca:

CNPJ/CPF: 21368024000178

Página 1/1

ATENÇÃO
Este cadastro visa dar publicidade às sanções administrativas aplicadas contra licitantes e fornecedores. As informações aqui veiculadas são de inteira responsabilidade das entidades que as prestaram, não podendo a União ser responsabilizada pela veracidade e/ou autenticidade de tais informações nem pelos eventuais danos diretos ou indiretos que delas resultem causados a terceiros.

* Designação do apenado, conforme informado pelo órgão sancionador (publicação no DOU; dados constantes de Ofício, etc.)

** Constatou-se que o nome informado pelo órgão sancionador diverge significativamente do constante do cadastro da Receita Federal, considerando-se o CPF/CNPJ informados. O nome constante do cadastro da Receita Federal pode ser verificado clicando-se sobre o respectivo registro. A divergência pode indicar apenas uma alteração no nome do sancionado ou uma inconsistência dos dados informados. Mais informações podem ser obtidas junto ao órgão sancionador.

172

TCEPR

Consulta de Impedidos de Licitar

Pesquisa Impedidos de Licitar

Fornecedor

Tipo documento: CNPJ ▼ Número documento: 21368024000178

Nome:

Período publicação : de até

Data de Início Impedimento: de até

Data de Fim Impedimento: de até

Pesquisar

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

Envelope nº 01 "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO"

FJA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME

Rua São Leopoldo, 291

Avencal – Piên/PR.

Destinatário: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

AT: Comissão Permanente de Licitação

Tomada de Preços nº 001/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN – PARANÁ

CADASTRO DE HABILITAÇÃO PARA LICITAÇÕES

CERTIFICADO DE REGISTRO Nº 370

Nome/Razão Social: **FJA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. ME**		
Endereço: **RUA SÃO LEOPOLDO Nº 291 – AVENCAL, PIÊN/PR - CEP: 83860-000**		
E-mail:	Telefone: (41) 3632-2125	Celular 41) 9926-4881
CNPJ: **21.368.024/0001-78**	Inscrição Estadual: **90679702-06**	Inscrição Municipal: **12840**
Responsável pela Empresa **Maurinho Alves Domingos**	RG: **4.358.965/SC**	CPF: **014.342.839-09**
Objeto Social: **Construção de edifícios, serviços de pintura em geral e comércio varejista de materiais de construção em geral.**		
Certificamos que a empresa acima identificada encontra-se registrada no *Cadastro de Habilitação para Licitações*, nesta Prefeitura, nos termos da Lei 8.666/93, tendo apresentado os seguintes documentos (cópia autenticada): - Contrato Social e sua última alteração; - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ (Cartão de Identificação); - Comprovante de Inscrição Estadual (CICAD) ou Ficha de Atualização Cadastral (FAC); - Comprovante de Inscrição Municipal.		

PATRICIA APARECIDA TROJANOVSKI
Presidente da Comissão de Licitação
(Decreto nº 003/2017)

Este certificado é fornecido gratuitamente, tendo validade por 01 (um) ano, a partir da data de emissão.

Emitido em: 02/03/2017.

FJA Construção Civil Ltda
CNPJ: 21.368.024/0001-78
Rua São Leopoldo, 291
Avencal - Piên/Pr.
Tel.: (41) 9926-4881

DECLARAÇÃO

Tomada de Preços nº 001/2017

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório em epígrafe, instaurado por este município, que:

a) Não possuímos, em nosso quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que altera a Lei nº 8666/93;
b) Nenhum de nossos sócios é servidor ou dirigente de órgão do Município de Piên;
c) Não estamos suspensos temporariamente de participar em licitação ou impedidos de contratar com a administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
d) Não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a administração Pública, em qualquer de suas esferas;
e) Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habitação no presente processo e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
f) Somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou de origem nativa de procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal aprovados por órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), com autorização de transporte concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA, tendo ciência que o não atendimento da presente exigência na fase de execução do contrato poderá acarretar as sanções administrativas previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal 8.666/93, e no artigo 72, 8º, inciso V da Lei Federal 9.605/98, sem prejuízo das implicações de ordem criminal contempladas na referida Lei.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Piên/Pr., 02 de março de 2017.

MAURINHO ALVES DOMINGOS

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: FJA CONSTRUCAO CIVIL LTDA - ME
CNPJ: 21.368.024/0001-78

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://www.receita.fazenda.gov.br> ou <http://www.pgfn.fazenda.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 17:57:42 do dia 15/02/2017 <hora e data de Brasília>.
Válida até 14/08/2017.
Código de controle da certidão: **0E05.B044.929A.535F**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Fazenda

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Receita do Estado

177

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 015930493-53

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **21.368.024/0001-78**
Nome: **FJA CONSTRUCAO CIVIL LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 15/06/2017 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (15/02/2017 10:41:57)

178

www.pien.pr.gov.br

CNPJ: 76.002.666/0001-40

Prefeitura Municipal de Piên

Rua Amazonas n° 373 - Centro - Piên - Paraná - CEP 83.860-000

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS N.344/2017

IMPORTANTE:	1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO. 2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ **17/03/2017**, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

Piên, 15 de Fevereiro de 2017

NEGATIVA Nº: 344/2017	**CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 9ZTMJ42QET2X4424BSQ**

FINALIDADE: CADASTRO E/OU CONCORRÊNCIA E/OU LICITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: FJA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - ME

INSCRIÇÃO EMPRESA	CNPJ/CPF	PROTOCOLO	DATA DE EMISSÃO
12840	21.368.024/0001-78		15/02/2017

ENDEREÇO

RUA SÃO LEOPOLDO, 291 - AVENCAL CEP: 83860000 Piên - PR

CNAE / ATIVIDADES

Construção de edifícios, Serviços de pintura de edifícios em geral, Comércio varejista de materiais de construção em geral

Emitido por: << Equiplano Público Web >>

IMPRIMIR VOLTAR

179

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 21368024/0001-78
Razão Social: FJA CONSTRUCAO CIVIL LTDA ME
Endereço: RUA SAO LEOPOLDO / AVENCAL / CURITIBA / PR / 83860-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 03/02/2017 a 04/03/2017

Certificação Número: 2017020303395300723779

Informação obtida em 15/02/2017, às 10:39:56.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FJA CONSTRUCAO CIVIL LTDA - ME (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 21.368.024/0001-78
Certidão nº: 124648175/2017
Expedição: 15/02/2017, às 10:44:05
Validade: 13/08/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FJA CONSTRUCAO CIVIL LTDA - ME (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **21.368.024/0001-78, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Verifique a autenticidade em www.tst.jus.br

Consulta Optantes

181

Data da consulta: 15/02/2017

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ : **21.368.024/0001-78**
A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial : **FJA CONSTRUCAO CIVIL LTDA - ME**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional : **Optante pelo Simples Nacional desde 30/10/2014**

Situação no SIMEI: **NÃO optante pelo SIMEI**

Períodos Anteriores

Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Opções pelo SIMEI em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Agendamentos (Simples Nacional)

Agendamentos no Simples Nacional: **Não Existem**

Eventos Futuros (Simples Nacional)

Eventos Futuros no Simples Nacional: **Não Existem**

Eventos Futuros (SIMEI)

Eventos Futuros no SIMEI: **Não Existem**

Clique aqui para informações sobre como optar pelo SIMEI.

Voltar | Gerar PDF

Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Nº 0000000360202

2017000360202

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Validade: 30/05/2017

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada encontra-se registrada neste Conselho, nos Termos da Lei 12.378/10, de 31/12/2010, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que a Empresa não se encontra em débito com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, estando habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ções) de seu(s) responsável(veis) técnico(s)

INFORMAÇÕES DO REGISTRO

Razão Social: FJA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA-ME
Registro CAU : 32938-0
CNPJ: 21.368.024/0001-78
Objetivo social: CONSTRUÇÃO E REFORMA DE EDIFÍCIOS COMERCIAIS E RESIDENCIAIS; SERVIÇOS DE PINTURA; COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.
Atividades econômicas:
- CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS

Capital social: R$ 60.000,00
Última atualização do capital: 15/10/2014

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Nome: ANTÔNIO GALKOWSKI JUNIOR
Título:
- Arquiteto e Urbanista

Início da responsabilidade técnica: 08/04/2016

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://siccau.caubr.org.br/app/view/sight/externo?form=Servicos, com a chave: DYA040
Impresso em: 21/02/2017 às 14:39:17 por: FJA CONSTRUÇÃO CIVIL, ip: 186.226.157.23

FJA Construção Civil Ltda
CNPJ: 21.368.024/0001-78
Rua São Leopoldo, 291
Avencal - Piên/Pr.
Tel.: (41) 9926-4881

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Ref.: Edital de Tomada de Preços nº 001/2017

Conforme o disposto no Edital em epígrafe e de acordo com a Redução nº 218 de 29/06/73 e nº 317, de 31/10/86, do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura, e Agronomia, declaramos que o responsável técnico pela obra, caso venhamos a vencer a referida licitação, é:

Nº	Nome	Especialidade	CREA ou CAU Nº	Data do Registro	Assinatura
1	Antonio Galkowski Junior	Arquiteto e Urbanista	CAU A48882-8	06/01/2013	

Declaramos, outrossim, que o profissional acima relacionado pertence ao nosso quadro técnico de profissionais.

Piên/Pr., 02 de março de 2017.

MAURINHO ALVES DOMINGOS
RG: 4358965/SC.

Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
Nº 0000000360196 **184**

20170000360196

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Validade: 30/05/2017

CERTIFICAMOS que o Profissional ANTÔNIO GALKOWSKI JUNIOR encontra-se registrado neste Conselho, nos Termos da Lei 12.378/10, de 31/12/2010, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que o Profissional não se encontra em débito com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR

INFORMAÇÕES DO REGISTRO

Nome: ANTÔNIO GALKOWSKI JUNIOR
Registro CAU : A48882-8
Registro Anterior CAU : 90828-2
CPF: 004.548.879-73
Tipo de registro: DEFINITIVO (PROFISSIONAL DIPLOMADO NO PAÍS)
Situação de registro: ATIVO
Título(s):

- Arquiteto e Urbanista

Cursos anotados no SICCAU:

- Nenhum curso anotado.

ATRIBUIÇÕES

As atividades, atribuições e campos de atuação profissional são especificados no art. 2o da Lei 12.378, de 31 de dezembro de 2010.

OBSERVAÇÕES

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válida em todo território nacional.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://siccau.caubr.org.br/app/view/sight/externo?form=Servicos, com a chave: 9DB10D
Impresso em: 21/02/2017 às 14:29:10 por: ANTÔNIO GALKOWSKI JUNIOR, ip: 186.226.157.23

CONTRATO PARTICULAR DE SERVIÇOS TÉCNICOS

185

Por meio deste instrumento **"CONTRATO PARTICULAR DE SERVIÇOS TÉCNICOS"**, de um lado a firma: **FJA CONSTRUÇÃO VIVIL LTDA-ME**, com sede à Rua São Leopoldo, 291 , Bairro Avencal, na cidade de Piên/PR, inscrita no C.N.P.J. n.º 21.368.024/0001-78, representada nesta ocasião por seu sócio: **MAURINHO ALVES DOMINGOS,** R.G. n.º 4358965 SSP/SC E C.P.F. n.º 014.342.839-09, doravante denominado de simplesmente Contratante, do outro lado o Sr. **ANTONIO GALKOWSKI JÚNIOR**, brasileiro, solteiro inscrito no R.G. n.º 29253730SSP/SC E C.P.F. n.º 004.548.879-73, com titulo profissional de ARQUITETO E URBANISTA, inscrito no CAU nº A48882-8, doravante denominado de simplesmente Contratado, tem entre si acertado o seguinte:

Cláusula 1ª - Caberá ao Contratado desenvolver atividades como Responsável Técnico conforme suas atribuições profissionais e compatíveis com os objetivos sociais da empresa, conforme descriminado na RRT de Cargo ou Função.

Cláusula 2ª – A vigência do presente contrato será por tempo indeterminado;

Cláusula 3ª - O Contratado terá carga horária conforme segue: (Matutino) segunda a sexta-feira das 7:30h as 9:30h, Sábado das 08:00h as 13:00h.

Cláusula 4ª - O Contratante assegura ao contratado, absoluta independência técnica;

Cláusula 5ª - Os honorários profissionais do contratado deverão ser de no mínimo 06 (seis) salários mínimos mensais, conforme Lei Federal n.º 4.950-A de 22 de abril de 1966 e Resolução 38/12 do CAU/BR.

Cláusula 6ª - Este Contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes por qualquer motivo mediante aviso prévio de 30 dias e baixa da (s) obra (s) e ou serviço (s) que estiverem sob a responsabilidade técnica do profissional, e a transferência para outro profissional, quando a obra ou serviço ultrapassar a 30 dias.

Cláusula 7ª - Durante a vigência deste contrato e pelo prazo previsto em Lei ficará o contratado responsável pelas atividades técnicas da empresa contratante, conforme descriminado na RRT de cargo ou função, conforme cláusula 1ª.

Cláusula 8º - Todas e quaisquer taxas, impostos e encargos que incidirem sobre este contrato será de responsabilidade da contratante, inclusive o recolhimento das taxas de RRT das obras e serviços executados pela empresa sobre a responsabilidade técnica do profissional ora contratado.

Cláusula 9ª – Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato, as partes elegem o foro da Comarca São Bento do Sul/SC;

Por estarem as partes de pleno acordo com o disposto neste instrumento particular de prestação de serviços, assinam-no em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

São Bento do Sul/SC, 08 de Abril de 2016.

FIRMA SÃO BENTO DO SUL - SC RECONHECIDA

FIRMA SÃO BENTO DO SUL - SC RECONHECIDA

Contratante

Contratado

Testemunha 1

Nome: _____

RG: _____

CPF: _____

Testemunha 2

Nome: _____

RG: _____

CPF: _____

ATESTADO DE VISITA

Ref.: Edital de Tomada de Preços nº 001/2017

Declaramos que o Arquiteto e Urbanista ***ANTONIO GALKOWSKI JÚNIOR***, CAU nº ***A48882-8*** da proponente ***FJA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - ME***, devidamente credenciado, visitou o local da execução da obra, objeto da Tomada de Preços em epígrafe.

Piên, 22 de fevereiro de 2017.

Simon Schneider, RG 6.268.104-7 SSP-PR

Antonio Galkowski Júnior, RG 29253730 SSP SC, CAU nº A48882-8

Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO
Nº 0000000308118 187

2016000308118

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRTs abaixo discriminada(s):

Profissional: ANTÔNIO GALKOWSKI JUNIOR
Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista
Registro Nacional: Registro CAU nº 000A488828

Validade: Indefinida

Número do RRT: 3942893 Tipo do RRT: SIMPLES **Registrado em:**
Forma de Registro: RETIFICADOR à 2827796 **Participação Técnica:** INDIVIDUAL
Descricao: EXECUÇÃO DA AMPLIAÇÃO DE UM DEPOSITO INDUSTRIAL MISTO EM ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA COM UMA ÁREA DE 1.815,00m².

Contratante: INTER LINK DO BRASIL IND. E COM. DE MOVEIS LTDA
CPF/CNPJ: 05559064000221
RUA ADOLFO BECKERT Nº 285
Complemento: Bairro: DONA FRANCISCA
Cidade: SÃO BENTO DO SUL UF: SC CEP: 89284420
Contrato: Celebrado em 15/10/2014
Valor do Contrato: R$ 3.085,50 Tipo do Contratante: Pessoa juridica de direito privado
Data de Inicio: 15/10/2014 Data de Fim: 28/08/2015

Atividade Tecnica

2.2.4 - Execução de estrutura metálica, 1815.00 m² - metro quadrado; 2.2.2 - Execução de estrutura de concreto, 1815.00 m² - metro quadrado; 2.1.1 - Execução de obra, 1815.00 m² - metro quadrado;

Endereço da obra/serviço
RUA ADOLFO BECKERT Nº 285
Complemento: Bairro: DONA FRANCISCA
Cidade: SÃO BENTO DO SUL UF: SC CEP: 89284420
Coordenadas Geográficas: 0 0

Número do RRT: 3942912 Tipo do RRT: SIMPLES **Registrado em:**
Forma de Registro: RETIFICADOR à 2827749 **Participação Técnica:** INDIVIDUAL
Descricao: PROJETO DA AMPLIAÇÃO DE UM DEPOSITO INDUSTRIAL MISTO EM ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA COM UMA ÁREA DE 1.815,00m².

Contratante: INTER LINK DO BRASIL IND. E COM. DE MÓVEIS LTDA
CPF/CNPJ: 05559064000221
RUA ADOLFO BECKERT Nº 285
Complemento: Bairro: DONA FRANCISCA
Cidade: SÃO BENTO DO SUL UF: SC CEP: 89284420

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://siccau.caubr.org.br/ap/view/sight/externo?form=Serviços, com a chave: 6YZWZ8YZB8380W4Z5AAZ
Impresso em: 11/03/2016 às 11:07:22 por: ANTONIO GALKOWSKI JUNIOR, ip: 191.5.96.106

Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CERTIDÃO DE ACERVO TECNICO
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO
Nº 0000000308118 188

Contrato: Celebrado em 15/10/2014

Valor do Contrato: R$ 3.085,50 Tipo do Contratante: Pessoa jurídica de direito privado

Data de Início: 15/10/2014 Data de Fim: 15/11/2014

Atividade Técnica

1.5.7 - Projeto de instalações elétricas prediais de baixa tensão , 1815.00 m² - metro quadrado; 1.5.6 - Projeto de sistemas prediais de proteção contra incêndios e catástrofes , 1815.00 m² - metro quadrado; 1.2.4 - Projeto de estrutura metálica , 1815.00 m² - metro quadrado; 1.2.2 - Projeto de estrutura de concreto , 1815.00 m² - metro quadrado; 1.1.2 - Projeto arquitetônico , 1815.00 m² - metro quadrado;

Endereço da obra/serviço

RUA ADOLFO BECKERT Nº 285

Complemento: Bairro: DONA FRANCISCA

Cidade: SÃO BENTO DO SUL UF: SC CEP: 89284420

Coordenadas Geográficas 0 0

1. Descrição

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO

2. Informações

- Em conformidade com o que determina o Art. 45 da Lei 12.378, toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Certidão nº 308118/2016
31/03/2016, 11:07
Chave de impressão: 6YZWZ8YZB8380W4Z5AAZ

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em https://siccau.caubr.org.br/app/view/sight/externo?form=Servicos, com a chave: 6YZWZ8YZB8380W4Z5AAZ
Impresso em: 31/03/2016 às 11:07:22 por: ANTÔNIO GALKOWSKI JUNIOR, ip: 191.8.95.106

Certidão Negativa

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição CÍVEL (Cível, Precatória) FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL, sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

FJA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME

Documento..... CNPJ 21.368.024/0001-78

Sede..... Rua SAO LEOPOLDO, 291, AVENCAL, PIEN/PR, CEP 83860-000

no período compreendido entre a presente data e os últimos 20 anos que a antecedem.

Rio Negro/PR, 20 de Fevereiro de 2017, 15:59:35

NIRIAN CORREA

Funarpen - Selo Digital Nº yxWbn . GrRvV . caCuA, Controle: QsJaj . AFcOK

Página 0001/0001

8ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA
BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP
CNPJ 05.401.426/0001-70

MARCION LUIZ VEIGA, brasileiro, maior, nascido em 29/10/1970, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, CPF 765.255.469-15, portador da Carteira de Identidade nº. 2.310.184 expedida pela SSP/SC, residente e domiciliado a Rua Alfredo Hantschel, 164, bairro Bela Vista, em Rio Negrinho – SC, CEP 89295-000, **KAROLINE RANDIG VEIGA,** brasileira, maior, nascida em 08/01/1982, casada em regime de comunhão parcial de bens, Psicóloga, CPF 037.057.259-98, portadora da Carteira de Identidade nº. 4.358.284 expedida pela SSP/SC, residente e domiciliada a Rua Alfredo Hantschel, 164, bairro Bela Vista, em Rio Negrinho – SC, CEP 89295-000. Sócios da empresa **BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP,** com sede a Rua Roberto Martim, nº.170, bairro Centro, em Rio Negrinho – SC – CEP 89295-000, registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob o NIRE 42203242798, em 25/11/2002, alterada sob o nº. 20032636458 em 26/11/2003, alterada sob nº. 20050067508 em 20/01/2005, alterada sob nº. 20053030516 em 20/12/2005, alterada sob nº. 20092133452 em 24/07/2009, alterada sob nº. 20100134084 em 23/02/2010, alterada sob nº.20103333266 em 07/12/2010 e alterada sob nº 20113489927 em 22/11/2011, inscrita no CNPJ sob o nº 05.401.426/0001-70; resolvem, assim, em comum acordo alterar e consolidar o contrato social:

A) A sociedade altera seu endereço empresarial para a Rua Alexandre Schlemm nº 171, bairro Oxford em São Bento do Sul – SC CEP 89285-635.
B) A sociedade passa a ter o seguinte objeto social: Construção de edifícios; Obras de alvenaria; Serviços especializados e locação de máquinas e equipamentos para construção com operador; Obras de instalações na construção civil; Serviços de engenharia; Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação; Construção de instalações esportivas e recreativas; Obras de urbanização – ruas, praças e calçadas; Incorporação de empreendimentos imobiliários; locação de máquinas e equipamentos para construção sem operador.
C) Os sócios Marcion Luiz Veiga e Karoline Randig Veiga resolvem alterar o seu endereço residencial para a Rua Augusto Wunderwald, s/n, bairro Centenário em São Bento do Sul –SC – CEP 89283-192.
D) A sociedade resolve aumentar o capital social que era de R$ 277.000,00 (duzentos e setenta e sete mil reais) passa a ser de R$ 447.000,00 (quatrocentos e quarenta e sete mil reais) sendo que o aumento foi de R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) totalmente integralizados, é proveniente das reservas de lucros e lucros acumulados, as quais são transferidos ao capital social, passando a ser distribuídas entre os sócios em proporcionalidade ao capital existente ficando da seguinte forma:

Sócio	Nº. Cotas	Valor R$
Marcion Luiz Veiga	424.650	424.650,00
Karoline Randig Veiga	22.350	22.350,00
Total	447.000	447.000,00

E) À vista das modificações ora entre os sócios ajustadas, consolida-se o contrato social com a seguinte redação:

Cláusula 1ª)- A sociedade gira sob o nome empresarial de **BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP.**
Cláusula 2ª)- A sociedade tem sua Sede à Rua Alexandre Schlemm, nº 171 bairro Oxford, São Bento do Sul – SC CEP 89285-635.
Cláusula 3ª)- A sociedade tem como objetivo. Construção de edifícios; Obras de alvenaria; Serviços especializados e locação de máquinas e equipamentos para construção com operador; Obras de instalações na construção civil; Serviços de engenharia; Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação; Construção de instalações esportivas e recreativas; Obras de urbanização – ruas, praças e calçadas; Incorporação de empreendimentos imobiliários; Locação de máquinas e equipamentos para construção sem operador.
Cláusula 4ª)- A sociedade iniciou suas atividades em 09/12/2002.
Cláusula 5ª)- A sociedade é por prazo indeterminado;
Cláusula 6ª)- O capital social é de R$ 447.000,00 (quatrocentos e quarenta e sete mil reais) totalmente integralizados em moeda corrente nacional.
Cláusula 7ª)- O Capital Social fica dividido em 447.000 (quatrocentos e quarenta e sete mil) cotas de um real cada, ficando distribuídas da seguinte forma:

Sócio	Nº. Cotas	Valor R$
Marcion Luiz Veiga	424.650	424.650,00
Karoline Randig Veiga	22.350	22.350,00
Total	447.000	447.000,00

Cláusula 8ª)-As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas, transferidas a terceiros ou dadas em garantia sem o consentimento dos demais sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.
Cláusula 9ª)-A responsabilidade é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
Cláusula 10ª) – O exercício social encerrar-se-á em 31/12 de cada ano;
Cláusula 11ª) – Ao término de cada exercício social, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.
Cláusula 12ª) – Os lucros líquidos apurados serão distribuídos, sempre que condições econômicas da sociedade assim o permitirem, em partes iguais a cada uma das cotas, cabendo a cada sócio tantas partes quantas cotas possuir, podendo a critério dos mesmos, ficarem em reserva na sociedade;

Cláusula 13ª) – As perdas que porventura se verificarem, serão mantidos em conta especial, para serem amortizados em exercícios futuros e, não sendo, serão suportados pelos sócios, na proporção do capital de cada um;
Cláusula 14ª) – A sociedade fica administrada pelos sócios Marcion Luiz Veiga e Karoline Randig Veiga.
Cláusula 15ª) – A responsabilidade técnica sobre os serviços prestados serão exercidos pelo sócio Marcion Luiz Veiga, engenheiro civil, devidamente registrado no CREA/SC sob n°. 038278-2/SC.
Cláusula 16ª) – Cabe ao Administrador a representação da sociedade ativa e passivamente, em conjunto ou isoladamente, em juízo ou fora dele, podendo praticar todos os atos necessários ao bom desempenho de suas funções, e consecução do fim social.
Cláusula 17ª) – Os sócios se comprometem assim como seus cônjuges a se absterem de prestar avais de favor a terceiros.
Cláusula 18ª) – A sociedade manterá os registros contábeis e fiscais necessários.
Cláusula 19ª) – Os sócios poderão realizar uma reunião ordinária anual, para deliberarem assuntos pertinentes a empresa, no primeiro quadrimestre de cada ano.
Cláusula 20ª) – Em caso de aumento de capital, terão preferência os cotistas para subscrição, em igualdade de condições e na proporção exata de suas cotas;
Cláusula 21ª) – Em caso de diminuição de capital, será proporcional e igual a cada cota;
Cláusula 22ª) – Na pretensão da retirada de um dos sócios da sociedade, os sócios remanescentes terão o direito de preferência sobre a aquisição de suas cotas, em igualdade de condições. O sócio deverá fazer comunicação expressa onde deva constar valor e condições para o pagamento aos demais sócios tendo os mesmos, prazo de 60 dias para resolver a aquisição. Após este prazo, e em igualdade de condições, não havendo interesse por parte dos sócios, poderá ser ofertado a terceiros.
Cláusula 23ª) – Em caso da retirada ou exclusão de sócio e da resolução das quotas em relação a sociedade:
I- Pela Vontade Unilateral
Pela vontade unilateral a qualquer tempo, por dissidência em relação à alteração contratual deliberada. Incluindo outros fatores estranhos a alteração contratual, como por exemplo, a falta de afeição social, com base na norma do art. 1.029, do CC/2002. Além dos casos previstos na lei ou no contrato, qualquer sócio pode retirar-se da sociedade, mediante notificação ao outro sócio.
II – Pelo Óbito
Dando-se o óbito de um dos sócios, não dissolverá a sociedade, a qual continuará com os sócios remanescentes, sendo que os herdeiros legais do "de Cujos", poderão nela fazerem-se representar enquanto indiviso o quinhão respectivo, por um dentre eles devidamente credenciado pelos demais. Não havendo esse acordo ou não havendo interesse dos herdeiros em participarem da sociedade, serão pagos de seus haveres de acordo com as condições estabelecidas pela empresa, em conformidade com a legislação, não violando os princípios legais. O prazo e vencimento e o preço será discutido de comum acordo entre as partes no caso de herdeiros impúberes terá este que possuir a maior idade ou emancipação para a aquisição de seus direitos junto à sociedade, sendo a tutela da administração para o pátrio poder ou representação legal.

III – Expulsão ou Exclusão de um Sócio
Por atos de inegável gravidade, justa causa ou incapacidade superveniente, conforme previsto nos art.1.030 e art. 1.085, do CC/2002.
§ 1° - Atos considerados de inegável gravidade:
Por ato de inegável gravidade, temos a calúnia, concorrência desleal, abuso de poder, o calote, de um sócio em relação à sociedade empresária, as suas quotas subscritas e não integralizadas no prazo pactuado no contrato social. A previsão legal para isto está no Art. 1.004, do CC/2002.
§ 2° - Justa causa:
A justa causa, como motivo de expulsão de um sócio, deve basear-se em abuso de poder, prevaricação, violação ou não cumprimento das disposições pactuadas no contrato social. A falta de decoro empresarial, que deve ser provada por atos de desídia, atentado aos ditames do contrato social ou objetivo aziendal, concorrência profana e atos de sócio pródigo.
§ 3° Incapacidade superveniente:
A incapacidade superveniente pode ser adquirida por uma enfermidade ou deficiência mental, ou motivo transitório que impeça o sócio de exprimir a vontade de forma séria e idônea, como os ébrios, os viciados em tóxicos e os pródigos, este ponto está alicerçado nos art. 3° e 4°, do CC/2002.
§ 4° Em caso de Expulsão ou Exclusão de um sócio, terá o excluso ou expulso prazo de 10 dias após comunicação expressa, para determinar o valor e as condições de pagamento de suas cotas. Caso os remanescentes não concordem com o valor mesmo determinado através do valor das cotas integralizadas mais a aplicação de atualização monetária, a ser determinada sendo que o pagamento ainda seja dividido em no mínimo seis parcelas.
Cláusula 24ª)- Em relação as condições para quitações de cotas apresentadas nas cláusulas 21 e 22 do presente contrato, fica ajustada entre os sócios que o prazo mínimo para quitação é de 24 (vinte e quatro) meses e o prazo máximo será de 48 (quarenta e oito) meses, divididos em parcelas iguais com reajuste do saldo pelo INPC, ou índice que venha substituí-lo. Ficando o comprador livre para o pagamento antecipado das parcelas.
Cláusula 25ª)-A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinado por todos os sócios.
Cláusula 26ª)-Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pro labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.
Cláusula 27ª) – As deliberações sociais, ainda que impliquem em alteração contratual, poderão ser tomadas por ou pelos sócios que representem a maioria do capital social.
Cláusula 28ª)- O administrador declara sob as penas de lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou propriedade.(art. 1.011,1°,CC/2002).
Cláusula 29ª) – Fica escolhido o foro da comarca de São Bento do Sul – SC para as questões oriundas do presente contrato;

Cláusula 30ª) – Os casos omissos e não regulados pelo presente contrato, o serão pela legislação em vigor.
E, por assim estarem justo e contratados, lavram este instrumento em três vias de igual teor, que serão assinadas pelos sócios.

Rio Negrinho, 17 de julho de 2015

Marcon Luiz Veiga

Karoline Randig Veiga

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 10/09/2015 SOB Nº: 20156954575
Protocolo: 15/695457-5, DE 12/08/2015
Empresa:42 2 0324279 8
BRUVETEC ENGENHARIA E
CONSTRUCOES LTDA EPP-
ANDRE LUIZ DE REZENDE
SECRETÁRIO GERAL

bruvetec
engenharia e construções

CARTA-CREDENCIAL

São Bento do Sul, 02 de março de 2017
À Comissão de Licitação

Ref.: EDITAL TOMADA DE PREÇOS nº 001/2017

Prezados Senhores,

O abaixo assinado, **Marcion Luiz Veiga**, carteira de identidade **2.310.184, SSP/SC**, na qualidade de responsável legal pela proponente **Bruvetec Engenharia e Construções Ltda,** vem, pela presente, informar a V.S^{as} que a senhorita **Micheli Pscheidt Ferreira**, carteira de identidade **4.281.985, SSP/SC**, é a pessoa designada por nós para acompanhar a sessão de abertura e recebimento da documentação de habilitação e propostas de preços, para assinar as atas e demais documentos com poderes para renunciar prazos recursais a que se referir à licitação em epígrafe.

Marcion Luiz Veiga
RG nº 2.310.184

Rua Alexandre Schlemm, nº 171, Oxford, São Bento do Sul/SC – 89.285-635 – (47) 3644-6133/3644-8870
CNPJ: 05.401.426/0001-70
www.bruvetec.com.br

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4.281.985 DATA DE EXPEDIÇÃO 24/SET/2013

NOME MICHELI PSCHEIDT FERREIRA

FILIAÇÃO MARCELINO PSCHEIDT
LINDACIR MARLI DUMS PSCHEIDT

NATURALIDADE RIO NEGRINHO SC DATA DE NASCIMENTO 09/DEZ/1987

DOC. ORIGEM CERT. CAS. 7629 LV B-26 FL 111
CART. JABLONSKI - RIO NEGRINHO SC

CPF 059.723.129-85

Rogerio A. Bomvechio
Perito Criminal
Mat. 378 963-4

RIO NEGRINHO - SC
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Micheli Pscheidt Ferreira

CARTEIRA DE IDENTIDADE

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ao

Presidente da Comissão Permanente de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

D E C L A R A Ç Ã O

Bruvetec Engenharia e Construções Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.401.426/0001-70, por intermédio de seu Representante Legal, Sr Marcion Luiz Veiga portador da Carteira de Identidade n.º 2.310.184, inscrito no CPF/MF sob o n.º 765.255.469-15, DECLARA, para fins do disposto no Edital de **TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017**, sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

OBS: Assinalar com um "X" a condição da empresa.

1. ( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

2. (x) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

DECLARA ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

São Bento do Sul, 02 de março de 2017.

Marcion Luiz Veiga
RG nº 2.310.184

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM
SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENV. ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - JUCESC

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial
BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA EPP
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede)	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
42 2 0324279-8	05.401.426/0001-70	25/11/2002	09/12/2002

Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP)
RUA ALEXANDRE SCHLEMM, 171, OXFORD, SÃO BENTO DO SUL, SC, 89.285-635

Objeto Social
CONSTRUÇÃO DE EDIFICIOS, OBRAS DE ALVENARIA, SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO COM OPERADOR, OBRAS DE INSTALAÇÕES NA CONSTRUÇÃO CIVIL, SERVIÇOS DE ENGENHARIA, CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO, CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÃO ESPORTIVAS E RECREATIVAS, OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS, INCORPORAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR.

Capital: R$ 447.000,00 (QUATROCENTOS E QUARENTA E SETE MIL REAIS)	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006)	Prazo de Duração
Capital Integralizado: R$ 447.000,00 (QUATROCENTOS E QUARENTA E SETE MIL REAIS)	Empresa de pequeno porte	Indeterminado

Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato

Nome/CPF ou CNPJ	Participação no capital(R$)	Espécie de Sócio	Administrador	Término do Mandato
MARCION LUIZ VEIGA 765.255.469-15	424.650,00	SOCIO	Administrador	XXXXXXXXXX
KAROLINE RANDIG VEIGA 037.057.259-98	22.350,00	SOCIO	Administrador	XXXXXXXXXX

Último Arquivamento
Data: 10/09/2015 Número: 20156954575
Ato: ALTERAÇÃO
Evento(s):
ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO

Situação
REGISTRO ATIVO

Status
XXXXXXXXXXXX

Florianópolis - SC, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017

GERSON ANTONIO BASSO
SECRETÁRIO GERAL EM EXERCÍCIO

Eu,
Conferi e assino.

Certisign - Autoridade Certificadora
Certificado pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informática

Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

Documento Assinado Digitalmente 07/02/2017
Junta Comercial de Santa Catarina
CNPJ: 83.565.648.0001-32

Você deve instalar o certificado da JUCESC
www.jucesc.sc.gov.br/certificado

Para verificar a autenticidade acesse www.jucesc.sc.gov.br e informe o número 015124/2017-01 na consulta de processos.

Portal da Transparência - Governo Federal - http://www.portaltransparencia.gov.br

199

Você está em:
Início » **CEIS**

CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS (CEIS)

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) é um banco de informações mantido pela Controladoria-Geral da União que tem como objetivo consolidar a relação das empresas e pessoas físicas que sofreram sanções das quais decorra como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública. Saiba mais

Consulta

CPF/CNPJ:	05401426000170
Nome, Razão Social ou Nome Fantasia:	(Opcional)
Tipo de Sanção:	Todos

Quantidade de registros encontrados: 0 **Data:** 02/03/2017 14:40:11

Não foram encontrados registros que atendam ao seguinte critério de busca:

CNPJ/CPF: 05401426000170

Página 1/1

ATENÇÃO
Este cadastro visa dar publicidade às sanções administrativas aplicadas contra licitantes e fornecedores. As informações aqui veiculadas são de inteira responsabilidade das entidades que as prestaram, não podendo a União ser responsabilizada pela veracidade e/ou autenticidade de tais informações nem pelos eventuais danos diretos ou indiretos que delas resultem causados a terceiros.

* Designação do apenado, conforme informado pelo órgão sancionador (publicação no DOU; dados constantes de Ofício, etc.)

** Constatou-se que o nome informado pelo órgão sancionador diverge significativamente do constante do cadastro da Receita Federal, considerando-se o CPF/CNPJ informados. O nome constante do cadastro da Receita Federal pode ser verificado clicando-se sobre o respectivo registro. A divergência pode indicar apenas uma alteração no nome do sancionado ou uma inconsistência dos dados informados. Mais informações podem ser obtidas junto ao órgão sancionador.

200

TCEPR

Consulta de Impedidos de Licitar

Pesquisa Impedidos de Licitar

Fornecedor

Tipo documento: CNPJ ▼ Número documento: 05401426000170

Nome:

Período publicação: de ate

Data de Início Impedimento: de ate

Data de Fim Impedimento: de ate

Pesquisar

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

201

bruvetec
engenharia e construções

ENVELOPE Nº 01 – "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO"

BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

RUA ALEXANDRE SCHLEMM, 171, OXFORD, SÃO BENTO DO SUL/SC

DESTINATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

AT: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS: 001/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN – PARANÁ

CADASTRO DE HABILITAÇÃO PARA LICITAÇÕES

CERTIFICADO DE REGISTRO Nº 304

Nome/Razão Social: **BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. EPP**		
Endereço: **Rua Alexandre Schlemm, nº 171, Oxford – São Bento do Sul/SC - CEP: 89.285-635**		
E-mail: **bruvetec@bruvetec.com.br**	Telefone: **(47) 3644-8075**	Fax: **(47) 3644-8075**
CNPJ: **05.401.426/0001-70**	Inscrição Estadual: **254.495.303**	Inscrição Municipal: **19349**
Responsável pela Empresa: **Marcion Luiz Veiga**	RG: **2.310.184/SC**	CPF: **765.255.469-15**
Objeto Social: **Exploração do ramo de construção de edifícios, obras de alvenaria, serviços especializados na construção civil, obras de instalação na construção civil, serviços de engenharia, construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto entre outros.**		
Certificamos que a empresa acima identificada encontra-se registrada no *Cadastro de Habilitação para Licitações*, nesta Prefeitura, nos termos da Lei 8.666/93, tendo apresentado os seguintes documentos (cópia autenticada): - Contrato Social e sua última alteração; - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ (Cartão de Identificação); - Comprovante de Inscrição Estadual (CICAD) ou Ficha de Atualização Cadastral (FAC); - Comprovante de Inscrição Municipal.		

CRISTIANO QUADROS
Presidente da Comissão de Licitação
(Decreto nº 008/2016)

Este certificado é fornecido gratuitamente, tendo validade por 01 (um) ano, a partir da data de emissão.

Emitido em: 01/12/2016

bruvetec
engenharia e construções

DECLARAÇÃO

Ref.: TOMADA DE PREÇOS nº 001/2017

Declaramos para os fins de direito, e sob as penas da lei, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório em epígrafe, instaurado por este município, que:

a) Não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal n.º 9854, de 27.10.99, que altera a Lei n.º 8666/93;
b) Nenhum de nossos sócios é servidor(a) ou dirigente de órgão do Município de Piên;
c) Não estamos suspensos temporariamente de participar em licitação ou impedidos de contratar com a Administração;
d) Não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer e suas esferas;
e) Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
f) Somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou de origem nativa de procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal aprovados por órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), com autorização de transporte concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA, tendo ciência que o não atendimento da presente exigência na fase de execução do contrato poderá acarretar as sanções administrativas previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal 8.666/93, e no artigo 72, 8º, inciso V da Lei Federal 9.605/98, sem prejuízo das implicações de ordem criminal contempladas na referida Lei.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

São Bento do Sul, 02 de março de 2017.

Marcion Luiz Veiga
RG nº 2.310.184

05 401 426/0001-70
BRUVETEC ENGENHARIA
e CONSTRUÇÕES LTDA.
Rua: Alexandre Schlemm, 171
Oxford - CEP: 89285-635
São Bento do Sul - Santa Catarina

204

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - EPP
CNPJ: 05.401.426/0001-70

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://www.receita.fazenda.gov.br> ou <http://www.pgfn.fazenda.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 09:47:08 do dia 10/01/2017 <hora e data de Brasília>.
Válida até 09/07/2017.
Código de controle da certidão: **27B1.0215.1987.6FF2**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA EPP**
CNPJ/CPF: **05.401.426/0001-70**

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	**Lei nº 3938/66, Art. 154**
Número da certidão:	**170140015392830**
Data de emissão:	**17/02/2017 09:44:03**
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei n 15.510/11.):	**18/04/2017**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: http://www.sef.sc.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 22/02/2017 11:38:28

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
SECRETARIA DE FINANÇAS

206
Data: 22/02/2017 14h00min

Número	Validade
3540	24/03/2017

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - EPP CNPJ: 05.401.426/0001-70

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Cadastro Econômico: Início

Comprovação Junto à	Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos/pendências tributárias. A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Inscrições

Contribuinte: 230864 - BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - EPP
Endereço: Rua ALEXANDRE SCHLEMM, 171 - Bairro OXFORD - CEP 89.285-635

Econômico: 13220 - Construção de edifícios
Endereço: Rua ALEXANDRE SCHLEMM, 171 - Bairro OXFORD - CEP 89.285-635

Imóvel: 99074 [01.06.022.0254.001.001] - Matrícula 12.434
Endereço: Rua INDAIAL, 198 - Bairro BRASILIA - CEP 89.282-105

Imóvel: 256069 [01.06.022.0254.002.002] - Matrícula 12.434
Endereço: Rua INDAIAL, S/N - Bairro BRASILIA - CEP 89.282-105

Código de Controle

DAA1XEXHT3827281

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.
http://www.saobentodosul.sc.gov.br

São Bento do Sul (SC), 22 de Fevereiro de 2017

207

CNPJ: 76.002.666/0001-40

Prefeitura Municipal de Piên

Rua Amazonas n° 373 - Centro - Piên - Paraná - CEP 83.860-000

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

IMPORTANTE:	1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO. 2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ **25/03/2017**, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

Piên, 23 de Fevereiro de 2017

NEGATIVA N°: 383/2017	**CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 9ZTMJ42QE5XX442C9SM**

FINALIDADE: CADASTRO E/OU CONCORRÊNCIA E/OU LICITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. EPP

INSCRIÇÃO EMPRESA DE FORA	CNPJ/CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	ALVARÁ
46965	05.401.426/0001-70		

ENDEREÇO

RUA ALEXANDRE SCHLEMM, 171 - OXFORD CEP: 89285635 São Bento do Sul - SC

CNAE / ATIVIDADES

Não definidas

Emitido por: << Equiplano Público Web >>

IMPRIMIR VOLTAR

208

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 05401426/0001-70
Razão Social: BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA EPP
Endereço: R ALEXANDRE SCHLEMM 171 / OXFORD / SAO BENTO DO SUL / SC / 89285-635

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 20/02/2017 a 21/03/2017

Certificação Número: 2017022001320665366374

Informação obtida em 22/02/2017, às 14:32:03.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - EPP
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 05.401.426/0001-70
Certidão nº: 125048796/2017
Expedição: 22/02/2017, às 14:37:46
Validade: 20/08/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - EPP (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **05.401.426/0001-70, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM
SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENV. ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - JUCESC

210

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial
BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA EPP
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede)	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
42 2 0324279-8	05.401.426/0001-70	25/11/2002	09/12/2002

Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP)
RUA ALEXANDRE SCHLEMM, 171, OXFORD, SÃO BENTO DO SUL, SC, 89.285-635

Objeto Social
CONSTRUÇÃO DE EDIFICIOS, OBRAS DE ALVENARIA, SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO COM OPERADOR, OBRAS DE INSTALAÇÕES NA CONSTRUÇÃO CIVIL, SERVIÇOS DE ENGENHARIA, CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO, CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÃO ESPORTIVAS E RECREATIVAS, OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS, INCORPORAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR.

Capital: R$ 447.000,00 (QUATROCENTOS E QUARENTA E SETE MIL REAIS)	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006)	Prazo de Duração
Capital Integralizado: R$ 447.000,00 (QUATROCENTOS E QUARENTA E SETE MIL REAIS)	Empresa de pequeno porte	Indeterminado

Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato

Nome/CPF ou CNPJ	Participação no capital(R$)	Espécie de Sócio	Administrador	Término do Mandato
MARCION LUIZ VEIGA 765.255.469-15	424.650,00	SOCIO	Administrador	XXXXXXXXXX
KAROLINE RANDIG VEIGA 037.057.259-98	22.350,00	SOCIO	Administrador	XXXXXXXXXX

Último Arquivamento
Data: 10/09/2015 Número: 20158954575
Ato: ALTERAÇÃO
Evento(s):
ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO

Situação
REGISTRO ATIVO

Status
XXXXXXXXXXXX

Florianópolis - SC, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017

GERSON ANTONIO BASSO
SECRETÁRIO GERAL EM EXERCÍCIO

Eu,
Conferi e assino.

Certisign - Autoridade Certificadora
Certificado pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informática

Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Documento Assinado Digitalmente 07/02/2017
Junta Comercial de Santa Catarina
CNPJ: 83.565.648.0001-32

Você deve instalar o certificado da JUCESC
www.jucesc.sc.gov.br/certificado

Para verificar a autenticidade acesse www.jucesc.sc.gov.br e informe o número 015124/2017-01 na consulta de processos.

211

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CERTIDÃO DE PESSOA JURÍDICA

Razão Social: BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA EPP **Aprovado em:** 04/12/2002
CNPJ: 05.401.426/0001-70
Registro: 063076-4
Endereço: RUA ALEXANDRE SCHLEMM, 171 OXFORD
89285-635 SAO BENTO DO SUL SC
Capital social atual: R$ 447.000,00 - QUATROCENTOS E QUARENTA E SETE MIL REAIS

Objetivos Sociais:
CONSTRUCAO DE EDIFICIOS; OBRAS DE ALVENARIA; SERVICOS ESPECIALIZADOS E LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO COM OPERADOR; OBRA S DE INSTALACOES NA CONSTRUCAO CIVIL; SERVICOS DE ENGENHARIA; CONSTRU CAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA; COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO; CONSTRUCAO DE INSTALACOES ESPOR TIVAS E RECREATIVAS; OBRAS DE URBANIZACAO - RUAS, PRACAS E CALCADAS; INCORPORACAO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS; LOCACAO DE MAQUINAS E E QUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO SEM OPERADOR.

Responsáveis Técnicos:
Nome: MARCION LUIZ VEIGA
Responsabilidade Técnica aprovada em 04/12/2002
Registro: SC S1 038278-2 Expedido pelo CREA-SC
RNP: 2501018079
Título:ENGENHEIRO CIVIL
TECNICO EM AGROPECUARIA
Atribuições do Profissional:ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218/73 DO CONFEA.ATRIBUICOES CONCEDIDAS DE ACORDO COM O CAPUT DO ARTIGO 6 DO DECRETO 90.922/85, MODIFICADO PELO DECRETO 4.560/02, E ARTIGO 7 DO DECRETO 90.922/85, EM CONFORMIDADE COM O PARAGRAFO UNICO DO ARTIGO 84 DA LEI 5.194/66.

Nome: ROVAN SCHROEDER
Responsabilidade Técnica aprovada em 14/02/2017
Registro: SC S1 049531-1 Expedido pelo CREA-SC
RNP: 2500670392
Título:ENGENHEIRO ELETRICISTA
Atribuições do Profissional:ARTIGOS 8 E 9 DA RESOLUCAO NR 218 DE 29.06.73, DO CONFEA.

Nome: DENNIS HOFMANN
Responsabilidade Técnica aprovada em 21/01/2014
Carteira: PR-82053/D Expedida pelo CREA-PR (Visada sob nro 095982-4 por este CREA-SC)
RNP: 1707622167
Titulo:TECNOLOGO EM ELETROTECNICA
Atribuições do Profissional:De acordo com o que estabelece a Resolucao 313/86 do CONFEA, e em funcao das caracteristicas curriculares do curso Superior de Tecnologia cursado pelo profissional este tem o seguinte campo de atuacao definidoestando apto para desenvolver atividades nas seguintes areas, desde que sempre limitados as caracteristicas de formacao informadas pela instituicao de ensino, como descritos a seguir: distribuicao e utilizacaode energia eletrica; equipamentos, materiais e maquinas eletricas; sistemas de medicao e controle eletricos. Conforme estabelecido pela Resolucao 313/86 do CONFEA: Art. 3o - as atribuicoes dos Tecnologos, emsuas diversas modalidade, para efeito do exercicio profissional, e dasua fiscalizao, respeitados os limites de sua formacao, consistem em: I) elaboracao e orcamento; 2) padronizacao, mensuracao e controle de qualidade; 3) conducao de trabalho tecnico; 4) conducao de equipe de instalacao, montagem, operacao, reparo ou manutencao; 5) execucao de

instalacao, montagem e reparo; 6) operacao e manutencao de equipamento einstalacao; 7) execucao de desenho tecnico. Paragrafo unico - Compete, ainda, aos Tecnologos em suas diversas modalidades, sob a supervisaoe direcao de Engenheiros, Arquitetos ou Engenheiros Agronomos:1) execucao de obra e servico tenico; 2) fiscalizacao de obra ou servico tecnico; 3) producao tecnica especializada. Art 4o. - Quando enquadradas, exclusivamente, no desempenho das atividades referidas no ARt.3o. e seu paragrafo unico, poderao os Tecnologos exercer as seguintesatividades: 1) vistoria, pericia, avaliacao, arbitramento, laudo e parecer tecnico; 2) desempenho de cargo e funcao tecnica; 3) ensino, pesquisa, analise, experimentacao, ensaio e divulgacao tecnica, extensao.Paragrafo unico - O Tecnologo podera responsabilizar-se, tecnicamente, por pessoa juridica, desde que o objetivo social desta sejacompativel com suas atribuicoes. Art 5o. - Nenhum profissional poderadesempenhar atividades alem daquelas que lhe competem, pelas caracteristicas do seu curriculo escolar, consideradas em caso. Instalacoes emBaixa tensao (160horas) Conforme informado pela Instituicao de Ensinoem seu projeto de curso temos as seguintes caracteristicas de formacao, sendo que tal perfil nao implica em extensao de atribuicoes definidas pelas Resolucao 313/86 do CONFEA. A finalidade do curso de Tecnologia em Eletrotecnica modalidade Gestao Comercial e de formar profissionais que poderai atuar em empresas industriais, comerciais e deprestacao de servicos, podendo ser empresas do tipo: processo; siderurgicas; metalurgicas; nao metalicos; servicos e assistencia tecnica; empresas de teelcomunicacoes; concessionarias de energia eletrica e construcao civil. Alem disso, podera desenvolver consultorias na implantacao de sistemas eletricos e promover assistencia tecnica. A formacao do Tecnologo em Eletrotecnica na Modalidade Gestao Comercial tem como objetivo de formacao as seguintes habilidades: Elaborar desenhos tecnicos; especificar mateiriais e equipamentos para a execucao de projetos eletricos em BT (baixa tensao) e AT (alta tensao); supervisionar, executar e realizar ensaios, elaborar e executar planos de conservacao de energia em instalacoes eletricas existentes e nas em implantacao. - Sugerir e aplicar solucoes tecnicas para problemas apresentados pelo cliente; - Administrar os recursos humanos, tecnicos e financeiros relacionado a compras e vendas de materiais na area eletrica; fazer a gestaodas diversas fases de uma venda tecnica, ou seja, pre-venda, instalacao e pos-venda; identificar e aplicar nos diversos fatores que influemem uma negociacao, tais como: legislacao, analise financeira e psicologica do cliente; - constituir e gerir uma pequena empresa na area dematerial eletrico. O perfil do Tecnologo em Eletrotecnica Modalidade Gestao Comercial comtemplara as linhas de formacao basica, pessoal e tecnica. A implementacao do curso visa a interdisciplinaridade, por meio de um curriculo estruturado nas bases do conhecimento cientifico, tecnologico e de gestao, sendo desejavel que o egresso atinja o seguinteperfial: Capacidade de planejamento; Enfoque sistemico; Visao pro-ativa (criatividade, iniciativa, participacao, sinergia); Rapidez de acao; Espirito inquisitvo; Capacidade de relacionamento interpessoal e facilidade de comunicacao; Sendo se organizacao; Respeito ao meio ambienteCapacidade de articular a teoria e a pratica; Adequaca as mudancas tecnologicas; Planejar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar os projetos de instalacao e/ou manutencao eletrica; Dominio do conhecimento de maquinas e equipamentos eletricos industriais; Prestar apoio tecnico na compra, venda e utilizacao de produtos e equipamentos da area eletrica; usar racionalemte as fontes de energia. RESTRICOES: De acordocom o que estabelece a Lei 5.194/66 e a Resoluo 313 do CONFEA e em funcao das caracteristicas curriculares do curso frequentado o profissional possui restricao para transmissao e geracao de energia de 26/06/86do CONFEA

Nome: ANTONIO OLIVEIRA GOMES FILHO
Responsabilidade Técnica aprovada em 27/06/2014
Carteira: 086697/D Expedida pelo CREA-SP (Visada sob nro 108912-6 por este CREA-SC)
RNP: 2609934238
Título:ENGENHEIRO DE OPERACAO - MECANICA
Atribuições do Profissional:"DO ARTIGO 22 DA RESOLUCAO 218, DE 29 DE JUNHO DE 1973, DO CONFEA, CIRCUNSCRITAS NO AMBITO DA RESPECTIVA MODALIDADE"

Nome: ANDRE LUAN DAVET
Responsabilidade Técnica aprovada em 07/12/2016
Carteira: 152994/D Expedida pelo CREA-PR (Visada sob nro 145580-7 por este CREA-SC)
RNP: 1715299604
Título:ENGENHEIRO CIVIL
Atribuições do Profissional:RESOLUCAO DO CONFA 218/73 ART. 07 DE 29/06/1973 DO CONFEALEI FEDERAL 5.194/66 ART. 07 DE 24/12/1966DECRETO FEDERAL 23.569/1933 ART 28 DE 11/12/1933

Certificamos que a pessoa jurídica, acima citada, encontra-se, registrada neste Conselho, nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966. Certificamos, ainda, face ao estabelecido nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que a pessoa juricia mencionada, bem como seus encarregados técnicos, não se encontram em débito com o CREA-SC. Certificamos, mais, que esta certidão não concede a firma o direito de executar quaisquer serviços técnicos sem a participação real, direta e efetiva dos encarregados técnicos acima citados, dentro das respectivas atribuições. A certidão perderá a validade caso ocorra qualquer modificação posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Emitida às **14:40:35** do dia **22/02/2017** válida até **24/03/2017** .
Código de controle de certidão: **4HD0-5B0D-74H4-C133**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de

Santa Catarina - CREA-SC (www.crea-sc.org.br)
Aprovada pela Instrução Normativa 005/01 de 13/07/2001.

213

CREA-SC
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina
Rodovia Admar Gonzaga, 2125 - Itacorubi - Fone: (0xx48) 3331-2000 - Fax: (0xx48) 3331-2005
Caixa Postal 125 - CEP 88034-001 Site: www.crea-sc.org.br E-Mail: crea-sc@crea-sc.org.br

bruvetec
engenharia e construções

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Ref.: Edital de Tomada de Preços nº 001/2017

Conforme o disposto no Edital em epígrafe e de acordo com a Resolução nº 218 de 29/06/73 e nº 317, de 31/10/86, do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura, e Agronomia, declaramos que o responsável técnico pela obra, caso venhamos a vencer a referida licitação, é:

nº	Nome	Especialidade	CREA nº	Data do registro	Assinatura
01	Marcion Luiz Veiga	Engenheiro Civil	SC 038278-2	27/08/1994	

Declaramos, outrossim, que o profissional acima relacionado pertence ao nosso quadro técnico de profissionais.

São Bento do Sul, 02 de março de 2017.

Marcion Luiz Veiga
RG nº 2.310.184

215

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CERTIDÃO DE PESSOA FÍSICA

Nome: MARCION LUIZ VEIGA
CPF: 765.255.469-15
Registro: SC S1 038278-2
Registro Nacional: 2501018079
Endereço: RUA ALEXANDRE SCHLEMM 171 OXFORD
89285-635 SAO BENTO DO SUL SC

Aprovado em: 16/08/1994

Expedido pelo CREA-SC

Títulos
Título: ENGENHEIRO CIVIL
Escola: UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
Data: 27/08/1994
Título: TECNICO EM AGROPECUARIA
Escola: COLEGIO AGRICOLA VIDAL RAMOS
Data: 05/02/1988
Atribuições profissionais: ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218/73 DO CONFEA.ATRIBUICOES CONCEDIDAS DE ACORDO COM O CAPUT DO ARTIGO 6 DO DECRETO 90.922/85, MODIFICADO PELO DECRETO 4.560/02, E ARTIGO 7 DO DECRETO 90.922/85, EM CONFORMIDADE COM O PARAGRAFO UNICO DO ARTIGO 84 DA LEI 5.194/66.

Certificamos que o(a) profissional, acima citado(a), encontra-se devidamente registrado(a) junto a este Conselho Regional, nos termos da Lei Federal nº 5.19 4, de 24 de dezembro de 1966. Certificamos, ainda, que até esta data não constam pendências em seu nome relativas a taxas e emolumentos administrados por este CREA.

A certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer modificação posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Emitida às **15:52:53** do dia **22/02/2017** válida até **31/03/2018** .
Código de controle de certidão: **6HFB-3558-4DH1-3185**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina - CREA-SC (www.crea-sc.org.br).

Aprovada pela Instrução Normativa 005/01 de 13/07/2001.

CREA-SC
CREA-SC
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina
Rodovia Admar Gonzaga, 2125 - Itacorubi - Fone: (0xx48) 3331-2000 - Fax: (0xx48) 3331-2005
Caixa Postal 125 - CEP 88034-001 Site: www.crea-sc.org.br E-Mail: crea-sc@crea-sc.org.br

8ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA
BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP
CNPJ 05.401.426/0001-70

MARCION LUIZ VEIGA, brasileiro, maior, nascido em 29/10/1970, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, CPF 765.255.469-15, portador da Carteira de Identidade nº. 2.310.184 expedida pela SSP/SC, residente e domiciliado a Rua Alfredo Hantschel, 164, bairro Bela Vista, em Rio Negrinho – SC, CEP 89295-000, **KAROLINE RANDIG VEIGA**, brasileira, maior, nascida em 08/01/1982, casada em regime de comunhão parcial de bens, Psicóloga, CPF 037.057.259-98, portadora da Carteira de Identidade nº. 4.358.284 expedida pela SSP/SC, residente e domiciliada a Rua Alfredo Hantschel, 164, bairro Bela Vista, em Rio Negrinho – SC, CEP 89295-000. Sócios da empresa **BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP**, com sede a Rua Roberto Martim, nº.170, bairro Centro, em Rio Negrinho – SC – CEP 89295-000, registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob o NIRE 42203242798, em 25/11/2002, alterada sob o nº. 20032636458 em 26/11/2003, alterada sob nº. 20050067508 em 20/01/2005, alterada sob nº. 20053030516 em 20/12/2005, alterada sob nº. 20092133452 em 24/07/2009, alterada sob nº. 20100134084 em 23/02/2010, alterada sob nº.20103333266 em 07/12/2010 e alterada sob nº 20113489927 em 22/11/2011, inscrita no CNPJ sob o nº 05.401.426/0001-70; resolvem, assim, em comum acordo alterar e consolidar o contrato social:

A) A sociedade altera seu endereço empresarial para a Rua Alexandre Schlemm nº 171, bairro Oxford em São Bento do Sul – SC CEP 89285-635.
B) A sociedade passa a ter o seguinte objeto social: Construção de edifícios; Obras de alvenaria; Serviços especializados e locação de máquinas e equipamentos para construção com operador; Obras de instalações na construção civil; Serviços de engenharia; Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação; Construção de instalações esportivas e recreativas; Obras de urbanização – ruas, praças e calçadas; Incorporação de empreendimentos imobiliários; locação de máquinas e equipamentos para construção sem operador.
C) Os sócios Marcion Luiz Veiga e Karoline Randig Veiga resolvem alterar o seu endereço residencial para a Rua Augusto Wunderwald, s/n, bairro Centenário em São Bento do Sul –SC – CEP 89283-192.
D) A sociedade resolve aumentar o capital social que era de R$ 277.000,00 (duzentos e setenta e sete mil reais) passa a ser de R$ 447.000,00 (quatrocentos e quarenta e sete mil reais) sendo que o aumento foi de R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) totalmente integralizados, é proveniente das reservas de lucros e lucros acumulados, as quais são transferidos ao capital social, passando a ser distribuídas entre os sócios em proporcionalidade ao capital existente ficando da seguinte forma:

Sócio	Nº. Cotas	Valor R$
Marcion Luiz Veiga	424.650	424.650,00
Karoline Randig Veiga	22.350	22.350,00
Total	447.000	447.000,00

E) À vista das modificações ora entre os sócios ajustadas, consolida-se o contrato social com a seguinte redação:

Cláusula 1ª)- A sociedade gira sob o nome empresarial de **BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP.**
Cláusula 2ª)- A sociedade tem sua Sede à Rua Alexandre Schlemm, nº 171 bairro Oxford, São Bento do Sul – SC CEP 89285-635.
Cláusula 3ª)- A sociedade tem como objetivo. Construção de edifícios; Obras de alvenaria; Serviços especializados e locação de máquinas e equipamentos para construção com operador; Obras de instalações na construção civil; Serviços de engenharia; Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação; Construção de instalações esportivas e recreativas; Obras de urbanização – ruas, praças e calçadas; Incorporação de empreendimentos imobiliários; Locação de máquinas e equipamentos para construção sem operador.
Cláusula 4ª)- A sociedade iniciou suas atividades em 09/12/2002.
Cláusula 5ª)- A sociedade é por prazo indeterminado;
Cláusula 6ª)- O capital social é de R$ 447.000,00 (quatrocentos e quarenta e sete mil reais) totalmente integralizados em moeda corrente nacional.
Cláusula 7ª)- O Capital Social fica dividido em 447.000 (quatrocentos e quarenta e sete mil) cotas de um real cada, ficando distribuídas da seguinte forma:

Sócio	Nº. Cotas	Valor R$
Marcion Luiz Veiga	424.650	424.650,00
Karoline Randig Veiga	22.350	22.350,00
Total	447.000	447.000,00

Cláusula 8ª)-As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas, transferidas a terceiros ou dadas em garantia sem o consentimento dos demais sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.
Cláusula 9ª)-A responsabilidade é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
Cláusula 10ª) – O exercício social encerrar-se-á èm 31/12 de cada ano;
Cláusula 11ª) – Ao término de cada exercício social, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.
Cláusula 12ª) – Os lucros líquidos apurados serão distribuídos, sempre que condições econômicas da sociedade assim o permitirem, em partes iguais a cada uma das cotas, cabendo a cada sócio tantas partes quantas cotas possuir, podendo a critério dos mesmos, ficarem em reserva na sociedade;

Cláusula 13ª) – As perdas que porventura se verificarem, serão mantidos em conta especial, para serem amortizados em exercícios futuros e, não sendo, serão suportados pelos sócios, na proporção do capital de cada um;
Cláusula 14ª) – A sociedade fica administrada pelos sócios Marcion Luiz Veiga e Karoline Randig Veiga.
Cláusula 15ª) – A responsabilidade técnica sobre os serviços prestados serão exercidos pelo sócio Marcion Luiz Veiga, engenheiro civil, devidamente registrado no CREA/SC sob n°. 038278-2/SC.
Cláusula 16ª) – Cabe ao Administrador a representação da sociedade ativa e passivamente, em conjunto ou isoladamente, em juízo ou fora dele, podendo praticar todos os atos necessários ao bom desempenho de suas funções, e consecução do fim social.
Cláusula 17ª) – Os sócios se comprometem assim como seus cônjuges a se absterem de prestar avais de favor a terceiros.
Cláusula 18ª) – A sociedade manterá os registros contábeis e fiscais necessários.
Cláusula 19ª) – Os sócios poderão realizar uma reunião ordinária anual, para deliberarem assuntos pertinentes a empresa, no primeiro quadrimestre de cada ano.
Cláusula 20ª) – Em caso de aumento de capital, terão preferência os cotistas para subscrição, em igualdade de condições e na proporção exata de suas cotas;
Cláusula 21ª) – Em caso de diminuição de capital, será proporcional e igual a cada cota;
Cláusula 22ª) – Na pretensão da retirada de um dos sócios da sociedade, os sócios remanescentes terão o direito de preferência sobre a aquisição de suas cotas, em igualdade de condições. O sócio deverá fazer comunicação expressa onde deva constar valor e condições para o pagamento aos demais sócios tendo os mesmos, prazo de 60 dias para resolver a aquisição. Após este prazo, e em igualdade de condições, não havendo interesse por parte dos sócios, poderá ser ofertado a terceiros.
Cláusula 23ª) – Em caso da retirada ou exclusão de sócio e da resolução das quotas em relação a sociedade:
I- Pela Vontade Unilateral
Pela vontade unilateral a qualquer tempo, por dissidência em relação à alteração contratual deliberada. Incluindo outros fatores estranhos a alteração contratual, como por exemplo, a falta de afeição social, com base na norma do art. 1.029, do CC/2002. Além dos casos previstos na lei ou no contrato, qualquer sócio pode retirar-se da sociedade, mediante notificação ao outro sócio.
II – Pelo Óbito
Dando-se o óbito de um dos sócios, não dissolverá a sociedade, a qual continuará com os sócios remanescentes, sendo que os herdeiros legais do "de Cujos", poderão nela fazerem-se representar enquanto indiviso o quinhão respectivo, por um dentre eles devidamente credenciado pelos demais. Não havendo esse acordo ou não havendo interesse dos herdeiros em participarem da sociedade, serão pagos de seus haveres de acordo com as condições estabelecidas pela empresa, em conformidade com a legislação, não violando os princípios legais. O prazo e vencimento e o preço será discutido de comum acordo entre as partes no caso de herdeiros impúberes terá este que possuir a maior idade ou emancipação para a aquisição de seus direitos junto à sociedade, sendo a tutela da administração para o pátrio poder ou representação legal.

III – Expulsão ou Exclusão de um Sócio
Por atos de inegável gravidade, justa causa ou incapacidade superveniente, conforme previsto nos art.1.030 e art. 1.085, do CC/2002.
§ 1° - Atos considerados de inegável gravidade:
Por ato de inegável gravidade, temos a calúnia, concorrência desleal, abuso de poder, o calote, de um sócio em relação à sociedade empresária, as suas quotas subscritas e não integralizadas no prazo pactuado no contrato social. A previsão legal para isto está no Art. 1.004, do CC/2002.
§ 2° - Justa causa:
A justa causa, como motivo de expulsão de um sócio, deve basear-se em abuso de poder, prevaricação, violação ou não cumprimento das disposições pactuadas no contrato social. A falta de decoro empresarial, que deve ser provada por atos de desídia, atentado aos ditames do contrato social ou objetivo aziendal, concorrência profana e atos de sócio pródigo.
§ 3° Incapacidade superveniente:
A incapacidade superveniente pode ser adquirida por uma enfermidade ou deficiência mental, ou motivo transitório que impeça o sócio de exprimir a vontade de forma séria e idônea, como os ébrios, os viciados em tóxicos e os pródigos, este ponto está alicerçado nos art. 3° e 4°, do CC/2002.
§ 4° Em caso de Expulsão ou Exclusão de um sócio, terá o excluso ou expulso prazo de 10 dias após comunicação expressa, para determinar o valor e as condições de pagamento de suas cotas. Caso os remanescentes não concordem com o valor mesmo determinado através do valor das cotas integralizadas mais a aplicação de atualização monetária, a ser determinada sendo que o pagamento ainda seja dividido em no mínimo seis parcelas.
Cláusula 24ª)- Em relação as condições para quitações de cotas apresentadas nas cláusulas 21 e 22 do presente contrato, fica ajustada entre os sócios que o prazo mínimo para quitação é de 24 (vinte e quatro) meses e o prazo máximo será de 48 (quarenta e oito) meses, divididos em parcelas iguais com reajuste do saldo pelo INPC, ou índice que venha substituí-lo. Ficando o comprador livre para o pagamento antecipado das parcelas.
Cláusula 25ª)-A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinado por todos os sócios.
Cláusula 26ª)-Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pro labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.
Cláusula 27ª) – As deliberações sociais, ainda que impliquem em alteração contratual, poderão ser tomadas por ou pelos sócios que representem a maioria do capital social.
Cláusula 28ª)- O administrador declara sob as penas de lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou propriedade.(art. 1.011,1°,CC/2002).
Cláusula 29ª) – Fica escolhido o foro da comarca de São Bento do Sul – SC para as questões oriundas do presente contrato;

Cláusula 30ª) – Os casos omissos e não regulados pelo presente contrato, o serão pela legislação em vigor.
E, por assim estarem justo e contratados, lavram este instrumento em três vias de igual teor, que serão assinadas pelos sócios.

Rio Negrinho, 17 de julho de 2015

Marelon Luiz Veiga

Karoline Randig Veiga

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 10/09/2015 SOB Nº: 20156954575
Protocolo: 15/695457-5, DE 12/08/2015
Empresa:42 2 0324279 8
BRUVETEC ENGENHARIA E
CONSTRUCOES LTDA EPP-
ANDRE LUIZ DE REZENDE
SECRETÁRIO GERAL

ATESTADO DE VISITA

Ref.: Edital de Tomada de Preços nº 01 /2017

Declaramos que o Engenheiro ***MARCION LUIZ VEIGA***, CREA nº ***SC 038278-2/D*** da proponente ***BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA***, devidamente credenciado, visitou o local da execução da obra, objeto da Tomada de Preços em epígrafe.

Piên, 22 de fevereiro de 2017.

Simon Schneider, RG 6.268.104-7 SSP-PR

Marcion Luiz Veiga, RG 2.310.184/SC CREA: 038278-2/D

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins de comprovação, que a empresa **BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA** inscrita no CNPJ sob nº 05.401.4260001-70 e Insc. no **CREA SC 063076-4**, sediada à Rua Roberto Martim, 170 centro na cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, executou para o **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI Unidade de São Bento do Sul,** inscrita no CNPJ 03.774.688/0001-55, a ampliação em alvenaria com **área de 1.186,74** m2 contemplando os seguintes serviços:

- Edifício em alvenaria com área de 1.186,74 m2;
- Estrutura de concreto armado com área de 1.186,74 m2;
- Estrutura de madeira com área de 641,73 m2;
- Instalações de rede hidrosanitarias com área de 1.186,74 m2;
- Rede de drenagem com área de 1.186,74 m2;
- Instalações elétricas com área de 1.186,74 m2;
- Instalações de conjuntos de extintores em área de 1.186,74 m2;
- Instalações de rede de hidrantes em área de 1.186,74 m2;
- Instalações de sinalização de emergência em área de 1.186,74 m2.

A responsabilidade técnica pela execução destes serviços foi do Engenheiro Civil *Marcion Luiz Veiga* CREA/SC 038278-2, em conformidade com a ART 3976775-0. O período de execução deu-se de 22/02/2011 a 20/08/2011.

O **SENAI** atesta que os referidos serviços foram desempenhados com qualidade, pontualidade e competência, dentro do que haviam sido previstos no contrato, bem como atendendo normas técnicas vigentes da ABNT.

A obra foi executada a Rua Ruth Hans Dieter Schimidt 879, no Bairro Centenário na cidade de São Bento do Sul.

Florianópolis, 02 de abril de 2014.

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA - SC
A 013166

Raquel P. Justus
Gerente de Engenharia
GENGE - FIESC

Raquel Pedroso Justus
Gerente de Serviços de Engenharia - GENGE
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Santa Catarina
SENAI/DR/SC

ESCRIVANIA DE PAZ DO 4º SUBDISTRITO - TRINDADE
TABELIONATO DE NOTAS E OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
MARIA ALICE COSTA DA SILVA - TITULAR
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
[7Carxxxx] - RAQUEL PEDROSO DE SILVA JUSTUS
Do que dou fé. Trindade, 09 de Abril de 2014. Em testemunho
da Verdade.
JANAINA ROBERTA BORZON - ESCREVENTE JURAMENTADA
Emolumentos: 2,40 - Selo(s): 1,60
SELO NORMAL: DKA54[illegible]
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br
Rua Lauro Linhares, 1849, 1º andar - Trindade - Florianópolis - Estado de Santa Catarina - CEP 88036-003 - Fone (48) 3234-0003

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 20 de outubro de 2009
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CREA-SC

CAT SEM REGISTRO DE ATESTADO
252017075832

223

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009 do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina - CREA-SC, o Acervo Técnico do(a) profissional e Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica-ART abaixo descritos:

Profissional.: **MARCION LUIZ VEIGA**
Registro.....: SC S1 038278-2
C.P.F.....: 765.255.469/15
Data Nasc....: 29/10/1970

Títulos.....: ENGENHEIRO CIVIL
DIPLOMADO EM 27/08/1994 PELO(A)
UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
BLUMENAU - SC
Títulos.....: TECNICO EM AGROPECUARIA
DIPLOMADO EM 05/02/1988 PELO(A)
COLEGIO AGRICOLA VIDAL RAMOS
CANOINHAS - SC

ART(s) REGISTRADA(s) EM 2011

•ART 3976775-0

Empresa.....: BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA EPP
Contratante..: SENAI SERV NACIONAL DE APREND INDUSTRIAL
Proprietário.: SENAI SERV NACIONAL DE APREND INDUSTRIA
Endereço Obra: RUA HANS DIETER SCHIMIDT 879
Bairro..... CENTENARIO
89290 - SAO BENTO DO SUL - SC
Registrada em: 25/02/2011 Baixada em...: 16/09/2011
Período (Previsto) - Início: 22/02/2011 Término.....: 22/08/2011
Autoria: INDIVIDUAL
Tipo...: SUBST. ART VINCULADA A ART: 3975808-4
Profissional: 038278-2 MARCION LUIZ VEIGA
EXECUCAO
EDIFICIO DE ALVENARIA P/FINS COMERCIAIS
Dimensão do Trabalho ..: 1.186,74 METRO(S) QUADRADO(S)
ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO
Dimensão do Trabalho ..: 1.186,74 METRO(S) QUADRADO(S)
ESTRUTURA DE MADEIRA
Dimensão do Trabalho ..: 641,73 METRO(S) QUADRADO(S)
REDE HIDROSSANITARIA
Dimensão do Trabalho ..: 1.186,74 METRO(S) QUADRADO(S)
DRENAGEM
Dimensão do Trabalho ..: 1.186,74 METRO(S) QUADRADO(S)
INSTALACAO ELETRICA EM BAIXA TENSAO P/ FINS RESIDENCIAIS/COMERCIAIS
Dimensão do Trabalho ..: 1.186,74 METRO(S) QUADRADO(S)
SISTEMA DE PREVENTIVO DE INCENDIO - CONJUNTO DE EXTINTORES
Dimensão do Trabalho ..: 1.186,74 METRO(S) QUADRADO(S)

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 20 de outubro de 2009
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CREA-SC

CAT SEM REGISTRO DE ATESTADO
252017075832

224

SISTEMA DE PREVENTIVO DE INCENDIO - REDE DE HIDRANTES
Dimensão do Trabalho ..: 1.186,74 METRO(S) QUADRADO(S)
SISTEMA DE PREVENTIVO DE INCENDIO - SINALIZACAO DE EMERGENCIA
Dimensão do Trabalho ..: 1.186,74 METRO(S) QUADRADO(S)
ALTER CONTRATANTE

Esta CAT não comprova o registro do atestado emitido pelo contratante da obra ou serviço referenciado na Lei nº 8.666/1983.
A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A CAT é valida em todo o território nacional.
A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do CREA-SC(www.crea-sc.org.br) ou no site do Confea(www.confea.org.br).
A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina
Rodovia Admar Gonzaga, 2125 - Itacorubi - Florianópolis (SC), CEP: 88034-001
Telefone: (48) 3331-2000 Fax: (48) 3331-2009 E-mail: crea-sc@crea-sc.org.br

CREA-SC
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CTA-CONTINENTAL
TOBACCOS ALLIANCE S/A
Highest Quality

Rodovia RST 453, Nº 3411 - Km 2,2 - Caixa Postal 131 - CEP 95800-000
Venâncio Aires - Rio Grande do Sul - Brasil
Fone: 0XX 51 3741-2126 - Fax: 0XX 51 3741-2042
e-mail: cta@cta.com.br - Home page: http://www.cta.com.br

225

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins de comprovação, que a empresa **BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA** inscrita no CNPJ sob nº 05.401.4260001-70, sediada à Rua Roberto Martim, 170 centro na cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, executou para **CTA CONTINENTAL TOBACCOS ALLIANCE S.A,** inscrita no CNPJ 00.095.840/0008-51, os seguintes serviços em galpão pré moldado na cidade de Papanduva - SC:

- **Fechamento em alvenaria aparente com área de 1658,57 m2;**
- **Pavimentação em concreto com área de 1701,41 m2**
- **Rede de hidrantes com área de 1701,41 m2**
- **Rede hidrossanitária com área de 1701,41 m2**
- **Pavimentação cerâmica com área de 750,00 m2**
- **Conjunto de extintores com área de 1701,41 m2**

A responsabilidade técnica pela execução destes serviços foi do Engenheiro Civil *Marcion Luiz Veiga* CREA/SC 038278-2; **ART 2373353-5**. O período de execução deu-se de 10/12/2005 a 12/02/2006.

A CTA CONTINENTAL TOBACCOS ALLIANCE S.A atesta que os referidos serviços foram desempenhados com qualidade, pontualidade e competência, dentro do que haviam sido previstos no contrato, bem como atendendo normas técnicas vigentes da ABNT.

A obra foi executada a BR 116, KM 52 no Distrito Industrial na cidade de Papanduva - SC.

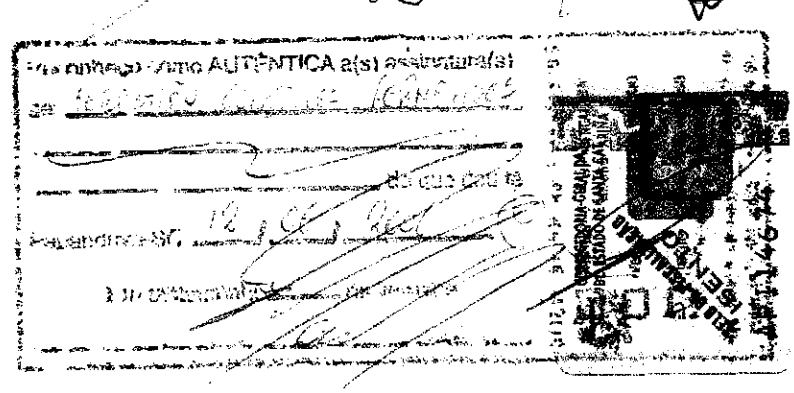
Papanduva, 12/06/2006.

CTA-Continental Tobaccos Alliance S.A.

CREA-SC

REGISTRADO (A) DE ACORDO
COM A CERTIDÃO DE
Acervo Técnico: CAT nº. 012681/06
de 19/06/06 Fl. 01/06

Caroline Rodrigues
Carimbo e Assinatura do Responsável
Atendente
Inspetoria de Rio Negrinho
CREA/SC Matr. 303



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 20 de outubro de 2009
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CREA-SC

226
CAT SEM REGISTRO DE ATESTADO
252017075833

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009 do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina - CREA-SC, o Acervo Técnico do(a) profissional e Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica-ART abaixo descritos:

Profissional.: **MARCION LUIZ VEIGA**
Registro.....: SC S1 038278-2
C.P.F.....: 765.255.469/15
Data Nasc....: 29/10/1970

Títulos.....: ENGENHEIRO CIVIL
DIPLOMADO EM 27/08/1994 PELO(A)
UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
BLUMENAU - SC
Títulos.....: TECNICO EM AGROPECUARIA
DIPLOMADO EM 05/02/1988 PELO(A)
COLEGIO AGRICOLA VIDAL RAMOS
CANOINHAS - SC

ART(s) REGISTRADA(s) EM 2006

•ART 2373353-5

Empresa.....: BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA EPP
Proprietário.: CTA CONTINENTAL TABACOS ALLIANCE S.A.
Endereço Obra: ROD BR 116 KM 52
Bairro..... DIST. INDUSTRIAL
89370 - PAPANDUVA - SC
Registrada em: 25/01/2006 Baixada em...: 13/06/2006
Período (Previsto) - Início: 10/12/2005 Término.....: 00/00/0000
Autoria: INDIVIDUAL
Tipo...: NORMAL
EXECUCAO
ALVENARIA
Dimensão do Trabalho ..: 1.658,57 METRO(S) QUADRADO(S)
GALPAO DE ALVENARIA
Dimensão do Trabalho ..: 1.701,41 METRO(S) QUADRADO(S)
PAVIMENTACAO EM CONCRETO
Dimensão do Trabalho ..: 1.701,41 METRO(S) QUADRADO(S)
PAVIMENTACAO CERAMICA
Dimensão do Trabalho ..: 750,00 METRO(S) QUADRADO(S)
SISTEMA DE PREVENTIVO DE INCENDIO - REDE DE HIDRANTES
Dimensão do Trabalho ..: 1.701,41 METRO(S) QUADRADO(S)
REDE HIDROSSANITARIA
Dimensão do Trabalho ..: 1.701,41 METRO(S) QUADRADO(S)
SISTEMA DE PREVENTIVO DE INCENDIO - CONJUNTO DE EXTINTORES
Dimensão do Trabalho ..: 1.701,41 METRO(S) QUADRADO(S)

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 20 de outubro de 2009

CREA-SC

CAT SEM REGISTRO DE ATESTADO
252017075833

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

227

Esta CAT não comprova o registro do atestado emitido pelo contratante da obra ou serviço referenciado na Lei nº 8.666/1983.
A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A CAT é valida em todo o território nacional.
A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do CREA-SC(www.crea-sc.org.br) ou no site do Confea(www.confea.org.br).
A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina
Rodovia Admar Gonzaga, 2125 - Itacorubi - Florianópolis (SC), CEP: 88034-001
Telefone: (48) 3331-2000 Fax: (48) 3331-2009 E-mail: crea-sc@crea-sc.org.br

CREA-SC
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Comarca de São Bento do Sul

CERTIDÃO

FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CERTIDÃO Nº: 3984462 **FOLHA: 1/1**

À vista dos registros cíveis constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de São Bento do Sul, com distribuição anterior à data de 23/01/2017, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, portador do CNPJ: 05.401.426/0001-70. **********

OBSERVAÇÕES:

a) para a emissão desta certidão, foram considerados os normativos do Conselho Nacional de Justiça;

b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;

c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico http://www.tjsc.jus.br/portal, opção Certidões/Conferência de Certidão;

d) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha, Fórum Bancário e Distrital do Continente;

e) certidão é expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

São Bento do Sul, segunda-feira, 23 de janeiro de 2017.

PEDIDO Nº: *5528948*

bruvetec
engenharia e construções

229

ENVELOPE Nº 02 – "PROPOSTA DE PREÇOS"

BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

RUA ALEXANDRE SCHLEMM, 171, OXFORD, SÃO BENTO DO SUL/SC

DESTINATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

AT: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS: 001/2017

bruvetec
engenharia e construções

230

PROPOSTA DE PREÇOS

São Bento do Sul, 02 de março de 2017.

À comissão de Licitação
Ref.: Edital de Tomada de Preços nº 001/2017

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sᵃˢ, nossa proposta de preços, a preços fixos e sem reajuste, relativa à a execução de obra de complementação da quadra poliesportiva na localidade de Campina dos Maia, Piên/PR.

O preço global proposto para a execução da obra **TOMADA DE PREÇOS 001/2017,** objeto da licitação supramencionada é de **R$ 57.545,35 (Cinquenta e sete mil quinhentos e quarenta e cinco reais e trinta e cinco centavos), sendo:**

Material	**R$ 37.584,64**
Mão de Obra	**R$ 19.960,71**

O prazo de execução do objeto é de 90 (noventa) dias corridos a contar da assinatura do contrato.

Validade da Proposta é de 60 (sessenta) dias.

Os pagamentos serão efetuados mensalmente, em conformidade com as medições mensais de serviços efetivamente realizados e aprovados pela fiscalização da contratante.

Declaramos que temos pleno conhecimento das condições locais das obras/dos serviços e todas as dificuldades porventura existentes para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, bem como, que recebemos a documentação e informações pertinentes à execução da obra.

O BDI aplicado para cada um dos itens é de **20,43%.**

Dados bancários da empresa: Banco Caixa Econômica Federal, Ag.: 1081, C/c: 953-8.

Atenciosamente,

Marcion Luiz Veiga
RG nº 2.310.184
Crea nº 038278-2 SC

bruvetec
engenharia e construções

PLANILHA DE SERVIÇOS E/OU MATERIAIS

OBRA: SERVIÇOS COMPLEMENTARES DA QUADRA POLIESPORTIVA NA E.M. FREI DEMÉTRICO — DATA: MARÇO/2017

LOCAL: CAMPINA DOS MAIAS, PIÊN-PR

BDI ADOTADO PARA TODOS OS ITENS É DE: 20,43%

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA: 74,17 % (HORA) — TOMADA DE PREÇOS: 001/2017

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANT	TOTAL UNIT (R$)	CUSTO MATERIAL UNIT (R$)	CUSTO MAO DE OBRA UNIT (R$)	TOTAL MATERIAL (R$)	TOTAL M.O (R$)	PREÇO TOTAL (R$)	(%)
1	SERVIÇOS PRELIMINARES									
1.1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	m2	3,60	R$ 215,00	R$ 200,00	15,00	R$ 720,00	R$ 54,00	R$ 774,00	1,35%
	TOTAL DO ITEM						R$ 720,00	R$ 54,00	R$ 774,00	
2	DRENAGEM DO TALUDE									
2.1	ESCAVACAO MANUAL EM SOLO-PROF. ATE 1,50 M	m3	10,13	R$ 38,00	R$ 3,00	35,00	R$ 30,40	R$ 354,69	R$ 385,09	0,67%
2.2	REGULARIZACAO E COMPACTACAO MANUAL DE TERRENO COM SOQUETE	m2	36,75	R$ 6,46	R$ 0,65	5,81	R$ 23,89	R$ 213,52	R$ 237,41	0,41%
2.3	CAIXA DE PASSGEM 50X50X60 FUNDO BRITA C/ TAMPA	um	4,00	R$ 260,00	R$ 180,00	80,00	R$ 720,00	R$ 320,00	R$ 1.040,00	1,81%
2.4	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014_P	m	16,00	R$ 46,00	R$ 32,00	14,00	R$ 512,00	R$ 224,00	R$ 736,00	1,28%
2.5	REATERRO DE VALA COM COMPACTAÇÃO MANUAL	m3	3,75	R$ 57,88	R$ 5,00	52,88	R$ 18,75	R$ 198,30	R$ 217,05	0,38%
2.6	PLANTIO DE GRAMA SAO CARLOS EM LEIVAS	m2	245,00	R$ 8,92	R$ 6,69	2,23	R$ 1.639,05	R$ 546,35	R$ 2.185,40	3,80%
2.7	CALHA EM CONCRETO SIMPLES, MEIA CANA DE CONCRETO, DIAMETRO 300 MM	m	46,00	R$ 30,00	R$ 23,00	7,00	R$ 1.058,00	R$ 322,00	R$ 1.380,00	2,40%
2.8	ENROCAMENTO COM PEDRA ARGAMASSADA TRAÇO 1:4 COM PEDRA DE MÃO	m3	0,60	R$ 417,00	R$ 250,00	167,00	R$ 150,00	R$ 100,20	R$ 250,20	0,43%
	TOTAL DO ITEM						R$ 4.152,09	R$ 2.279,06	R$ 6.431,15	
3	PISO AO REDOR DA QUADRA EXISTENTE									
3.1	REGULARIZACAO E COMPACTACAO MANUAL DE TERRENO COM SOQUETE	m2	225,00	R$ 6,31	R$ 0,50	5,81	R$ 112,50	R$ 1.307,25	R$ 1.419,75	2,47%
3.2	LASTRO DE BRITA	m3	6,75	R$ 75,00	R$ 52,00	23,00	R$ 351,00	R$ 155,25	R$ 506,25	0,88%
3.3	PISO EM CONCRETO 20 MPA PREPARO MECANICO, ESPESSURA 7CM, INCLUSO SELANTE ELASTICO A BASE DE POLIURETANO	m2	225,00	R$ 55,00	R$ 36,00	19,00	R$ 8.100,00	R$ 4.275,00	R$ 12.375,00	21,50%
	TOTAL DO ITEM						R$ 8.563,50	R$ 5.737,50	R$ 14.301,00	
4	ARQUIBANCADA									
4.1	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-60, DIÂMETRO DE 5.0 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS, EXCETO LAJES. AF_12/2015	kg	269,80	R$ 8,41	R$ 5,12	3,29	R$ 1.381,38	R$ 887,64	R$ 2.269,02	3,94%
4.2	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 8.0 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS, EXCETO LAJES. AF_12/2015	kg	352,00	R$ 8,86	R$ 5,70	3,16	R$ 2.006,40	R$ 1.112,32	R$ 3.118,72	5,42%
4.3	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 10.0 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS, EXCETO LAJES. AF_12/2015	kg	422,00	R$ 7,23	R$ 4,65	2,58	R$ 1.962,30	R$ 1.088,76	R$ 3.051,06	5,30%
4.4	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 12.5 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS, EXCETO LAJES. AF_12/2015	kg	144,00	R$ 5,96	R$ 3,85	2,11	R$ 554,40	R$ 303,84	R$ 858,24	1,49%
4.5	FORMA TÁBUAS MADEIRA 3A P/ PEÇAS CONCRETO ARM, REAPR 2X, INCL MONTAGEM E DESMONTAGEM.	m2	155,00	R$ 56,00	R$ 38,00	18,00	R$ 5.890,00	R$ 2.790,00	R$ 8.680,00	15,08%
4.6	CONCRETO FCK=20MPA, VIRADO EM BETONEIRA, SEM LANCAMENTO	m3	15,69	R$ 320,00	R$ 250,00	70,00	R$ 3.922,50	R$ 1.098,30	R$ 5.020,80	8,72%

231

bruvetec
engenharia e construções

PLANILHA DE SERVIÇOS E/OU MATERIAIS

OBRA: SERVIÇOS COMPLEMENTARES DA QUADRA POLIESPORTIVA NA E.M. FREI DEMÉTRICO — DATA: MARÇO/2017

LOCAL: CAMPINA DOS MAIAS, PIÊN-PR

BDI ADOTADO PARA TODOS OS ITENS É DE: 20,43%

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA: 74,17 % (HORA) — TOMADA DE PREÇOS: 001/2017

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANT	TOTAL UNIT (R$)	CUSTO MATERIAL UNIT (R$)	CUSTO MAO DE OBRA UNIT (R$)	TOTAL MATERIAL (R$)	TOTAL M.O (R$)	PREÇO TOTAL (R$)	(%)
4.7	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_12/2015	m3	15,69	R$ 180,00	R$ 120,00	60,00	R$ 1.882,80	R$ 941,40	R$ 2.824,20	4,91%
4.8	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 9X19X39CM (ESPESSURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M² COM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_06/2014	m2	46,71	R$ 39,40	R$ 25,00	14,40	R$ 1.167,72	R$ 672,61	R$ 1.840,33	3,20%
4.9	CHAPISCO APLICADO TANTO EM PILARES E VIGAS DE CONCRETO COMO EM ALVENARIAS DE PAREDES INTERNAS, COM COLHER DE.PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	m2	161,39	R$ 3,61	R$ 2,35	1,26	R$ 379,26	R$ 203,35	R$ 582,60	1,01%
4.10	EMBOÇO, PARA RECEBIMENTO DE CERÂMICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADO MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES DE AMBIENTES COM ÁREA MAIOR QUE 10M2, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	m2	161,39	R$ 28,43	R$ 18,48	9,95	R$ 2.982,41	R$ 1.605,79	R$ 4.588,19	7,97%
4.11	ALVENARIA DE EMBASAMENTO EM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS 5X10X20CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA)	m3	0,57	R$ 650,45	R$ 420,00	230,45	R$ 238,14	R$ 130,67	R$ 368,81	0,64%
4.12	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014	m2	161,39	R$ 2,37	R$ 1,54	0,83	R$ 248,54	R$ 133,95	R$ 382,49	0,66%
4.13	PINTURA ACRÍLICA EM PISO CIMENTADO DUAS DEMÃOS	m2	161,39	R$ 15,21	R$ 9,50	5,71	R$ 1.533,21	R$ 921,54	R$ 2.454,74	4,27%
	TOTAL DO ITEM						R$ 24.149,04	R$ 11.890,16	R$ 36.039,20	
	TOTAL DO ORÇAMENTO						37.584,64	19.960,71	57.545,35	100%

Marcion Luiz Veiga
CREA 038.278-2
RG 2.310.184

bruvetec
engenharia e construções

OBRA: SERVIÇOS COMPLEMENTARES DA QUADRA POLIESPORTIVA NA E.M. FREI DEMÉTRICO
LOCAL: CAMPINA DOS MAIAS, PIÊN-PR
TOMADA DE PREÇOS: 001/2017

CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO

ITEM	SERVIÇO		1º MÊS	%	2º MÊS	%	3º MÊS	%		TOTAL
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R$ 774,00	R$ 774,00	100%					100%	R$ 774,00
2	DRENAGEM DO TALUDE	R$ 6.431,15	R$ 6.431,15	100%					100%	R$ 6.431,15
3	PISO AO REDOR DA QUADRA EXISTENTE	R$ 14.301,00			R$ 14.301,00	100%			100%	R$ 14.301,00
4	ARQUIBANCADA	R$ 36.039,20			R$ 25.227,44	70%	R$ 10.811,76	30%	100%	R$ 36.039,20
	TOTAL	R$ 57.545,35	R$ 7.205,15		R$ 39.528,44		R$ 10.811,76		100%	R$ 57.545,35
	TOTAL ACUM.		R$ 7.205,15		R$ 46.733,59		R$ 57.545,35			
	PORCENTAGEM ACUM.		12,52%		68,69%		18,79%			

Marcion Luiz Veiga
CREA 038.278-2
RG 2.310.184

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ao

Presidente da Comissão Permanente de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

D E C L A R A Ç Ã O

Bruvetec Engenharia e Construções Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.401.426/0001-70, por intermédio de seu Representante Legal, Sr Marcion Luiz Veiga portador da Carteira de Identidade n.º 2.310.184, inscrito no CPF/MF sob o n.º 765.255.469-15, DECLARA, para fins do disposto no Edital de **TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017**, sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

OBS: Assinalar com um "X" a condição da empresa.

1. ( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

2. (x) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

DECLARA ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

São Bento do Sul, 02 de março de 2017.

Marcion Luiz Veiga
RG nº 2.310.184

05 401 426/0001-70
BRUVETEC ENGENHARIA
e CONSTRUÇÕES LTDA.
Rua: Alexandre Schlemm, 171
Oxford - CEP: 89285-635
São Bento do Sul - Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Rio Negrinho
CONFERE COM O ORIGINAL
LICITAÇÕES

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 14 DA SOCIEDADE JDI CONSTRUTORA LTDA EPP -

CNPJ nº 00.532.657/0001-08

JOAO CARLOS DA SILVA nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 15/05/1958, CASADO em COMUNHÃO DE BENS, EMPRESARIO, CPF/MF nº 379.478.699-87, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 9R 249.073, órgão expedidor SSI - SC, residente e domiciliado no(a) RUA LUIZ CARLOS GROSSL, 335, SCHRAMM, SAO BENTO DO SUL, SC, CEP 89.280-541, BRASIL.

GLACI DE FATIMA GONCALVES DA SILVA nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 27/05/1956, casada em COMUNHÃO DE BENS, EMPRESARIA, CPF/MF nº 006.622.819-00, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 21R 1.193.184, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado no(a) RUA LUIZ CARLOS GROSSL, 335, SCHRAMM, SAO BENTO DO SUL, SC, CEP 89.280-541, BRASIL.

Sócios da sociedade limitada de nome empresarial JDI CONSTRUTORA LTDA EPP -, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº 42201994318, com sede Rua Augusto Wunderwald, 197 , Progresso São Bento do Sul, SC, CEP 89.281-060, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 00.532.657/0001-08, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA. O capital anterior totalmente integralizado passa a ser de R$ 610.000,00 (seiscentos e dez mil reais), em moeda corrente nacional, representado por 610.000 (seiscentos e dez mil) quotas de capital, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, cuja aumento é totalmente subscrito e integralizado, neste ato, pelos sócios. Em decorrência da aumento do capital social este fica assim distribuído:

JOAO CARLOS DA SILVA, com 474.458 (quatrocentos e setenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e oito) quotas, perfazendo um total de R$ 474.458,00 (quatrocentos e setenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e oito reais) integralizado.
GLACI DE FATIMA GONCALVES DA SILVA, com 135.542 (cento e trinta e cinco mil quinhentos e quarenta e dois) quotas, perfazendo um total de R$ 135.542,00 (cento e trinta e cinco mil quinhentos e quarenta e dois reais) integralizado.

DA ADMINISTRAÇÃO

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 14 DA SOCIEDADE JDI CONSTRUTORA LTDA EPP -

CNPJ nº 00.532.657/0001-08

CLÁUSULA SEGUNDA. A administração da empresa caberá ISOLADAMENTE a JOAO CARLOS DA SILVA, com os poderes e atribuições de administrador, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA TERCEIRA. O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

DA RATIFICAÇÃO E FORO

CLÁUSULA QUARTA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece SÃO BENTO DO SUL.

CLÁUSULA QUINTA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento.

SAO BENTO DO SUL, 17 de dezembro de 2014.

JOAO CARLOS DA SILVA
CPF: 379.478.699-87

Glaci F G Silva
GLACI DE FATIMA GONCALVES DA SILVA
CPF: 006.622.819-00

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 22/04/2015 SOB Nº: 20157259528
Protocolo: 15/725952-8. DE: 14/04/2015
Empresa.42 2 0199421 8
JDI CONSTRUTORA LTDA EPP -
ANDRE LUIZ DE REZENDE
SECRETÁRIO GERAL

13ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA:

JDI CONSTRUTORA LTDA EPP

Por este instrumento particular, os abaixo assinados: **GLACI DE FATIMA GONÇALVES DA SILVA,** brasileira, casada sob o regime de comunhão de bens, natural de Canoinhas SC, empresária, portadora da Cédula de Identidade nº 21/R 1.193.184, expedida pela SSP/SC e inscrita no CPF sob nº 006.622.819-00 e **JOÃO CARLOS DA SILVA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão de bens, natural de Canoinhas SC, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 9/R 249.073, expedida pela SSI/SC e inscrito no CPF sob nº 379.478.699-87, ambos residentes e domiciliados na Rua Luiz Carlos Grossl, 335, Bairro Schramm, CEP 89280-541, na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, únicos sócios proprietários da sociedade limitada que gira sob o nome empresarial **"JDI CONSTRUTORA LTDA EPP"** estabelecida a Rua Augusto Wunderwald, 197, Bairro Progresso, na cidade de São Bento do Sul, CEP 89.281-060, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 00.532.657/0001-08, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado sob NIRE nº 42201994318, em 30 de março de 1995, resolvem de comum acordo alterar o referido contrato social e alterações posteriores, conforme a seguir se contrata:

Cláusula I)- O capital social que é de R$ 200.500,00 (duzentos mil e quinhentos reais) passa ser de R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinqüenta mil reais) dividido em 450.000 (quatrocentos e cinqüenta mil) quotas com valor nominal de R$ 1,00 (um real), sendo seus recursos provenientes dos valores contabilizados na conta reservas para aumento de capital e ficará distribuído entre os sócios da seguinte forma:

Sócios	Qdade de quotas	%	Valor em reais
João Carlos da Silva	350.000	77,78	350.000,00
Glaci de Fatima Gonçalves da Silva	100.000	22,22	100.000,00
Total	450.000	100,00	450.000,00

Cláusula II)- Que a presente alteração de contrato social entrará em vigor nesta data, permanecendo em pleno vigor as demais cláusulas do contrato e que aqui não foram alteradas.

São Bento do Sul SC, 19 de dezembro de 2011

Glaci F Gonçalves da Silva
GLACI DE FÁTIMA GONÇALVES DA SILVA

JOAO CARLOS DA SILVA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 04/01/2012 SOB Nº: 20113728000
Protocolo: 11/372800-0, DE 21/12/2011
Empresa: 42 2 0199431 8
JDI CONSTRUTORA LTDA EPP -
BLASCO BORGES BARCELLOS
SECRETÁRIO GERAL

JUCESC 1611

JUCESC 238

Prefeitura Municipal de Rio Negrinh

12ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA:

JDI CONSTRUTORA LTDA EPP

CONFERE COM O ORIGINAL
LICITAÇÕES

Por este instrumento particular, os abaixo assinados: **GLACI DE FATIMA GONÇALVES DA SILVA**, brasileira, casada sob o regime de comunhão de bens, natural de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, empresária, portadora da Cédula de Identidade nº 21/R 1.193.184, expedida pela SSP/SC e inscrita no CPF sob nº 006.622.819-00 e **JOÃO CARLOS DA SILVA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão de bens, natural de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 9/R 249.073, expedida pela SSI/SC e inscrito no CPF sob nº 379.478.699-87, ambos residentes e domiciliados na Rua Luiz Carlos Grossl, 335, Centro, na cidade de São Bento do Sul, CEP 89.290-000, Estado de Santa Catarina, únicos sócios proprietários da sociedade limitada que gira sob o nome empresarial **"JDI CONSTRUTORA LTDA EPP"** estabelecida a Rua Augusto Wunderwald, 197, Bairro Progresso, na cidade de São Bento do Sul, CEP 89.290-000, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 00.532.657/0001-08, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado sob nº 42201994318, em 30 de março de 1995 assim como suas demais alterações, resolvem de comum acordo alterar o referido contrato social, mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula I)- O capital social que é de R$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais) passa a ser de R$ 200.500,00 (duzentos mil e quinhentos reais) divido em 200.500 (duzentas mil e quinhentas) quotas com valor nominal de R$ 1,00 (um real), sendo seus recursos provenientes dos valores contabilizados na conta reservas para aumento de capital e ficará distribuído entre os sócios da seguinte forma:

sócios	Qdade de quotas	%	Valor em reais
João Carlos da Silva	120.300 (integralizadas)	60	120.300,00
Glaci de Fátima Gonçalves da Silva	80.200 (integralizadas)	40	80.200,00
Total	200.500 (integralizadas)	100	200.500,00

Cláusula II)- Que a presente alteração de contrato social entrará em vigor nesta data, permanecendo em pleno vigor as demais cláusulas do contrato e que aqui não foram alteradas.

E, por estarem em tudo justos e contratados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias, de igual teor e para que valha no melhor forma do direito, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

São Bento do Sul SC, 21 de julho de 2009.

GLACI DE FÁTIMA GONÇALVES DA SILVA

JOÃO CARLOS DA SILVA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 05/08/2009 SOB Nº: 20092136524
Protocolo: 09/213652-4, DE 29/07/2009
Empresa:42 2 0199431 8
JDI CONSTRUTORA LTDA EPP -
MONIQUE OLINGER PHILIPPI
SECRETÁRIA GERAL

ADP-20157

11ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA:

JDI CONSTRUTORA LTDA EPP

Por este instrumento particular, os abaixo assinados: **GLACI DE FATIMA GONÇALVES DA SILVA,** brasileira, casada sob o regime de comunhão de bens, natural de Canoinhas, SC, comerciante, portadora da Cédula de Identidade nº 21/R 1.193.184, expedida pela SSI/SC e inscrita no CPF sob nº 006.622.819-00 e **JOÃO CARLOS DA SILVA,** brasileiro, casado sob o regime de comunhão de bens, natural de Canoinhas, SC, comerciante, portador da Cédula de Identidade nº 9/R 249.073, expedida pela SSI/SC e inscrito no CPF sob nº 379.478.699-87, ambos residentes e domiciliados na Rua Luiz Carlos Grossl, 335, Centro, na cidade de São Bento do Sul, CEP 89.290-000, Estado de Santa Catarina, únicos sócios proprietários da sociedade limitada que gira sob o nome empresarial **"JDI CONSTRUTORA LTDA EPP"** estabelecida a Rua Augusto Wunderwald, nº 197, na Vila Centenário, na cidade de São Bento do Sul, CEP 89.290-000, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 00.532.657/0001-08, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado sob nº 42201994318, em 30 de março de 1995 assim como suas demais alterações, resolvem de comum acordo alterar o referido contrato social, mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula I)- A sede da sociedade passará a ser na Rua Augusto Wunderwald, nº 197, Bairro Progresso, na cidade de São Bento do Sul, CEP 89290-000, Estado de Santa Catarina.

Cláusula II)- Que a presente alteração de contrato social entrará em vigor nesta data, permanecendo em pleno vigor as demais cláusulas do contrato e que aqui não foram alteradas.

São Bento do Sul/SC, 18 de Julho de 2008.

Glaci F G Silva

GLACI DE FÁTIMA GONÇALVES DA SILVA

JOÃO CARLOS DA SILVA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 13/01/2009 SOB Nº: 20083329129
Protocolo: 08/332912-9, DE 04/12/2008
Empresa:42 2 0199431 8
JDI CONSTRUTORA LTDA EPP -

MONIQUE OLINGER PHILIPPI
SECRETÁRIA GERAL

10ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA:

JDI CONSTRUTORA LTDA EPP

Por este instrumento particular, os abaixo assinados: **GLACI DE FATIMA GONÇALVES DA SILVA,** brasileira, casada sob o regime de comunhão de bens, natural de Canoinhas, SC, comerciante, portadora da Cédula de Identidade nº 21/R 1.193.184, expedida pela SSP/SC e inscrita no CPF sob nº 006.622.819-00 e **JOÃO CARLOS DA SILVA,** brasileiro, casado sob o regime de comunhão de bens, natural de Canoinhas, SC comerciante, portador da Cédula de Identidade nº 9/R 249.073, expedida pela SSI/SC e inscrito no CPF sob nº 379.478.699-87, ambos residentes e domiciliados na Rua Luiz Carlos Grossl, 335, Centro, na cidade de São Bento do Sul, CEP 89.290-000, Estado de Santa Catarina, únicos sócios proprietários da sociedade limitada que gira sob o nome empresarial **"JDI CONSTRUTORA LTDA EPP"** estabelecida a Rua Gustavo Katzer, 55, Centro, na cidade de São Bento do Sul, CEP 89.290-000, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 00.532.657/0001-08, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado sob nº 42201994318, em 30 de março de 1995 assim como suas demais alterações, resolvem de comum acordo alterar o referido contrato social, mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula I)- A sede da sociedade passará a ser na Rua Augusto Wunderwald, nº 197, Bairro Vila Centenário, na cidade de São Bento do Sul, CEP 89290-000, Estado de Santa Catarina.

Cláusula II)- Que a presente alteração de contrato social entrará em vigor nesta data, permanecendo em pleno vigor as demais cláusulas do contrato e que aqui não foram alteradas.

E, por estarem em tudo justos e contratados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias, de igual teor e para que valha no melhor forma do direito, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

São Bento do Sul SC, 02 de maio de 2006.

Glaci F G Silva
GLACI DE FÁTIMA GONÇALVES DA SILVA

JOÃO CARLOS DA SILVA

Testemunhas:

RONOACILDO RANK
CPF: 665.638.369-68
RG: 1.649.934-8 - SSPSC

Michele Cristina Jelinsky
MICHELE CRISTINA JELINSKY
CPF: 064.850.379-85
RG: 462.774-80 SSP/SC

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 22/05/2006
SOB Nº: 20060940573
Protocolo: 06/094057-3
Empresa: 42 2 0199431 8
JDI CONSTRUTORA LTDA EPP

Fabiana Everling de Freitas
FABIANA EVERLING DE FREITAS
SECRETÁRIA GERAL

Cláusula L)- Fica eleito o foro da cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem em tudo justos e contratados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias, de igual teor e para que valha no melhor forma do direito, na presença de duas testemunhas abaixo assinados.

São Bento do Sul SC, 01 de dezembro de 2003.

GLACI DE FATIMA GONÇALVES DA SILVA

JOÃO CARLOS DA SILVA

Testemunhas:

LUIZ ALBERTO SIEVES
CPF: 459.138.209-59
RG: 1.228.453-0 SSP/SC

ANDRÉA C. SCHROEDER RIBEIRO
CPF: 843.357.009-97
RG: 22/R 2.927.089 SSP/SC

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 16/01/2004
SOB Nº: 20032899130
Protocolo: 03/289913-0
Empresa: 42 2 0199431 8
J D I CONSTRUTORA LTDA EPP

FABIANA EVERLING DE FREITAS
SECRETÁRIA GERAL

JUNTA COMERCIAL

LSA BKM 2010

242

9ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA:

JDI CONSTRUTORA LTDA EPP

Por este instrumento particular, os abaixo assinados: **GLACI DE FATIMA GONÇALVES DA SILVA**, brasileira, casada sob o regime de comunhão de bens, natural de Canoinhas, SC, comerciante, portadora da Cédula de Identidade nº 21/R 1.193.184, expedida pela SSP/SC e inscrita no CPF sob nº 006.622.819-00 e **JOÃO CARLOS DA SILVA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão de bens, natural de Canoinhas, SC comerciante, portador da Cédula de Identidade nº 9/R 249.073, expedida pela SSI/SC e inscrito no CPF sob nº 379.478.699-87, ambos residentes e domiciliados na Rua Luiz Carlos Grossl, 335, Centro, na cidade de São Bento do Sul, CEP 89.290-000, Estado de Santa Catarina, únicos sócios proprietários da sociedade limitada que gira sob o nome empresarial **"JDI CONSTRUTORA LTDA EPP"** estabelecida a Rua Gustavo Katzer, 55, Centro, na cidade de São Bento do Sul, CEP 89.290-000, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 00.532.657/0001-08, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado sob nº 42201994318 resolve de comum acordo consolidar o referido contrato social, mediante as seguintes cláusulas:

DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE, DO OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO

Cláusula I)- A sociedade gira sob o nome empresarial de **"JDI CONSTRUTORA LTDA EPP".**

Cláusula II)- A sociedade tem a sua sede a Rua Gustavo Katzer, 55, Centro, na cidade de São Bento do Sul, CEP 89.290-000, Estado de Santa Catarina..

Cláusula III)- A sociedade tem por objeto social a exploração do ramo:

a) Empreiteira de mão de obra na construção civil;
b) Prestação de serviços na construção civil;
c) Comércio varejista de materiais de construção em geral;
d) Serviços de engenharia e elaboração de projetos;
e) Prestação de serviços de terraplanagem;
f) Prestação de serviços de pavimentação.

Cláusula IV)- A sociedade é por prazo de duração indeterminado e iniciou suas atividades em 01 de março de 1995.

DO CAPITAL SOCIAL E DAS QUOTAS SOCIAIS

Cláusula V)- O capital social é de R$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais) dividido em 95.000 (noventa e cinco mil) quotas com valor nominal de R$ 1,00 (um real), cada uma, integralizadas em moeda corrente do País, e está distribuída entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR EM REAIS
João Carlos da Silva	57.000 (integralizadas)	R$ 57.000,00
Glaci de Fátima Gonçalves da Silva	38.000 (integralizadas)	R$ 38.000,00
Totalizando	95.000 (integralizadas)	R$ 95.000,00

ADP-00157

Cláusula VI)- A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula VII)- As quotas sociais são indivisíveis em relação a sociedade.

Cláusula VIII)- As quotas não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravas, total ou parcialmente, a qualquer título, salvo se com autorização de sócios que representem a maioria absoluta do capital social. A cessão de quotas obedecerá ao procedimento estabelecido nas cláusulas X a XV.

Cláusula IX)- As novas subscrições e integralizações de quotas, que impliquem em um encaixe superior ao valor nominal das quotas, serão, este sobre preço, considerado como ágio na emissão de quotas, e escriturados como reservas de capital.

DA CESSÃO DE QUOTAS E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

Cláusula X)- As quotas sociais e os direitos de subscrição somente poderão ser cedidos a terceiros após terem sido ofertados preferencialmente aos sócios atuais segundo o seu percentual de participação, com prazo de 60 (sessenta) dias, para exercerem o direito de preferência. Após este prazo de 60 (sessenta) dias e em igualdade de condições, podem ser ofertadas a terceiros, estranhos as sociedades, como se sociedade de capital pura fosse. A notificação conterá a quantidade quotas e/ou o direito de subscrição e o preço por elas proposto.

Cláusula XI)- Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas e/ou direitos de subscrição se fará na proporção das quotas que então possuírem. Se nem todos exercerem o direito de preferência, os demais sócios poderão, no prazo adicional de 10 (dez) dias, adquirir, pró-rata, as quotas e/ou direitos que sobejarem.

Cláusula XII)- A sociedade somente poderá exercer o direito de preferência à aquisição total ou parcial das quotas, se os sócios não o exercerem, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas preferencialmente aos terceiros, estranhos a sociedade, observando: que esta aquisição se faça sem prejuízo do capital social ou reservas de capital social. Devendo utilizar os recursos das reservas de lucros. E estas quotas permaneceram em tesouraria pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, se não forem alienadas neste prazo, a sociedade deverá promover a redução de capital social no montante equivalente ao valor nominal das quotas, revertendo o seu valor para a conta de lucro que originariamente disponibilizou os recursos para as quotas em tesouraria.

Cláusula XIII)- Decorrido o prazo de preferência, e assumida pelos sócios, pela sociedade ou por terceiros, a totalidade do aumento, haverá reunião dos sócios para que seja aprovada a modificação do contrato, nos termos do art. 1.081 da lei 10.406/2002.

Cláusula XIV)- Não exercido o direito de preferência pelos sócios e/ou pela sociedade, o cedente está automaticamente autorizado a efetivar a cessão a terceiro, pelo preço mínimo indicado anteriormente.

Cláusula XV)- Se não efetivada a cessão nesse preço ofertado e persistir o sócio na intenção de alienar suas quotas sociais, todo o procedimento, referente ao exercício do direito de preferência, terá que ser renovado e repetido, tendo em vista a nova oferta de preço mínimo.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO

ADP-00167

DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula XVI)- A sociedade será administrada pelo sócio **JOÃO CARLOS DA SILVA,** anteriormente qualificado, sendo-lhe atribuído todo o poder necessário à realização do objeto da sociedade. Internamente, são atribuídos os poderes de gestão administrativos e externamente, são atribuídos os poderes para representar a sociedade ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas, fazer acordos, contrair obrigações, alienar e onerar bens móveis e imóveis.

Cláusula XVII)- A outorga de procuração, em nome da sociedade, somente poderá ser feita pelo Administrador para fins judiciais, especificando os atos a serem praticados e o prazo determinado.

Cláusula XVIII)- A sociedade poderá delegar os poderes de administração a terceiros não sócios, mediante outorga de procuração, observando-se o previsto no art. 1.061 da Lei 10.406/2002.

Cláusula XIX)- O administrador designado em ato separado investir-se-á no cargo mediante termo de posse no livro de atas da administração, será dispensado de caução e poderá ser destituído da função, sem direito a qualquer indenização, por deliberação de no mínimo 2/3 dos titulares do capital social, conforme previsto no art. 1.061 da Lei 10.406/2002.

Cláusula XX)- A sua destituição se opera pela aprovação em reunião de titulares de no mínimo 2/3 do capital social, que deve ser averbada no registro competente no prazo de 10 (dez) dias. A renuncia do administrador se torna eficaz em relação à sociedade no momento de sua comunicação escrita e em relação a terceiros após a averbação na Junta Comercial.

Cláusula XXI)- O uso da denominação social é privativa do administrador nomeado, que responde solidariamente e ilimitadamente por culpa presumível por invigilância, imperícia, desídia ou dolo, pelos atos praticados contra este contrato social ou determinações da Lei.

Cláusula XXII)- Na mesma reunião de sócios que destituir o administrador, outro será eleito e empossado.

Clausula XXIII)- O administrador declara não estar impedido por Lei, que não praticou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra as Normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

Cláusula XXIV)- O administrador tem o dever de diligência de lealdade e de informar, é obrigado a prestar aos demais sócios, contas justificadas de sua administração, apresentando-lhes balancetes mensais, inventário anual, relatório da administração que deverá entre outros fatores relevantes, incluir a mensuração do aviamento; demonstrações financeiras nos termos do art. 176 da Lei. 6.404/76.

Cláusula XXV)- O administrador receberá um pró-labore mensal, fixado em reunião de sócios, pela maioria absoluta.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO

ADP-00157

Cláusula XXVI)- Nos atos de aquisição, alienação e oneração de bens do ativo permanente superiores a R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais); pedido de concordata ou falência, o administrador depende de autorização de maioria absoluta dos sócios presentes na reunião de sócios.

DAS REUNIÃO DE SÓCIOS E SUAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Cláusula XXVII)- A reunião de sócios será convocada pelo Administrador, com 10 (dez) dias de antecedência, mediante a expedição de carta convocatória, com local, data, a hora e a ordem do dia da reunião, para os endereços que os sócios, para esse fim, depositarem na sede da sociedade. Os sócios detentores de mais de 5% das cotas do capital, também poderão requerer ao Administrador a convocação da reunião, indicando, desde logo, a matéria a ser deliberada, providência para ela se torna então obrigatória. A reunião pode ser dispensada quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que dela seria objeto.

Cláusula XXVIII)- As deliberações sociais, nas quais cada quota do capital social corresponderá a um voto, serão tomadas em reunião de sócios, cujo quorum de instalação será a maioria absoluta do capital social. O quorum de deliberação é também o da maioria absoluta do capital social, exceto unicamente para a nomeação do administrador, alienação do estabelecimento comercial, cisão, fusão ou transformação, quando o quorum deliberativo será então de dois terços dos votos dos quotistas.

Cláusula XXIX)- Em livro próprio de atos da administração e de registro das reuniões de sócios, será lavrada ata dos trabalhos, ocorrências e deliberações dos sócios, assinada pelos sócios presentes. A ata poderá ser lavrada em forma sumária.

Cláusula XXX)- O sócio dissidente de qualquer decisão majoritária, poderá exercer o direito de retirar-se da sociedade, manifestando a sua intenção a sociedade e os outros sócios, por escrito mediante protocolo, dentro do prazo de 30 dias, a contar da deliberação que descordou, sendo os seus haveres apurados e pagos na forma descritas nas cláusulas XXXIX à XLII.

Cláusula XXXI)- Dependem de deliberação dos sócios:
A aprovação das contas da administração;
Exclusão ou retirada de um dos sócios por pedido do sócio;
A designação dos administradores em ato separado, não sócio ou administrador sócio;.
A destituição dos administradores;
O modo e o valor da remuneração dos administradores;
A participação nos lucros dos administradores e dos empregados;
A modificação do contrato social;
A transformação da sociedade, ou a fusão, cisão ou incorporação;
Abertura e fechamento de filial;
Resolução, dissolução e liquidação da sociedade;
A nomeação ou destituição de liquidantes e o julgamento de suas contas;
Pedido de concordata ou falência;
Expulsão de sócio por falta grave ou incapacidade superveniente;
Investimento em outras empresas, coligadas ou controladas;
Aumento de capital com bens ou moeda corrente;
Aprovação de laudo de reavaliação a valor venal de bens ou direitos do ativo permanente;
O ingresso na sociedade dos herdeiros do sócio pré-morto, por requerimento do inventariaste, em substituição ao pagamento dos haveres do sócios pré-morto.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO

ADP-00157

DA RETIRADA, EXCLUSÃO DE SÓCIO E DA RESOLUÇÃO DAS QUOTAS DE UM SÓCIO EM RELAÇÃO A SOCIEDADE

Cláusula XXXII)- Esta sociedade limitada enquanto for por prazo indeterminado, pela vontade unilateral a qualquer tempo, por dissidência em relação à alteração contratual deliberada pela maioria. Além dos casos previstos na lei ou no contrato social, qualquer sócio pode retirar-se da sociedade, mediante notificação aos demais sócios, com antecedência mínima de 60 dias.

Cláusula XXXIII)- Falecendo qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Cláusula XXXIV)- A morte do cônjuge ou a separação deste não dá ensejo à dissolução parcial da sociedade empresária. Os sócios, contudo, podem a qualquer momento liquidar a parte da quota correspondente aos direitos sucessórios ou decorrentes da separação, para encerar a relação entre a sociedade e aquelas pessoas.

Cláusula XXXV)- A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade, nem nos dois primeiros casos, pelas posteriores e em igual prazo, enquanto não se requerer a averbação, em especial os casos de quebra da personalidade jurídica, desconsideração Lei 10.406/2002 arts. 50 e 51.

Cláusula XXXVI)- Em caso de liquidação das quotas, obtidas pela execução de um dos sócios, liquidar-se-á com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

§ 1°- O capital social sofrerá a redução correspondente, salvo se os demais sócios suprirem o valor da quota.

§ 2°- A quota liquidada será paga conforme previsto na cláusula XXXIX a XLII.

Cláusula XXXVII)- A expulsão ou exclusão de um sócio da sociedade se dará pelos seguintes atos:

a)- Por ato de inegável gravidade, temos a calúnia, concorrência desleal, abuso de poder, o calote, de um sócio em relação à sociedade empresária, as sua quotas subscritas e não integralizadas no prazo pactuado no contrato social.

b)- Por justa causa, como motivo de expulsão de um sócio, deve basear-se em abuso de poder, prevaricação, violação ou não cumprimento das disposições pactuados no contrato social. A falta de decoro empresarial, que deve ser provada por atos de desídia, atentado aos ditames do contrato social ou objetivo aziendal, concorrência profana e atos de sócio pródigo.

c)- A incapacidade superveniente pode ser adquirida por uma enfermidade ou deficiência mental, ou motivo transitório que impeça o sócio de exprimi a vontade de forma séria e idônea, como os ébrios, os viciados em tóxicos e os pródigos, este ponto está alicerçado nos arts. 3° e 4° da Lei 10.406/2002.

Cláusula XXXVIII)- Após apurado os haveres do sócio que se despede, excluído, pré-morto ou que se retirou, é promovida a liquidação de seus haveres, observada a prática de um balanço de determinação obedecendo o previsto na cláusula XXXIV e as determinações deste contrato.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE

ADP-00157

§ 1°- A liquidação das quotas não exime o sócio ou seus herdeiros da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, inclusive a eventual quebra da personalidade jurídica, art. 50 da Lei 10.406/2002.

§ 2°- Ao sócio excluído, com antecedência no mínimo de 5 (cinco) dias, será dada ciência da justa causa que se lhe imputa e será convocado à reunião de sócios, destinada a deliberar sobre a exclusão, no qual poderá usar da palavra, mas não terá direito de voto.

§ 3° - Os haveres, do sócio excluído, serão apurados e pagos na forma prevista neste contrato, cláusula XXXIX a XLII.

§ 4°- O arquivamento na Junta Comercial dos atos referentes à retirada espontânea e à exclusão de sócio, inclusive a subseqüente alteração contratual, independe da assinatura do retirante ou do excluído.

DO PAGAMENTO DOS HAVERES POR RESOLUÇÃO PARCIAL DE QUOTAS

Cláusula XXXIX)- Os haveres dos sócios retirantes ou excluídos serão pagos mediante a elaboração de balanço de determinação da situação patrimonial da sociedade, à data da resolução.

§ 1°- O capital social sofrerá a redução correspondente, salvo se os demais sócios suprirem o valor da quota.

§ 2°- A quota liquidada será paga conforme previsto na cláusula XL.

Cláusula XL)- A quota liquidada será paga em dinheiro, no prazo máximo 90 dias, se for até o montante de 5% do capital social ou em até 24 (vinte e quatro) meses se superior, em prestações mensais iguais e sucessivas, atualizadas por índice de correção monetária nacional acrescida de juros remuneratórios de 0,5% ao mês calculados de forma simples, procedendo-se a diminuição do capital social e as respectivas reservas liquidadas.

Cláusula XLI)- A sociedade, por deliberação da maioria dos sócios poderá adquirir as quotas e mantê-las em tesouraria pelo prazo máxima de seis meses onde deverá então recompor a pluralidade social, sob pena diminuição do capital social ou dissolução da sociedade se existir somente um sócio remanescente. Esta opção somente será válida, se a sociedade empresarial dispuser de verbas (reservas de lucros) suficiente para satisfazer os direitos dos sócios que se despede, sem afetar a integridade do capital social e sua reserva.

Cláusula XLII)- No prazo de trinta (30) dias, será levantado o balanço de determinação da sociedade, cuja data-base é a da ocorrência do referido evento. Considera-se como data do evento, a data da notificação feita por sócio dissidente de alteração contratual; a data da morte do sócio; a data de requerimento do sócio retirante voluntário pelo fim da afeição societária; a data da assembléia de quotistas que exclui o sócio por falta grave; ou a data de qualquer outro evento que de causa à apuração de haveres, como a data da sentença de execução de quotas previsto na cláusula XXXVII ou data da incapacidade superveniente atestada por medico ou sentença judicial ou a data em que tiver em mora o sócio que subscreveu e não integralizou as quotas do capital social.

Cláusula XLIII)- O balanço a que se refere a cláusula anterior, será elaborado por contador regularmente habilitado, que deverá observar:

a) O valor de mercado para os bens do ativo circulante e a reavaliação a valor venal dos bens e dos direitos do ativo permanente;

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO

ADP-00157

b) Todos os ativos e passivos ocultos tais como base negativa para tributos, fundo empresarial ou aviamento, aquilatado pelo método holitico;
c) Os valores olíquidos oriundos de incertezas por demandas judiciais ativas e passivas ou pela existência de títulos de realização duvidosa;
d) Não serão considerados os lucros ou perdas posteriores à ocorrência do evento que lhe deu causa, exceto se forem conseqüências diretas de atos de gestão tais como o fundo empresarial.

DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, CONTÁBEIS E SOCIAIS, DOS LIVROS E DOS DESTINOS DO RESULTADO.

Cláusula XLIV)- O exercício social coincidirá com o ano civil, terá início em 1° de janeiro e se encerrará em 31 de dezembro. Quando será apurado o inventário físico e monetário dos bens, direitos e obrigações, levantados e as respectivas demonstrações financeiras, em conformidade com as prescrições do art. 176, da Lei 6.404/76 e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, dispensando-se a sua publicação. A escrituração ficara a cargo de contabilista legalmente habilitado conforme art. 1.182 da lei 10.406/2002.

Cláusula XLV)- Ficam instituídos como livros obrigatórios, revestidos das formalidades intrínsecas e extrínsecas, o diário, o razão, atas da administração, livro atas das reuniões de sócios e presença de sócios, além dos livros exigidos pela legislação, comercial, previdenciária, trabalhista e fiscal nas três esferas.

Cláusula XLVI)- Em reunião de sócios anual, será e decidido o destino dos lucros acumulados, a participação nos lucros dos administradores e empregados; a constituição de reservas de lucros bem como a sua reversão. Os lucros disponíveis, após a constituição de reservas e participações, serão partilhados entre os sócios na proporção de sua participação no capital social e em conformidade com a determinação da destinação do resultado. Se ocorrentes prejuízos serão eles de igual modo suportados pelos sócios.

DAS DISPOSIÕES FINAIS

Cláusula XLVII)- Os endereços dos sócios, constantes do Contrato Social ou de sua última alteração serão válidos para o encaminhamento de convocações, cartas, avisos e etc, relativos a atos societários de seu interesse. A responsabilidade de informação de alterações destes endereços e exclusiva dos sócios, que deverão fazê-lo por escrito.

Cláusula XLVIII)- Esta sociedade será regida por este contrato social, pelas normas aplicadas as sociedades limitadas definidas nos artigos 1.052 e seguintes da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 e com a Regência Supletiva da Lei 6.404/76, conforme faculta o § 1° do art. 1.053 da Lei 10.406, para a avaliação e escrituração contábil e demonstrações contábeis/financeiras, onde então, será aplicado a Regência Supletiva dos artigos; "art. 8°, para avaliações", "arts.176 a 191 para a escrituração e demonstrações contábeis financeiras" e "arts.224 e 225 para as situações de fusão cisão ou incorporação".

Cláusula XLIX)- As atividades que requer profissional habilitado, ficará a cargo de um profissional contratado.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO

ADP-00157

J.D.I CONSTRUTORA LTDA
RUA: AUGUSTO WUNDERWALD, 197 - PROGRESSO
89.290-000 - SÃO BENTO DO SUL - SANTA CATARINA
CNPJ 00.532.657/0001-08 - INSC. ESTADUAL. 253.260.116
FONE/FAX: 0xx(47) 3633-5324 - *e-mail:* jdi_emp@yahoo.com.br
CONSTRUTORA LTDA.

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular, **JDI CONSTRUTORA LTDA**, empresa com sede na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, à Rua Augusto Wunderwal nº 197, Progresso - inscrita no CGC 00.532.657/0001-08, representada neste ato por seus sócios, **JOÃO CARLOS DA SILVA**, Brasileiro, casado, industrial, portador da Cédula de Identidade nº 9R 249.073 expedida pela SSI/SC e inscrito no CIC sob nº 379.478.699-87, com endereço residencial a Rua Luiz Carlos Grossl, 335, Schramm, na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, **nomeia e constitui** seu bastante procurador o Sr. **JOICE MARI DA SILVA BAIL**, Brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 2.925.663 expedida pela SSP/SC e inscrito no CIC sob nº 821.095.919-00, com endereço residencial a Rua Hermina Furst, 66 – Bairro Centenário, na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, para representar a outorgante perante repartições públicas federais, estaduais, municipais e respectivas autarquias públicas, podendo para tanto participar de concorrências públicas, licitações, tomadas de preços, carta convite, assinar propostas, contratos, requerimentos, petições, guias termos, impetrar recursos, desistência para a interposição de recursos, enfim, praticar todos os atos para o bom e cabal desempenho do presente mandato, que não poderá ser substabelecido e que terá sua validade por tempo indeterminado a contar desta data.

São Bento do Sul, 08 de maio de 2014.

FIRMA SÃO BENTO DO SUL - SC RECONHECIDA

Joice Mari da Silva Bail

JOICE MARI DA SILVA BAIL

FIRMA SÃO BENTO DO SUL - SC RECONHECIDA

JOÃO CARLOS DA SILVA

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE SÃO BENTO DO SUL
FELIPE UNIEL FELIPETTO MALTA - TABELIÃO
Reconheço e dou fé por VERDADEIRA a(s) firma(s) de:
JOICE MARI DA SILVA
São Bento do Sul-SC, 15/05/2014 Em testemunho da verdade.
Total: R$ 7,70
JEANE C.PACHECO ESCREVENTE
Selo Nacional nº DIL77534-8XR7 e DIL77535-GLL0

TABELIONATO


VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.925.663 DATA DE EXPEDIÇÃO 21/MAR/2014

NOME JOICE MARI DA SILVA BAIL

FILIAÇÃO JOÃO CARLOS DA SILVA

GLACI DE FATIMA GONÇALVES DA SILVA

NATURALIDADE CANOINHAS SC

DATA DE NASCIMENTO 29/AGO/1977

ORG. ORIGEM CERT. CAS [illegible]

CART. TABELIONATO GRINALDO SC

CPF 821.005.019-00

SÃO BENTO DO SUL - SC

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Roberto A. Bernardino

Polícia Civil / DIOP


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO GERAL DE PERÍCIA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

Joice Mari da Silva Bail

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

CONSTRUTORA LTDA.

J.D.I CONSTRUTORA LTDA

RUA: AUGUSTO WUNDERWALD, 197 - PROGRESSO
89.290-000 - SÃO BENTO DO SUL - SANTA CATARINA
CNPJ 00.532.657/0001-08 - INSC. ESTADUAL. 253.260.116
FONE/FAX: 0xx(47) 36335324 - *e-mail:* jdi_emp@yahoo.com.br

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ao
Presidente da Comissão Permanente de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

DECLARAÇÃO

JDI Construtora Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.532.657/0001-08, por intermédio de seu representante Legal, Sr.(a) Joice Mari da Silva Bail, portador(a) da Carteira de Identidade nº 2.925.663, inscrito no CPF/MF sob o nº 821.095.919-00, DECLARA, para fins do disposto no Edital de TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017, sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

OBS: Assinalar com um "X" a condição da empresa.

1. ( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, dc 14/12/2006;
2. (X) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

Caso assinalada a opção (1) ou (2), DECLARA ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

São Bento do Sul, 02 de março de 2017.

JDI Construtora Ltda.
Joici Mari da Silva Bail

Joice Mari da Silva Bail

00.532.657/0001-08
J D I CONSTRUTORA LTDA
RUA AUGUSTO WUNDERWALD, 197
PROGRESSO - CEP 89281-060
SÃO BENTO DO SUL - SANTA CATARINA

Portal da Transparência - Governo Federal - http://www.portaltransparencia.gov.br

252

Você está em:
Início » **CEIS**

CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS (CEIS)

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) é um banco de informações mantido pela Controladoria-Geral da União que tem como objetivo consolidar a relação das empresas e pessoas físicas que sofreram sanções das quais decorra como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública. Saiba mais

Consulta

CPF/CNPJ:	00532657000108
Nome, Razão Social ou Nome Fantasia:	
Tipo de Sanção:	Todos

Quantidade de registros encontrados: 0 **Data:** 02/03/2017 14:39:32

Não foram encontrados registros que atendam ao seguinte critério de busca:

CNPJ/CPF: 00532657000108

Página 1/1

ATENÇÃO
Este cadastro visa dar publicidade às sanções administrativas aplicadas contra licitantes e fornecedores. As informações aqui veiculadas são de inteira responsabilidade das entidades que as prestaram, não podendo a União ser responsabilizada pela veracidade e/ou autenticidade de tais informações nem pelos eventuais danos diretos ou indiretos que delas resultem causados a terceiros.

* Designação do apenado, conforme informado pelo órgão sancionador (publicação no DOU; dados constantes de Ofício, etc.)

** Constatou-se que o nome informado pelo órgão sancionador diverge significativamente do constante do cadastro da Receita Federal, considerando-se o CPF/CNPJ informados. O nome constante do cadastro da Receita Federal pode ser verificado clicando-se sobre o respectivo registro. A divergência pode indicar apenas uma alteração no nome do sancionado ou uma inconsistência dos dados informados. Mais informações podem ser obtidas junto ao órgão sancionador.

253

TCEPR

Consulta de Impedidos de Licitar

Pesquisa Impedidos de Licitar

Fornecedor

Tipo documento: CNPJ ▼ Número documento: 00532657000108

Nome:

Período publicação: de: até:

Data de Início Impedimento: de: até:

Data de Fim Impedimento: de: até:

Pesquisar

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

CONSTRUTORA LTDA.

254

Envelope nº 01 "DOCUMENTOS DE HABILITAÇ
JDI Construtora Ltda
Rua Augusto Wunderwald, 197 - Progresso
São Bento do Sul / SC
Destinatário: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
AT: Comissão Permanente de Licitação
Tomada de Preços nº 001/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN – PARANÁ

CADASTRO DE HABILITAÇÃO PARA LICITAÇÕES

CERTIFICADO DE REGISTRO Nº 307

Nome/Razão Social: **JDI CONSTRUTORA LTDA. EPP**		
Endereço: **Rua Augusto Wunderwald, nº 197, Progresso – São Bento do Sul/SC - CEP: 89.290-000**		
E-mail: **jdiconst@yahoo.com.br**	Telefone: **(47) 3633-5324**	Fax: **(47) 3633-5324**
CNPJ: **00.532.657/0001-08**	Inscrição Estadual: **253260116**	Inscrição Municipal: **17119**
Responsável pela Empresa: **João Carlos da Silva**	RG: **9/R 249.073/SC**	CPF: **379.478.699-87**
Objeto Social: **Empreiteira de mão-de-obra na construção civil; prestação de serviços na construção civil; serviços de engenharia e elaboração de projetos; prestação de serviços de terraplanagem e prestação de serviços de pavimentação.**		
Certificamos que a empresa acima identificada encontra-se registrada no *Cadastro de Habilitação para Licitações*, nesta Prefeitura, nos termos da Lei 8.666/93, tendo apresentado os seguintes documentos (cópia autenticada): - Contrato Social e sua última alteração; - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ (Cartão de Identificação); - Comprovante de Inscrição Estadual (CICAD) ou Ficha de Atualização Cadastral (FAC); - Comprovante de Inscrição Municipal.		

Patricia Aparecida Trojanovski
Presidente da Comissão de Licitação
(Decreto nº 003/2016)

Este certificado é fornecido gratuitamente, tendo validade por 01 (um) ano, a partir da data de emissão.

Emitido em: 21/02/2017

CONSTRUTORA LTDA.

J.D.I CONSTRUTORA LTDA

RUA: AUGUSTO WUNDERWALD, 197 - PROGRESSO
89.290-000 - SÃO BENTO DO SUL - SANTA CATARINA
CNPJ 00.532.657/0001-08 - INSC. ESTADUAL. 253.260.116
FONE/FAX: 0xx(47) 36335324 - *e-mail*: jdi_emp@yahoo.com.br

ANEXO IV

DECLARAÇÕES

Ref.: Tomada de Preços nº 001/2017
Processo nº 266/2017

JDI Construtora Ltda, inscrita no CNPJ nº 00.532.657/0001-08, por intermédio de seu representante legal, DECLARA para os fins de direito, e sob as penas da lei, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório em epígrafe, instaurado por este município, que:

1. Não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que altera a Lei nº 8666/93;

2. Nenhum de nossos sócios é servidor(a) ou dirigente de órgão do Município de Piên;

3. Não estamos suspensos temporariamente de participar em licitação ou impedidos de contratar com a Administração;

4. Não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer e suas esferas;

5. Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

6. Somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou de origem nativa de procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal aprovados por órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), com autorização de transporte concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA, tendo ciência que o não atendimento da presente exigência na fase de execução do contrato poderá acarretar as sanções administrativas previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal 8.666/93, e no artigo 72, 8º, inciso V da Lei Federal 9.605/98, sem prejuízo das implicações de ordem criminal contempladas na referida Lei.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

São Bento do Sul, 02 de março de 2017.

JDI Construtora Ltda.
João Carlos da Silva
Sócio Administrador

João Carlos da Silva

JDI Construtora Ltda.
Jóici Mari da Silva Bail

Joice Mari da Silva Bail

00.532.657/0001-08
J D I CONSTRUTORA LTDA
RUA AUGUSTO WUNDERWALD, 197
PROGRESSO - CEP 89281-060
SÃO BENTO DO SUL - SANTA CATARINA

253

Receita Federal PGFN **CERTIDÃO**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: JDI CONSTRUTORA LTDA - EPP
CNPJ: 00.532.657/0001-08

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://www.receita.fazenda.gov.br> ou <http://www.pgfn.fazenda.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 09:04:15 do dia 20/02/2017 <hora e data de Brasília>.
Válida até 19/08/2017.
Código de controle da certidão: **3FDE.49F5.E023.E969**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Nova Consulta

Preparar página para impressão

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **JDI CONSTRUTORA LTDA EPP -**
CNPJ/CPF: **00.532.657/0001-08**

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	**Lei nº 3938/66, Art. 154**
Número da certidão:	**170140015820735**
Data de emissão:	**20/02/2017 09:53:28**
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei n 15.510/11.):	**21/04/2017**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: http://www.sef.sc.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 20/02/2017 09:53:28

260

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
SECRETARIA DE FINANÇAS

Data: 20/02/2017 09h57min

Número	Validade
3331	22/03/2017

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

JDI CONSTRUTORA LTDA EPP CNPJ: 00.532.657/0001-08

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Cadastro Econômico: Início

Comprovação Junto à | Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos/pendências tributárias. A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Inscrições

Contribuinte: 17119 - JDI CONSTRUTORA LTDA EPP
Endereço: Rua AUGUSTO WUNDERWALD, 197 - Bairro PROGRESSO - CEP 89.281-060

Econômico: 1225 - MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL
Endereço: Rua AUGUSTO WUNDERWALD, 197 - Bairro PROGRESSO - CEP 89.281-060

Código de Controle

DAA0Z8EYPAQR8931

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.
http://www.saobentodosul.sc.gov.br

São Bento do Sul (SC), 20 de Fevereiro de 2017

261

CNPJ: 76.002.666/0001-40

Prefeitura Municipal de Piên

Rua Amazonas n° 373 - Centro - Piên - Paraná - CEP 83.860-000

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

IMPORTANTE:	1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO. 2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ **24/03/2017**, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

Piên, 22 de Fevereiro de 2017

NEGATIVA Nº: 365/2017	**CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO:** 9ZTMJ42QE54X4424U7E

FINALIDADE: VERIFICAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: JDI CONSTRUTORA LTDA - EPP

INSCRIÇÃO EMPRESA DE FORA	CNPJ/CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	ALVARÁ
55808	00.532.657/0001-08	253260116	

ENDEREÇO

RUA AUGUSTO WUNDEERWALD, 197 - PROGRESSO CEP: 89290000 São Bento do Sul - SC

CNAE / ATIVIDADES

Construção de edifícios, Construção de instalações esportivas e recreativas

Emitido por: << Equiplano Público Web >>

IMPRIMIR VOLTAR

262

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 00532657/0001-08
Razão Social: J D I CONSTRUTORA LTDA
Endereço: RUA AUGUSTO WUNDERWALD 197 / PROGRESSO / SAO BENTO DO SUL / SC / 89290-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 17/02/2017 a 18/03/2017

Certificação Número: 2017021701401343762797

Informação obtida em 20/02/2017, às 10:00:03.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: JDI CONSTRUTORA LTDA - EPP (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 00.532.657/0001-08
Certidão nº: 124862718/2017
Expedição: 20/02/2017, às 10:04:12
Validade: 18/08/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **JDI CONSTRUTORA LTDA - EPP (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **00.532.657/0001-08, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM
SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENV. ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - JUCESC

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial
JDI CONSTRUTORA LTDA EPP
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede)	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
42 2 0199431-8	00.532.657/0001-08	30/03/1995	01/03/1995

Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP)
RUA AUGUSTO WUNDERWALD, 197, PROGRESSO, SÃO BENTO DO SUL, SC, 89.281-060

Objeto Social
EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL; PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL; COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL; SERVIÇOS DE ENGENHARIA E ELABORAÇÃO DE PROJETOS; PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM; PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO.

Capital: R$ 610.000,00 (SEISCENTOS E DEZ MIL REAIS)	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006)	Prazo de Duração
Capital Integralizado: R$ 610.000,00 (SEISCENTOS E DEZ MIL REAIS)	Empresa de pequeno porte	Indeterminado

Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato

Nome/CPF ou CNPJ	Participação no capital(R$)	Espécie de Sócio	Administrador	Término do Mandato
GLACI DE FATIMA GONCALVES DA SILVA 006.622.819-00	135.542,00	SOCIO		XXXXXXXXXX
JOAO CARLOS DA SILVA 379.478.699-87	474.458,00	SOCIO	Administrador	XXXXXXXXXX

Último Arquivamento
Data: 03/05/2016 Número: 20160673798
Ato: BALANCO
Evento(s): BALANCO

Situação
REGISTRO ATIVO

Status
XXXXXXXXXXXX

Florianópolis - SC, quinta-feira, 26 de janeiro de 2017

GERSON ANTONIO BASSO
SECRETÁRIO GERAL EM EXERCÍCIO

Eu,
Conferi e assino.

Certisign - Autoridade Certificadora
Certificado pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informática

Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

Documento Assinado Digitalmente 26/01/2017
Junta Comercial de Santa Catarina
CNPJ: 83.565.648.0001-32

Você deve instalar o certificado da JUCESC
www.jucesc.sc.gov.br/certificado

Para verificar a autenticidade acesse www.jucesc.sc.gov.br e informe o número 010156/2017-01 na consulta de processos.

265

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CERTIDÃO DE PESSOA JURÍDICA

Razão Social: JDI CONSTRUTORA LTDA EPP **Aprovado em:** 07/08/1995
CNPJ: 00.532.657/0001-08
Registro: 040273-1
Endereço: RUA AUGUSTO WUNDERWALD 197 PROGRESSO
89290-000 SAO BENTO DO SUL SC
Capital social atual: R$ 610.000,00 - SEISCENTOS E DEZ MIL REAIS

Objetivos Sociais:
EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA NA CONSTRUCAO CIVIL; PRESTACAO DE SERVICOS NA CONSTRUCAO CIVIL; COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL; SERVICOS DE ENGENHARIA E ELABORACAO DE PROJETOS; PRESTACAO DE SERVICOS DE TERRAPLANAGEM; PRESTACAO DE SERVICOS DE PAVIMENTACAO.
****
REGISTRO APROVADO PARA AS ATIVIDADES DE: EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA NA CONSTRUCAO CIVIL; PRESTACAO DE SERVICOS NA CONSTRUCAO CIVIL; SERVICOS DE ENG. CIVIL E ELABORACAO DE PROJETOS DE ENG. CIVIL; PRESTACAO DE SER VICOS DE TERRAPLENAGEM; PRESTACAO DE SERVICOS DE PAVIMENTACAO.

Responsáveis Técnicos:
Nome: DARIO JOSE ZSCHOERPER
Responsabilidade Técnica aprovada em 14/11/2014
Carteira: 6307-D Expedida pelo CREA-PR (Visada sob nro 013119-9 por este CREA-SC)
RNP: 1713065681
Título:ENGENHEIRO CIVIL
Atribuições do Profissional:ARTIGO 7 COMBINADO COM ARTIGO 25 DA RESOLUCAO 218/73 DO CONFEA.

Nome: SIDNEY EISELT
Responsabilidade Técnica aprovada em 14/02/2003
Registro: SC S1 045526-0 Expedido pelo CREA-SC
RNP: 2504982488
Título:ENGENHEIRO CIVIL
Atribuições do Profissional:"ART.7 DA RES.218/73, DO CONFEA".

Certificamos que a pessoa jurídica, acima citada, encontra-se, registrada neste Conselho, nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966. Certificamos, ainda, face ao estabelecido nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que a pessoa jurícia mencionada, bem como seus encarregados técnicos, não se encontram em débito com o CREA-SC. Certificamos, mais, que esta certidão não concede a firma o direito de executar quaisquer serviços técnicos sem a participação real, direta e efetiva dos encarregados técnicos acima citados, dentro das respectivas atribuições. A certidão perderá a validade caso ocorra qualquer modificação posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Emitida às **10:13:17** do dia **20/02/2017** válida até **31/03/2017** .
Código de controle de certidão: **BH76-6087-BD5D-FHB1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina - CREA-SC (www.crea-sc.org.br)
Aprovada pela Instrução Normativa 005/01 de 13/07/2001.

CREA-SC

CREA-SC **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina**
Rodovia Admar Gonzaga, 2125 - Itacorubi - Fone: (0xx48) 3331-2000 - Fax: (0xx48) 3331-2005
Caixa Postal 125 - CEP 88034-001 Site: www.crea-sc.org.br E-Mail: crea-sc@crea-sc.org.br

266

J.D.I CONSTRUTORA LTDA
RUA: AUGUSTO WUNDERWALD, 197 - PROGRESSO
89.290-000 - SÃO BENTO DO SUL - SANTA CATARINA
CNPJ 00.532.657/0001-08 - INSC. ESTADUAL. 253.260.116
FONE/FAX: 0xx(47) 36335324 - *e-mail*: jdi_emp@yahoo.com.br

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Ref.: Tomada de Preços nº 001/2017
Processo nº 266/2017

Conforme o disposto no Edital em epígrafe e de acordo com a Resolução nº 218 de 29/06/73 e nº 317, de 31/10/86, do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, declaramos que o responsável técnico pela obra, caso venhamos a vencer a referida licitação, é:

Nº	Nome	Especialidade	CREA/CAU nº	Data Registro	Assinatura do Responsável Técnico
01	Sidney Eiselt	Engenheiro Civil	045526-0	14/02/2003	
02	Dario Jose Zschoerper	Engenheiro Civil	6307-D	14/11/2014	

Declaramos, outrossim, que os profissionais acima relacionados pertencem ao nosso quadro técnico de profissionais.

São Bento do Sul, 02 de março de 2017.

JDI Construtora Ltda.
João Carlos da Silva
Sócio Administrador
João Carlos da Silva
RG 249.073 SSP/SC

JDI Construtora Ltda.
Jóici Mari da Silva Bail

00.532.657/0001-08
J D I CONSTRUTORA LTDA
RUA AUGUSTO WUNDERWALD, 197
PROGRESSO - CEP 89281-060
SÃO BENTO DO SUL - SANTA CATARINA

267

263

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CERTIDÃO DE PESSOA FÍSICA

Nome: SIDNEY EISELT
CPF: 789.810.429-34
Registro: SC S1 045526-0
Registro Nacional: 2504982488
Endereço: RUA JOSE CORDEIRO 648 CASA SCHRAMM
89290-768 SAO BENTO DO SUL SC

Aprovado em: 06/08/1997

Expedido pelo CREA-SC

Títulos
Título: ENGENHEIRO CIVIL
Escola: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Data: 09/08/1997
Atribuições profissionais: "ART.7 DA RES.218/73, DO CONFEA".

Certificamos que o(a) profissional, acima citado(a), encontra-se devidamente registrado(a) junto a este Conselho Regional, nos termos da Lei Federal nº 5.19 4, de 24 de dezembro de 1966. Certificamos, ainda, que até esta data não constam pendências em seu nome relativas a taxas e emolumentos administrados por este CREA.

A certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer modificação posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Emitida às **09:45:55** do dia **19/07/2016** válida até **31/03/2017** .
Código de controle de certidão: **4H16-72E1-6CH0-A115**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina - CREA-SC (www.crea-sc.org.br).

Aprovada pela Instrução Normativa 005/01 de 13/07/2001.

CREA-SC
CREA-SC
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina
Rodovia Admar Gonzaga, 2125 - Itacorubi - Fone: (0xx48) 3331-2000 - Fax: (0xx48) 3331-2005
Caixa Postal 125 - CEP 88034-001 Site: www.crea-sc.org.br E-Mail: crea-sc@crea-sc.org.br

269

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CERTIDÃO DE PESSOA FÍSICA

Nome: DARIO JOSE ZSCHOERPER
CPF: 316.569.789-20
Registro: 6307-D
Visada sob o número: S3 013119-9 por este CREA-SC
Registro Nacional: 1713065681
Endereço: RUA JOSE CORDEIRO 450 SCHRAMM
89290-000 SAO BENTO DO SUL SC

Aprovado em: 19/05/1981

Expedido pelo CREA-PR

Títulos
Título: ENGENHEIRO CIVIL
Escola: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA
Data: 18/08/1977
Atribuições profissionais: ARTIGO 7 COMBINADO COM ARTIGO 25 DA RESOLUCAO 218/73 DO CONFEA.

Certificamos que o(a) profissional, acima citado(a), encontra-se devidamente registrado(a) junto a este Conselho Regional, nos termos da Lei Federal nº 5.19 4, de 24 de dezembro de 1966. Certificamos, ainda, que até esta data não constam pendências em seu nome relativas a taxas e emolumentos administrados por este CREA.

A certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer modificação posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Emitida às **09:12:32** do dia **22/03/2016** válida até **31/03/2017** .
Código de controle de certidão: **0HF0-4700-1E50-6HC3**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina - CREA-SC (www.crea-sc.org.br).

Aprovada pela Instrução Normativa 005/01 de 13/07/2001.

CREA-SC
CREA-SC
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina
Rodovia Admar Gonzaga, 2125 - Itacorubi - Fone: (0xx48) 3331-2000 - Fax: (0xx48) 3331-2005
Caixa Postal 125 - CEP 88034-001 Site: www.crea-sc.org.br E-Mail: crea-sc@crea-sc.org.br

CREA-SC

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

— Autenticidade

270

ART Nº 5281416-6

A.R.T. Anotação de Responsabilidade Técnica

ART autenticada eletronicamente via CREA

— Contratado

ENGENHEIRO CIVIL 013119-9

DARIO JOSE ZSCHOERPER

RUA JOSE CORDEIRO, 450 SAO BENTO DO SUL

SCHRAMM 89290-000 SC

Fone: 047 6319013 Fax: -- CPF:

Empresa Executora:

JDI CONSTRUTORA LTDA EPP 040273-1

Fone: Fax:

Normal

— Contratante

JDI CONSTRUTORA LTDA EPP 00532657000108

RUA AUGUSTO WUNDERWALD, 197

PROGRESSO SAO BENTO DO SUL SC

89281-060 473633-5324

— Resumo do Contrato

ART de Cargo e Função junto a empresa acima, com carga horária semanal: 20:00 horas e com horário de dedicação: 08:00 AS 12:00 DE 2a A 6a

Início em: 14/11/2014 Término em: 00/00/0000 Honorários: Salário Valor Obra/Serviço: R$0,00

— Identificação da Obra/Serviço

JDI CONSTRUTORA LTDA EPP 00532657000108

RUA AUGUSTO WUNDERWALD, 197

PROGRESSO SAO BENTO DO SUL SC

89281-060 473633-5324

— Assinaturas

SAO BENTO DO SUL
12/11/2014

DARIO JOSE ZSCHOERPER

JDI CONSTRUTORA LTDA EPP
00532657000108

Este documento anota perante o CREA-SC, para efeitos legais, o contrato escrito ou verbal realizado entre as partes (Lei 6.496/77)

— Reservado ao Responsável Técnico

ART: 5281416-6

— Participação Técnica

Individual

— Atividades

Objetos	Classificação	Quantidade	Unidade
00 ##	I0001	20,00	07

— Entidade de Classe

Nenhuma

— Regularização

— Descrição Complementar

Este documento só terá fé Pública se estiver devidamente cadastrado e quitado junto ao CREA-SC. Para aferir www.crea-sc.org.br

Este documento foi autenticado eletronicamente, estando sujeito a verificações conforme resolução 1025/09 CONFEA e demais legislações aplicáveis.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente instrumento, de um lado a Empresa JDI CONSTRUTORA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 00.532.657/0001-08, com sede a Rua Augusto Wunderwald, 197 – Bairro Progresso, CEP 89.281-060 - São Bento do Sul/SC, denominado CONTRATANTE, e de outro Dario José Zschoerper, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, portador do CPF nº 316.569.789-20, registro no CREA/PR nº 6307/D, residente na Rua José Cordeiro, 450, Schramm,CEP 89.280-771 - São Bento do Sul/SC, doravante denominado CONTRATADO, resolvem de comum acordo firmar o presente contrato de Prestação de Serviços Técnicos de Engenharia, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O contratado DARIO JOSÉ ZSCHOERPER é designado para exercer na qualidade/condição de RESPONSÁVEL TÉCNICO pelas atividades desenvolvidas pela contratante JDI CONSTRUTORA LTDA.

CLÁUSULA SEGUNDA

A vigência do objeto do referido contrato será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA TERCEIRA

O presente contrato poderá ser rescindido por ambas as partes, por mútuo acordo, ou desde que a parte interessada manifeste a intenção de dissolver a presente relação contratual, por notificação expressa à outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem ônus ou multa para qualquer das partes.

CLÁUSULA QUARTA

O horário a ser estabelecido será de segunda a sexta das 08:00 as 12:00 horas.

CLÁUSULA QUINTA

O contratante pagará ao contratado pelos serviços contratados o valor de (06) seis salários mínimos mensais.

CLÁUSULA SEXTA

Contratante e Contratado declaram haver lido o presente Contrato, estando cientes e de acordo com todos os termos, pelo que assinam em 03 (três) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

CLÁUSULA SÉTIMA

As partes elegem o foro de São Bento do Sul/SC para dirimirem quaisquer dúvidas do presente contrato.

São Bento do Sul, 01 de outubro de 2014.

CONTRATANTE
JDI CONSTRUTORA LTDA
JOÃO CARLOS DA SILVA

CONTRATADO
DARIO JOSÉ ZSCHOERPER

CREA-SC

A.R.T.

Anotação de Responsabilidade Técnica
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina

— Autentic

CREA-SC ART
2835336-W 8
Selo de Autenticidade

Profissional

Nome	Título	Registro
SIDNEY EISELT	ENGENHEIRO CIVIL	45526-0

Endereço Profissional: RUA JOSÉ CORDEIRO, 648

Bairro	Município	CEP	UF	Fone
CENTRO	SÃO BENTO DO SUL	89290-000	SC	3633-7260

Empresa Executora — Registro — Vínculo

Contratante

Nome	CPF/CGC
JDI CONSTRUTORA LTDA	00.532.657/0001-08

Endereço Contratante: RUA AUGUSTO WUNDERWALD, 197

Bairro	Município	CEP	UF	Fone
PROGRESSO	SÃO BENTO DO SUL	89290-000	SC	3633-5324

Resumo do Contrato

ART de desempenho de Cargo e Função da empresa especificada.
Carga horária semanal 20:00 horas - das 14:30 às 18:30
de segunda a sexta-feira

Prazo Previsto Início — Término — Honorários: Salário — Valor Pago Parcial

Identificação da Obra/Serviço

Nome Proprietário	CPF/CGC
JDI CONSTRUTORA LTDA.	00.532.657/0001-08

Endereço obra/serviço: RUA AUGUSTO WUNDERWALD, 197

Bairro	Município	CEP	UF	Fone
PROGRESSO	SÃO BENTO DO SUL	89290-000	SC	3633-5324

Assinaturas

SÃO BENTO DO SUL, 01/10/2010
Local e Data — Profissional — Contratante

Este documento anota perante o CREA-SC, para efeitos legais, o contrato escrito ou verbal realizado entre as partes (Lei 6.496/77)

Reservado ao Responsável Técnico

Tipo de Anotação

Código / Tipo	Vinculada à ART Nº
3 - Substituição de ART	2025962-1

Registro / Nome do Profissional

Participação Técnica

Código / Tipo — Vinculada à ART Nº

3 - Individual

Registro / Nome do Profissional

Entidade de Classe

Código / Tipo — Nº do Documento

Referência

.....

Descrição Complementar

Atividades Técnicas

Objetos	Classificação	Quantidade	Unidade
00 xx	10001	20,00	07
		,	
		,	
		,	
		,	
		,	
		,	
		,	
		,	

Este documento só terá Fé Pública se estiver devidamente selado e cadastrado pelo CREA-SC e devidamente quitado
As assinaturas devem ser a próprio punho, originais e preferencialmente com caneta azul.
A autenticidade desta ART pode ser conferida no site do CREA/SC – www.crea-sc.org.br.
v. 6.3.

CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Pelo presente instrumento, de um lado a Empresa JDI CONSTRUTORA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 00.532.657/0001-08, com sede a Rua Augusto Wunderwald, 197 – Progresso, São Bento do Sul/SC, denominado CONTRATANTE, e de outro Sidney Eiselt, brasileiro, engenheiro, portador do CPF nº 789.810.429-37, registro no CREA/SC nº 45526-0, residente na Rua José Cordeiro, 648, Centro, São Bento do Sul/SC, doravante denominado CONTRATADO, resolvem de comum acordo firmar o presente contrato de Prestação de Serviços Técnicos de Engenharia, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O contratado é designado para exercer as funções de ENGENHEIRO CIVIL, como responsável técnico da empresa contratante, exercendo os serviços e funções pertinentes ao cargo.

CLÁUSULA SEGUNDA

A vigência do objeto do referido contrato será por período indeterminado.

CLÁUSULA TERCEIRA

O presente contrato poderá ser rescindido por ambas as partes, por mútuo acordo, ou desde que a parte interessada manifeste a intenção de dissolver a presente relação contratual, por notificação expressa à outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem ônus ou multa para qualquer das partes.

CLÁUSULA QUARTA

O horário a ser obedecido será de segunda a sexta das 14:30 as 18:30 horas.

CLÁUSULA QUINTA

O contratante pagará ao contratado pelos serviços contratados o valor de (06) seis salários mínimos mensais.

CLÁUSULA SEXTA

Contratante e Contratado declaram haver lido o presente Contrato, estando cientes e de acordo com todos os termos, pelo que assinam em 03 (três) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

CLÁUSULA SÉTIMA

As partes elegem o foro de São Bento do Sul/SC para dirimirem quaisquer dúvidas do presente contrato.

São Bento do Sul, 01 de outubro de 2010.

CONTRATANTE
JDI CONSTRUTORA LTDA

CONTRATADO
SIDNEY EISELT

TESTEMUNHAS

TESTEMUNHAS

ATESTADO DE VISITA

Ref.: Edital de Tomada de Preços nº 01 /2017

Declaramos que o Engenheiro Civil ***DARIO JOSE ZSCHOERPER*** CREA nº ***PR 6307-D*** da proponente ***JDI CONSTRUTORA LTDA EPP***, devidamente credenciado, visitou o local da execução da obra, objeto da Tomada de Preços em epígrafe.

Piên, 21 de Fevereiro de 2017.

Simon Schneider, RG 6.268.104-7 SSP-PR

Dario Jose Zschoerper, RG 933.369/PR, CREA-PR 6307-D

PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL
ESTADO DE SANTA CATARINA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins de comprovação que a empresa JDI Construtora Ltda, portadora da I.E. 253.260.116 e inscrita no CNPJ nº 00.532.657/0001-08, sediada à Rua Gustavo Katzer, 55, Centro, na cidade de São Bento do Sul – SC, efetuou para a PREFEITU MUNICIAPAL DE SÃO BENTO DO SUL, os seguintes serviços:

- Execução de uma edificação em alvenaria com três pavimentos mais subsolo no Centro de Vigilância à Saúde, localizado à Rua José Fendrich, compreendendo área total de 615,34 m2, contemplando edificação de alvenaria para fins diversos, estrutura de concreto armado, rede hidro-sanitária, conjunto de extintores, fundações superficiais, pavimentação em lajotas, terraplanagem, instalações elétricas em baixa tensão, com fornecimento de material e mão de obra.

A responsabilidade técnica pela execução destes serviços foi do Engenheiro Civil Sidney Eiselt, CREA/SC 045526-0, ART 2210766-6. O período de execução deu-se de 25 de Junho de 2003 à 21 de Outubro de 2003.

A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, atesta anda que os referidos serviços fora desempenhados com qualidade, pontualidade e competência, dentro do que haviam sido previstos no Contrato, bem como atendendo as normas técnicas vigentes da ABNT.

FIRMA TABELIONATO DIENER RECONHECIDA

São Bento do Sul, 17 de Setembro de 2004.

MARA REGINA WEISS
DIRETORA DEPTO. SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

CREA-SC
Registrado(a) de acordo com a Certidão de Acervo Técnico:
CAT nº 019721/2004
de 28/09/04 Fl. 01/01
Carimbo e Assinatura do Responsável

Caroline Rodrigues
INSPETORIA DE RIO NEGRINHO

CREA SC

ISENTO
AKX 97728

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

278

CERTIDAO ACERVO TECNICO

CERTIDAO NRO 01972/2004

EMITIDA EM 28/09/2004

FOLHA.....0001

Em cumprimento ao disposto na Resolucao Nro. 317/86 do CONFEA e para fins de cumprimento ao disposto no paragrafo 1o. do artigo 30 da Lei Federal Nro. 8.666/93, CERTIFICAMOS o ACERVO TECNICO que se encontra registrado sob a responsabilidade tecnica do profissional e as Anotacoes de Responsabilidade Tecnica - ART - abaixo identificadas, registradas neste Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de Santa Catarina (CREA/SC), que vai assinada pelo respectivo responsavel conforme consta na Portaria Nro. 133/2000 deste Conselho.

PROFISSIONAL.: SIDNEY EISELT
TITULOS.....: ENGENHEIRO CIVIL
DIPLOMADO EM 09/08/1997 PELO(A)
UNIV. DO EST. DE S. CATARINA - JOINVILLE
JOINVILLE - SC
REGISTRO.....: SC S1 045526-0
C.P.F.....: 789.810.429/34
NASCIMENTO...: 04/09/1972
ART 2210766-6
==========
Empresa.....: JDI CONSTRUTORA LTDA
Proprietario.: PREF MUN DE SAO BENTO DO SUL
Endereco Obra: RUA JOSE FENDRICH
89290 - SAO BENTO DO SUL - SC
Cadastrada em: 15/09/2004 Baixada em...: 20/09/2004
Periodo (Previsto) - Inicio: 03/03/2003 Termino.....: 03/09/2003
Autoria.....: INDIVIDUAL Tipo.....: SUBST. ART
EXECUCAO
EDIFICIO DE ALVENARIA P/FINS DIVERSOS
Dimensao do Trabalho ..: 615,34 METRO(S) QUADRADO(S)
PROJETO
EXECUCAO
ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO
Dimensao do Trabalho ..: 615,34 METRO(S) QUADRADO(S)
REDE HIDRO-SANITARIA
Dimensao do Trabalho ..: 615,34 METRO(S) QUADRADO(S)
CONJUNTO DE EXTINTORES
Dimensao do Trabalho ..: 615,34 METRO(S) QUADRADO(S)
EXECUCAO
FUNDACOES SUPERFICIAIS
Dimensao do Trabalho ..: 615,34 METRO(S) QUADRADO(S)
PAVIMENTACAO EM LAJOTAS
Dimensao do Trabalho ..: 65,00 METRO(S) QUADRADO(S)
TERRAPLENAGEM
Dimensao do Trabalho ..: 747,00 METRO(S) QUADRADO(S)
PROJETO
EXECUCAO

CONTINUA ==> FOLHA 0002

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CERTIDAO ACERVO TECNICO

CERTIDAO NRO 01972/2004

EMITIDA EM 28/09/2004

Prof.: SIDNEY EISELT FOLHA.....0002

INSTALACAO ELETRICA EM BAIXA TENSAO PARA FINS RESIDENCIAIS/COMERCIAIS
Dimensao do Trabalho ..: 615,34 METRO(S) QUADRADO(S)
EXECUACAO DE OBRA PUBLICA

Esta Certidao foi emitida para fins de Registro de Atestado de Aptidao Tecnica emitido por: Pref. Munic. de Sao Bento do Sul datado(s) de 17 de setembro de 2004 a quem cabe a exatidao e veracidade do que nele consta e cuja copia encontra-se arquivada neste Conselho.

Nada mais tendo sido solicitado, que depois de lido e achado conforme, por ser verdade, firmo o presente termo.

Caroline Rodrigues
INSPETORIA DE RIO NEGRINHO

CREA SC

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins de comprovação de capacidade técnica, que a empresa **JDI CONSTRUTORA LTDA**, registro no CREA-SC 040273-1, portadora da inscrição estadual 253.260.116 e inscrita no CNPJ sob nº 00.532.657/0001-08, sediada à Rua Augusto Wunderwald, 197, Progresso, na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, efetuou para Prefeitura Municipal de São Bento do Sul/SC, conforme contrato nº 234/2014, ampliação e reforma da Escola Básica Municipal no Bairro Centenário, conforme descrição abaixo:

- Execução – A0109 – Edifício de Alvenaria para fins especiais – 1.055,68m2
- Projeto e Execução – A0601 – Fundações Profundas – 1.055,68m2
- Projeto e Execução – A0314 – Armadura – 1.055,68m2
- Projeto e Execução – A0301 – Estrutura de Concreto Armado – 1.055,68m2
- Projeto e Execução – A0306 – Lajes Pré-Fabricada – 1.055,68m2
- Execução – A0304 – Estrutura de madeira – 744,28m2
- Projeto e Execução – A0417 – Rede de Águas Pluviais – 744,28m2
- Projeto e Execução – C1221 – Instalação de GLP – 01 unid
- Projeto e Execução – A0443 – Boca de Lobo – 08 unid
- Execução – A0541 – Pavimentação Cerâmica – 1.272,12m2
- Projeto e Execução – B1106 – Instalação Elétrica em Baixa Tensão para fins residências – 1.272,12m2
- Execução – A0832 – Alvenaria – 1.055,68m2
- Execução – A0837 – Cobertura – 744,28m2
- Execução – A0608 – Muros de Contenção – 110,00m2
- Execução – A0507 – Pavimentação de Concreto – 1.055,68m2
- Execução – A0698 – Aterro – 218,00m3
- Execução – A0604 – Terraplanagem – 620,00m2
- Reforma – A0109 – Edifício de Alvenaria para fins especiais – 216,44m2
- Execução – A0853 – Calçada – 32,05m2
- Execução - A0835 – Pintura – 3.478,06m2
- Projeto e Execução – G1101 – Alarme de Incêndio – 03 unid
- Projeto e Execução – G1103 – Conjunto de Extintores – 06 unid
- Projeto e Execução – G1105 – Iluminação de Emergência – 17 unid
- Projeto e Execução – G1106 – Rede de Hidrantes – 1.272,12m2
- Projeto e Execução – G1107 – Saídas de Emergência – 08 unid
- Projeto e Execução – A0425 – Rede Hidro-Sanitária – 1.272,12m2
- Execução – A0605 – Drenagem – 527,84m2

A responsabilidade técnica pela execução destes serviços foi do Engenheiro Civil *Dario José Zschoerper* CREA/SC 013119-9, ART 5541671-5, 5533206-8, 5533693-5, 5533666-8. O período deu-se de 14 de novembro de 2014 à 07 de agosto de 2015. Endereço da obra: Rua Hans Dieter Schmidt – Bairro Centenário – São Bento do Sul/SC

A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, atesta ainda que os referidos serviços foram desempenhados dentro do que haviam sido previstos no contrato, bem como atendendo normas técnicas vigentes da ABNT.

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA - SC
A 013.248

ANDERSON HINKE
Engenheiro Civil
CREA [illegible]-6

São Bento do Sul, 01 de setembro de 2015.

281

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 20 de outubro de 2009
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CREA-SC

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
252015059813
Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009 do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina - CREA-SC, o Acervo Técnico do(a) profissional e Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica-ART abaixo descritos:

Profissional.: **DARIO JOSE ZSCHOERPER**
Registro.....: PR S3 013119-9
C.P.F.....: 316.569.789-20
Data Nasc....: 01/11/1953
Títulos.....: ENGENHEIRO CIVIL
DIPLOMADO EM 18/08/1977 PELO(A)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA
CURITIBA - PR

•ART 5533206-8
Empresa.....: JDI CONSTRUTORA LTDA EPP
Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
Proprietário.: PREFEITURA MUNICIPAL SAO BENTO DO SUL
Endereço Obra: RUA HANS DIETER SCHMIDT
Bairro..... CENTENARIO
89290 - SAO BENTO DO SUL - SC
Registrada em: 06/08/2015 Baixada em.. 17/08/2015
Período (Previsto) - Início: 14/11/2014 Término.....: 07/08/2015
Autoria: INDIVIDUAL
Tipo...: COMPLEMENTAÇÃO VINCULADA A ART: 5533116-6
Profissional: 013119-9 DARIO JOSE ZSCHOERPER
PROJETO
EXECUCAO
BOCA DE LOBO E/OU DE BUEIRO
Dimensão do Trabalho ..: 8,00 UNIDADE(S)
EXECUCAO
PAVIMENTACAO CERAMICA
Dimensão do Trabalho ..: 1.272,12 METRO(S) QUADRADO(S)
PROJETO
EXECUCAO
INSTALACAO ELETRICA EM BAIXA TENSAO P/ FINS RESIDENCIAIS/COMERCIAIS
Dimensão do Trabalho ..: 1.272,12 METRO(S) QUADRADO(S)
EXECUCAO
ALVENARIA
Dimensão do Trabalho ..: 1.055,68 METRO(S) QUADRADO(S)
COBERTURA
Dimensão do Trabalho ..: 744,28 METRO(S) QUADRADO(S)
MURO DE CONTENCAO
Dimensão do Trabalho ..: 110,00 METRO(S) QUADRADO(S)
PAVIMENTACAO EM CONCRETO
Dimensão do Trabalho ..: 1.055,68 METRO(S) QUADRADO(S)
ATERRO
Dimensão do Trabalho ..: 218,00 METRO(S) CUBICO(S)
TERRAPLENAGEM

282

Certidão de Acervo Técnico - CAT **CREA-SC** CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

Resolução nº 1.025, de 20 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

252015059813

Atividade concluída

Dimensão do Trabalho ..: 620,00 METRO(S) QUADRADO(S)
COMPLEMENTACAO DE ART

•ART 5533666-8

Empresa.....: JDI CONSTRUTORA LTDA EPP
Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
Proprietário.: PREFEITURA MUNICIPAL SAO BENTO DO SUL
Endereço Obra: RUA HANS DIETER SCHMIDT
Bairro..... CENTENARIO
89290 - SAO BENTO DO SUL - SC
Registrada em: 07/08/2015 Baixada em.. 17/08/2015
Período (Previsto) - Início: 14/11/2014 Término.....: 07/08/2015
Autoria: INDIVIDUAL
Tipo...: COMPLEMENTAÇÃO VINCULADA A ART: 5533116-6
Profissional: 013119-9 DARIO JOSE ZSCHOERPER
EXECUCAO
CALCADA
Dimensão do Trabalho ..: 32,05 METRO(S) QUADRADO(S)
PINTURA
Dimensão do Trabalho ..: 3.478,06 METRO(S) QUADRADO(S)
PROJETO
EXECUCAO
ALARME DE INCENDIO
Dimensão do Trabalho ..: 3,00 UNIDADE(S)
CONJUNTO DE EXTINTORES
Dimensão do Trabalho ..: 6,00 UNIDADE(S)
ILUMINACAO DE EMERGENCIA
Dimensão do Trabalho ..: 17,00 UNIDADE(S)
REDE DE HIDRANTES
Dimensão do Trabalho ..: 1.272,12 METRO(S) QUADRADO(S)
SAIDAS DE EMERGENCIA
Dimensão do Trabalho ..: 8,00 UNIDADE(S)
REDE HIDRO-SANITARIA
Dimensão do Trabalho ..: 1.272,12 METRO(S) QUADRADO(S)
EXECUCAO
DRENAGEM
Dimensão do Trabalho ..: 527,84 METRO(S) QUADRADO(S)
COMPLEMENTACAO DE ART

Certidão de Acervo Técnico - CAT **CREA-SC**
Resolução nº 1.025, de 20 de outubro de 2009
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
252015059813
Atividade concluída

•ART 5533693-5
Empresa.....: JDI CONSTRUTORA LTDA EPP
Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
Proprietário.: PREFEITURA MUNICIPAL SAO BENTO DO SUL
Endereço Obra: RUA HANS DIETER SCHMIDT
Bairro..... CENTENARIO
89290 - SAO BENTO DO SUL - SC
Registrada em: 07/08/2015 Baixada em.. 17/08/2015
Período (Previsto) - Início: 14/11/2014 Término.....: 07/08/2015
Autoria: INDIVIDUAL
Tipo...: COMPLEMENTAÇÃO VINCULADA A ART: 5533116-6
Profissional: 013119-9 DARIO JOSE ZSCHOERPER
REFORMA
EDIFICIO DE ALVENARIA P/FINS ESPECIAIS
Dimensão do Trabalho ..: 216,44 METRO(S) QUADRADO(S)

•ART 5541671-5
Empresa.....: JDI CONSTRUTORA LTDA EPP
Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
Proprietário.: PREFEITURA MUNICIPAL SAO BENTO DO SUL
Endereço Obra: RUA HANS DIETER SCHMIDT
Bairro..... CENTENARIO
89290 - SAO BENTO DO SUL - SC
Registrada em: 14/08/2015 Baixada em.. 28/08/2015
Período (Previsto) - Início: 14/11/2014 Término.....: 07/08/2015
Autoria: INDIVIDUAL
Tipo...: SUBST. ART VINCULADA A ART: 5533116-6
Profissional: 013119-9 DARIO JOSE ZSCHOERPER
EXECUCAO
EDIFICIO DE ALVENARIA P/FINS ESPECIAIS
Dimensão do Trabalho ..: 1.055,68 METRO(S) QUADRADO(S)
PROJETO
EXECUCAO
FUNDACOES PROFUNDAS
Dimensão do Trabalho ..: 1.055,68 METRO(S) QUADRADO(S)
ARMADURA
Dimensão do Trabalho ..: 1.055,68 METRO(S) QUADRADO(S)
ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO
Dimensão do Trabalho ..: 1.055,68 METRO(S) QUADRADO(S)
LAJE PRE-FABRICADA
Dimensão do Trabalho ..: 1.055,68 METRO(S) QUADRADO(S)
EXECUCAO
ESTRUTURA DE MADEIRA
Dimensão do Trabalho ..: 744,28 METRO(S) QUADRADO(S)
PROJETO
EXECUCAO

284

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 20 de outubro de 2009
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CREA-SC

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
252015059813
Atividade concluida

REDE DE AGUAS PLUVIAIS
Dimensão do Trabalho ..: 744,28 METRO(S) QUADRADO(S)
GAS CANALIZADO (GLP, GN)
Dimensão do Trabalho ..: 1,00 UNIDADE(S)

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança A013245 a A013245, o atestado contendo 001 página(s) expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico n. 252015059813
05/10/2015,15:17:22

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.
A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova de capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.
A CAT é valida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nele contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.
A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-SC (www.crea-sc.org.br) ou no site do Confea(www.confea.org.br).
A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina
Rodovia Admar Gonzaga, 2125 - Itacorubi - Florianópolis (SC), CEP: 88034-001
Telefone: (48) 3331-2000 Fax: (48) 3331-2009 E-mail: crea-sc@crea-sc.org.br

CREA-SC

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Comarca de São Bento do Sul

CERTIDÃO

FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CERTIDÃO Nº: 4100567 **FOLHA: 1/1**

À vista dos registros cíveis constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de São Bento do Sul, com distribuição anterior à data de 23/02/2017, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

JDI CONSTRUTORA LTDA, portador do CNPJ: 00.532.657/0001-08. **********

OBSERVAÇÕES:

a) para a emissão desta certidão, foram considerados os normativos do Conselho Nacional de Justiça;

b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;

c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico http://www.tjsc.jus.br/portal, opção Certidões/Conferência de Certidão;

d) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha, Fórum Bancário e Distrital do Continente;

e) certidão é expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

São Bento do Sul, quinta-feira, 23 de fevereiro de 2017.

PEDIDO Nº: *5687880*

CONSTRUTORA LTDA.

286

Envelope nº 02 "PROPOSTA DE PREÇOS"
JDI Construtora Ltda
Rua Augusto Wunderwald, 197 - Progresso
São Bento do Sul / SC
Destinatário: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
AT: Comissão Permanente de Licitação
Tomada de Preços nº 001/2017

CONSTRUTORA LTDA.

J.D.I CONSTRUTORA LTDA

RUA: AUGUSTO WUNDERWALD, 197 - PROGRESSO
89.290-000 - SÃO BENTO DO SUL - SANTA CATARINA
CNPJ 00.532.657/0001-08 - INSC. ESTADUAL. 253.260.116
FONE/FAX: 0xx(47) 36335324 - *e-mail*: jdi_emp@yahoo.com.br

PROPOSTA DE PREÇOS

São Bento do Sul, 02 de março de 2017.

À Comissão Permanente de Licitações
Ref.: Edital de Tomada de Preços nº 001/2017
Processo nº 266/2017

Prezados Senhores

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sª nossa proposta de preços, a preços fixos e sem reajuste, relativa à execução de obra de complementação da quadra poliesportiva na localidade de Campina dos Maia, Piên/PR, da licitação em epígrafe.

O preço global proposto para execução da obra de complementação da quadra poliesportiva, objeto da licitação supramencionada é de R$ 53.500,17 (Cinqüenta e três mil, quinhentos reais, dezessete centavos).

O prazo de execução do objeto é de 90 (Noventa) dias contados a partir do recebimento da Requisição de Empenho.

Declaramos que temos pleno conhecimento das condições locais das obras/dos serviços e todas as dificuldades porventura existentes para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, bem como, que recebemos a documentação e informações pertinentes à execução da obra.

Atenciosamente,

João Carlos da Silva
RG 249.073 SSP/SC

JDI Construtora Ltda.
João Carlos da Silva
Sócio Administrador

Dário José Zschoerper
CREA/SC 013119-9

Dario José Zschoerper
Engenheiro Civil
CREA-SC 013119-9

J.D.I CONSTRUTORA LTDA
RUA: AUGUSTO WUNDERWALD, 197 - PROGRESSO
89.290-000 - SÃO BENTO DO SUL - SANTA CATARINA
CNPJ 00.532.657/0001-08 - INSC. ESTADUAL. 253.260.116
FONE/FAX: 0xx(47) 36335324 - *e-mail*: jdi_emp@yahoo.com.br

Obra: SERVIÇOS COMPLEMENTARES DA QUADRA POLIESPORTIVA NA E.M. FREI DEMÉTRIO - CAMPINA DOS MAIAS - PIÊN/PR

Data: 02/03/2017

BDI: 20,43% - já incorporado aos preços intários / Encargos sociais sobre preços da mão de obra: 74,17% (Hora)

Tomada de Preços nº 001/2017

Elaboração: Simon Schneider, Engenheiro Civil, CREA PR VISTO 70380

Processo nº 268/2017

Item	Discriminação dos Serviços	Quant.	Unid.	R$ Unit. Mão Obra	Total Mão Obra	R$ Unit. Material	Total Material	Total Unitario	TOTAL	Complementação da Descrição	%	Codigo ref. SINAPI/ORSE
1	**SERVIÇOS PRELIMINARES**											
1.1	Placa de Obra em chapa de aço galvanizado	3,60	m2	70,00	252,00	250,00	900,00	320,00	1.152,00	Placa obra 2,40x1,50m ch galv. Pint c/tinta autom.	2,15%	74209/001
CUSTO TOTAL DO ÍTEM					252,00		900,00		1.152,00		2,15%	
2	**DRENAGEM DO TALUDE**											
2.1	Escavação manual em solo-prof até 1,50 M	10,13	m3	35,00	354,55	4,00	40,52	39,00	395,07	Escavação para meia-cana, tubulação e caixas	0,73%	79517/001
2.2	Regularização e compactação manual de terreno com soquete	36,75	m2	6,00	220,50	0,50	18,38	6,50	238,88	Regularização p/plantio de grama e meia cana	0,45%	5622
2.3	Caixa de passagem 50x50x60 fundo brita com tampa	4,00	Unid.	85,00	340,00	200,00	800,00	285,00	1.140,00	Caixas de passagem de drenagem	2,13%	83448
2.4	Tubo PVC, serie normal, esgoto predial, DN 150mm, fornecido e instalado em subcoletor aéreo de esgoto sanitário. AF 12/2014 P	16,00	m	15,00	240,00	35,00	560,00	50,00	800,00	Tubo coletor de drenagem	1,50%	89849
2.5	Reaterro de vala com compactação manual	3,75	m3	50,00	187,50	5,00	18,75	55,00	206,25	Reaterro elementos drenagem	0,39%	73964/006
2.6	Plantio de grama São Carlos em leivas	245,00	m2	2,50	612,50	6,50	1.592,50	9,00	2.205,00	Plantio de grama em volta da meia cana cfe. Proj.	4,12%	85.179,00
2.7	Calha em concreto simples, meia can de concreto, diametro 300mm	46,00	m	7,68	353,28	23,05	1.060,30	30,73	1.413,58	Meia cana de concreto com argamassa cfe. Proj.	2,64%	73882/002
2.8	Enrocamento com pedra argamassada traço 1:4 com pedra de mão	0,60	m3	168,16	100,90	252,23	151,34	420,39	252,24	Bacia de dissipação com rachão argamassada	0,47%	73611
CUSTO TOTAL DO ÍTEM					2.409,23		4.241,79		6.651,02		12,43%	
3	**PISO AO REDOR DA QUADRA EXISTENTE**											
3.1	Regularização e compactação manual de terreno com soquete	225,00	m2	6,00	1.350,00	0,50	112,50	6,50	1.462,50	Nivelamento em terra ao redor da quadra	2,73%	5622
3.2	Lastro de brita	6,75	m3	20,00	135,00	60,00	405,00	80,00	540,00	Lastro de brita 3cm para piso	1,01%	74164/004
3.3	Piso concreto 20 Mpa preparo mecanico, espessura 7cm, incl. selante elastico a base de poliuretano	225,00	m2	18,00	4.050,00	30,00	6.750,00	48,00	10.800,00	Piso de concreto desemp. Ao redor quadra, acab.	20,19%	68325
CUSTO TOTAL DO ÍTEM					5.535,00		7.267,50		12.802,50		23,93%	
4	**ARQUIBANCADA**											
4.1	Corte e dobra de aço CA-60, diâmetro de 5,0mm, utilizado em estruturas diversas, exceto lajes	269,80	kg	3,00	809,40	6,00	1.618,80	9,00	2.428,20	Aço para estrutura de concreto armado p/arquib.	4,54%	92791

JDI Construtora Ltda.

João Carlos da Silva
Sócio Administrador

Dario José Schoerper
Engenheiro Civil
CREA-SC 013119-9

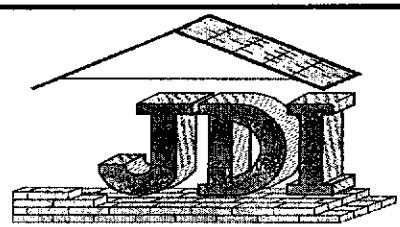
268

J.D.I CONSTRUTORA LTDA
RUA: AUGUSTO WUNDERWALD, 197 - PROGRESSO
89.290-000 - SÃO BENTO DO SUL - SANTA CATARINA
CNPJ 00.532.657/0001-08 - INSC. ESTADUAL. 253.260.116
FONE/FAX: 0xx(47) 36335324 - *e-mail*: jdi_emp@yahoo.com.br

4.2	Corte e dobra de aço CA-50, diâmetro de 8,0mm, utilizado em estruturas diversas, exceto lajes	352,00	kg	3,00	1.056,00	5,50	1.936,00	8,50	2.992,00	Aço para estrutura de concreto armado p/arquib.	5,59%	92793
4.3	Corte e dobra de aço CA-50, diâmetro de 10,0mm, utilizado em estruturas diversas, exceto lajes	422,00	kg	2,50	1.055,00	4,50	1.899,00	7,00	2.954,00	Aço para estrutura de concreto armado p/arquib.	5,52%	92794
4.4	Corte e dobra de aço CA-50, diâmetro de 12,5mm, utilizado em estruturas diversas, exceto lajes	144,00	kg	2,00	288,00	4,00	576,00	6,00	864,00	Aço para estrutura de concreto armado p/arquib.	1,62%	92795
4.5	Forma tábuas madeira 3A p/peças concreto arm, reapr 2X, incl montagem e desmontagem	155,00	m2	15,00	2.325,00	25,00	3.875,00	40,00	6.200,00	Formas para estrutura de concreto armado	11,59%	5970
4.6	Concreto FCK=20MPa, virado em betoneira, sem lançamento	15,69	m3	140,00	2.196,60	260,00	4.079,40	400,00	6.276,00	Todas as peças concreto armado (sap.vig.pil.lajes)	11,73%	73872/002
4.7	Lançamento com uso de baldes, adensamento e acabamento de concreto em estruturas.AF 12/2015	15,69	m3	70,00	1.098,30	100,00	1.569,00	170,00	2.667,30	Lançamento do concreto armado	4,99%	92873
4.8	Alvenaria de vedação de blocos cerâmicos furados na vertical de 9x19x39cm (espessura 9cm) de paredes com área líquida maior ou igual a 6m2 com vãos e argamassa de assentamento com preparo em betoneira. AF 06/2014	46,71	m2	10,00	467,10	25,00	1.167,75	35,00	1.634,85	Alvenaria de fechamentos da arquibancada	3,06%	87489
4.9	Chapisco aplicado tanto em pilares e vigas de concreto como em alvenaria de paredes internas, com colher de pedreiro. Argamassa traço 1:3 com preparo em betoneira 400L. AF 06/2014	161,39	m2	1,00	161,39	2,00	322,78	3,00	484,17	Chapisco em todas as faces da arquibancada	0,91%	87879
4.10	Emboço para recebimento de cerâmica, em argamassa traço 1:2:8, preparo manual, aplicado manualmente em faces internas de paredes de ambientes com área maior que 10m2, espessura de 20mm, com execução de taliscas. AF 06/2014	161,39	m2	10,00	1.613,90	10,00	1.613,90	20,00	3.227,80	Reboco c/areia fina em todas as faces da arquib.	6,03%	87536
4.11	Alvenaria de embasamento em tijolos cerâmicos maciços 5x10x20cm, assentado com argamassa traço 1:2:8 (cimento, cal e areia)	0,57	m3	200,00	114,00	400,00	228,00	600,00	342,00	Alvenaria maciça para degraus da arquibancada	0,64%	6110
4.12	Aplicação de fundo selador acrílico em paredes, uma demão. AF 06/2014	161,39	m2	1,00	161,39	1,50	242,09	2,50	403,48	Pintura c/fundo selador em todas faces arquib.	0,75%	88485
4.13	Pintura acrílica em piso cimentado duas demãos	161,39	m2	5,00	806,95	10,00	1.613,90	15,00	2.420,85	Pintura c/tinta acrilica piso em todas faces arquib.	4,52%	68325
CUSTO TOTAL DO ÍTEM					12.153,03		20.741,62		32.894,65		61,49%	
TOTAL DO ORÇAMENTO					**20.349,26**		**33.150,91**		**53.500,17**		**100%**	

DARIO JOSÉ ZSCHOERPER
ENGENHEIRO CIVIL - CREA/SC 013119-9
Dario José Zschoerper
Engenheiro Civil
CREA-SC 013119-9

JOÃO CARLOS DA SILVA
RG 249.073
JDI Construtora Ltda.
João Carlos da Silva
Sócio Administrador



J.D.I CONSTRUTORA LTDA
RUA: AUGUSTO WUNDERWALD, 197 - PROGRESSO
89.290-000 - SÃO BENTO DO SUL - SANTA CATARINA
CNPJ 00.532.657/0001-08 - INSC. ESTADUAL. 253.260.116
FONE/FAX: 0xx(47) 36335324 - *e-mail*: jdi_emp@yahoo.com.br

Cronograma Físico Financeiro

Data: 02/03/2017

Obra: SERVIÇOS COMPLEMENTARES DA QUADRA POLIESPORTIVA NA E.M. FREI DEMÉTRIO - CAMPINA DOS MAIAS - PIÊN/PR

Tomada de Preços nº 001/2017

Elaboração: Simon Schneider, Engenheiro Civil, CREA PR VISTO 70380

Processo nº 266/2017

ITEM	DESCRIÇÃO ETAPA	Medição 1		Medição 2		Medição 3		FINAL	
		Físico (%)	Financeiro (R$)	Físico (%)	Financeiro (R$)	Físico (%)	Financeiro (R$)	Físico (%)	Financeiro (R$)
1.1	Serviços Preliminares	100%	1.152,00					100%	1.152,00
1.2	Drenagem do Talude	100%	6.651,02					100%	6.651,02
1.3	Piso ao redor da quadra existente					100%	12.802,50	100%	12.802,50
1.4	Arquibancada			70%	23.026,25	30%	9.868,40	100%	32.894,65
	TOTAL POR MEDIÇÃO	14%	R$ 7.803,02	43%	R$ 23.026,25	43%	R$ 22.670,90	**100%**	**R$ 53.500,17**
	TOTAL ACUMULADO POR MEDIÇÃO	14%	R$ 7.803,02	57%	R$ 30.829,27	100%	R$ 53.500,17		

JDI Construtora Ltda.
João Carlos da Silva
Administrador

Dario José Zschoerper
Engenheiro Civil
CREA-SC 013119-9

290

Portal da Transparência - Governo Federal - http://www.portaltransparencia.gov.br

291

Você está em:
Início » **CEIS**

CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS (CEIS)

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) é um banco de informações mantido pela Controladoria-Geral da União que tem como objetivo consolidar a relação das empresas e pessoas físicas que sofreram sanções das quais decorra como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública. Saiba mais

Consulta

CPF/CNPJ:	04775220000148
Nome, Razão Social ou Nome Fantasia:	(Opcional)
Tipo de Sanção:	Todos

Quantidade de registros encontrados: 0 **Data:** 02/03/2017 14:41:38

Não foram encontrados registros que atendam ao seguinte critério de busca:

CNPJ/CPF: 04775220000148

Página 1/1

ATENÇÃO
Este cadastro visa dar publicidade às sanções administrativas aplicadas contra licitantes e fornecedores. As informações aqui veiculadas são de inteira responsabilidade das entidades que as prestaram, não podendo a União ser responsabilizada pela veracidade e/ou autenticidade de tais informações nem pelos eventuais danos diretos ou indiretos que delas resultem causados a terceiros.

* Designação do apenado, conforme informado pelo órgão sancionador (publicação no DOU; dados constantes de Ofício, etc.)

** Constatou-se que o nome informado pelo órgão sancionador diverge significativamente do constante do cadastro da Receita Federal, considerando-se o CPF/CNPJ informados. O nome constante do cadastro da Receita Federal pode ser verificado clicando-se sobre o respectivo registro. A divergência pode indicar apenas uma alteração no nome do sancionado ou uma inconsistência dos dados informados. Mais informações podem ser obtidas junto ao órgão sancionador.

292

TCEPR

Consulta de Impedidos de Licitar

Pesquisa Impedidos de Licitar

Fornecedor

Tipo documento: CNPJ ▾ Número documento: 04775220000148

Nome:

Período publicação: de: até:

Data de Início Impedimento: de: até:

Data de Fim Impedimento: de: até:

Pesquisar

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

ENVELOPE Nº 01 :`` DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO´´

LICITANTE : CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA –ME
CNPJ: 04.775.220/0001-48
CREA SC : 087590-9

RUA CORONEL VERÍSSIMO DE SOUZA FREITAS Nº365
BAIRRO DAS CASCATAS – CAMPO ALEGRE -SC
DESTINATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
AT : COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 001 / 2017

CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA
Rua Wigando Dietrich, 57 - Cascatas
Campo Alegre - SC
Email: castroconstrucoes@hotmail.com
CEP: 89.289-000
São Bento do Sul - SC

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN – PARANÁ

CADASTRO DE HABILITAÇÃO PARA LICITAÇÕES

CERTIFICADO DE REGISTRO N°287

Nome/Razão Social: **Castro Construções Ltda ME.**		
Endereço: **Rua Coronel Veríssimo de Souza Freitas, n° 365- Bairro Cascata – Campo Alegre/SC - CEP: 89294-000**		
E-mail: **castroconstrucoesltda@hotmail.com**	Telefone: **(47) 3633-3136**	Fax: **(47) 3633-3136**
CNPJ: **04.775.220/0001-48**	Inscrição Estadual: **Isento**	Inscrição Municipal: **14370**
Responsável pela Empresa: **João Castro**	RG: **5.14953-SSP/SC**	CPF: **179.691.079-15**
Objeto Social: **Comércio varejista de materiais de construção em geral;** **Construção, reformas, restauração de Edificações. (CNAE 4521-7/01)**		
Certificamos que a empresa acima identificada encontra-se registrada no *Cadastro de Habilitação para Licitações*, nesta Prefeitura, nos termos da Lei 8.666/93, tendo apresentado os seguintes documentos (cópia autenticada): - Contrato Social e sua última alteração; - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ (Cartão de Identificação); - Comprovante de Inscrição Estadual (CICAD) ou Ficha de Atualização Cadastral (FAC); - Comprovante de Inscrição Municipal.		

Patricia Aparecida Trojanovski

Presidente da Comissão de Licitação

(Decreto n° 003/2017)

Este certificado é fornecido gratuitamente, tendo validade por 01 (um) ano, a partir da data de emissão.

Emitido em: 02 de março de 2017.

Castro Construções Ltda.

Razão Social: CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA.

CNPJ: 04.775.220/0001-48

Endereço: RUA CORONEL VERISSIMO DE SOUZA FREITAS, nº 365 Bairro CASCATA, Campo Alegre/SC

CEP: 89.285-675

Fone: (47) 3633-3136

Tomada de Preços nº 001/2017

Declaramos para os fins de direito, e sob as penas da lei, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório em epígrafe, instaurado por este município, que:

1. Não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal n.º 9854, de 27.10.99, que altera a Lei n.º 8666/93;
2. Nenhum de nossos sócios é servidor (a) ou dirigente de órgão do Município de Piên;
3. Não estamos suspensos temporariamente de participar em licitação ou impedidos de contratar com a Administração;
4. Não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer e suas esferas;

5. Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
6. Somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou de origem nativa de procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal aprovados por órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), com autorização de transporte concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA, tendo ciência que o não atendimento da presente exigência na fase de execução do contrato poderá acarretar as sanções administrativas previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal 8.666/93, e no artigo 72, 8º, inciso V da Lei Federal 9.605/98, sem prejuízo das implicações de ordem criminal contempladas na referida Lei.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

São Bento do Sul, 01 de Março de 2017.

JOÃO CASTRO
Sócio Administrador
RG: 514.953

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: CASTRO CONSTRUCOES LTDA - ME
CNPJ: 04.775.220/0001-48

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://www.receita.fazenda.gov.br> ou <http://www.pgfn.fazenda.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 13:56:35 do dia 08/02/2017 <hora e data de Brasília>.
Válida até 07/08/2017.
Código de controle da certidão: **FE0E.61E6.7F7E.F98A**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA ME**
CNPJ/CPF: **04.775.220/0001-48**

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	**Lei nº 3938/66, Art. 154**
Número da certidão:	**170140014887003**
Data de emissão:	**16/02/2017 08:50:16**
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei n 15.510/11.):	**17/04/2017**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: http://www.sef.sc.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 16/02/2017 08:50:16

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA DE FINANÇAS

299

Data: 16/02/2017 08h21min

Número	Validade
151	15/08/2017

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA - ME CNPJ: 04.775.220/0001-48

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à | Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos às inscrições abaixo caracterizadas.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Inscrições

Contribuinte: 12331 - CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA - ME
Endereço: Rua CEL VERISSIMO S. FREITAS, 365* - Bairro CASCATAS - Compl. sala 01 - CEP 89.294-000

Econômico: 10852 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
Endereço: Rua CEL VERISSIMO S. FREITAS, 365* - Bairro CASCATAS - Compl. sala 01 - CEP 89.294-000

Código de Controle

DAA0PGQO3H7W1811

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.
http://www.campoalegre.sc.gov.br/

Campo Alegre (SC), 16 de Fevereiro de 2017

CNPJ: 76.002.666/0001-40

Prefeitura Municipal de Piên

Rua Amazonas nº 373 - Centro - Piên - Paraná - CEP 83.860-000

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

IMPORTANTE:	1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO. 2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ **01/04/2017**, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

Piên, 02 de Março de 2017

NEGATIVA Nº: 410/2017	**CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 9ZTMJ42QEM4C4423QRT**

FINALIDADE: CADASTRO E/OU CONCORRÊNCIA E/OU LICITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA

INSCRIÇÃO EMPRESA DE FORA	CNPJ/CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	ALVARÁ
50547	04.775.220/0001-48	ISENTO	

ENDEREÇO

RUA WIGANDO DIENER, 52 - 25 DE JULHO CEP: 89290000 São Bento do Sul - SC

CNAE / ATIVIDADES

Comércio varejista de materiais de construção em geral

Mirian Balan
Assistente Administrativo
Matrícula Nº 010390-1
Departamento de Receitas

Emitido por: MIRIAN BALAN

IMPRIMIR VOLTAR

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 04775220/0001-48
Razão Social: CASTRO CONSTRUCOES LTDA
Endereço: RUA CEL VERISSIMO DE SOUZA FREITAS 365 SALA 01 / CASCATA / CAMPO ALEGRE / SC / 89294-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/02/2017 a 09/03/2017

Certificação Número: 2017020803405943853720

Informação obtida em 16/02/2017, às 09:14:50.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CASTRO CONSTRUCOES LTDA - ME (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 04.775.220/0001-48
Certidão nº: 124704828/2017
Expedição: 16/02/2017, às 09:16:55
Validade: 14/08/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CASTRO CONSTRUCOES LTDA - ME (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **04.775.220/0001-48, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

SIMPLES NACIONAL

Simples Nacional - Consulta Optantes

Data da consulta: 16/02/2017

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ : **04.775.220/0001-48**
A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial : **CASTRO CONSTRUCOES LTDA - ME**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional : **Optante pelo Simples Nacional desde 01/07/2007**

Situação no SIMEI: **NÃO optante pelo SIMEI**

Períodos Anteriores

Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Opções pelo SIMEI em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Agendamentos (Simples Nacional)

Agendamentos no Simples Nacional: **Não Existem**

Eventos Futuros (Simples Nacional)

Eventos Futuros no Simples Nacional: **Não Existem**

Eventos Futuros (SIMEI)

Eventos Futuros no SIMEI: **Não Existem**

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
E AGRONOMIA DO PARANÁ

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que a empresa encontra-se regularmente registrada nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, estando habilitada a exercer suas atividades no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Certidão nº: 20536/2017 **Validade:** 20/08/2017

Razão Social: CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 04775220000148
Num. Registro: 50556 **Registrada desde :** 03/11/2010
Capital Social: R$ 150.000,00
Endereço: RUA CORONEL VERÍSSIMO DE SOUZA FREITAS, 365 SALA 01 CASCATA
Município/Estado: SAO BENTO DO SUL-SC **CEP:** 89291570
Objetivo Social:
Comércio varejista de materiais de construção em geral. (CNAE 4744-0/99). Comércio varejista de materiais escolares. (CNAE 4761-3/03). Comércio varejista de artigos do vestuário e seus acessórios. (CNAE 4781-4/00). Construção, reforma, restauração de edificações (CNAE 4521-7/01).
Restrição de Atividade : As atividades da Empresa ficam restritas às Atribuições do(s) Profissional(is) Responsável(is) Técnico(s).

Encontra-se quite com a anuidade relativa ao exercício de 2017.
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Responsável(eis) Técnico(s):

1 - CLEVERSON BAUMEL
Carteira: SC-465114/D Data de Expedição: 14/07/1973
Desde: 03/11/2010 Carga Horária: 4: H/D
Visto Nº: 66378 Data do Visto: 22/02/2002
Título: ENGENHEIRO CIVIL Situação: Regular
DA RESOLUCAO 218 - ARTIGO 07 do CONFEA

Para fins de: CADASTRO

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 62199/2017, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Emitida via Internet em 21/02/2017 14:09:06

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 002/2014.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Tomada de Preços nº 001 / 2017 - Processo nº 0266 / 2017

Conforme o disposto no Edital em epígrafe e de acordo com a Resolução nº 218 de 29/06/73 e nº 317, de 31/10/86, do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura, e Agronomia, declaramos que o responsável técnico pela obra, caso venhamos a vencer a referida licitação, é:

nº	Nome	Especialidade	CREA nº	Data do registro visto Paraná	Assinatura
01	CLEVERSON BAUMEL	ENGENHEIRO CIVIL	SC 465114-D Visto PR- 066378	22-02-2002	

Declaramos, outrossim, que o(s) profissional(ais) acima relacionado(s) pertence(m) ao nosso quadro técnico de profissionais.

PIÊN, 02 DE MARÇO DE 2017

JOÃO CASTRO – RG: SSP / 514.953
Responsável legal da
CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA - ME

Castro Construções Ltda.
CNPJ: 04.775.220/0001-48 I.E.: 255348835
Rua Cel. Verissimo de Sousa Freitas, 365
Cascata - Campo Alegre - SC

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
E AGRONOMIA DO PARANÁ

Certidão de Registro de Pessoa Física e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: **20534/2017** Validade: 20/08/2017

Nome: CLEVERSON BAUMEL
Carteira - CREA-SC Nº :SC-465114/D
Registro Nacional : 2500829901
Registrado(a) desde : 14/07/1973
Visto Nº : 066378
Dt. Expedição Visto : 22/02/2002
Filiação : ILTON JOSE BAUMEL
IZABEL DO CARMO RUDNICK BAUMEL
Data de Nascimento : 27/04/1973
Carteira de Identidade : 2.373.903
Naturalidade : SAO BENTO DO SUL/SC
CPF : 71066322953

Título: ENGENHEIRO CIVIL
UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU-SC
Diplomação : 07/02/1998
Situação : Regular
Atribuições profissionais:
DA RESOLUCAO 218 - ARTIGO 07 de 29/06/1973 do CONFEA

Responsabilidade Técnica/Quadro Técnico:
50556 - CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA
Desde: 03/11/2010 Carga Horária: 4 Horas

Encontra-se quite com a anuidade relativa ao exercício de 2017.
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Para fins de: Cadastro

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 62191/2017.

Emitida via Internet em 21/02/2017 14:08:18

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 002/2014.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A empresa : CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA – ME , estabelecida à rua Wigando Diener , nº 52, bairro : Vinte e Cinco de Julho , São Bento do Sul, Santa Catarina , CNPJ: 04.775.220 / 0001-48 e INSCRIÇÃO ESTADUAL : 255.348.835 , registrado no CREA / SC sob o nº 087590-9 , representada por João Castro , doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e de outro lado : Cleverson Baumel, engenheiro civil registrado no CREA / SC sob o nº 046511-4 , residente à rua Felipe Schmidt nº 355 , bairro : Centro , São bento do Sul , Santa Catarina , com RG : SSP- 2.373.903 e CPF: 710.663.229-53 , doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, ajustam entre si o presente termo de contrato como segue:

Cláusula 1º - O contratado obriga-se a prestar serviços em qualquer município onde haja obras em andamento do contratante nos dias e horários seguintes: de segunda-feira à sexta-feira de todas as semanas, nos horários das : 8:00 às 12:00 horas.

Cláusula 2º - Todo o material necessário utilizado pelo contratado na execução dos serviços do contratante, será fornecido pelo contratante.

Cláusula 3º - O transporte e as despesas com alimentação quando necessário a visitas às obras, correrá por conta do contratante.

Cláusula 4º - Responderá o contratado, na condição de responsável técnico pelas atividades desenvolvidas pela contratante (Castro Construções Ltda).

Cláusula 5º - O contratado ficará responsável pelas visitas e acompanhamentos de obras e projetos que demandarão de quatro (04) horas diárias.

Cláusula 6º - Se o houver horário extra ou suplementar, o valor desta hora será de cinqüenta (50 %) porcento superior da hora normal.

Cláusula 7º - Considerar-se-á rescindido o presente contrato, independente de notificação judicial e extrajudicial, para ambas partes, desde que comunicado por escrito com antecedência de trinta dias a parte interessada.
Caso contrario , a vigência do contrato é por tempo indeterminado.

Cláusula 8º - Fica eleito o fórum de São Bento do Sul para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato.

Cláusula 9º - A remuneração mensal será de R$ 3.060,00 (equivalente à 06 salários mínimos mensais), pela jornada de 4:00 horas diárias.

Continua outra página .....

1º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE SÃO BENTO DO SUL / SC
Rua Dr. Frederico Kilian, 1000 - Centro - São Bento do Sul - SC
FELIPE URIEL FELIPETTO MARTAU - TABELIÃO
Autenticação
Confere fielmente com o original apresentado, dou fé.
Sao Bento do Sul-SC, 21/02/2017.
Emol.: 3,30 - Selo:1,85 - Total: 5,15
SeloDigital de fiscalização do Tipo: NORMAL nº ENG46209-3O3C
ROSANE SLUMINSKI -ESCREVENTE
Confira os dados do ato em selo.tjsc.jus.br

E por estarem juntos e perfeitamente acertados , assinam o presente contrato , Instrumento de duas (02) vias de igual teor.

São Bento do Sul, 13 de Março de 2010.

SÃO BENTO DO SUL - SC RECONHECIDA

João Castro -Castro Construções Ltda
Contratante

FIRMA SÃO BENTO DO SUL - SC RECONHECIDA

Cleverson Baumel – engenheiro civil
Contratado

Ivanor Varella - 1º testemunha

Ilton José Baumel - 2º testemunha

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE SÃO BENTO DO SUL - SC
RUA VISCONDE DE TAUNAY, 119 - CENTRO - SÃO BENTO DO SUL - SC
CEP: 89.280-172 - TELEFAX: (47) 3634-1134 - 3634-1084
FELIPE URIEL FELIPETTO MALTA - TABELIÃO

Reconheço e dou fé por VERDADEIRA a(s) firma(s) de:
CLEVERSON BAUMEL.....
Em testemunho da verdade.
São Bento do Sul-SC, 15/10/2010
Emol.:1,90 - Selo: 1,00 - Total: 2,90 - Selo:BXL80753

JEANE CRISTINE PACHECO - ESC. AUTORIZADA

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
SELO DE FISCALIZAÇÃO
BXL 80753

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE SÃO BENTO DO SUL - SC
R. JORGE LACERDA, 189 - CENTRO - SÃO BENTO DO SUL - SC - CEP:89285-174 - TELEFAX: (47) 3635-2011
www.cartoriobs.com.br - Horário de Funcionamento: 8:30-12:00 e 13:30-18:00
FELIPE URIEL FELIPETTO MALTA - TABELIÃO

Reconheço e dou fé por VERDADEIRA a(s) firma(s) de:
JOAO CASTRO.....
São Bento do Sul-SC, 01/09/2011. Em testemunho da verdade.
Emol.2,00 - Selo: 1,20 - Total: R$ 3,20
JEANE C.PACHECO - ESCREVENTE
Selo fiscalização do Tipo: NORMAL nº CLH88530-47X4
Consulte os dados do Ato em selo.tjsc.jus.br

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE SÃO BENTO DO SUL - SC

Autenticação
Confere fielmente com o original apresentado, dou fé.
São Bento do Sul-SC, 21/02/2017.
Emol.: 3,30 - Selo:1,85 - Total: 5,15
SeloDigital de fiscalização do Tipo: NORMAL nº ENG46208-47UI
ROSANE SLUMINSKI -ESCREVENTE
Confira os dados do ato em selo.tjsc.jus.br

ATESTADO DE VISITA

Ref.: Edital de Tomada de Preços nº 01/2017

Declaramos que o Engenheiro civil ***CLEVERSON BAÜMEL***, CREA nº ***046511-4 SC*** da proponente ***CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA ME***, devidamente credenciado, visitou o local da execução da obra, objeto da Tomada de Preços em epígrafe.

Piên, 23 de fevereiro de 2017.

Simon Schneider, RG 6.268.104-7 SSP-PR

Cleverson Baümel, RG 2.373.903/SC, CREA: 046511-4 SC

ATESTADO TÉCNICO

DOCUMENTO 64/2016

Atesto, para os fins de comprovação de Capacidade Técnica, que a empresa: CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA – ME, com sede na Rua Coronel Veríssimo de Souza Freitas - n° 365, Bairro das Cascatas, Campo Alegre –SC, registrado no visto CREA-Pr nº 50556, inscrito no CNPJ: 04.775.220 / 0001-48, tendo como o seu responsável técnico pela empresa: Cleverson Baumel, engenheiro Civil, CREA: SC-465114 / D, inscrito no CPF: 710.663.229-53, que esta empresa construiu para a Prefeitura Municipal de PIÊN – Pr, conforme o contrato: Nº 023 / 2015, a execução da construção da:

Quadra Poliesportiva em concreto com área de: 550,00 m2 de piso, com estrutura metálica e chapas galvanizadas com área coberta de :866,00, vestiário em alvenaria com área: 33,00 m2, passarela metálica com área de: 30,00 m2, localizada no bairro: Campina dos Maias, município de Piên – Paraná, **com área de edificação total: 938,80 m2.**

Os serviços executados foram os seguintes:

- Serviços preliminares
- Piso da quadra de esportes em concreto
- Fundações em concreto armado
- Estruturas em concreto armado
- Estruturas metálicas na cobertura e na passarela
- Cobertura
- Fechamento das laterais e oitões da cobertura com aço galvanizado
- Instalações elétricas de baixa tensão
- Instalações hidráulicas
- Sistema de drenagem
- Vedação de paredes em alvenaria
- Alambrado metálico
- Pinturas e revestimentos

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva ART
CREA - PR
A 010.211

Conforme mencionado da ART Nº 20151351572

Responsável técnico pela elaboração / execução: Cleverson Baumel – Engenheiro Civil – CREA:SC- 465114 / D.

A localização da obra: Estrada Municipal KO-402 S/ N, bairro: Campina dos Maias Município de Piên – estado do Paraná.

Período de execução da obra: início- 21/05/2015 - término-: 11/05/2016.

Piên, 23 de Junho de 2016.

SIMON SCHNEIDER
Engenheiro Civil
Prefeitura Municipal de Piên
CREA/PR Visto 70380

Prefeitura Municipal de Piên – Paraná
Inscrita CNPJ sob o n° : 76.002.666/0001-40

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE SÃO BENTO DO SUL - SC
R. JORGE LACERDA, 185 - CENTRO - SÃO BENTO DO SUL - SC - CEP: 89.288-170 - TELEFAX: (47) 3635-2218
Horário de Funcionamento: 8:30-12:00 e 13:30-18:00
FELIPE URIEL FELIPETTO MALTA - TABELIÃO

Autenticação

Confere fielmente com o original apresentado, dou fé.
Sao Bento do Sul-SC, 21/02/2017.
Emol.: 3,30 - Selo:1,85 - Total: 5,15
SeloDigital de fiscalização do Tipo: NORMAL-nº ENG46207-GP51

ROSANE SLUMINSKI -ESCREVENTE
Confira os dados do ato em selo.tjsc.jus.br

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico com Atestado

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo procedeu a(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART(s) referente(s) ao(s) serviço(s)/obra(s) descrito(s) nesta Certidão, integrando desta forma sua experiência profissional, conforme o Artigo 47º da Resolução nº 1025/2009, do CONFEA.

Certifica que, conforme dispõe o Artigo 2º da Lei Federal n.º 6.496/77, a ART define para os efeitos legais os responsáveis técnicos pelo empreendimento de engenharia e agronomia.

Certifica que, cabe ao(a) profissional a responsabilidade quanto a realização e conclusão do(s) serviço(s), bem como seus quantitativos, sendo de responsabilidade deste Órgão apenas a verificação da(s) atividade(s) condizente(s) com o registro e a(s) atribuição(ões) profissional(is), em conformidade com a Lei Federal n.º 5.194/66, Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA e Instruções Normativas deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

Certifica que a capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico e varia em função de alteração dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico, conforme o Artigo 48º da Resolução 1025/2009 do CONFEA.

Certifica que, a critério do(a) profissional, esta Certidão de Acervo Técnico estará acompanhada do Atestado emitido pelo(a)(s) contratante(s) constante(s) da(s) ART(s) acervada(s), o qual será um complemento que conterá detalhamentos quanto ao(s) serviço(s)/obra(s), abrangentes aos dados desta Certidão, e que atenderá a exigência prevista no Artigo 30, § 1º, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Certifica que ficam cientes o(a) profissional detentor e a quem interessar possa, recebedores desta, que as informações constantes no Atestado, em desacordo com a presente Certidão de Acervo Técnico, não é(são) de responsabilidade do CREA-PR, e sim de seu(s) emitente(s), restringindo-se à presente Certidão às atividades registradas na(s) ART(s) acervada(s), conforme disposto na Lei Federal n.º 6.496/77.

Certificamos, finalmente, que quaisquer eventuais informações divergentes apresentadas em Atestado não se vinculam à presente Certidão, sendo o conteúdo daquele de responsabilidade do(s) seu(s) emitente(s).

ENGENHEIRO CIVIL
CLEVERSON BAUMEL
Carteira Profissional:SC-465114/D
RNP Nº:2500829901
Acervo Técnico Nº.:**3292/2016**
Protocolo Nº.:**2016/00233696**
Selos de autenticidade:**A 010.211**

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

CLEVERSON BAUMEL
Carteira Profissional:SC-465114/D
Acervo Técnico Nº.:**3292/2016**
Selos de autenticidade:**A 010.211**

RNP Nº.:2500829901
Protocolo Nº.:**2016/00233696**

ART Nº.....:20151351572 0..... Registrada:01/04/2015.....
ART Correspons.....:..... ART Vinculada:.....
Empresa Executora...:CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA.....
Contratante(s).....:PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN - CNPJ/CPF: 76.002.666/0001-40.....
Tipo de Contrato....:EMPREITADA.....
Atividade Técnica...:EXECUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO.....
Área de Competência.:EDIFICAÇÕES - CONSTRUÇÃO CIVIL.....
Tipo de Obra/Serviço:EDIFICAÇÕES DE ESPORTE QUALQUER ÁREA.....
Serviço Contratado..:EXECUÇÃO.....
Dimensão.....:938,80 M2..... Área Existente:0,00 M2 .....
Área Ampliada.....:0,00 M2 ..... Área de Reforma:0,00 M2 .....
Dados Complementares:0,00 .....
Local da Obra.....:ESTRADA MUNICIPAL KO-402 PX ESCOLA, S/N CAMPINA DOS MAIAS.....
Município/Estado....:PIEN/PR.....
Data de Início.....:21/05/2015..... Data de Conclusão:11/05/2016.....
Docto de Conclusão..:DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....
Descr. Compl. Serv..:EXECUÇÃO DE UM OBRA DE CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA EM CONCRETO (550,00 M2), VESTUÁRIO EM ALVENARIA (33,00 M2), PASSARELA METÁLICA (30,00 M2) , ALAMBRADO METÁLICO, SISTEMA DE DRENAGEM, SERVIÇOS PRELIMINARES, FUNDAÇÕES EM CONCRETO ARMADO, FECHAMENTO LATERAIS / OITÕES DA COBERTURA ,INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE BAIXA TENSÃO, ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO E COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA E CHAPAS GALVANIZADAS COM (866,00 M2) DE ÁREA COBERTA E 938,80 M2 DE ÁREA TOTAL.....
Observação.....:.....

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

ENGENHEIRO CIVIL
CLEVERSON BAUMEL
Carteira Profissional:SC-465114/D
Acervo Técnico Nº.:**3292/2016**
Selos de autenticidade:**A 010.211**

RNP Nº.:2500829901
Protocolo Nº.:**2016/00233696**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 2016/00233696.

Emitida via Internet em 21/02/2017 14:15:28 horas.

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme a Resolução Nº 317/86 e a Instrução de Serviço Nº 002/2014.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Comarca de São Bento do Sul

CERTIDÃO

FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CERTIDÃO Nº: 4075770 **FOLHA: 1/1**

À vista dos registros cíveis constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de São Bento do Sul, com distribuição anterior à data de 16/02/2017, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA - ME, portador do CNPJ: 04.775.220/0001-48. **********

OBSERVAÇÕES:

a) para a emissão desta certidão, foram considerados os normativos do Conselho Nacional de Justiça;

b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;

c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico http://www.tjsc.jus.br/portal, opção Certidões/Conferência de Certidão;

d) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha, Fórum Bancário e Distrital do Continente;

e) certidão é expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

São Bento do Sul, quinta-feira, 16 de fevereiro de 2017.

PEDIDO Nº: ***5653675***

Castro Construções Ltda.

Razão Social: CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA.

CNPJ: 04.775.220/0001-48

Endereço: RUA CORONEL VERISSIMO DE SOUZA FREITAS, nº 365 Bairro CASCATA, Campo Alegre/SC

CEP: 89.285-675

Fone: (47) 3633-3136

TERMO DE RENÚNCIA

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Prefeitura Municipal de Piên

O proponente abaixo assinado, participante da licitação modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 001/2017, por seu representante legal, declara, na forma e sob as penas impostas pela Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, obrigando a entidade que representa, que não irá recorrer da decisão da Comissão de Licitação, que julgou os documentos para habilitação, renunciando, assim, expressamente, ao direito de recurso e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, passando-se à abertura das propostas de preços.

São Bento do Sul, 01 de Março de 2017.

JOÃO CASTRO
Sócio Administrador
RG: 514.953

ENVELOPE Nº 02 ;`` PROPOSTA DE PREÇOS´´

LICITANTE : CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA –ME
CNPJ: 04.775.220/0001-48
CREA SC : 087590-9

RUA CORONEL VERÍSSIMO DE SOUZA FREITAS Nº365
BAIRRO DAS CASCATAS – CAMPO ALEGRE -SC
DESTINATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
AT : COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 001 / 2017

CASTRO CONSTRUÇÕES
Rua Virgílio Dias
Fone/Fax: (41)
e-mail: castro
CEP:
Campo Alegre - SC

PROPOSTA DE PREÇOS

PIÊN , 02 DE MARÇO DE 2017
À COMISSÃO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 001 / 2017 – PROCESSO LICITATÓRIO N° 0266 / 2017

PREZADOS SENHORES :

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.S.as nossa proposta de preços, à preços fixos e sem reajuste, sem a inclusão de encargos financeiros ou previsão inflacionária ,relativa á execução da : OBRA DE COMPLEMENTAÇÃO DA QUADRA POLIESPORTIVA situada no bairro: Campinas dos Maias, município de Piên - Paraná, da licitação em epígrafe.

O preço global proposto para execução da obra , objeto desta licitação, supramencionada é de :

R$ 55.000,00-(cinqüenta e cinco mil reais).

Sendo : R$ 19.786,38 – valor referente à mão de obra
R$ 35.213,62 – valor referente à material / equipamentos
R$ 55.000,00 – valor total

O prazo de execução do objeto é de 90 (noventa) dias corridos à contar da data da assinatura do contrato .

O prazo de validade das Propostas será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de entrega da mesma.

Declaramos que temos pleno conhecimento das condições locais das obras/ dos serviços e todas as dificuldades porventura existentes para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, bem como, que recebemos a documentação e informações pertinentes à execução da obra.

Declaramos que a empresa se enquadra no regime tributário de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP), desde que atenda aos preceitos do art. 3° da Lei Complementar n° 123, de 2006 .

Atenciosamente:

JOÃO CASTRO -RG: SSP / 514.953
REPRESENTANTE LEGAL DA:
CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA - ME

Castro Construções Ltda.
CNPJ: 04.775.220/0001-48 I.E.: 255348835
Rua Cel. Verissimo de Sousa Freitas, 365
Cascata - Campo Alegre - SC

PLANILHA DE ORÇAMENTO DE SERVIÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 001 / 2017 - PROCESSO Nº 0266 / 2017

OBRA: COMPLEMENTAÇÃO DA QUADRA POLIESPORTIVA NA LOCALIDADE DE CAMPINA DOS MAIAS - PIÊN - PR

LICITANTE: CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA -ME - CNPJ: 04.775.220 / 0001-48 - FONE/FAX : 47-3633-3136

LOCALIZADA NA RUA CORONEL VERÍSSIMO DE SOUZA FREITAS , Nº 365 - BAIRRO : CASCATAS - CAMPO ALEGRE -SC

CONTA BANCO DO BRASIL - AGÊNCIA : 0674-2 - CONTA CORRENTE : 39765-2

PRAZO DE EXECUÇÃO : NOVENTA (90) DIAS CORRIDOS

BDI DA OBRA : 24,61 % - ENCARGOS SOCIAIS : 73,00 %

DATA : 02 DE MARÇO DE 2017

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE	UNID	R$ unit mão de obra	Total mão de obra	R$ unit material	Total material	TOTAL UNIT	TOTAL	COMPLEMENTAÇÃO DA DESCRIÇÃO	(%)
1	**SERVIÇOS PRELIMINARES**								**1.242,00**		**2,26%**
1.1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	3,60	m2	69,00	248,40	276,00	993,60	345,00	1.242,00	Placa obra 2.40x1.50m chp galv.pint.c/tinta autom.	2,26%
2	**DRENAGEM DO TALUDE**			-	-	-	-		**6.354,58**		**11,55%**
2.1	ESCAVACAO MANUAL EM SOLO-PROF. ATE 1,50 M	10,13	m3	34,20	346,45	3,80	38,49	38,00	384,94	Escavações para meia-cana, tubulação e caixas	0,70%
2.2	REGULARIZACAO E COMPACTACAO MANUAL DE TERRENO COM SOQUETE	36,75	m2	5,40	198,45	0,60	22,05	6,00	220,50	Regularização para plantio de grama e meia-cana	0,40%
2.3	CAIXA DE PASSGEM 50X50X60 FUNDO BRITA C/ TAMPA	4,00	um	85,50	342,00	199,50	798,00	285,00	1.140,00	Caixas de passagem de drenagem	2,07%
2.4	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF 12/2014 P	16,00	m	15,00	240,00	35,00	560,00	50,00	800,00	Tubo coletor de drenagem	1,45%
2.5	REATERRO DE VALA COM COMPACTAÇÃO MANUAL	3,75	m3	52,20	195,75	5,80	21,75	58,00	217,50	Reaterro elementos drenagem	0,40%
2.6	PLANTIO DE GRAMA SAO CARLOS EM LEIVAS	245,00	m2	2,00	490,00	6,00	1.470,00	8,00	1.960,00	Plantio de grama em volta da meia-cana conforme projeto	3,56%
2.7	CALHA EM CONCRETO SIMPLES, MEIA CANA DE CONCRETO, DIAMETRO 300 MM	46,00	m	7,50	345,00	22,50	1.035,00	30,00	1.380,00	Meia cana de concreto com argamassa conforme projeto	2,51%
2.8	ENROCAMENTO COM PEDRA ARGAMASSADA TRAÇO 1:4 COM PEDRA DE MÃO	0,60	m3	167,76	100,66	251,64	150,98	419,40	251,64	Bacia de dissipação com rachão argamassada	0,46%
3	**PISO AO REDOR DA QUADRA EXISTENTE**			-	-	-	-		**14.286,06**		**25,98%**
3.1	REGULARIZACAO E COMPACTACAO MANUAL DE TERRENO COM SOQUETE	225,00	m2	5,40	1.215,00	0,60	135,00	6,00	1.350,00	Nivelamento em terra ao redor da quadra	2,45%
3.2	LASTRO DE BRITA	6,75	m3	20,44	137,97	61,31	413,84	81,75	551,81	Lastro de brita 3cm para piso	1,00%
3.3	PISO EM CONCRETO 20 MPA PREPARO MECANICO, ESPESSURA 7CM, INCLUSO SELANTE ELASTICO A BASE DE POLIURETANO	225,00	m2	19,27	4.335,75	35,78	8.050,50	55,05	12.386,25	Piso de concreto desempenado ao redor da quadra, acabamento acetinado	22,52%
4	**ARQUIBANCADA**			-	-	-	-		**33.115,36**		**60,21%**
4.1	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-60, DIÂMETRO DE 5.0 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS. EXCETO LAJES. AF 12/2015	269,80	kg	2,80	755,44	5,20	1.402,96	8,00	2.158,40	Aço para estrutura de concreto armado para arquibancada	3,92%
4.2	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 8.0 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS. EXCETO LAJES. AF 12/2015	352,00	kg	2,73	960,96	5,07	1.784,64	7,80	2.745,60	Aço para estrutura de concreto armado para arquibancada	4,99%
4.3	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 10.0 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS. EXCETO LAJES. AF 12/2015	422,00	kg	2,45	1.033,90	4,55	1.920,10	7,00	2.954,00	Aço para estrutura de concreto armado para arquibancada	5,37%
4.4	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 12.5 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS. EXCETO LAJES. AF 12/2015	144,00	kg	1,75	252,00	3,25	468,00	5,00	720,00	Aço para estrutura de concreto armado para arquibancada	1,31%
4.5	FORMA TÁBUAS MADEIRA 3A P/ PEÇAS CONCRETO ARM, REAPR 2X, INCL MONTAGEM E DESMONTAGEM.	155,00	m2	17,50	2.712,50	32,50	5.037,50	50,00	7.750,00	Formas para estrutura de concreto aramdo	14,09%
4.6	CONCRETO FCK=20MPA, VIRADO EM BETONEIRA, SEM LANCAMENTO	15,69	m3	115,50	1.812,20	214,50	3.365,51	330,00	5.177,70	Todas as peças de concreto armado (sapatas, vigas, pilaretes, lajes)	9,41%
4.7	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF 12/2015	15,69	m3	63,00	988,47	117,00	1.835,73	180,00	2.824,20	Lançamento do concreto armado	5,13%
4.8	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 9X19X39CM (ESPESSURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M² COM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF 06/2014	46,71	m2	12,95	604,89	24,05	1.123,38	37,00	1.728,27	Alvenaria de fechamentos da arquibancada	3,14%
4.9	CHAPISCO APLICADO TANTO EM PILARES E VIGAS DE CONCRETO COMO EM ALVENARIAS DE PAREDES INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF 06/2014	161,39	m2	1,05	169,46	1,95	314,71	3,00	484,17	Chapisco em todas as faces da arquibancada	0,88%
4.10	EMBOÇO, PARA RECEBIMENTO DE CERÂMICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADO MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES DE AMBIENTES COM ÁREA MAIOR QUE 10M2, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUCÃO DE TALISCAS. AF 06/2014	161,39	m2	8,40	1.355,68	15,60	2.517,68	24,00	3.873,36	Reboco com areia fina em todas as faces da arquibancada	7,04%
4.11	ALVENARIA DE EMBASAMENTO EM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS 5X10X20CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA)	0,57	m3	192,01	109,45	356,58	203,25	548,59	312,70	Alvenaria maciça para degraus da arquibancada	0,57%
4.12	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF 06/2014	161,39	m2	0,70	112,97	1,30	209,81	2,00	322,78	Pintura com fundo selador em todas as faces da arquibancada	0,59%
4.13	PINTURA ACRÍLICA EM PISO CIMENTADO DUAS DEMÃOS	161,39	m2	4,48	723,03	8,31	1.341,15	12,79	2.064,18	Pintura com tinta acrilica piso em todas as faces da arquibancada	3,75%
	TOTAL DO ORÇAMENTO								**R$ 55.000,00**		**100,00%**
					19.786,38 TOTAL MÃO DE OBRA		**35.213,62** TOTAL MATERIAL				

JOÃO CASTRO - RG : SSP / 514.953
REPRESENTANTE LEGAL DA CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA -ME
CREA SC 087590-9 VISTO PR Nº 50556

CLEVERSON BAUMEL - RG: SSP / 2.373.903
ENGENHEIRO CIVIL - CREA SC 465114 / D
RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA EMPRESA

Castro Construções Ltda.
CNPJ: 04.775.220/0001-48 I.E.: 255348835
Rua Cel. Verissimo de Sousa Freitas, 365
Cascata - Campo Alegre - SC

Cleverson Baumel
Engenheiro Civil
CREA n. 046511-4

319

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

TOMADA DE PREÇOS N° 001 / 2017 - PROCESSO N° 0266 / 2017

OBRA: COMPLEMENTAÇÃO DA QUADRA POLIESPORTIVA NA LOCALIDADE DE CAMPINA DOS MAIAS - PIÊN - PR

LICITANTE: CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA -ME - CNPJ: 04.775.220 / 0001-48 - FONE/FAX : 47-3633-3136

LOCALIZADA NA RUA CORONEL VERÍSSIMO DE SOUZA FREITAS , N° 365 - BAIRRO : CASCATAS - CAMPO ALEGRE -SC

CONTA BANCO DO BRASIL - AGÊNCIA : 0674-2 - CONTA CORRENTE : 39765-2

PRAZO DE EXECUÇÃO : NOVENTA (90) DIAS CORRIDOS

BDI DA OBRA : 24,61 % - ENCARGOS SOCIAIS : 73,00 %

DATA : 02 DE MARÇO DE 2017

ITEM	DESCRIÇÃO ETAPA	Medição 01		Medição 02		Medição 03		FINAL	
		FÍSICO (%)	FINANC (R$)	FÍSICO (%)	FINANC (R$)	FÍSICO (%)	FINANC (R$)	FÍSICO (%)	FINANC (R$)
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	100%	1.242,00		-		-	100%	1.242,00
2	DRENAGEM DO TALUDE	100%	6.354,58		-		-	100%	6.354,58
3	PISO AO REDOR DA QUADRA EXISTENTE		-		-	100%	14.288,06	100%	14.288,06
4	ARQUIBANCADA		-	70%	23.180,75	30%	9.934,61	100%	33.115,36
	TOTAL POR MEDIÇÃO	14%	7.596,58	42%	23.180,75	44%	24.222,67	**100%**	**55.000,00**
	TOTAL ACUMULADO POR MEDIÇÃO	14%	7.596,58	56%	30.777,33	100%	55.000,00		

JOÃO CASTRO - RG: SSP / 514.953
REPRESENTANTE LEGAL DA CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA -ME
CREA SC 087590-9 - VISTO PR N° 50556

CLEVERSON BAUMEL - RG: SSP / 2.373.903
ENGENHEIRO CIVIL - CREA SC 465114 / D
RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA EMPRESA

Castro Construções Ltda.
CNPJ: 04.775.220/0001-48 I.E.: 255348835
Rua Cel. Verissimo de Sousa Freitas, 365
Cascata - Campo Alegre - SC

Cleverson Baumel
Engenheiro Civil
CREA n. 046511-4

320

Portal da Transparência - Governo Federal - http://www.portaltransparencia.gov.br

321

Você está em:
Início » **CEIS**

CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS (CEIS)

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) é um banco de informações mantido pela Controladoria-Geral da União que tem como objetivo consolidar a relação das empresas e pessoas físicas que sofreram sanções das quais decorra como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública. Saiba mais

Consulta

CPF/CNPJ:	10834999000128
Nome, Razão Social ou Nome Fantasia:	(Opcional)
Tipo de Sanção:	Todos

Quantidade de registros encontrados: 0 **Data:** 03/03/2017 09:11:48

Não foram encontrados registros que atendam ao seguinte critério de busca:

CNPJ/CPF: 10834999000128

Página 1/1

ATENÇÃO
Este cadastro visa dar publicidade às sanções administrativas aplicadas contra licitantes e fornecedores. As informações aqui veiculadas são de inteira responsabilidade das entidades que as prestaram, não podendo a União ser responsabilizada pela veracidade e/ou autenticidade de tais informações nem pelos eventuais danos diretos ou indiretos que delas resultem causados a terceiros.

Designação do apenado, conforme informado pelo órgão sancionador (publicação no DOU; dados constantes de Ofício, etc.)

** Constatou-se que o nome informado pelo órgão sancionador diverge significativamente do constante do cadastro da Receita Federal, considerando-se o CPF/CNPJ informados. O nome constante do cadastro da Receita Federal pode ser verificado clicando-se sobre o respectivo registro. A divergência pode indicar apenas uma alteração no nome do sancionado ou uma inconsistência dos dados informados. Mais informações podem ser obtidas junto ao órgão sancionador.

322

TCEPR

Consulta de Impedidos de Licitar

Pesquisa Impedidos de Licitar

Fornecedor

Tipo documento: - Selecionar - Número documento: 10834999000128

Nome:

Período publicação : de: até:

Data de Início Impedimento: de: até:

Data de Fim Impedimento: de: até:

Pesquisar

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

ENVELOPE Nº 01 - "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO"

AO MUNICIPIO DE PIÊN

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 266/2017

TOMADA DE PREÇO N. 001/2017

PROPONENTE: LN CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 10.834.999/0001-28

ENCERRAMENTO ÀS 14:00HRS DO DIA 02-03-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN – PARANÁ

CADASTRO DE HABILITAÇÃO PARA LICITAÇÕES

CERTIFICADO DE REGISTRO Nº295

Nome/Razão Social: **LN Construções Ltda.**		
Endereço: **Rua Iracema, nº 349- sala 2- Bairro Cruzeiro – São Bento do Sul - CEP: 89290-000**		
E-mail: **inconstruçoes@saninternet.com**	Telefone: **(47) 3635-1250**	Fax: **(47) 3635-3633**
CNPJ: **10.834.999/0001-28**	Inscrição Estadual: **25.585.701-2**	Inscrição Municipal: **15520**
Responsável pela Empresa: **Lourival Negrelli**	RG: **784.677 SSP/SC**	CPF: **420.543.899-00**
Objeto Social: **Exploração do ramo de empreiteira de obras na construção civil, Edificações, Residenciais, Industriais, Comerciais, de Serviços, Obras de Urbanização e Paisagismo, comercio varejista de Materiais de Construção em geral.**		
Certificamos que a empresa acima identificada encontra-se registrada no *Cadastro de Habilitação para Licitações*, nesta Prefeitura, nos termos da Lei 8.666/93, tendo apresentado os seguintes documentos (cópia autenticada): - Contrato Social e sua última alteração; - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ (Cartão de Identificação); - Comprovante de Inscrição Estadual (CICAD) ou Ficha de Atualização Cadastral (FAC); - Comprovante de Inscrição Municipal.		

Patricia Aparecida Trojanovski

Presidente da Comissão de Licitação

(Decreto nº 003/2016)

Este certificado é fornecido gratuitamente, tendo validade por 01 (um) ano, a partir da data de emissão.

Emitido em: 23/02/2017

LN CONSTRUÇÕES Ltda.

Projetos e Execução de Obras
Rua Iracema nº 349 - Cruzeiro- São Bento do Sul – SC
t.47-3635-1250 / @: lnconstrucoessbs@gmail.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

À Comissão de Licitação

Ref.: TOMADA DE PREÇO nº 001/2017 – PROCESSO N. 266/2017

Declaramos para os fins de direito, e sob as penas da lei, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório em epígrafe, instaurado por este município, que:

1 -Não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal n.º 9854, de 27.10.99, que altera a Lei n.º 8666/93;

2 -Nenhum de nossos sócios é servidor(a) ou dirigente de órgão do Município de Piên;

3 -Não estamos suspensos temporariamente de participar em licitação ou impedidos de contratar com a Administração;

4 - Não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer e suas esferas;

LN Construções Ltda. - Laurival Negreli

CNPJ: 10.834.999/0001-28

LN CONSTRUÇÕES Ltda.
Projetos e Execução de Obras
Rua Iracema nº 349 - Cruzeiro- São Bento do Sul – SC
t.47-3635-1250 / **@**: lnconstrucoessbs@gmail.com

5 - Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

6 - Somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou de origem nativa de procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal aprovados por órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), com autorização de transporte concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA, tendo ciência que o não atendimento da presente exigência na fase de execução do contrato poderá acarretar as sanções administrativas previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal 8.666/93, e no artigo 72, 8º, inciso V da Lei Federal 9.605/98, sem prejuízo das implicações de ordem criminal contempladas na referida Lei.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

São Bento do Sul, 02 de março de 2017.

LN CONSTRUÇÕES LTDA
LOURIVAL NEGRELI
RG: 9/R 784.677

CNPJ: 10.834.999/0001-28

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: LN CONSTRUCOES LTDA - EPP
CNPJ: 10.834.999/0001-28

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://www.receita.fazenda.gov.br> ou <http://www.pgfn.fazenda.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 08:41:10 do dia 27/10/2016 <hora e data de Brasília>.
Válida até 25/04/2017.
Código de controle da certidão: **8861.9986.EFB9.915E**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **LN CONSTRUCOES LTDA EPP**
CNPJ/CPF: **10.834.999/0001-28**

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	**Lei nº 3938/66, Art. 154**
Número da certidão:	**170140015412530**
Data de emissão:	**17/02/2017 10:12:01**
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei n 15.510/11.):	**18/04/2017**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: http://www.sef.sc.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 17/02/2017 10:12:01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
SECRETARIA DE FINANÇAS

329

Data: 17/02/2017 11h09min

Número	Validade
3247	19/03/2017

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

LN CONSTRUCOES LTDA - EPP CNPJ: 10.834.999/0001-28

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Cadastro Econômico: Início

Comprovação Junto à	Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos/pendências tributárias. A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Inscrições

Contribuinte: 239323 - LN CONSTRUCOES LTDA - EPP
Endereço: Rua IRACEMA, 349 - Bairro CRUZEIRO - Compl. SALA 02 - CEP 89.286-320

Econômico: 9388 - Construção de edifícios
Endereço: Rua IRACEMA, 349 - Bairro CRUZEIRO - Compl. SALA 02 - CEP 89.286-320

Imóvel: 267183 [01.17.002.1295.001.001] - Matrícula 39857
Endereço: Rua ALEXANDRE GROSSL, 140 - Bairro MATO PRETO - CEP 89.285-140

Imóvel: 267184 [01.17.002.1295.002.002] - Matrícula 39857
Endereço: Rua ALEXANDRE GROSSL, SN - Bairro MATO PRETO - CEP 89.285-140

Código de Controle

DAA1C8KWT96X9681

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.
http://www.saobentodosul.sc.gov.br

São Bento do Sul (SC), 17 de Fevereiro de 2017

330

CNPJ: 76.002.666/0001-40

Prefeitura Municipal de Piên

Rua Amazonas n° 373 - Centro - Piên - Paraná - CEP 83.860-000

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

IMPORTANTE:	1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO. 2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ **26/03/2017**, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

Piên, 24 de Fevereiro de 2017

NEGATIVA N°: 391/2017	**CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 9ZTMJ42QE5CX4425BUT**

FINALIDADE: VERIFICAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: LN CONSTRUÇÕES LTDA. EPP

INSCRIÇÃO EMPRESA DE FORA	CNPJ/CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	ALVARÁ
56961	10.834.999/0001-28	253321	

ENDEREÇO

RUA IRACEMA, 349 - SALA 02 - CRUZEIRO CEP: 89286320 São Bento do Sul - SC

CNAE / ATIVIDADES

Construção de edifícios, Construção de instalações esportivas e recreativas

Emitido por: << Equiplano Público Web >>

331

IMPRIMIR VOLTAR

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 10834999/0001-28
Razão Social: LN CONSTRUCOES LTDA
Endereço: AV IRACEMA 349 SALA 2 / CRUZEIRO / FLORIANOPOLIS / SC / 89290-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 07/02/2017 a 08/03/2017

Certificação Número: 2017020706081768546294

Informação obtida em 17/02/2017, às 14:18:51.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LN CONSTRUCOES LTDA - EPP (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 10.834.999/0001-28
Certidão nº: 123341555/2017
Expedição: 18/01/2017, às 13:44:51
Validade: 16/07/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LN CONSTRUCOES LTDA - EPP (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **10.834.999/0001-28**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

SIMPLES NACIONAL

Simples Nacional - Consulta Optantes

Data da consulta: 01/03/2017

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ : **10.834.999/0001-28**
A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial : **LN CONSTRUCOES LTDA - EPP**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional : **Optante pelo Simples Nacional desde 20/05/2009**

Situação no SIMEI: **NÃO optante pelo SIMEI**

Períodos Anteriores

Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Opções pelo SIMEI em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Agendamentos (Simples Nacional)

Agendamentos no Simples Nacional: **Não Existem**

Eventos Futuros (Simples Nacional)

Eventos Futuros no Simples Nacional: **Não Existem**

Eventos Futuros (SIMEI)

Eventos Futuros no SIMEI: **Não Existem**

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM
SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENV. ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - JUCESC

334

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial
LN CONSTRUCOES LTDA EPP
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede)	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
42 2 0430894-6	10.834.999/0001-28	20/05/2009	04/05/2009

Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP)
RUA IRACEMA, 349-SALA 2, CRUZEIRO, SÃO BENTO DO SUL, SC, 89.286-320

Objeto Social
EMPREITEIRA DE OBRAS NA CONSTRUÇÃO CIVIL, E EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS, COMERCIAIS, OBRAS DE URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO, COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.

Capital: R$ 350.000,00 (TREZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS) / Capital Integralizado: R$ 270.000,00 (DUZENTOS E SETENTA MIL REAIS)	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006)	Prazo de Duração
	Empresa de pequeno porte	Indeterminado

Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato

Nome/CPF ou CNPJ	Participação no capital(R$)	Espécie de Sócio	Administrador	Término do Mandato
LOURIVAL NEGRELI 420.543.899-00	239.820,00	SOCIO	Administrador	XXXXXXXXXX
TONNY CHRISTIAN NEGRELI 049.603.709-98	110.180,00	SOCIO	Administrador	XXXXXXXXXX

Último Arquivamento
Data: 15/12/2014 Número: 20142595322
Ato: ALTERAÇÃO
Evento(s):
ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO

Situação
REGISTRO ATIVO

Status
XXXXXXXXXXXX

Florianópolis - SC, quinta-feira, 16 de fevereiro de 2017

ROBERTA WEBER
SE Certisign - Autoridade Certificadora
Certificado pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informática

Eu,
Conferi e assino.

Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

Documento Assinado Digitalmente 16/02/2017
Junta Comercial de Santa Catarina
CNPJ: 83.565.648.0001-32

Você deve instalar o certificado da JUCESC
www.jucesc.sc.gov.br/certificado

Para verificar a autenticidade acesse www.jucesc.sc.gov.br e informe o número 019271/2017-01 na consulta de processos.

Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Nº 0000000348008

2016000348008

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Validade: 30/05/2017

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada encontra-se registrada neste Conselho, nos Termos da Lei 12.378/10, de 31/12/2010, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que a Empresa não se encontra em débito com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, estando habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ções) de seu(s) responsável(veis) técnico(s)

INFORMAÇÕES DO REGISTRO

Razão Social: LN CONSTRUÇÕES LTDA - EPP
Registro CAU : 19469-7
CNPJ: 10.834.999/0001-28
Objetivo social: EXPLORA O RAMO DE EMPREITEIRA DE OBRAS NA CONSTRUÇÃO CIVIL, E EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS, COMERCIAIS, OBRAS DE URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.

EMPRESA HABILITADA PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DE ARQUITETURA E URBANISMO, CONFORME CAMPOS DE ATUAÇÃO DEFINIDOS PELA LEI 12.378/2010.

Atividades econômicas:

- CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS
- CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS

Capital social: R$ 350.000,00
Última atualização do capital: 15/12/2014

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Nome: TONNY CHRISTIAN NEGRELI
Título:
- Arquiteto e Urbanista

Início da responsabilidade técnica: 31/05/2012

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://siccau.caubr.org.br/app/view/sight/extemo?form=Servicos, com a chave: Z59YDC
Impresso em: 01/12/2016 às 13:14:22 por: LN, ip: 191.6.89.181

LN CONSTRUÇÕES Ltda.

Projetos e Execução de Obras

Rua Iracema nº 349 - Cruzeiro- São Bento do Sul – SC

t.47-3635-1250 / **@**: lnconstrucoessbs@gmail.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

À Comissão de Licitação

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Ref.: TOMADA PREÇO nº 001/2017 – PROCESSO N. 266/2017

Conforme o disposto no Edital em epígrafe e de acordo com a Resolução nº 218 de 29/06/73 e nº 317, de 31/10/86, do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura, e Agronomia, declaramos que o responsável técnico pela obra, caso venhamos a vencer a referida licitação, é:

nº	Nome	Especialidade	CREA/ CAU nº	Data do registro	Assinatura
01	LOURIVAL NEGRELI	TÉCNICO EDIFICAÇÕES	59070-0	16-04-2002	LN Construções Ltda. Lourival Negreli
02	TONNY CRHISTIAN NEGRELI	ARQUITETO E URBANISTA	A-57720-0	31-12-2010	LN Construções Ltda. Tonny Christian Negreli Arquiteto e Urbanista CAU A57720-0

Declaramos, outrossim, que o(s) profissional(ais) acima relacionado(s) pertence(m) ao nosso quadro técnico de profissionais.

São Bento do Sul ,02 de março de 2017.

LN CONSTRUÇÕES

LOURIVAL NEGRELI

RG: 784.677

Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
Nº 0000000349619

20160000349619

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Validade: 10/06/2017

CERTIFICAMOS que o Profissional TONNY CHRISTIAN NEGRELI encontra-se registrado neste Conselho, nos Termos da Lei 12.378/10, de 31/12/2010, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que o Profissional não se encontra em débito com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR

INFORMAÇÕES DO REGISTRO

Nome: TONNY CHRISTIAN NEGRELI
Registro CAU : A57720-0
Registro Anterior CAU : 111676-2
CPF: 049.603.709-98
Tipo de registro: DEFINITIVO (PROFISSIONAL DIPLOMADO NO PAÍS)
Situação de registro: ATIVO
Título(s):

- Arquiteto e Urbanista

Cursos anotados no SICCAU:

- Nenhum curso anotado.

ATRIBUIÇÕES

As atividades, atribuições e campos de atuação profissional são especificados no art. 2o da Lei 12.378, de 31 de dezembro de 2010.

OBSERVAÇÕES

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válida em todo território nacional.

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 03 DA SOCIEDADE " LN CONSTRUÇÕES LTDA EPP "

Pelo presente instrumento particular, LOURIVAL NEGRELI, brasileiro, comerciante, divorciado, nascido em 21 de Fevereiro de 1962, Piên, PR, CPF-420.543.899-00, CI Nº 784.677-SSP/SC, residente e domiciliado a Rua Iracema, 349, Cruzeiro, CEP-89286.320, São Bento do Sul, SC; e TONNY CHRISTIAN NEGRELI, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 21 de Junho de 1987, em São Bento do Sul, SC, CPF-049.603.709-98, CI Nº 4.316.15-SSP/SC, Arquiteto, registrado no CONFEA sob nº 250817408-4, e CREA sob nº 098854-8, residente e domiciliado a Rua Fundão, 1920, Bairro Mato Preto, CEP-89285-385, São Bento do Sul, SC; únicos sócios da sociedade LN CONSTRUÇÕES LTDA EPP, Rua Iracema, 349, Sala 2, Bairro Cruzeiro, 89286.320, São Bento do Sul, SC, registrada na Jucesc sob nº 42204308946 em 20/05/2009, e alterações posteriores, e inscrita no CNPJ-10.834.999/0001-28, resolvem, assim, alterar o contrato social:

CLAUSULA 1ª – O capital social que é de R$ 270.000,00 (duzentos setenta mil reais) com a incorporação de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) da conta de Reserva de Lucros, passa para R$ 350.000,00 (trezentos e cinqüenta mil reais), dividido em 350.000 quotas no valor de R$ 1,00 (hum real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas, assim distribuídas:

LOURIVAL NEGRELI....., 239820 quotas no valor de R$239.820,00
TONNY CHRISTIAN NEGRELI.., 110180 quotas no valor de R$110.180,00
TOTAL....., 350000 quotas no valor de R$350.000,00

Á VISTA DA MODIFICAÇÃO ORA AJUSTADA, E A FIM DE ADAPTAR-SE A LEI 10.406/2002, RESOLVEM AINDA OS SÓCIOS CONSOLIDAR O CONTRATO SOCIAL, CONFORME CLAUSULAS A SEGUIR:

CLAUSULA 1ª – A sociedade gira sob o nome empresarial de "LN CONSTRUÇÕES LTDA EPP".

CLAUSULA 2ª – A sociedade tem sua sede na Rua Iracema, 349, Sala 2, Bairro Cruzeiro, CEP-89286.320, São Bento do Sul, SC.

CLAUSULA 3ª – O capital social é de R$ 350.000,00 (trezentos cinqüenta mil reais), dividido em 350.000 (trezentos cinqüenta mil) quotas no valor de R$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas e integralizadas, assim distribuídas:

LOURIVAL NEGRELI..... 239820 quotas no valor de R$ 239.820,00
TONNY CHRISTIAN NEGRELI...110180 quotas no valor de R$ 110.180,00
TOTAL.....350000 quotas no valor de R$ 350.000,00

CLAUSULA 4ª - A sociedade explora o ramo de empreiteira de obras na construção civil, e edificações residenciais, comerciais, obras de urbanização e paisagismo, comércio varejista de materiais de construção.

CLAUSULA 5ª - A sociedade iniciou suas atividades em 04 de Maio de 2009, e seu prazo é por tempo indeterminado.

CLAUSULA 6ª - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para sua aquisição se postas a venda, formalizando se realizada a cessão delas, a alteração pertinente.

CLAUSULA 7ª – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLAUSULA 8ª – A sociedade é administrada pelos sócios LOURIVAL NEGRELI e TONNY CHRISTIAN NEGRELI, isoladamente, com os poderes e atribuições de administrar os negócios sociais, vedado no entanto, o uso do nome comercial em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos sócios.

CLAUSULA 9ª – Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração

procedendo a elaboração do inventário, do balanço de resultados econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLAUSULA 10ª – Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão o administrador quando for o caso.

CLAUSULA 11ª – A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais de outra dependência, mediante alteração contratual, assinada por todos os sócios.

CLAUSULA 12ª – Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLAUSULA 13ª – Falecendo ou interditado qualquer sócio a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução verificada em balanço especialmente levantado.
Parágrafo único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva ao sócio.

CLAUSULA 14ª – Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLAUSULA 15ª – Fica eleito o Foro de São Bento do Sul, SC, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

CLAUSULA 16ª – Os atos reservados a competência de profissões legalmente regulamentadas serão exclusivamente praticadas pelos sócios que preencham tal condição ou mediante a contratação de terceiros, detentores de inscrição no respectivo órgão fiscalizador.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma.

São Bento do Sul, 01 de Outubro de 2014.

LOURIVAL NEGRELI

TONNY CHRISTIAN NEGRELI

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 15/12/2014 SOB Nº: 20142595322
Protocolo: 14/259532-2, DE 17/10/2014
Empresa: 42 2 0430894 6
LN CONSTRUCOES LTDA EPP

BLASCO BORGES BARCELLOS
SECRETÁRIO GERAL

DECLARAÇÃO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

LOURIVAL NEGRELI e TONNY CHRISTIAN NEGRELI, sócios da empresa LN CONSTRUÇÕES LTDA, em constituição nessa Junta Comercial, declara para os devidos fins e sob as penas da lei, que a receita bruta anual não excederá ao limite fixado no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no parágrafo 4º de art. 3º da mencionada lei.

Em atendimento as disposições da Lei Complementar 123/06, a microempresa adotará em seu nome empresarial a expressão EPP.

São Bento do Sul, SC, 04 de Maio de 2009.

LOURIVAL NEGRELI

TONNY CHRISTIAN NEGRELI

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 20/05/2009 SOB Nº: 20091315581
Protocolo: 09/131558-1 DE 14/05/2009
Empresa: 42 2 0430894 6

MONIQUE OLINGER PHILIPPI
SECRETÁRIA GERAL

TABELIONATO DIENER
CIZETE VIEIRA DIENER - Tabelia
Rua Visconde de Taunay, 117
(47)3634-1134-escritura@diener.com.br
São Bento do Sul - SC

Reconheco e dou fe por VERDADEIRA a(s) firma(s) de:
[98bcwZaS]-TONNY CHRISTIAN NEGRELI....

Em testemunho da verdade.
São Bento do Sul, 19/05/2009

( )CIZETE VIEIRA DIENER - Tabelia
( )JULIANO J.VIEIRA DIENER-Tab.Subst.
( )ANGELA M.W.CHRISTOFF-Esc.Juramentada
( )FABIANE J.N.S.HANYSZ-Esc.Designada
(x)JEANE CRISTINE PACHECO-Esc.Designada
Emol.: 1,85 - Selo: 1,00 - Total: 2,85
Selo nr: BUC30228

TABELIONATO DIENER
CIZETE VIEIRA DIENER - Tabelia
Rua Visconde de Taunay, 117
(47)3634-1134-escritura@diener.com.br
São Bento do Sul - SC

Reconheco e dou fe por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
[98bcwZaS]-TONNY CHRISTIAN NEGRELI....

Em testemunho da verdade.
São Bento do Sul, 19/05/2009

CIZETE VIEIRA DIENER - Tabelia

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

ATESTADO DE VISITA

Ref.: Edital de Tomada de Preços nº 001/2017

Declaramos que o Arquiteto ***TONNY CHRISTIAN NEGRELI***, CAU nº **A57720-0** da proponente **LN CONSTRUÇÕES LTDA EPP**, devidamente credenciado, visitou o local da execução da obra, objeto da Tomada de Preços em epígrafe.

Piên, 22 de Fevereiro de 2017.

Simon Schneider, RG 6.268.104-7 SSP-PR

Tonny Christian Negreli, RG 4.316.152 SSP/SC, CAU A57720-0

Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

Nº 0000000061109

2012000000061109

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente ao(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRTs abaixo discriminada(s):

Profissional: TONNY CHRISTIAN NEGRELI

Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista

Registro Nacional: Registro CAU nº 000A577200

Validade: Indefinida

Número do RRT: 683632 Tipo do RRT: SIMPLES Registrado em:

Forma de Registro: RETIFICADOR à 534824 Participação Técnica: INDIVIDUAL

Descricao: RRT SUBSTITUIÇÃO DA RRT N. 534824, PARA CORREÇÃO DE ÁREA DE REFORMA, SENDO DE 544,12m². Execução de Reforma e Ampliação no Centro de Educação Infantil Municipal Sonho Meu, Contrato n. 223/2010, sendo ampliação de 297,35m² e reforma na edificação existente de 544,12m², totalizando uma área de 841,47m². Obs: No que se refere à Execução de instalações prediais de prevenção e combate a incêndio abrangem Sinalização e Iluminação de Emergência e Conjunto de Extintores.

Empresa contratada: LN CONSTRUÇÕES LTDA - EPP
CNPJ: 10.834.999/0001-28

Contratante: Prefeitura Municipal de São Bento do Sul
CPF/CNPJ: 86051398000100

RUA Rua Jorge Lacerda Nº 75

Complemento: Bairro: Centro

Cidade: SÃO BENTO DO SUL UF: SC CEP: 89280902

Contrato: 223/2010 Celebrado em 27/01/2011

Valor do Contrato: R$ 312.331,12 Tipo do Contratante: Pessoa jurídica de direito público

Data de Inicio: 01/12/2010 Data de Fim: 30/04/2011

Atividade Técnica

2.1.1 - Execução de obra , 297.35 m² - metro quadrado; 2.2.2 - Execução de estrutura de concreto , 297.35 m² - metro quadrado; 2.5.1 - Execução de instalações hidrossanitárias prediais , 297.35 m² - metro quadrado; 2.5.7 - Execução de instalações elétricas prediais de baixa tensão , 297.35 m² - metro quadrado; 2.5.5 - Execução de instalações prediais de prevenção e combate a incêndio , 297.35 m² - metro quadrado; 2.1.2 - Execução de reforma de edificação , 544.12 m² - metro quadrado;

Endereço da obra/serviço

RUA AFONSO HASTREITER Nº 55

Complemento: Bairro: MATO PRETO

Cidade: SÃO BENTO DO SUL UF: SC CEP: 89285130

Coordenadas Geográficas: 0 0

1. Descrição

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

2. Informações

Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

Nº 0000000061109

- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas

- Certificamos, ainda, que nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.378/2010 e artigos 2º e 3º da Resolução nº 21/2012-CAU/BR, esta Certidão é válida somente para os serviços condizentes com as atribuições profissionais acima discriminadas

- Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 12.378/2010 e Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos

Certidão nº 61109/2012
25/05/2015, 17:27
Chave de Impressão: ZC471698BCC0A7BC35W7

Certidão nº 61109/2012
25/05/2015, 17:27
Chave de Impressão: ZC471698BCC0A7BC35W7
O atestado neste ato registrado foi emitido em 25/05/2015, e contém 3 folhas

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins de comprovação, que a empresa **LN CONSTRUÇÕES LTDA.** inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.834.999/0001-28, sediada à Rua Iracema, 349, sala 2, Bairro Cruzeiro, na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, executou para **PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL;** inscrita no CNPJ 86.051.398/0001-00, os seguintes serviços nesta cidade:

CONSTRUÇÃO:

- Execução de obra com área de 297,35m2;
- Execução de Estrutura de Concreto com área de 297,35m2;
- Execução de Instalações Hidrossanitárias prediais com área de 297,35m2;
- Execução de Instalações Elétricas prediais de Baixa Tensão com área de 297,35m2;
- Execução de Instalações prediais de Prevenção e Combate a Incêndio com área de 297,35m2;
- Execução de Reforma de Edificação com área de 544,12 m2.

A responsabilidade técnica pela execução destes serviços foi do Arquiteto e Urbanista *Tonny Christian Negreli* CAU 111676-2. O período de execução deu-se de 01/12/2010 à 30/04/2011, baixada por conclusão em 24/10/2012.
A PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL atesta que os referidos serviços foram desempenhados com qualidade, pontualidade e competência, dentro do que haviam sido previstos no contrato, bem como atendendo normas técnicas vigentes da ABNT.
A obra foi executada na Rua Afonso Hastreiter, 55 – "EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL SONHO MEU" - no bairro Mato Preto na cidade de São Bento do Sul.

São Bento do Sul, 24/10/2012.

Prefeitura Municipal de São Bento do Sul
ANDERSON HINKE
Engenheiro Civil
CREA 065979-6

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão De Acervo Técnico Com Atestado nº 61109, emitida em 25/05/2015

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Comarca de São Bento do Sul

CERTIDÃO

FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CERTIDÃO Nº: 4016157 **FOLHA: 1/1**

À vista dos registros cíveis constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de São Bento do Sul, com distribuição anterior à data de 31/01/2017, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

LN CONSTRUÇÕES LTDA, portador do CNPJ: 10.834.999/0001-28. **********

OBSERVAÇÕES:

a) para a emissão desta certidão, foram considerados os normativos do Conselho Nacional de Justiça;

b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;

c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico http://www.tjsc.jus.br/portal, opção Certidões/Conferência de Certidão;

d) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha, Fórum Bancário e Distrital do Continente;

e) certidão é expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

São Bento do Sul, terça-feira, 31 de janeiro de 2017.

PEDIDO Nº: *5573543*

LN CONSTRUÇÕES Ltda.

Projetos e Execução de Obras
Rua Iracema nº 349 - Cruzeiro- São Bento do Sul – SC
t.47-3635-1250 / @: lnconstrucoessbs@gmail.com

348

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEN

TERMO DE RENÚNCIA

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
Prefeitura Municipal de Piên

O proponente abaixo assinado, participante da licitação modalidade **TOMADA DE PREÇOS nº 001/2017** por seu representante legal, declara, na forma e sob as penas impostas pela Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, obrigando a entidade que representa, que não irá recorrer da decisão da Comissão de Licitação, que julgou os documentos para habilitação, renunciando, assim, expressamente, ao direito de recurso e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, passando-se à abertura das propostas de preços.

São Bento do Sul, 02 de março de 2017

LN CONSTRUÇÕES Ltda EPP

ENVELOPE N° 02 - "PROPOSTA DE PREÇO"

AO MUNICIPIO DE PIÊN

PROCESSO LICITATÓRIO N° 266/2017

TOMADA DE PREÇO N. 001/2017

PROPONENTE: LN CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 10.834.999/0001-28

ENCERRAMENTO ÀS 14:00HRS DO DIA 02-03-2017

LN CONSTRUÇÕES Ltda.

Projetos e Execução de Obras

Rua Iracema nº 349 - Cruzeiro- São Bento do Sul – SC

t.47-3635-1250 / @: lnconstrucoessbs@gmail.com

PROPOSTA DE PREÇOS

São Bento do Sul, 02 de março de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

À Comissão de Licitação

Ref.: TOMADA PREÇO nº 001/2017 – PROCESSO N. 266/2017

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sªs nossa proposta de preços, a preços fixos e sem reajuste, relativa à SERVIÇOS COMPLEMENTARES DA QUADRA POLIESPORTIVA E.M. FREI DEMETRIO – CAMPINAS DOS MAIA , PIÊN - PR da licitação em epígrafe.

O preço global proposto para execução da obra referente a **TOMADA PREÇO N. 001/2017**, objeto da licitação supramencionada é de.

TOTAL R$ 53.539,06

(Cinquenta e Três Mil Quinhentos e Trinta e Nove Reais e Seis Centavos)

O prazo de execução do objeto é de 90 **(noventa)** dias contados a partir do recebimento da Requisição de Empenho.

Prazo validade proposta: **60 dias contatos a partir da data de entrega da mesma.**

Banco **SCRCRED – AGÊNCIA 0112 – CONTA 460-0 – BANCO 085**

BDI da obra: 23% para todos os itens.

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PREÇO MÃO DE OBRA 74,17% (HORA)

Declaramos, ainda, que estamos enquadrados no regime de tributação de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme estabelece o artigo 3º da lei complementar nº 123/2006.

Declaramos que temos pleno conhecimento das condições locais das obras/dos serviços e todas as dificuldades porventura existentes para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, bem como, que recebemos a documentação e informações pertinentes à execução da obra.

Atenciosamente,

Lourival Negreli – RG n. 784.677-SSP-SC

LN Construções Ltda. - Lourival Negreli

LN CONSTRUÇÕES Ltda.

Projetos e Execução de Obras

CNPJ: 10.834.999/0001-28

Rua Iracema nº 349 - Cruzeiro- São Bento do Sul – SC

t. 47-3635-1250 / @: lnconstrucoessbs@gmail.com

OBRA SERVIÇOS COMPLEMENTARES DA QUADRA POLIESPORTIVA E.M. FREI DEMETRICO , CAMPINA DOS MAIA - PIEN - PR
PROPRIETARIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEN
DATA: 02-03-17 - 14:00HRS
TOMADA PREÇO N. 001/2017
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PREÇO MÃO DE OBRA 74,17%
BDI ADOTADO: 20,43%

QUANDRO QUANTIDADES E CUSTOS

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE	UNID	CUSTO MÃO DE OBRA		CUSTO MATERIAL		TOTAL UNIT M.O + MAT	TOTAL C/ BDI 20,43%	%
				UNIT	TOTAL	UNIT	TOTAL			
1	**SERVIÇOS PRELIMINARES**									
1.1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	3,60	M2	70,74	254,66	282,96	1.018,66	353,70	1.273,32	2,38
	TOTAL								**1.273,32**	**2,38**
2	**DRENAGEM DO TALUDE**									
2.1	ESCAVACAO MANUAL EM SOLO-PROF. ATE 1,50 M	10,13	m3	35,24	356,98	3,92	39,71	39,16	396,69	0,74
2.2	REGULARIZACAO E COMPACTACAO MANUAL DE TERRENO COM SOQUETE	36,75	m2	5,81	213,52	0,65	23,89	6,46	237,41	0,44
2.3	CAIXA DE PASSGEM 50X50X60 FUNDO BRITA C/ TAMPA	4,00	um	86,15	344,60	201,02	804,08	287,17	1.148,68	2,15
2.4	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_12/2014_P	16,00	m	15,23	243,68	25,00	400,00	40,23	643,68	1,20
2.5	REATERRO DE VALA COM COMPACTAÇÃO MANUAL	3,75	m3	52,88	198,30	5,87	22,01	58,75	220,31	0,41
2.6	PLANTIO DE GRAMA SAO CARLOS EM LEIVAS	245,00	m2	2,23	546,35	6,69	1.639,05	8,92	2.185,40	4,08
2.7	CALHA EM CONCRETO SIMPLES, MEIA CANA DE CONCRETO, DIAMETRO 300 MM	46,00	m	7,68	353,28	23,05	1.060,30	30,73	1.413,58	2,64
2.8	ENROCAMENTO COM PEDRA ARGAMASSADA TRAÇO 1:4 COM PEDRA DE MÃO	0,60	m3	168,16	100,90	252,23	151,34	420,39	252,23	0,47
	TOTAL								**6.497,98**	**12,14**

LN Construções Ltda - Edinival Negreli

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE	UNID	CUSTO MÃO DE OBRA		CUSTO MATERIAL		TOTAL UNIT M.O + MAT.	TOTAL C/ BDI 20,43%	%
				UNIT	TOTAL	UNIT	TOTAL			
3	PISO AO REDOR DA QUADRA EXISTENTE									
3.1	REGULARIZACAO E COMPACTACAO MANUAL DE TERRENO COM SOQUETE	225,00	m2	5,81	1.307,25	0,65	146,25	6,46	1.453,50	2,71
3.2	LASTRO DE BRITA	6,75	m3	21,01	141,82	63,04	425,52	84,05	567,34	1,06
3.3	PISO EM CONCRETO 20 MPA PREPARO MECANICO, ESPESSURA 7CM, INCLUSO SELANTE ELASTICO A BASE DE POLIURETANO	225,00	m2	15,00	3.375,00	30,00	6.750,00	45,00	10.125,00	18,91
	TOTAL								**12.145,84**	**22,69**
4	ARQUIBANCADA									
4.1	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-60, DIÂMETRO DE 5.0 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS, EXCETO LAJES. AF_12/2015	269,80	kg	3,29	887,64	5,00	1.349,00	8,29	2.236,64	4,18
4.2	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 8.0 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS, EXCETO LAJES. AF_12/2015	352,00	kg	3,16	1.112,32	5,00	1.760,00	8,16	2.872,32	5,36
4.3	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 10.0 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS, EXCETO LAJES. AF_12/2015	422,00	kg	2,58	1.088,76	4,00	1.688,00	6,58	2.776,76	5,19
4.4	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 12.5 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS, EXCETO LAJES. AF_12/2015	144,00	kg	2,11	303,84	3,91	563,04	6,02	866,88	1,62
4.5	FORMA TÁBUAS MADEIRA 3A P/ PEÇAS CONCRETO ARM, REAPR 2X, INCL MONTAGEM E DESMONTAGEM.	155,00	m2	22,80	3.534,00	20,00	3.100,00	42,80	6.634,00	12,39
4.6	CONCRETO FCK=20MPA, VIRADO EM BETONEIRA, SEM LANCAMENTO	15,69	m3	143,61	2.253,24	266,70	4.184,52	410,31	6.437,76	12,02
4.7	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_12/2015	15,69	m3	50,00	784,50	100,00	1.569,00	150,00	2.353,50	4,40
4.8	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 9X19X39CM (ESPESSURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M² COM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_06/2014	46,71	m2	12,00	560,52	20,00	934,20	32,00	1.494,72	2,79
4.9	CHAPISCO APLICADO TANTO EM PILARES E VIGAS DE CONCRETO COMO EM ALVENARIAS DE PAREDES INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	161,39	m2	1,26	203,35	2,35	379,27	3,61	582,62	1,09
4.10	EMBOÇO, PARA RECEBIMENTO DE CERÂMICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADO MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES DE AMBIENTES COM ÁREA MAIOR QUE 10M2, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	161,39	m2	9,95	1.605,83	18,00	2.905,02	27,95	4.510,85	2.669,14

LM Construções Ltda

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE	UNID	CUSTO MÃO DE OBRA		CUSTO MATERIAL		TOTAL UNIT M.O + MAT	TOTAL C/ BDI 20,43%	%
				UNIT	TOTAL	UNIT	TOTAL			
4.11	ALVENARIA DE EMBASAMENTO EM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS 5X10X20CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA)	0,57	m3	230,45	131,36	427,98	243,95	658,43	375,31	0,70
4.12	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014	161,39	m2	0,83	133,95	1,54	248,54	2,37	382,49	0,71
4.13	PINTURA ACRÍLICA EM PISO CIMENTADO DUAS DEMÃOS	161,39	m2	5,00	806,95	8,00	1.291,12	13,00	2.098,07	3,92
	TOTAL								**33.621,92**	**62,80**
	TOTAL DO ORÇAMENTO				**20.842,60**		**32.696,46**		**53.539,06**	**100**

VALOR MÃO DE OBRA R$ 20.842,60
VALOR MATERIAL R$ 32.696,46
TOTAL R$ 53.696,06
(Cinquenta e Três Mil Seiscentos e Noventa e Seis Reais e Seis Centavos)
já incluídos material e mão de obra e Leis Sociais e BDI 20,43%

COMPOSIÇÃO DO BDI		
Item componente do BDI		
	Garantia	0,90
	Risco	1,26
	Despesas financeiras	1,00
	Administração Central	3,50
	Lucro	6,5
	Tributos	7,27
	TOTAL	**20,43**

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PREÇO MÃO DE OBRA 87,83% (hora)
(baseada na tabela do SINAPI)

Resp. Empresa
Lourival Negreli
RG nº 784.677

Arquiteto e Urbanista
TONNY C. NEGRELI
RG nº 4.316.152 - CAU A57720-0

LN Construções Ltda. - Lourival Negreli

LN Construções Ltda.
Tonny Christian Negreli
Arquiteto e Urbanista
CAU - A57720-0

LN CONSTRUÇOES Ltda.

Projetos e Execução de Obras
CNPJ: 10.834.999/0001-28
Rua Iracema nº 349 - Cruzeiro- São Bento do Sul – SC
t.47-3635-1250 / @: lnconstrucoessbs@gmail.com

OBRA SERVIÇOS COMPLEMENTARES DA QUADRA POLIESPORTIVA E.M. FREI DEMETRICO , CAMPINA DOS MAIA - PIEN - PR
BDI: 20,43% - já incormporado aos preços unitários (ver composição do BDI)
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PREÇO MÃO DE OBRA 74,17%
DATA: 02-03-17 - 14:00HRS
TOMADA PREÇO N. 001/2017

CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO ETAPA	TOTAL	%	Medição 01		Medição 02		Medição 03	
				FÍSICO	FINANC (R$)	FÍSICO (%)	FINANC (R$)	FÍSICO (%)	FINANC (R$)
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	**1273,32**	**2,38**	100%	1.273,32				
2	DRENAGEM DO TALUDE	**6497,98**	**12,14**	100%	6.497,98				
3	PISO AO REDOR DA QUADRA EXISTENTE	**12145,84**	**22,69**			70%	8.502,09	30%	3.643,75
4	ARQUIBANCADA	**33621,92**	**62,80**	13%	4.370,85	45%	15.129,86	42%	14.121,21
TOTAL POR MEDIÇÃO		**53539,06**	**100**	**22,68**	**12.142,15**	**44,14**	**23.631,95**	**33,18**	**17.764,96**
TOTAL ACUMULADO POR MEDIÇÃO				**22,68**	**12.142,15**	**66,82**	**35.774,10**	**100,00**	**53.539,06**

LN Construções Ltda.
Tonny Christian Negreli
Arquiteto e Urbanista
CAU - A57720-0

LN CONSTRUÇÕES Ltda.

Projetos e Execução de Obras

Rua Iracema nº 349 - Cruzeiro- São Bento do Sul – SC

t.47-3635-1250 / @: lnconstrucoessbs@gmail.com

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

À Presidente da Comissão Permanente de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

DECLARAÇÃO

LN CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.834.999/0001-28, por intermédio de seu Representante Legal, Sr.(a) LOURIVAL NEGRELI, portador(a) da Carteira de Identidade n.º 784.677, inscrito no CPF/MF sob o n.o 420.543.899-00, DECLARA, para fins do disposto no Edital de **TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017**, sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

OBS: Assinalar com um "X" a condição da empresa.

1. ( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

2. (X) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

DECLARA ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

São Bento do Sul, 02 de Março de 2017

.....

LOURIVAL NEGRELI – RG 784.677

LN CONSTRUÇÕES LTDA - ME

Importante:

1) A DECLARAÇÃO de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderá ser objeto de diligência para confirmação da veracidade da mesma e implicará no tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n.º 123/2006.

2) A DECLARAÇÃO de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte falsa ou inverídica sujeitará a licitante às penalidades previstas neste Edital, bem como, às demais sanções penais cabíveis.

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTAS DE PREÇOS

No dia dois de março de dois mil e dezessete às 14:00 horas, reuniram-se na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Piên, a Presidente da Comissão Permanente de Licitação e a Comissão de Licitação, nomeadas pelo Decreto nº 003/2017, para proceder ao recebimento dos envelopes nº 1 (Habilitação) e nº 2 (Propostas de Preços) entregues pelas proponentes interessadas na execução do objeto da TOMADA DE PREÇOS nº 001/2017, cujo objeto é a execução de obra de complementação da quadra poliesportiva na localidade de Campina dos Maia, Piên/PR, incluindo os serviços preliminares, drenagem do talude, piso ao redor de quadra e arquibancada em concreto armado e alvenaria, em atendimento à Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer. Aberta a sessão pela Senhora Presidente, apresentaram os envelopes para participação da licitação as empresas à saber: **FJA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. ME.**, inscrita no CNPJ nº 21.368.024/0001-78, estabelecida a Rua São Leopoldo nº 291, Bairro Avencal, em Piên/PR, CEP 83.860-000, fone (41) 99926-4881, representada nesta sessão pelo Sr. Maurinho Alves Domingos, portador do RG nº 4.358.965/SC e inscrito no CPF sob nº 014.342.839-09; **CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 04.775.220/0001-48, estabelecida a Rua Wigando Diener, nº 52, Bairro 25 de julho em São Bento do Sul/SC, CEP 89.290-000, fone (47) 3633-3136, sem representante nesta sessão; **BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP.**, inscrita no CNPJ nº 05.401.426/0001-70, estabelecida a Rua Roberto Martim nº 170, Bairro centro, em Rio Negrinho/SC, CEP 89.295-000, fone (47)3644-6133, representada nesta sessão pela Sra. Micheli Pscheidt Ferreira, portador do RG nº 4.281.985/SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 050.723.329-85; **JDI CONSTRUTORA LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 00.532.657/0001-08, estabelecida a Rua Augusto Wunderwald, nº 197, Bairro Progresso em São Bento do Sul/SC, CEP: 89281-060, fone (47) 3633-5324, representada nesta sessão pela Sra. Joice Mari da Silva Baiel, portador do RG nº 2.925.663/SC e inscrito no CPF sob nº 821.095.919-00. **BOUARD & BOUARD CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - ME.**, inscrita no CNPJ nº 09.519.064/0001-78, estabelecida a Rua Mal. Floriano Peixoto, nº 122, Bairro Centro em Cerro Azul/PR, CEP: 83.570-000, fone (41) 3662-1174, representada nesta sessão pela Sra. Luana Meneguel, portadora do RG nº 9.829747-2/PR e inscrito no CPF sob nº 065.543.059-80; **LN CONSTRUÇÕES LTDA** inscrita no CNPJ nº 10.834.999/0001-28 estabelecida a Rua Iracema, nº 349, sala 02, Bairro Cruzeiro em São Bento do Sul/SC, CEP: 89.290-000, fone (47) 3635-3633, sem representante presente nesta sessão. Estando 04 (quatro) representantes credenciados presentes à sessão, o Presidente informou os procedimentos do processo licitatório, que seguirão o seguinte cronograma:

1 – Abertura dos envelopes de habilitação técnica/fiscal;

2 – Registro das considerações;

3 – Lavratura da ata e assinatura de todos;

4 – Havendo condições, abertura das propostas de preços.

Na continuidade dos trabalhos a Presidente procedeu a abertura dos envelopes referente à documentação, foi constatado que a empresa **FJA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. ME.** não apresentou atestado de capacidade técnica, conforme item 7.3 letras "n" do edital, sendo, portanto, inabilitada. As demais empresas apresentaram os documentos em conformidade com o edital, sendo, portanto, declaradas habilitadas. As proponentes participantes do certame fizeram constar em ata que abre mão do prazo recursal referente à fase de habilitação. A empresa **CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA.** sem representante nesta sessão encaminhou o Termo de renúncia referente à fase de habilitação juntamente com os demais documentos de habilitação. A empresa **LN CONSTRUÇÕES LTDA** sem representante nesta sessão encaminhou via e-mail o Termo de renúncia referente à fase de habilitação. Em ato contínuo, a Presidente da Comissão procedeu com a abertura dos envelopes de propostas de preços, tendo sido cotados os seguintes preços:

Nº	EMPRESA	VALOR
01	LN CONSTRUÇÕES LTDA.	R$ 53.539,06
02	CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA.	R$ 55.000,00
03	BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. – EPP	R$ 57.545,35
04	JDI CONSTRUTORA LTDA	R$ 53.500,17
05	BOUARD & BOUARD CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - ME	R$ 56.073,94

Após análise das propostas apresentadas, foi declarada vencedora do lote a empresa **JDI CONSTRUTORA LTDA.,** conforme valor apresentado na tabela acima identificada. Os representantes das proponentes presentes analisaram e vistaram as propostas apresentadas e fizeram constar nesta ata que abrem mão do prazo recursal referente à fase de classificação da proposta. A Senhora presidente comunicou que o resultado final da licitação será oportunamente divulgado através de aviso a ser encaminhado as empresas sem representantes nessa sessão, ficando assegurado vistas imediata dos autos, bem como prazo legal de 5 (cinco) dias para interposição de recurso. Nada mais havendo a tratar, a Senhora presidente deu por encerrada à sessão, cujos trabalhos eu, Márcia Zigovski, secretária, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelos membros da comissão de licitação.

Presidente: PATRICIA APARECIDA TROJANOVSKI
Secretária: MÁRCIA ZIGOVSKI
Membro: DOROTI DE FÁTIMA PIECKOCZ
FJA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. ME
BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. – EPP
JDI CONSTRUTORA LTDA
BOUARD & BOUARD CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

Prefeitura Municipal de Piên - 2017

Classificação por Fornecedor

Tomada de preços 1/2017

358

Item	Produto/Serviço	UN.	Quantidade	Status	Marca	Preço Unitário	Preço Total	Sel
Fornecedor: 9622-9 JDI CONSTRUTORA LTDA - EPP			**CNPJ: 00.532.657/0001-08**	**Telefone: 47 36335324**	**Status: Classificado**		53.500,17	
Lote 001 - Lote 001							53.500,17	
001	14577 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA	SE	1,00	Classificado		53.500,17	53.500,17	*
	DE COMPLEMENTAÇÃO DAQUADRA POLIESPORTIVA NA LOCALIDADE DE CAMPINA DOS MAIA. PIÊN/PR, INCLUINDO OS SERVIÇOS PRELIMINARES, DRENAGEM DO TALUDE, PISO AO REDOR DE QUADRA E ARQUIBANCADA EM CONCRETO ARMADO E ALVENARIA							

VALOR TOTAL: 53.500,17

PROCURADORIA JURÍDICA

PARECER JURÍDICO FINAL

Processo Administrativo nº: **266/2017 (Tomada de Preços nº 001/2017)**
Interessado: **Departamento de Licitações e Compras/Comissão Permanente de Licitação**
Assunto: **Homologação de Licitação**

Encaminha-nos a Presidente da Comissão Permanente de Licitação, o processo licitatório Tomada de Preços nº 001/2017, cujo objeto é a contratação de empresa para execução de obra de complementação da quadra poliesportiva na localidade de Campina dos Maia, Piên/PR, incluindo os serviços preliminares, drenagem do talude, piso ao redor de quadra e arquibancada em concreto armado e alvenaria, em atendimento à Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer, para análise quanto à possibilidade de homologação.

1. Da análise do processo:

A contratação em epígrafe teve início com a abertura de processo administrativo, devidamente protocolado, numerado e autuado, contendo o requerimento formulado pela Secretaria interessada, detalhando o objeto de sua pretensão e justificando sua finalidade, informando que se trata de ação a ser custeada com **recursos oriundos do Ministério do Esporte, decorrentes da reprogramação do Contrato de repasse nº 1.000.609-26/2012– processo nº 778457/2012.**

Foi informado o recurso orçamentário, a previsão financeira para o custeio da despesa foi confirmada e depois de avaliada a necessidade e conveniência do pedido, a contratação foi autorizada pelo Prefeito.

A Comissão Permanente de Licitação sugeriu que a pretensão fosse atendida através de licitação, na modalidade Tomada de Preços, uma vez que se trata de serviços de engenharia, que impede a utilização do Pregão, bem como por conferir maior publicidade ao certame.

Foi designada a Comissão Permanente de Licitação para a condução dos trabalhos, a qual elaborou as minutas do instrumento convocatório e do contrato correspondente, que foram submetidas à apreciação da Procuradoria Jurídica, e, por estes estarem em conformidade com os termos da Lei Federal nº 8.666/93, foram aprovadas, consoante parecer incluso ao processo.

No que diz respeito à licitação em questão ser destinada à exclusiva participação de Microempresas e/ou empresas de Pequeno Porte, tal exclusividade encontra respaldo no disposto no inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem

como está amparada pelo que disciplina o inciso III do § 1º do art. 34 da Lei Complementar Municipal nº 1/15.

Já na fase externa, constatou-se que a divulgação da licitação se deu em estrita obediência ao art. 21 da Lei de Licitações quanto à forma, e o interstício de 15 (quinze) dias entre a publicação e a realização do certame, estabelecido no artigo 21, § 2°, III, do mesmo diploma legal, foi respeitado.

O aviso de licitação foi publicado nos seguintes diários:

- Diário Oficial da União – Em 10 de fevereiro de 2017;
- Diário Oficial do Estado do Paraná – Em 10 de fevereiro de 2017;
- Jornal do Estado (de Grande Circulação no Estado) – Em 10 de fevereiro de 2017;
- Diário Oficial dos Municípios do Paraná (**veículo oficial de imprensa do Município de Piên**) – Em 10 de fevereiro de 2017;
- Quadro de avisos da prefeitura - Em 10 de fevereiro de 2017;
- Sitio oficial da Prefeitura (www.pien.pr.gov.br) - Em 10 de fevereiro de 2017 .

A disponibilidade efetiva do edital se deu a partir de 25 de novembro de 2016.

Não houve registro de nenhum pedido de esclarecimento, providência ou impugnação contra o Edital.

Da apreciação dos documentos apresentados pelas licitantes, relativos à habilitação jurídica, fiscal, qualificação econômico-financeira e técnica e declarações firmadas, após exame de sua compatibilidade com as exigências do instrumento convocatório, conclui-se que a licitação foi processada e julgada com observância dos procedimentos estabelecidos na Lei Federal nº 8.666/93.

2. Da conclusão:

Considerando que a homologação é o ato de controle da regularidade de todo o procedimento realizado como condição de validade da contratação, pelo qual se põe fim ao processo, e considerando ainda que nenhuma ilegalidade foi constatada na análise efetuada por esta Procuradoria, opinamos pela homologação do processo em epígrafe e adjudicação de seu objeto, cabendo, no entanto, à autoridade competente, a avaliação quanto à oportunidade e conveniência.

É o parecer.

Piên/PR, 02 de março de 2017.

Veiviane Alves Domingos

OAB/PR 75.274

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
ESTADO DO PARANÁ

TOMADA DE PREÇOS N° 001/2017

HOMOLOGAÇÃO

Eu, LIVINO TURECK, Prefeito Municipal de Piên, no uso de minhas atribuições legais:

ADJUDICO o objeto desta licitação: Execução de obra de complementação da quadra poliesportiva na localidade de Campina dos Maia, Piên/PR, incluindo os serviços preliminares, drenagem do talude, piso ao redor de quadra e arquibancada em concreto armado e alvenaria, em atendimento à Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer, em favor da empresa: **JDI CONSTRUTORA LTDA.** no valor de R$ 53.500,17 (cinquenta e três mil, quinhentos reais e dezessete centavos).

HOMOLOGO a Tomada de Preços n° 001/2017, processo n° 266/2017, referente a contratação de empresa para cujo objeto é a execução de obra de complementação da quadra poliesportiva na localidade de Campina dos Maia, Piên/PR, incluindo os serviços preliminares, drenagem do talude, piso ao redor de quadra e arquibancada em concreto armado e alvenaria, em atendimento à Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer, tendo em vista que em toda sua tramitação foi atendida a legislação pertinente, consoante parecer jurídico contido nos autos.

Piên/PR, 07 de março de 2017.

LIVINO TURECK
Prefeito Municipal

AWN5560	277450P000193983	24/02/2017	60412
AWP6653	277450P000193966	23/02/2017	60412
AWT5761	277450P000178672	23/02/2017	62891
AWU6353	277450P000282793	24/02/2017	73662
AXG4877	277450P000186232	24/02/2017	60501
AXP7113	277450P000189488	18/02/2017	55412
AXQ8366	277450P000189800	23/02/2017	60412
AXS2307	277450P000191115	23/02/2017	61220
AXW7012	277450P000191452	23/02/2017	60412
AXX2649	277450P000193963	23/02/2017	61300
AXZ1059	277450P000191359	24/02/2017	55411
AYC0417	277450P000085265	24/02/2017	53800
AYF0798	277450P000284302	22/02/2017	60501
AYH5196	277450P000190477	23/02/2017	57380
AYM1522	277450P000191405	22/02/2017	55411
AYO7235	277450P000194003	20/02/2017	61220
AZF7562	277450P000194106	25/02/2017	73662
AZH6204	277450P000191404	22/02/2017	73662
AZI2762	277450P000191267	24/02/2017	76251
AZJ4036	277450P000189486	18/02/2017	55412
AZJ6204	277450P000155519	21/02/2017	73662
AZK0188	277450P000193968	23/02/2017	57463
AZQ1024	277450P000191406	22/02/2017	55417
AZQ8054	277450P000193970	23/02/2017	57463
AZR3491	277450P000191357	24/02/2017	60412
AZS0097	277450P000191117	23/02/2017	73662
BAC8212	277450P000194002	20/02/2017	61220
BAF5486	277450P000283878	22/02/2017	61570
BAG0980	277450P000193976	24/02/2017	57380
BAL2932	277450P000284309	25/02/2017	57701
BAQ9233	277450P000190474	23/02/2017	55414
BAT8021	277450P000282791	22/02/2017	63941
BEV3108	277450P000282792	22/02/2017	73662
BMR7966	277450P000191116	23/02/2017	76332
BWS9741	277450P000191096	20/02/2017	57380
CRL1288	277450P000193907	24/02/2017	60412
DHD1530	277450P000284307	23/02/2017	58350
DHD1530	277450P000193959	23/02/2017	60412
DHF2423	277450P000191361	25/02/2017	60412
DII6035	277450P000283874	22/02/2017	51851
DPF3813	277450P000191095	20/02/2017	55500
DWP4770	277450P000193977	24/02/2017	57463
EAM4169	277450P000189798	22/02/2017	60412
EBC8103	277450P000284287	21/02/2017	51851
FIC3293	277450P000193755	21/02/2017	73662
GDC3003	277450P000141893	19/02/2017	51851
HNC1812	277450P000193964	23/02/2017	60412
HNF1876	277450P000193984	24/02/2017	61300
IIT9073	277450P000284308	23/02/2017	58350
ILD7690	277450P000191099	20/02/2017	57380
JVR7082	277450P000282744	22/02/2017	58350
LYF8652	277450P000193972	23/02/2017	73662
LYY1703	277450P000191094	20/02/2017	55250
MBL3698	277450P000085264	24/02/2017	55412
MCV6727	277450P000129647	24/02/2017	51930
MEV7507	277450P000191358	24/02/2017	55411
MII9850	277450P000194001	20/02/2017	57380
MJH4091	277450P000191451	23/02/2017	60412
MLD0237	277450P000193971	23/02/2017	57463
OBG7524	277450P000282795	24/02/2017	73662
PYE6791	277450P000191453	23/02/2017	76332
QIL2015	277450P000190472	20/02/2017	57380

Publicado por:
Reginaldo Poleti
Código Identificador:1595E42D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÕES - 2017

Nº DA LICITAÇÃO	MODALIDADE	DATA DE INSTAURAÇÃO	DATA DE ABERTURA/ JULGAMENTO	OBJETO	VENCEDOR	VALOR R$	PRAZO DE VIGÊNCIA/ EXECUÇÃO
001/2017	TOMADA DE PREÇO	07/02/2017	02/03/2017 02/03/2017	Execução de obra de complementação da quadra poliesportiva na localidade de Campina dos Maia. Piên/PR, inchindo os serviços preliminares, drenagem do talude, piso ao redor de quadra e arquibancada em concreto armado e alvenaria, em atendimento à Secretaria de Esporte, Cultura e	JDI CONSTRUTORA LTDA. CNPJ nº 00.532.657/0001-08	53.500,17	90(NOVENTA) DIAS

Publicado por:
Doroti de Fatima Pieckocz
Código Identificador:3F8590B1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NEGRO - PARANÁ
BALANÇO FINANCEIRO 2016

Município: RIO NEGRO			UF: ESTADO DO PARANA		
Período: Exercício de 2016			Balanço Financeiro		
Unidade Gestora: 0001 - CÂMARA MUNICIPAL					
INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	1.837.474,62	1.516.708,48
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	DESPESAS CORRENTES	1.826.343,08	1.504.828,93
(-)DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.582.686,47	1.272.434,33
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	243.656,61	232.394,60
(-)DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	11.131,54	11.879,55
			INVESTIMENTOS	11.131,54	11.879,55
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.837.474,62	1.516.708,48	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	1.837.474,62	1.516.708,48	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	0,00	0,00
			TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	0,00	0,00
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	393.959,89	332.111,47	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	393.959,89	332.111,47
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	0,00	0,00	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	0,00	0,00
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	393.959,89	332.111,47	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	393.959,89	332.111,47
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	0,00	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	0,00
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	0,00	SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ATUAL	0,00	0,00
TOTAL	2.231.434,51	1.848.819,95	TOTAL	2.231.434,51	1.848.819,95
Nota Explicativa: Este demonstrativo foi elaborado pelo método indireto, isto é, apresenta as informações com contrapartida de disponibilidades financeiras.					

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Presidente

CLEONICE WITT
Contadora
CRC-SC 19.257/O-6 SPR

MARCOS UBIRAJARA KOBUS
Controle Interno
CRC-PR 50.747/0-9

Publicado por:
Augusto Cesar Basso
Código Identificador:20FF6C82

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NEGRO - PARANÁ
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2016

Município: Rio Negro			UF: Estado do Parana	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
Período: Exercício de 2016				
Unidade Gestora: 0001 - CÂMARA MUNICIPAL				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas (Intraorçamentárias) (I)	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (II) = (+ + I)	-	-	-	-
Operações de Crédito / Refinanciamento (III)	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (IV) = (II + III)	-	-	-	-
Déficit (V)	2.100.000,00	2.100.000,00	1.837.474,62	(262.525,38)
TOTAL (VI) = (IV + V)	2.100.000,00	2.100.000,00	1.837.474,62	(262.525,38)
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados Para Créditos Adicionais)	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

e-SEGURO GARANTIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN/PR

Em Anexo, encaminhamos a nova apólice digital da JMalucelli Seguradora S/A, um documento com a mesma veracidade de uma apólice impressa, sendo que a única diferença é que a apólice agora faz parte de um processo de certificação digital, utilizando técnicas e processos que garantem segurança e valor jurídico às transações eletrônicas. Esta apólice substitui, de forma definitiva, o modelo anterior, e acompanha as inovações tecnológicas já presentes no mercado, como nota fiscal digital, recibos de pagamentos via internet, emissão de boletos, etc.

JMalucelli Seguradora

TÍTULO: APÓLICE Seguro Garantia Nº 01-0775-0239902

Documento eletrônico digitalmente assinado por:

ICP Brasil Assinado digitalmente por: Gustavo Henrich

ICP Brasil Assinado digitalmente por: Roque Jr. de H. Melo

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-estrutura de chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil por: Signatário (as):

Gustavo Henrich Nº de Série do Certificado: 099FC08915F5891A

Roque de Holanda Melo Nº de Série do Certificado: 52AE2099725C9CD2

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe oferece o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art 1º - Fica instituída a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

Nº Apólice: 01-0775-0239902
Controle Interno(Código Controle): 719854833
Data de Emissão: 13/03/2017

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo em forma eletrônica, podem ser verificados no website www.jmalucelliseguradora.com.br.

Após sete dias úteis da emissão deste documento, o mesmo poderá ser verificado sob o nº 05436.2017.0001.0775.0239902.000000 no site da susep: www.susep.gov.br. Acesse: Serviço ao Cidadão -> Consulta de apólice de seguro garantia.

e-SEGURO GARANTIA

Associada a TRAVELERS

JMalucelli Seguradora

Associada a TRAVELERS

JMalucelli Seguradora

PASA PASR APF

Seguro Garantia

Endosso: 01-0775-0239974
Referência: 01-0775-0239902
Proposta: 1838109

Controle Interno(Código Controle):668704172

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo em forma eletrônica, podem ser verificados no website www.jmalucelliseguradora.com.br. Após sete dias úteis da emissão deste documento, o mesmo poderá ser verificado sob o n.º 05436.2017.0001.0775.0239902.000001 no site da SUSEP www.susep.gov.br. As condições contratuais/regulamento deste produto protocolizadas pela sociedade/entidade junto à Susep poderão ser consultadas no endereço eletrônico www.susep.gov.br, de acordo com o número de processo constante da apólice/proposta. Atendimento SUSEP: 0800 021 8484.
Central de Atendimento JM - 0800 704 0301/Ouvidoria JM - 0800 643 0301

Frontispício de Apólice

A **J. MALUCELLI SEGURADORA S/A**, CNPJ 84.948.157/0001-33, Código de Registro na SUSEP 05436, com sede na Rua Visconde de Nácar, 1440 - Centro - Curitiba - PR, por meio deste ENDOSSO de Seguro Garantia, garante ao SEGURADO, **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN/PR**, CNPJ 76.002.666/0001-40, RUA AMAZONAS, 373 PIÊN PR, as obrigações do TOMADOR **J.D.I CONSTRUTORA LTDA - EPP**, CNPJ 00.532.657/0001-08, R AUGUSTO WUNDERWALD 197 PROGRESSO SAO BENTO DO SUL SC, até o valor de R$ 2.675,01 (dois mil e seiscentos e setenta e cinco reais e um centavo), na modalidade abaixo descrita.

Modalidade	Limite Máximo de Garantia (L.M.G.)	Ramo
Executante Construtor	R$ 2.675,01	0775 - GARANTIA SEGURADO - SETOR PÚBLICO

Descrição da Garantia
(Coberturas, Valores e prazos previstos no contrato)

Modalidade e Cobertura Adicional	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Término
Executante Construtor	R$ 2.675,01	10/03/2017	29/04/2018

Não se aplica franquia a nenhuma das coberturas contratadas por esta apólice.

Objeto da Garantia

Declara-se para os devidos fins e efeitos que, em virtude da solicitação do SEGURADO, através 013/2017, procedemos a emissão do presente ENDOSSO DE ALTERAÇÃO DE VIGÊNCIA, conforme segue:

Fica alterada a vigência da Apólice para: De 10/03/2017 até 29/04/2018.

Este Endosso faz parte integrante e inseparável da Apólice n.º 01-0775-0239902.

Ratificam-se os demais termos e condições da apólice, não modificados pelo presente endosso.

****
****
****
****
****
****

Corretor: 000001.0.063841-0 - RKR CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Continua na próxima página

ICP Brasil Assinado digitalmente por: Gustavo Henrich

ICP Brasil Assinado digitalmente por: Roque Jr. de H. Melo

Controle de Segurança

Joinville - SC, 14/03/2017

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institulu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil por: Signatários (as):
Gustavo Henrich Nº de Série do Certificado: 099FC08915F5891A
Roque de Holanda Melo Nº de Série do Certificado: 52AE2099725C9CD2
Art. 1º - Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

*SUSEP: - Superintendência de seguros privados. Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normatização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguro. ** Este produto está protocolado na SUSEP através do N.º de Processo SUSEP 15414.900195/2014-17.

Associada a TRAVELERS

JMalucelli Seguradora

Membro da Associação Panamericana de Fianças e Garantia
PANAMERICAN SURETY ASSOCIATION
PASA APF
ASOCIACION PANAMERICANA DE FIANZAS

Seguro Garantia

Endosso: 01-0775-0239974
Referência: 01-0775-0239902
Proposta: 1838109

Frontispício de Apólice

Controle Interno(Código Controle):668704172

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo em forma eletrônica, podem ser verificados no website www.jmalucelliseguradora.com.br. Após sete dias úteis da emissão deste documento, o mesmo poderá ser verificado sob o n.º 05436.2017.0001.0775.0239902.000001 no site da SUSEP www.susep.gov.br. As condições contratuais/regulamento deste produto protocolizadas pela sociedade/entidade junto à Susep poderão ser consultadas no endereço eletrônico www.susep.gov.br, de acordo com o número de processo constante da apólice/proposta. Atendimento SUSEP: 0800 021 8484.
Central de Atendimento JM - 0800 704 0301/Ouvidoria JM - 0800 643 0301

Demonstrativo de Prêmio

Importância Segurada.....	R$	2.675,01
Prêmio Líquido Executante Construtor.....	R$	0,00
Adicional de Fracionamento.....	R$	0,00
I.O.F.....	R$	0,00
Prêmio Total.....	R$	0,00

Condições de Pagamento

Parcela	Vencimento	Nº Carnê	Valor(R$)

Em atendimento à Lei 12.741/12 informamos que incidem as alíquotas de 0,65% de PIS/Pasep e de 4% de COFINS sobre os prêmios de seguros, deduzidos do estabelecido em legislação específica.
O(s) valor(es) acima descrito(s), é(são) devido(s) no cenário desta contratação de cobertura(s). Pode(m) sofrer alteração(ões) quando contratada(s) isoladamente ou em outra composição.

São Paulo - SP - 14/03/2017

Corretor: 000001.0.063641-0 - RKR CORRETORA DE SEGUROS LTDA

*SUSEP: - Superintendência de seguros privados. Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normatização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguro. ** Este produto está protocolado na SUSEP através do N.º de Processo SUSEP 15414.900195/2014-17.

Associada a TRAVELERS
JMalucelli Seguradora

Endosso: 01-0775-0239974
Referência: 01-0775-0239902

CONDIÇÕES GERAIS

CIRCULAR SUSEP 477/13 - PLANO PADRONIZADO
CAPÍTULO I - CONDIÇÕES GERAIS - RAMO 0775
SEGURO GARANTIA – SEGURADO: SETOR PÚBLICO

1. Objeto:
1.1. Este contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice e até o valor da garantia fixado nesta, e de acordo com a(s) modalidade(s) e/ou cobertura(s) adicional(is) expressamente contratada(s), em razão de participação em licitação, em contrato principal pertinente a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, concessões e permissões no âmbito dos Poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou, ainda as obrigações assumidas em função de:
I – processos administrativos;
II – processos judiciais, inclusive execuções fiscais;
III – parcelamentos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa;
IV – regulamentos administrativos.
1.2. Encontram-se também garantidos por este seguro os valores devidos ao segurado, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstos em legislação específica, para cada caso.

2. Definições:
Aplicam-se a este seguro, as seguintes definições:
2.1. Apólice: documento, assinado pela seguradora, que representa formalmente o contrato de Seguro Garantia.
2.2. Condições Gerais: conjunto das cláusulas, comuns a todas as modalidades e/ou coberturas de um plano de seguro, que estabelecem as obrigações e os direitos das partes contratantes.
2.3. Condições Especiais: conjunto das disposições específicas relativas a cada modalidade e/ou cobertura de um plano de seguro, que alteram as disposições estabelecidas nas Condições Gerais.
2.4. Condições Particulares: conjunto de cláusulas que alteram, de alguma forma, as Condições Gerais e/ou Condições Especiais, de acordo com cada segurado.
2.5. Contrato Principal: todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública (segurado) e particulares (tomadores), em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.
2.6. Endosso: instrumento formal, assinado pela seguradora, que introduz modificações na apólice de Seguro Garantia, mediante solicitação e anuência expressa das partes.
2.7. Indenização: pagamento dos prejuízos e/ou multas resultantes do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro.
2.8. Limite Máximo de Garantia: valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.
2.9. Prêmio: importância devida pelo tomador à seguradora, em função da cobertura do seguro, e que deverá constar da apólice ou endosso.
2.10. Processo de Regulação de Sinistro: procedimento pelo qual a seguradora constatará ou não a procedência da reclamação de sinistro, bem como a apuração dos prejuízos cobertos pela apólice.
2.11. Proposta de Seguro: instrumento formal de pedido de emissão de apólice de seguro, firmado nos termos da legislação em vigor.
2.12. Relatório Final de Regulação: documento emitido pela seguradora no qual se transmite o posicionamento acerca da caracterização ou não do sinistro reclamado, bem como os possíveis valores a serem indenizados.
2.13. Segurado: a Administração Pública ou o Poder Concedente.
2.14. Seguradora: a sociedade de seguros garantidora, nos termos da apólice, do cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador.
2.15. Seguro Garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice.
2.16. Sinistro: o inadimplemento das obrigações do tomador cobertas pelo seguro.
2.17. Tomador: devedor das obrigações por ele assumidas perante o segurado.

3. Aceitação:
3.1. A contratação/alteração do contrato de seguro somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.
3.2. A seguradora fornecerá, obrigatoriamente, ao proponente, protocolo que identifique a proposta por ela recepcionada, com a indicação da data e da hora de seu recebimento.
3.3. A seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a aceitação ou não da proposta, contados da

data de seu recebimento, seja para seguros novos ou renovações, bem como para alterações que impliquem modificação do risco.

3.3.1. Caso o proponente do seguro seja pessoa física, a solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, poderá ser feita apenas uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3..

3.3.2. Se o proponente for pessoa jurídica, a solicitação de documentos complementares poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3., desde que a seguradora indique os fundamentos do pedido de novos elementos, para avaliação da proposta ou taxação do risco.

3.3.3. No caso de solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no item 3.3. ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação.

3.4. No caso de não aceitação da proposta, a seguradora comunicará o fato, por escrito, ao proponente, especificando os motivos da recusa.

3.5. A ausência de manifestação, por escrito, da seguradora, no prazo acima aludido, caracterizará a aceitação tácita do seguro.

3.6. Caso a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, o prazo aludido no item 3.3. será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, comunicando a seguradora, por escrito, ao proponente, tal eventualidade, ressaltando a consequente inexistência de cobertura enquanto perdurar a suspensão.

3.7. A emissão da apólice ou do endosso será feita em até 15 (quinze) dias, a partir da data de aceitação da proposta.

4. Valor da Garantia:

4.1. O valor da garantia desta apólice é o valor máximo nominal por ela garantido.

4.2. Quando efetuadas alterações previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, o valor da garantia deverá acompanhar tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

4.3. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação do valor contratual, o valor da garantia poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela seguradora, por meio da emissão de endosso.

5. Prêmio do Seguro:

5.1. O tomador é responsável pelo pagamento do prêmio à seguradora por todo o prazo de vigência da apólice.

5.2. Fica entendido e acordado que o seguro continuará em vigor mesmo quando o tomador não houver pagado o prêmio nas datas convencionadas.

5.2.1. Não paga pelo tomador, na data fixada, qualquer parcela do prêmio devido, poderá a seguradora recorrer à execução do contrato de contragarantia.

5.3. Em caso de parcelamento do prêmio, não será permitida a cobrança de nenhum valor adicional, a título de custo administrativo de fracionamento, devendo ser garantido ao tomador, quando houver parcelamento com juros, a possibilidade de antecipar o pagamento de qualquer uma das parcelas, com a consequente redução proporcional dos juros pactuados.

5.4. Se a data limite para o pagamento do prêmio a vista ou de qualquer uma de suas parcelas coincidir com dia em que não haja expediente bancário, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil em que houver expediente bancário.

5.5. A sociedade seguradora encaminhará o documento de cobrança diretamente ao tomador ou seu representante, observada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, em relação à data do respectivo vencimento.

6. Vigência:

6.1. Para as modalidades do Seguro Garantia nas quais haja a vinculação da apólice a um contrato principal, a vigência da apólice será igual ao prazo estabelecido no contrato principal, respeitadas as particularidades previstas nas Condições Especiais de cada modalidade contratada.

6.2. Para as demais modalidades, a vigência da apólice será igual ao prazo informado na mesma, estabelecido de acordo com as disposições previstas nas Condições Especiais da respectiva modalidade.

6.3. Quando efetuadas alterações de prazo previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, a vigência da apólice acompanhará tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

6.4. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação da vigência da apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela Seguradora, por meio da emissão de endosso.

7. Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro:

7.1. A Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro serão especificadas para cada modalidade nas Condições Especiais, quando couberem.

7.2. A seguradora descreverá nas Condições Especiais os documentos que deverão ser apresentados para a efetivação da Reclamação de Sinistro.

7.2.1. Com base em dúvida fundada e justificável, a seguradora poderá solicitar documentação e/ou informação complementar.
7.3. A Reclamação de Sinistros amparados pela presente apólice poderá ser realizada durante o prazo prescricional, nos termos da Cláusula 17 destas Condições Gerais;
7.4. Caso a seguradora conclua pela não caracterização do sinistro, comunicará formalmente ao segurado, por escrito, sua negativa de indenização, apresentando, conjuntamente, as razões que embasaram sua conclusão, de forma detalhada.

8. Indenização:
8.1. Caracterizado o sinistro, a seguradora cumprirá a obrigação descrita na apólice, até o limite máximo de garantia da mesma, segundo uma das formas abaixo, conforme for acordado entre as partes:
I – realizando, por meio de terceiros, o objeto do contrato principal, de forma a lhe dar continuidade, sob a sua integral responsabilidade; e/ou
II – indenizando, mediante pagamento em dinheiro, os prejuízos e/ou multas causados pela inadimplência do tomador, cobertos pela apólice.
8.2. Do prazo para o cumprimento da obrigação:
8.2.1. O pagamento da indenização ou o início da realização do objeto do contrato principal deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento do último documento solicitado durante o processo de regulação do sinistro.
8.2.2. Na hipótese de solicitação de documentos de que trata o item 7.2.1., o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências.
8.2.3. No caso de decisão judicial ou decisão arbitral, que suspenda os efeitos de reclamação da apólice, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do primeiro dia útil subsequente a revogação da decisão.
8.3. Nos casos em que haja vinculação da apólice a um contrato principal, todos os saldos de créditos do tomador no contrato principal serão utilizados na amortização do prejuízo e/ou da multa objeto da reclamação do sinistro, sem prejuízo do pagamento da indenização no prazo devido.
8.3.1. Caso o pagamento da indenização já tiver ocorrido quando da conclusão da apuração dos saldos de créditos do tomador no contrato principal, o segurado obriga-se a devolver à seguradora qualquer excesso que lhe tenha sido pago.

9. Atualização de Valores:
9.1. O não pagamento das obrigações pecuniárias da seguradora, inclusive da indenização nos termos da Cláusula 8 destas Condições Gerais, dentro do prazo para pagamento da respectiva obrigação, acarretará em:
a) atualização monetária, a partir da data de exigibilidade da obrigação, sendo, no caso de indenização, a data de caracterização do sinistro; e
b) incidência de juros moratórios calculados "pro rata temporis", contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado.
9.2. O índice utilizado para atualização monetária será o IPCA/IBGE - Índice de Preços ao Consumidor Amplo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ou índice que vier a substituí-lo, sendo calculado com base na variação positiva apurada entre o último índice publicado antes da data de obrigação de pagamento e aquele publicado imediatamente anterior à data de sua efetiva liquidação.
9.3. Os juros moratórios, contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado para pagamento da obrigação, serão equivalentes à taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.
9.4. O pagamento de valores relativos à atualização monetária e juros de mora será feito independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, de uma só vez, juntamente com os demais valores devidos no contrato.

10. Sub-Rogação:
10.1. Paga a indenização ou iniciado o cumprimento das obrigações inadimplidas pelo tomador, a seguradora sub-rogar-se-á nos direitos e privilégios do segurado contra o tomador, ou contra terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao sinistro.
10.2. É ineficaz qualquer ato do segurado que diminua ou extinga, em prejuízo do segurador, os direitos a que se refere este item.

11. Perda de Direitos:
O segurado perderá o direito à indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:
I – Casos fortuitos ou de força maior, nos termos do Código Civil Brasileiro;
II – Descumprimento das obrigações do tomador decorrente de atos ou fatos de responsabilidade do segurado;
III – Alteração das obrigações contratuais garantidas por esta apólice, que tenham sido acordadas entre segurado e tomador, sem prévia anuência da seguradora;
IV – Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo praticados pelo segurado, pelo beneficiário ou pelo representante, de um ou de outro;
V – O segurado não cumprir integralmente quaisquer obrigações previstas no contrato de seguro;
VI – Se o segurado ou seu representante legal fizer declarações inexatas ou omitir de má-fé circunstâncias de seu

conhecimento que configurem agravação de risco de inadimplência do tomador ou que possam influenciar na aceitação da proposta;
VII – Se o Segurado agravar intencionalmente o risco;

12. Concorrência de Garantias:
No caso de existirem duas ou mais formas de garantia distintas, cobrindo cada uma delas o objeto deste seguro, em benefício do mesmo segurado ou beneficiário, a seguradora responderá, de forma proporcional ao risco assumido, com os demais participantes, relativamente ao prejuízo comum.

13. Concorrência de Apólices:
É vedada a utilização de mais de um Seguro Garantia na mesma modalidade para cobrir o objeto deste contrato, salvo no caso de apólices complementares.

14. Extinção da Garantia:
14.1. A garantia expressa por este seguro extinguir-se-á na ocorrência de um dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro, sem prejuízo do prazo para reclamação do sinistro conforme item 7.3. destas Condições Gerais:
I – quando o objeto do contrato principal garantido pela apólice for definitivamente realizado mediante termo ou declaração assinada pelo segurado ou devolução da apólice;
II – quando o segurado e a seguradora assim o acordarem;
III – quando o pagamento da indenização ao segurado atingir o limite máximo de garantia da apólice;
IV – quando o contrato principal for extinto, para as modalidades nas quais haja vinculação da apólice a um contrato principal, ou quando a obrigação garantida for extinta, para os demais casos; ou
V – quando do término de vigência previsto na apólice, salvo se estabelecido em contrário nas Condições Especiais.
14.2. Quando a garantia da apólice recair sobre um objeto previsto em contrato, esta garantia somente será liberada ou restituída após a execução do contrato, em consonância com o disposto no parágrafo 4º do artigo 56 da Lei Nº 8.666/1993, e sua extinção se comprovará, além das hipóteses previstas no item 14.1., pelo recebimento do objeto do contrato nos termos do art. 73 da Lei nº 8.666/93.

15. Rescisão Contratual:
15.1. No caso de rescisão total ou parcial do contrato, a qualquer tempo, por iniciativa do segurado ou da seguradora e com a concordância recíproca, deverão ser observadas as seguintes disposições:
15.1.1. Na hipótese de rescisão a pedido da sociedade seguradora, esta reterá do prêmio recebido, além dos emolumentos, a parte proporcional ao tempo decorrido;
15.1.2. Na hipótese de rescisão a pedido do segurado, a sociedade seguradora reterá, no máximo, além dos emolumentos, o prêmio calculado de acordo com a seguinte tabela de prazo curto:

Relação a ser aplicada sobre a vigência original para obtenção de prazo em dias	% do Prêmio	Relação a ser aplicada sobre a vigência original para obtenção de prazo em dias	% do Prêmio
15/365	13%	195/365	73%
30/365	20%	210/365	75%
45/365	27%	225/365	78%
60/365	30%	240/365	80%
75/365	37%	255/365	83%
90/365	40%	270/365	85%
105/365	46%	285/365	88%
120/365	50%	300/365	90%
135/365	56%	315/365	93%
150/365	60%	330/365	95%
165/365	66%	345/365	98%
180/365	70%	365/365	100%

15.1.2.1. Para prazos não previstos na tabela constante do subitem 15.1.2., deverá ser utilizado percentual correspondente ao prazo imediatamente inferior.

16. Controvérsias:
16.1. As controvérsias surgidas na aplicação destas Condições Contratuais poderão ser resolvidas:
I – por arbitragem; ou
II – por medida de caráter judicial.
16.2. No caso de arbitragem, deverá constar, na apólice, a cláusula compromissória de arbitragem, que deverá ser facultativamente aderida pelo segurado por meio de anuência expressa.

16.2.1. Ao concordar com a aplicação desta cláusula, o segurado estará se comprometendo a resolver todos os seus litígios com a sociedade seguradora por meio de Juízo Arbitral, cujas sentenças têm o mesmo efeito que as sentenças proferidas pelo Poder Judiciário.
16.2.2. A cláusula de arbitragem é regida pela Lei nº 9307, de 23 de setembro de 1996.

17. Prescrição:
Os prazos prescricionais são aqueles determinados pela lei.

18. Foro:
As questões judiciais entre seguradora e segurado serão processadas no foro do domicílio deste.

19. Disposições Finais
19.1. A aceitação do seguro estará sujeita à análise do risco.
19.2. As apólices e endossos terão seu início e término de vigência às 24hs das datas para tal fim neles indicadas.
19.3. O registro deste plano na Susep não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização.
19.4. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da Susep - www.susep.gov.br.
19.5. A situação cadastral do corretor de seguros pode ser consultada no site www.susep.gov.br, por meio do número de seu registro na Susep, nome completo, CNPJ ou CPF.
19.6. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.
19.7. Considera-se como âmbito geográfico das modalidades contratadas todo o território nacional, salvo disposição em contrário nas Condições Especiais e/ou Particulares da Apólice.
19.8. Os eventuais encargos de tradução referentes ao reembolso de despesas efetuadas no exterior ficarão totalmente a cargo da Sociedade Seguradora.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

CAPÍTULO II - CONDIÇÕES ESPECIAIS DAS MODALIDADES - RAMO 0775

SEGURO GARANTIA PARA CONSTRUÇÃO, CONCESSÃO, FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

NOTA TÉCNICA - PROCESSO SUSEP n.º 15414.900195/2014-17.

1. Objeto:
1.1. Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para construção, fornecimento ou prestação de serviços.
1.2. Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro os valores das multas e indenizações devidas à Administração Pública, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666/93.
1.3. Poderá ainda ser contratada, com verba específica independente, a Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias, conforme descrito no Capítulo III deste Anexo.

2. Definições:
Define-se, para efeito desta modalidade, além das definições constantes do art. 6º da Lei nº 8.666/93 e do art. 2º da Lei nº 8.987/95:
I- Riscos Declarados: itens expressamente descritos na apólice, aos quais se restringe a cobertura securitária. Ou seja, a responsabilidade da Seguradora está restrita aos riscos expressamente descritos neste documento.;
II- Prejuízo: Perda pecuniária comprovada, excedente aos valores originários previstos para a execução do objeto do contrato principal, causada pelo inadimplemento do tomador, excluindo-se qualquer prejuízo decorrente de outro ramo de seguro, tais como responsabilidade civil, lucros cessantes.

3. Vigência:
3.1. A vigência da apólice será fixada de acordo com as seguintes regras:
I – coincidindo com o prazo de vigência do contrato administrativo pertinente à execução de obras, serviços e/ou compras;
II – por períodos renováveis, no caso de concessões e permissões do serviço público.
3.2. As renovações, a que se refere o inciso II do item 3.1., não se presumem, serão precedidas de notificação escrita da seguradora ao segurado e ao tomador, com antecedência de até noventa dias da data do término de vigência da apólice

Associada a TRAVELERS
JMalucelli Seguradora

Endosso: 01-0775-0239974
Referência: 01-0775-0239902

em vigor, declarando seu explícito interesse na manutenção da garantia.
3.2.1. Fica também estabelecido que a não renovação da cobertura deste seguro, independentemente de a seguradora querer ou não renová-la, não caracterizará sinistro passível de recuperação junto a seguradora.

4. Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro:
4.1. Expectativa: tão logo realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador, este deverá ser imediatamente notificado pelo segurado, indicando claramente os itens não cumpridos e concedendo-lhe prazo para regularização da inadimplência apontada, remetendo cópia da notificação para a seguradora, com o fito de comunicar e registrar a Expectativa de Sinistro.
4.2. Reclamação: a Expectativa de Sinistro será convertida em Reclamação, mediante comunicação pelo segurado à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, data em que restará oficializada a Reclamação do Sinistro.
4.2.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:
a) Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;
b) Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador e culminou na rescisão do contrato assegurado;
c) Cópias de atas, notificações, contra notificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;
d) Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;
e) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos;
f) Diário de Obras, quando aplicável;
g) Comprovantes dos pagamentos realizados pelo segurado ao tomador;
h) Cópia da publicação da rescisão unilateral do contrato assegurado em Diário Oficial;
i) Cópia do novo contrato firmado pelo segurado com a empresa sucessora do tomador no escopo contratual inadimplido, quando aplicável.
4.2.2. Sem prejuízo do disposto no art. 771 do Código Civil, fica acordado que a não formalização da Reclamação do Sinistro dentro do prazo prescricional tornará sem efeito a prévia notificação de Expectativa do Sinistro;
4.3. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 4.2.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação;

5. Disposições Gerais:
5.1. A presente apólice, de riscos declarados, assegura o cumprimento das obrigações diretas do tomador perante o segurado, especificamente descritas no objeto desta apólice, de acordo com a modalidade de seguro-garantia indicada na mesma, não assegurando riscos referentes a indenizações a terceiros, danos ambientais e lucros cessantes, despesas de contenção de sinistro ou despesas de salvamento, desenvolvimento e programação de qualquer tipo de software ou sistema, riscos referentes às obrigações que competem ao fabricante dos equipamentos, bem como não assegura riscos referentes a outros ramos ou modalidades de seguro ou riscos trabalhistas e previdenciários, salvo quando contratada a cobertura adicional prevista no item 1.3 das Condições Especiais, em conformidade com a legislação nacional referente ao seguro-garantia.
5.2. A inadimplência do tomador deverá ocorrer dentro do prazo de vigência da apólice. Em caso de não observação deste requisito a seguradora ficará isenta de qualquer responsabilidade.
5.3. Fica entendido e concordado que, para efeito indenitário, não estarão cobertos danos e perdas causados direta ou indiretamente por ato terrorista, comprovado com documentação hábil acompanhada de laudo circunstanciado que caracterize a natureza do atentado, independentemente de seu propósito, que tenha sido devidamente reconhecido como atentatório à ordem pública pela autoridade pública competente.
5.4. Uma vez cumpridas todas as obrigações assumidas pelo tomador para a obtenção das licenças necessárias à execução e conclusão do objeto desta garantia e se, por quaisquer motivos, alheios à vontade do tomador, o(s) órgão(s) competente(s) para conceder a(s) licença(s) requerida(s), não o fizer(em) e/ou negá-la(s), tais atos não serão motivo(s) para execução desta apólice, ficando a seguradora isenta de qualquer responsabilidade de indenização securitária.
5.5. A validade/cobertura deste documento está condicionada à aceitação/não oposição do segurado em relação a todos os seus termos. Ao aceitar este documento o segurado concorda que a seguradora não terá responsabilidade de indenizar reclamação quanto à cobertura desta garantia se for constatado que o sinistro ou inadimplemento contratual se enquadra nos termos do inciso VI, do item 11 – Perda de Direito, das Condições Gerais.

6. Ratificação:
6.1. Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.

Associada a TRAVELERS
JMalucelli Seguradora

Endosso: 01-0775-0239974
Referência: 01-0775-0239902

CONDIÇÕES PARTICULARES

Fica estabelecido que, especificamente para fins indenitários, não estarão cobertos pela presente apólice de seguro garantia, quaisquer prejuízos e/ou demais penalidades decorrentes de rescisão de contrato garantido pela presente apólice de seguro, causados por ou de qualquer forma relacionados a atos e/ou fatos violadores de normas de anticorrupção, perpetrados pelo segurado, tomador ou controladas, controladoras e coligadas, seus respectivos sócios/acionistas, representantes, titulares ou funcionários.

Associada a TRAVELERS
JMalucelli Seguradora

Endosso: 01-0775-0239974
Referência: 01-0775-0239902

DEVOLUÇÃO DO DOCUMENTO

No caso de devolução deste documento antes do final de vigência nele expresso, preencher os campos abaixo e enviar para a Seguradora.

Em conformidade com a cláusula 14 - inciso I, das Condições Gerais, estamos procedendo a devolução do documento nº **01-0775-0239974**

_____
Local e Data

_____
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN/PR

Nome:
RG:
Cargo:

CONTRATO Nº 013/2017

REFERENTE À TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017

CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN/PR E JDI CONSTRUTORA LTDA.

Pelo presente instrumento particular que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE PIÊN, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.002.666/0001-40, com sede à Rua Amazonas nº 373, Centro, Piên/PR, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Sr. **LIVINO TURECK**, brasileiro, casado, empresário, portador da CI nº 3.969.153-1/PR e inscrito no CPF sob nº 450.964.229-68, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro **JDI CONSTRUTORA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.532.657/0001-08, Inscrição Estadual nº 253.260.116, Inscrição Municipal nº 17119, CREA/PR – CAU nº 040273-1, com endereço na Rua Augusto Wunderwald, nº 197, Bairro Progresso em São Bento do Sul/SC, CEP: 89281-060, fone (47) 3633-5324, neste ato representado pelo Sra. **Joice Mari da Silva Bail**, inscrito no CPF sob nº 821.095.919-00, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, têm entre si justo e contratado a empreitada, nos termos da Lei nº 8.666/93 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS (Art. 55, I, Lei 8.666/93).

Cláusula Primeira: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para execução de obra de complementação da quadra poliesportiva na localidade de Campina dos Maia, Piên/PR, incluindo os serviços preliminares, drenagem do talude, piso ao redor de quadra e arquibancada em concreto armado e alvenaria.

DO REGIME DE EXECUÇÃO (Art. 55, II, Lei 8.666/93).

Cláusula Segunda: A obra deverá ser executada de acordo com as especificações que seguem no Projeto Básico e em conformidade com as Normas Técnicas da ABNT, de acordo com a planilha orçamentária, vinculados ao procedimento licitatório Tomada de Preços nº 001/2017, com supervisão do engenheiro civil da Administração.

DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES PAGAMENTO (Art. 55, III, Lei 8.666/93).

Cláusula Terceira: Fica ajustado o valor total do presente contrato em **R$ 53.500,17 (cinquenta e três mil, quinhentos reais e dezessete centavos)** a serem pagos conforme medições mensais

devidamente vistoriada e aprovadas pela fiscalização da Contratante, em até 30 (trinta) dias após a protocolização da Nota Fiscal/Fatura respectiva, onde deverão vir discriminados os valores da mão-de-obra e dos materiais, e comprovantes de regularidade perante a Receita Federal, FGTS e a CNDT, bem como a Relação dos Trabalhadores Constantes no Arquivo SEFIP. A tesouraria depositará o pagamento em conta corrente bancária do contratado, por ele fornecida.

Cláusula Quarta: O preço pelo qual será contratado o objeto não será reajustado, conforme Leis nº 8.880/94 e 9.069/95.

Cláusula Quinta: Os pagamentos obedecerão às seguintes exigências:

a) A 1ª parcela do pagamento só será efetuada após a apresentação da matrícula da obra no INSS, com a base de cálculo por parte do INSS do valor da obra, além da ficha de registro dos empregados vinculados à execução dos serviços contratados;

b) As parcelas subsequentes somente serão efetuadas após medições e apresentação de GPS e GFIP quitadas.

c) A última parcela somente será efetuada após a baixa da obra no INSS e apresentação da CND da obra, acompanhada do Termo de Conclusão.

d) Na Nota Fiscal deverá vir discriminado o valor da mão de obra e de material, para efeito de retenção do valor do INSS, na forma da Lei nº 9.711/98, o número da licitação, o número do contrato, o destaque do valor e alíquota do ISS que será retido na prefeitura.

e) Junto à nota fiscal, o CONTRATADO deverá anexar o comprovante de regularidade perante o FGTS e a certidão negativa previdenciária e trabalhista, comprovando que mantém as condições de habilitação durante a vigência contratual, bem como cópias autenticadas das folhas de pagamento dos empregados, bem como a Relação dos Trabalhadores Constantes no Arquivo SEFIP.

DO PRAZO DE INÍCIO, DE CONCLUSÃO E DE RECEBIMENTO (Art. 55, IV, Lei 8.666/93).

Cláusula Sexta: O prazo para execução da obra será de **90 (noventa) dias corridos**, a contar da assinatura do contrato.

Cláusula Sétima: O prazo para **recebimento provisório** dos serviços será de até **10 (dez) dias,** a contar da comunicação escrita do Contratado da conclusão dos serviços.

Cláusula Oitava: O prazo para **recebimento definitivo** dos serviços será de até **15 (quinze) dias,** a contar do recebimento provisório.

Cláusula Nona: O prazo de **vigência do contrato 400 (quatrocentos) dias corridos**, a contar da data da assinatura do contrato.

Parágrafo Único: Os prazos de execução e vigência deverão ser contados com início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

Cláusula Décima: Os prazos de início, de etapa de execução, de conclusão e de entrega das obras, bem como o prazo de vigência dos contratos poderão ser prorrogados, desde que devidamente justificado o motivo e aceito pela Administração nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS (Art. 55, V, Lei 8.666/93).

Cláusula Décima Primeira: Os valores destinados a esta contratação são oriundos do Ministério do Esporte, decorrentes da reprogramação do Contrato de repasse nº 1.000.609-26/2012– processo nº 778457/2012, cujas despesas correrão por conta da dotação orçamentária abaixo:

SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER
Dotações: 09.002.27.812.0015.2024-4490510000.

DA GARANTIA (Art. 55, VI, Lei 8.666/93).

Cláusula Décima Segunda: Para assinatura do presente contrato, a adjudicatária deverá prestar garantia de execução da obra, cujo valor será obtido pela aplicação de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual, no mesmo prazo para a assinatura do contrato.

Parágrafo Primeiro: O recolhimento da garantia de execução poderá ser efetuado nas modalidades indicadas no art. 56 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Segundo: O CONTRATADO perderá a garantia de execução quando:

a) Da inadimplência das obrigações e/ou rescisão do termo de contrato de empreitada;
b) Do não recebimento provisório e definitivo e/ou não aceitação pela Prefeitura da obra.

Parágrafo Terceiro: A devolução da garantia de execução ou o valor que dela restar, dar-se-á mediante:

a) Aceitação pela Prefeitura do objeto contratual e o termo de recebimento definitivo;
b) Apresentação de comprovantes, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e/ou energia elétrica. As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto do lote, são de inteira responsabilidade do CONTRATADO.

DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES (Art. 55, VII, Lei nº 8.666/93)

Cláusula Décima Terceira: Sem que a isto limite sua responsabilidade, será o **CONTRATANTE** responsável pelos seguintes itens:

a) Prestar ao **CONTRATADO** todos os esclarecimentos necessários à execução da obra/serviço.

b) Elaborar as planilhas de apontamento de obra/serviços, para fins de processamento dos serviços executados, bem como efetuar os pagamentos devidos nos prazos determinados, após medição do engenheiro civil do **CONTRATANTE** devidamente aprovado pela Autoridade competente.

c) Exercer a fiscalização e acompanhamento dos serviços de execução da obra/serviço, **a qual ficará a cargo do engenheiro civil Simon Schneider**, devendo anotar em livro de ocorrências as irregularidades porventura havidas, dando conhecimento formal por relatório à autoridade superior, sob pena de responsabilidade do agente fiscalizador.

d) Notificar formalmente o **CONTRATADO** pela ocorrência de irregularidades que a fiscalização identificar na execução da obra/serviço, até para que possa a empresa proceder a reparos, a menos que o livro de ocorrência esteja na obra/serviço.

e) Efetuar o pagamento nas condições estabelecidas neste instrumento.

Cláusula Décima Quarta: Sem que a isto limite sua responsabilidade, será o **CONTRATADO** responsável pelos seguintes itens:

a) Executar a obra/serviço de acordo com as especificações determinadas na TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017, bem como aos anexos que se vinculam a este instrumento.

b) Observar todas as normas ambientais e do Código de Postura do Município, durante a execução da obra/serviço.

c) Cumprir as normas práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos, Normas da ABNT e do INMETRO, inclusive as normas de concessionárias de serviços públicos, do corpo de bombeiros e as Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA/CAU.

d) Providenciar junto ao CREA/PR – CAU as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei n.º 6.496/77 e apresentá-la ao Contratante por ocasião do início da execução da obra. Os responsáveis técnicos pelos serviços a serem desenvolvidos deverão ter vínculo formal com o **CONTRATADO.**

e) Manter, na direção da obra/serviço, profissional legalmente habilitado pelo CREA/PR ou pelo CAU, que será seu preposto, vinculando-se às condições de habilitação.

f) Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, objeto deste contrato, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o contrato, no prazo determinado.

g) Conduzir os serviços em estrita observância com as normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

h) Manter no local dos serviços o Livro de Ocorrências e, para uso exclusivo da Administração, um jogo completo de todos os documentos técnicos, notificando formalmente o **CONTRATANTE**, das irregularidades ou ilegalidades cometidas pelo mesmo, após anotação regular no livro de Registro de Ocorrências.

i) Refazer, às suas expensas, os serviços executados em desacordo com estabelecido no contrato, e os que apresentarem defeitos, vício, incorreções ou falhas graves que afetem a solidez e segurança da edificação, de acordo com a legislação aplicada.

j) Cumprir todas as solicitações e exigências feitas pela Administração no Livro de Ocorrências, independente de cominações legais.

k) Ser responsável pela guarda e manutenção da obra/serviço, equipamentos e materiais até o recebimento provisório das mesmas.

l) Manter-se, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Outrossim, deverá o **CONTRATADO** manter sua capacidade econômico-financeiro compatível com as obrigações assumidas.

m) Fornecer os materiais previstos nas especificações anexas ao instrumento convocatório.

n) Empregar na obra/serviço todos os materiais novos e comprovadamente de primeira qualidade. O **CONTRATADO** só poderá usar qualquer material depois de submetê-lo à aprovação da FISCALIZAÇÃO ou Comissão de Construção a ser designada, a qual caberá impugnar o seu emprego quando em desacordo com as normas aqui estabelecidas.

o) Conservar no canteiro da obra/serviço até o fim dos trabalhos as amostras dos materiais, depois de convenientemente aprovadas pela FISCALIZAÇÃO ou Comissão de Construção, à vista do construtor, de forma a facilitar, a qualquer tempo, a verificação de sua perfeita correspondência aos materiais empregados.

p) Tomar providências junto às concessionárias de energia elétrica, saneamento e telecomunicações para ligações definitivas, no que couber.

q) Arcar com todos os encargos e obrigações de natureza social, trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrente da execução objeto desta licitação, inclusive, em caso de inadimplência de encargos e obrigações de o **CONTRATADO**, tais responsabilidades não se transferem para o **CONTRATANTE**, consoante previsão do art. 71 e seu parágrafo 1º, Lei nº 8.666/93.

r) Apresentar a relação dos fornecedores e empresas que fornecerem, durante o contrato, material, equipamentos e bens necessários à execução da obra/serviço.

s) Comunicar ao **CONTRATANTE** quaisquer eventos que possam comprometer a execução do contrato, tais como: dissolução da sociedade ou o falecimento do **CONTRATADO**, decretação de falência ou recuperação judicial, débitos previdenciárias, de FGTS e Sociais e outras situações, que afetem a estabilidade econômico-financeira da Empresa, com repercussões no contrato.

t) Responder civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, independente de dolo ou culpa, no cumprimento do contrato, venha direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados à Administração ou a terceiros.

u) Garantir que somente executem os serviços, objetos deste instrumento, os funcionários cuja documentação tenha sido entregue em conformidade com o item 24 do Edital referente à TOMADA DE PREÇOS nº 001/2017.

v) É responsabilidade do CONTRATADO fornecer à seus funcionários todos os equipamentos de proteção individual – EPIs necessários à execução dos serviços, bem como cobrar destes a utilização dos mesmos.

x) Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à Saúde e Segurança do Trabalho, emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e outros órgãos competentes.

x) Garantir a correta sinalização do local onde estejam sendo realizados os serviços.

y) O CONTRATADO se obriga a permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes bem como dos órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis.

Parágrafo Primeiro: O **CONTRATADO** não poderá, sob nenhum pretexto ou hipótese, subcontratar todos os serviços objeto do contrato.

Parágrafo Segundo: O **CONTRATADO** somente poderá subcontratar parte dos serviços se a subcontratação for aprovada prévia e expressamente pelo **CONTRATANTE.**

Parágrafo Terceiro: Se autorizada a efetuar a subcontratação de parte dos serviços, o **CONTRATADO** realizará a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responderá perante o **CONTRATANTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

Cláusula Décima Quinta: A responsabilidade do **CONTRATADO** pela qualidade, correção e segurança dos trabalhos subsistirá, na forma da lei vigente, mesmo após o recebimento definitivo da obra/serviço licitada, nos termos dos arts. 69 e 70 e § 2º do art. 73 da Lei nº 8.666/93.

DAS PENALIDADES E DO VALOR DA MULTA (Art. 55, VII, Lei 8.666/93).

Cláusula Décima Sexta: Pela inexecução total ou parcial dos compromissos firmados no presente Contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as sanções previstas nos art. 86 e 87 da lei 8.666/93, conforme segue:

1. ADVERTÊNCIA

a) Advertência, no caso de descumprimento de obrigação contratual de menor gravidade, que não traga prejuízos econômicos e funcionais para a Secretaria requisitante.

2. MULTA

a) Pelo atraso injustificado da execução da obra (início, etapa, conclusão), o contratado ficará sujeito à penalidade de **multa de mora**, a ser aplicada a partir do 1º dia útil posterior ao vencimento do prazo devido, a ser calculada pela seguinte equação:

M=V.F.N

Onde:

M=valor da multa

V=valor correspondente à parcela do serviço em atraso

F=fator percentual correspondente a 0,33% por dia de atraso

N=período de atraso em dias corridos

b) **Multa compensatória** de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, a critério da Administração Municipal de Piên, que avaliará a gravidade da falta cometida e os prejuízos sofridos pela Administração, nos seguintes casos, entre outros:

b.1) reincidência dos motivos determinantes da aplicação da penalidade de advertência;

b.2) quando houver atraso injustificado da execução da obra (início, etapa, conclusão) por prazo superior a 30 (trinta) dias ou que impossibilite o atendimento de prazos à que a Administração se sujeite;

b.3) descumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

b.4) interrupção da execução sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

b.5) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, não autorizada pela Administração;

b.6) desatendimento injustificado das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar o Contrato;

b.7) cometimento reiterado de faltas na vigência do Contrato;

b.8) recusa injustificada do adjudicatário em aceitar e assinar o Contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis após a válida convocação, ou pela rescisão não amigável do contrato por iniciativa do Contratado.

3. SUSPENSÃO temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, devendo, também, ser descredenciado, pelo mesmo prazo estabelecido anteriormente, do respectivo sistema de cadastramento de fornecedor.

4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, no caso de o licitante agir de má fé ou fraudulentamente, configurando ilícito penal e, no caso de inexecução dolosa do contrato, será declarada a inidoneidade do licitante ou contratado para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Primeiro: As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra. O valor da multa aplicada será descontado da garantia do respectivo contrato e dos créditos devidos ao Contratado. Caso o valor da multa seja superior aos créditos referidos neste item, será cobrada administrativamente pela municipalidade, ou ainda judicialmente.

Parágrafo Segundo: As multas e sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo Terceiro: Independentemente da aplicação das penalidades indicadas nesta cláusula, a proponente ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência.

Parágrafo Quarto: **A inadimplência total ou parcial do contrato poderá ensejar, além da aplicação das penalidades descritas nesta cláusula, a rescisão contratual, constituindo motivo para tanto as hipóteses especificadas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93**. Fica reconhecido o direito da Administração, em caso de rescisão administrativa.

Parágrafo Quinto: Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

DOS CASOS DE RESCISÃO E DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO (Art. 55, VIII e IX, Lei 8.666/93).

Cláusula Décima Sétima: O presente contrato poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:
I - Unilateralmente, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei Federal nº 8.666/93.

II - Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração.
III - Judicialmente, nos termos da legislação processual.

Parágrafo Único: No caso de rescisão Contratual, devidamente justificada nos autos do Processo, terá o Contratante no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação, assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa.

DOS SERVIÇOS NÃO PREVISTOS.

Cláusula Decima Oitava: O objeto contratado poderá ser **aumentado ou reduzido em até 25%** (vinte e cinco por cento) sobre o valor inicial atualizado do Contrato, mediante o interesse público, a necessidade de serviços e a conveniência administrativa, nos termos do art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93, e, no caso particular de reforma de edifício, até o limite de 50%, em seus acréscimos, salvo a exceção prevista no § 2º do art. 65 do mesmo diploma legal, consoante a redação dada pela Lei nº 9.648/98.

DA VINCULAÇÃO AO EDITAL (Art. 55, XI, Lei 8.666/93).

Cláusula Décima Nona: O presente contrato está vinculado à TOMADA DE PREÇOS nº 001/2017.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL (Art. 55, XII, Lei 8.666/93).

Cláusula Vigésima: O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93, suas alterações e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos, as disposições de Direito Privado, a Lei Orgânica e demais normas aplicáveis à espécie do Município de Piên/PR.

Cláusula Vigésima Primeira: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direitos.

DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula Vigésima Segunda: A fiscalização da obra/serviço, desde o início dos trabalhos até seu recebimento definitivo, atuará no interesse exclusivo do **CONTRATANTE**, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade do **CONTRATADO**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade.

Cláusula Vigésima Terceira: A fiscalização e acompanhamento deste contrato **ficará a cargo do engenheiro civil Simon Schneider.**

DA GARANTIA DO OBJETO

Cláusula Vigésima Quarta: O **CONTRATADO** se responsabiliza pela perfeita execução deste contrato, obrigando-se a executá-lo com a observância de todas as normas legais, regulamentos, técnicas e com **garantia de 05 (cinco) anos**, a contar do recebimento definitivo do objeto deste contrato.

Cláusula Vigésima Quinta: O **CONTRATADO** se responsabiliza, no período **de 01 (um) ano**, fora do prazo de garantia, pelos vícios ocultos redibitórios, denunciados pelo **CONTRATANTE**.

DO FORO (Art. 55, § 2º, Lei 8.666/93).

Cláusula Vigésima Sexta: Concorda o CONTRATADO quanto ao foro privilegiado atribuído ao CONTRATANTE, qual seja o Foro da Comarca de Rio Negro/PR, para dirimir eventuais questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Piên/PR, 10 de março de 2017.

LIVINO TURECK
PREFEITO MUNICIPAL DE PIÊN
CONTRATANTE

JDI CONSTRUTORA LTDA
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: CRISTIANO QUADROS Assinatura: _____

Nome: INGRID RUBIANE DE BASSI Assinatura: _____

Súmula: Dispõe sobre a reposição salarial dos servidores do Poder Legislativo do Município de Paulo Frontin e dá outras providências.

SEBASTIÃO ELIAS DA SILVA NETO, Prefeito do Município de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faço saber, em cumprimento a Lei Orgânica Municipal, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art.1º Fica a Câmara Municipal de Paulo Frontin autorizada a conceder aos seus servidores, à partir de 1º de Janeiro de 2017, reposição salarial, a ser aplicada sobre os vencimentos básicos, num percentual de**6,58%**(seis vírgula cinquenta e oito por cento), correspondente à variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, havida entre os meses de Janeiro à Dezembro/2016.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 1º de Janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Frontin, 13 de Março de 2017.

SEBASTIÃO ELIAS DA SILVA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Douglas Ingeczak Borges
Código Identificador:287CB24A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 014/2017
REFERENTE AO PREGÃO Nº 023/2017
CONTRATADO: ADENILSON DE JESUS BUENO 0315805238.
CNPJ sob nº 17.594.413/0001-44
OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar em veículos tipo "van e kombi", incluindo o serviço de monitores, para os alunos da rede municipal de ensino da zona rural e urbana do município de Piên/PR
Valor: R$ 62.900,00 (sessenta e dois mil e novecentos reais)
O pagamento será mensalmente no valor correspondente à parcela efetivamente prestada dos serviços durante o mês de referência.
Dotação:
08.001.12.361.0012.2014.3390330300;
08.001.12.361.0012.2016-3390330300
O prazo de **vigência do contrato** será de **12 (doze) meses.**
Data de assinatura: 13 de março de 2017.

LIVINO TURECK
Prefeito Municipal

CRISTIANO QUADROS
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Doroti de Fatima Pieckocz
Código Identificador:6A056889

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 013/2017
REFERENTE À TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017
CONTRATADO: JDI CONSTRUTORA LTDA.
CNPJ sob nº 00.532.657/0001-08
O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para execução de obra de complementação da quadra poliesportiva na localidade de Campina dos Maia, Piên/PR, incluindo os serviços preliminares, drenagem do talude, piso ao redor de quadra de arquibancada em concreto armado e alvenaria.
Valor: R$ 53.500,17 (cinquenta e três mil, quinhentos reais e dezessete centavos)
O pagamento por medições mensais
Dotação: 09.002.27.812.0015.2024-4490510000.
O prazo para execução da obra será de **90 (noventa) dias corridos**, a contar da assinatura do contrato.
O prazo de **vigência do contrato 400 (quatrocentos) dias corridos**, a contar da data da assinatura do contrato.
Data de assinatura: 10 de março de 2017.

LIVINO TURECK
Prefeito Municipal

CRISTIANO QUADROS
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Doroti de Fatima Pieckocz
Código Identificador:EB753C98

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DO 1º ADIAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2017

O MUNICÍPIO DE PIRAQUARA torna público, para conhecimento dos interessados, que a **ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL nº. 08/2017**, que tem por objeto "Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de arbitragem profissional, para atender os campeonatos da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer", conforme especificações contidas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, **fica ADIADA para o dia 29/03/2017, às 09h00**, no mesmo local indicado inicialmente.
MOTIVO: Alterações no edital que estarão à disposição dos interessados na Divisão de Compras e Licitações da Prefeitura, na Av. Getúlio Vargas, 1990 – Centro – Piraquara-PR, das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, ou no site: www.piraquara.pr.gov.br.

Piraquara, 13 de março de 2017.

EMERSON ANTONIO ZAPCHAU
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:D7AC0A96

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2017

Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Rede de Multisserviços, que fará a interconexão dos prédios públicos por meio de conexão de rádio de alta velocidade. **Abertura: 27 de março de 2017, às 09:00 horas**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Piraquara, na Av. Getúlio Vargas, 1990 – Centro – Piraquara - PR. **Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL. Valor Máximo Estimado:** R$ 782.318,18 (Setecentos e oitenta e dois mil trezentos e dezoito reais e dezoito centavos). **Edital:** Estará à disposição dos interessados na Divisão de Licitações e Contratos, ao preço de R$ 5,00 (cinco) reais, no horário das 08h00 às 11h30min e das 13h00 às 16h30min ou gratuitamente no site:
www.piraquara.pr.gov.br.

Piraquara, 13 de março de 2017.

JOSÉ LUIS PEDROZA
Secretário Municipal de Administração

Prefeitura de
Piên



Contratos
Confira aqui todos os contratos firmados pela prefeitura

INICIAL

HOME

CONHEÇA PIÊN

DADOS GERAIS

HISTÓRIA

LOCALIZAÇÃO

SIMBOLOS MUNCIPAIS

A PREFEITURA

COLETA DE LIXO

DADOS SECRETARIAS

FALE CONOSCO

FOTOS

NOTÍCIAS

SECRETARIAS

AÇÃO SOCIAL

ADMINISTRAÇÃO

AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CULTURA

EDUCAÇÃO

ESPORTES

OBRAS/RODOVIÁRIO

PROCURADORIA JURÍDICA

SAÚDE

PUBLICAÇÕES

ATAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

CISNORDESTE

CONCURSO PÚBLICO 2015

CONCURSOS PÚBLICO

CONTRATOS

DIÁRIO OFICIAL

ELEIÇÃO CONSELHO TUTELAR 2015

ELEIÇÃO CONSELHO TUTELAR 2016

LEIS E DECRETOS MUNICIPAIS

LICITAÇÕES

Atas

CONTRATO Nº 013/2017

CONTRATO Nº 013/2017
REFERENTE À TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017
CONTRATADO: JDI CONSTRUTORA LTDA.
CNPJ sob nº 00.532.657/0001-08
O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para execução de obra de complementação da quadra poliesportiva na localidade de Campina dos Maia, Piên/PR, incluindo os serviços preliminares, drenagem do talude, piso ao redor de quadra e arquibancada em concreto armado e alvenaria.
Valor: R$ 53.500,17 (cinquenta e três mil, quinhentos reais e dezessete centavos)
O pagamento por medições mensais
Dotação: 09.002.27.812.0015.2024-4490510000.
O prazo para execução da obra será de 90 (noventa) dias corridos, a contar da assinatura do contrato.
O prazo de vigência do contrato 400 (quatrocentos) dias corridos, a contar da data da assinatura do contrato.
Data de assinatura: 10 de março de 2017.

LIVINO TURECK
Prefeito Municipal
CRISTIANO QUADROS
Secretário de Administração e Finanças

Voltar

CAIXA

Grau de Sigilo
#PÚBLICO

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Gerência Executiva de Governo Curitiba/PR
Rua Conselheiro Laurindo, 280 – 6º andar.
80060-100 – Curitiba – PR

Ofício nº 0708 / 2017 / GIGOV/CT

CURITIBA, 23 de Março de 2017

A Sua Excelência o Senhor
Livino Tureck
Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal de Piên
Pca do Expedicionario -140
CEP: 83860-000 – Piên – PR

Assunto: **Verificação do Resultado do Processo Licitatório e Autorização de Início de Objeto.**
Ref.: Contrato de Repasse OGU nº 778457/2012 - Operação 1000809-26 - Programa Esporte e Grandes Eventos Esportivos - Construção de quadra coberta

Senhor Prefeito Municipal,

1. Em virtude da conclusão da análise do resultado do processo licitatório, protocolado em 16/03/2017 através do Ofício 059/2017/Gabinete, relativo ao Contrato de Repasse acima referido, sob os aspectos de engenharia quanto a custos e ao objeto, observamos o seguinte:

1.1. Sob os aspectos técnicos de engenharia, consideramos o resultado do processo licitatório do aumento de meta física apto, com valor licitado de R$ 53.500,17.

1.2. Esclarecemos que a responsabilidade pertinente aos processos licitatórios cabe exclusivamente aos Proponentes das operações, quando eles devem atender a Lei 8.666/93 e, no caso de Pregão Presencial, a Lei 10.520/2002, e serão fiscalizados pelos Tribunais de Contas.

1.3. Toda e qualquer solicitação de alteração de projeto, especificação e memorial descritivo proposta pelo Agente Promotor/Executor necessita ser submetida, previamente, à análise e aprovação da CAIXA.

2 O Município apresentou novo QCI contendo os valores de investimento pós licitação, demonstrando que utilizará o saldo existente de contrapartida e mantendo saldo de valor de repasse apenas. Os novos valores do contrato de repasse passam a ser:

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474 – **Ouvidoria de Governo** 0800 200 2222
ouvidoriadegoverno@caixa.gov.br
caixa.gov.br

CAIXA

2.1. Valor do Investimento: R$ 298.469,39 sendo:
- Repasse: R$ 285.681,61
- Contrapartida: R$ 5.969,39
- Saldo de repasse: R$ 6.818,39
- Saldo de contrapartida: R$ 0,00

3. Para o primeiro desbloqueio de valores deste aumento de meta física, o Município deverá providenciar:

3.1 Cópia da Ordem de Serviço para a empresa vencedora da nova licitação.

3.2 ART de execução do responsável técnico da empresa vencedora da nova licitação

3.3 ART de fiscalização do responsável técnico do Município.

3.4 Ofício de Solicitação de Desbloqueio de Recursos, modelo CAIXA (MO27056), assinado pelo para o encaminhamento da documentação;

3.5 Boletim de Medição, modelo CAIXA (MO 37587);

3.6 Relatório Resumo de Empreendimento, modelo CAIXA (MO 37588);

3.7 Nota Fiscal a ser apresentada somente no caso de equipamentos, devendo constar o número do chassi do bem adquirido, o número do Contrato de Repasse e o programa;

3.8 Relação dos fornecedores / prestadores de serviços beneficiários dos recursos, contendo nome, CNPJ ou CPF e valor;

3.9 Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social, se houver.

3.10 Instalar placa de obra no prazo de até 15 dias após o recebimento deste ofício, em cumprimento a cláusula específica do Contrato de Repasse, indicando a origem e destinação dos recursos, no caso de execução de obras/serviços, conforme modelo fornecido pela CAIXA.

OBS: Formulários modelo CAIXA encaminhados para o(s) e-mail(s)
planejamento@pien.pr.gov.br; sideney@pien.pr.gov.br; ingrid@pien.pr.gov.br

Ofício nº 0708 / 2017 / GIGOV/CT

CAIXA

4. A solicitação de recursos das parcelas seguintes é feita à medida que o empreendimento é realizado, e devidamente comprovado física e financeiramente, inclusive no tocante à integralização do valor de contrapartida, na forma contratualmente estabelecida.

4.1. Uma vez depositada a contrapartida, o contratado deve informar a CAIXA imediatamente sobre o depósito.

4.2. Para Contrato de Repasse inserido no SICONV, a autorização de desbloqueio da 2ª parcela e subsequentes, inclusive a última, requer a comprovação da execução financeira da parcela anterior, mediante o preenchimento pelo Contratado, na Aba Execução daquele Sistema, dos Relatórios de Execução (Pagamentos Realizados e Documentos de Liquidação Incluídos) relativos aos pagamentos realizados.

5. Os documentos fiscais emitidos contra esse contratado, representados por faturas, notas fiscais ou quaisquer outros comprobatórios da realização das despesas, devem estar devidamente identificados **na primeira via, com o nome do programa e o número do Contrato de Repasse.**

5.1. Tais documentos devem ser mantidos arquivados em pasta própria e em boa ordem no próprio local de contabilização, à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

6. Sobre a vistoria de ateste de medição, informamos:

6.1. A atividade de fiscalização realizada pelo Agente Promotor/Executor não deve ser confundida com a atividade de acompanhamento de obra exercida pelo engenheiro/arquiteto da CAIXA, pois este profissional é responsável, exclusivamente, pela conferência, por ocasião da vistoria, da realização das etapas de obras indicadas na **medição fornecida pelo proponente.** O objetivo da visita técnica é verificar a situação da obra e observar sua evolução física, para o cumprimento do Contrato de Repasse.

6.2. A visita técnica não tem o objetivo de conferir à CAIXA, ou aos profissionais de engenharia e arquitetura que dela participam, a responsabilidade pela qualidade de execução dos serviços, pois a vistoria objetiva assegurar a correta aplicação dos recursos financeiros.

7. Caso o desbloqueio de recursos não ocorra conforme previsto no cronograma físico/financeiro previsto no plano de trabalho, esse contratado deve adequá-lo às novas condições do empreendimento, submetendo à apreciação da CAIXA com vistas à reprogramação contratual.

8. Informamos, ainda, que é vedado o desbloqueio de recursos para o Contrato de Repasse com prazo de vigência expirado.

Ofício nº 0708 / 2017 / GIGOV/CT

CAIXA

9. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários

Respeitosamente,

ELIER CATARIN
Supervisor de Filial
Gerência Executiva de Governo Curitiba/PR

FÁBIO DANTAS CASSALI
Coordenador de Filial
Gerência Executiva de Governo Curitiba/PR

CELIO AMÉRICO ALVES IZIDORO
Gerente de Filial
Gerência Executiva de Governo Curitiba/PR

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474 – **Ouvidoria de Governo** 0800 200 2222
ouvidoriadegoverno@caixa.gov.br
caixa.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEN - PR

CNPJ: 76002666000140 IE:
Endereço: RUA AMAZONAS, 373 - PRÉDIO PREFEITURA CEP: 83860000 Cidade: Piên
Fone: (041)6321136 Fax: (041)6321148

391

NOTA DE REQUISIÇÃO DE EMPENHO

Requisição

Número	Tipo	Emitido em	Lançamento integrado
1517	Global	31/03/2017	Requisição de compra: 30209/2017

Forma de pagamento: POR MEDIÇÕES MENSAIS

Licitação

Tipo	Número	Natureza do procedimento	Processo Nº	Homologação
Tomada de preços	1/2017	Normal	63	07/03/2017

Contrato

ID	Número	Aditivo
132017	13/2017	

Credor

Fornecedor	CPF/CNPJ
JDI CONSTRUTORA LTDA - EPP	00.532.657/0001-08

Endereço	Bairro
RUA AUGUSTO WUNDEERWALD, 197	

Cidade/UF	CEP	Matrícula	Fone	FAX
São Bento do Sul/SC	89290-000	9622-9	47 36335324	

Classificação da despesa

09 SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER
09.002 DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER
27.812.0015.2024 MANUTENÇÃO DO ESPORTE E LAZER
4.4.90.51.01.99 OUTRAS EDIFICAÇÕES
2490 00000 Recursos Ordinários (Livres)

Valor: R$ 406,44

Itens da requisição

Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Total
14577	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE COMPLEMENTAÇÃO DA QUADRA POLIESPORTIVA NA LOCALIDADE DE CAMPINA DOS MAIA, PIÊN/PR, INCLUINDO OS SERVIÇOS PRELIMINARES, DRENAGEM DO TALUDE, PISO AO REDOR DE QUADRA E ARQUIBANCADA EM CONCRETO ARMADO E ALVENARIA	SERV	1,00	R$ 406,44	R$ 406,44

Marcia Zigovski
Emissor

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEN - PR

CNPJ: 76002666000140 IE:
Endereço: RUA AMAZONAS, 373 - PRÉDIO PREFEITURA CEP: 83860000 Cidade: Piên
Fone: (041)6321136 Fax: (041)6321148

392

NOTA DE REQUISIÇÃO DE EMPENHO

Requisição

Número	Tipo	Emitido em
1518	Global	31/03/2017

Forma de pagam?
POR MEDIÇES MENSAIS

Lançamento Integrado
Requisição de compra
30209/2017

Licitação

Tipo	Número	Natureza do procedimento	Processo Nº	Homologação
Tomada deços	1/2017	Normal	63	07/03/2017

Contrato

ID	Número	Aditivo
132017	13/2017	

Credor

Fornecedor
JDI CONSUTORA LTDA - EPP

CPF/CNPJ
00.532.657/0001-08

Endereço
RUA AUGTO WUNDEERWALD, 197

Bairro

Cidade/UF	CEP	Matrícula	Fone	FAX
São Bento Sul/SC	89290-000	9622-9	47 36335324	

Classificação da despesa

09 SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER
09.002 DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER
27.812015.2024 MANUTENÇÃO DO ESPORTE E LAZER
4.4.51.01.99 OUTRAS EDIFICAÇÕES

			Valor
249	00747	Convênio Federal - Quadra Campina dos Maia	R$ 53.093,73

Itens da requisição

Código	Item	Unidade	Quantidade	Unitário	Total
14577	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE COMPLEMENTAÇÃO DA QUADRA POLIESPORTIVA NA LOCALIDADE DE CAMPINA DOS MAIA, PIÊN/PR, INCLUINDO OS SERVIÇOS PRELIMINARES, DRENAGEM DO TALUDE, PISO AO REDOR DE QUADRA E ARQUIBANCADA EM CONCRETO ARMADO E ALVENARIA	SERV	1,00	R$ 53.093,73	R$ 53.093,73

Marcia Zigovski
Emissor